

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Mariana Miggiolaro Chaguri

**Do Recife nos anos 20 ao Rio de Janeiro nos anos 30: José Lins do
Rego, Regionalismo e Tradicionalismo.**

**Campinas, SP.
março, 2007.**

Mariana Miggiolaro Chaguri

Do Recife nos anos 20 ao Rio de Janeiro nos anos 30: José Lins do Rego, Regionalismo e Tradicionalismo.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Elide Rugai Bastos.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 26/03/2007

BANCA

Profa. Dra. Elide Rugai Bastos (Orientadora)

Prof. Dr. Antônio Arnoni Prado – IEL – Unicamp (titular)

Prof. Dr. André Pereira Botelho – IFCS - UFRJ (titular)

Prof. Dr. Fernando Antônio Lourenço – IFCH – Unicamp (suplente)

Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rego – IFCH – Unicamp (suplente)

MARÇO / 2007

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

C346d Chaguri, Mariana Miggiolaro
Do Recife nos anos 20 ao Rio de Janeiro nos anos 30: José Lins
do Rego, regionalismo e tradicionalismo / Mariana Miggiolaro
Chaguri. - - Campinas, SP: [s. n.], 2007.

Orientador: Elide Rugai Bastos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Rego, José Lins do, 1901-1957. 2. Regionalismo.
3. Literatura e sociedade. 4. Sociologia - Brasil. 5. Sociologia rural.
I. Bastos, Elide Rugai. 11. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(cc/ifch)

Título em inglês: From Recife on the 1920's to Rio de Janeiro on the 1930's:
José Lins do Rego, regionalism and tradition

Palavras - chave em inglês (Keywords): Regionalism
Sociology and literature
Sociology - Brazil Rural
sociology

Área de concentração: Pensamento Social no Brasil

Titulação: Mestre em Sociologia

Banca examinadora: Elide Rugai Bastos, André Pereira Botelho, Antônio
Arnoni Prado

Data da defesa:
26/03/2007.

Programa de Pós-Graduação:- Sociologia

RESUMO

Esta pesquisa pretende recuperar a partir dos romances do *Ciclo da Cana-de-Açúcar* e das crônicas de José Lins do Rego (1901-1957), os contextos intelectuais e os processos sociais envolvidos na dinâmica de decadência dos engenhos e de ascensão das usinas na zona canavieira nordestina.

Para tanto, reconstrói as ambiências intelectuais vivenciadas pelo autor nos anos 20 no Recife (dando particular atenção ao Regionalismo e ao modo como este perpassa a obra de José Lins) e no Rio de Janeiro durante os anos 30 e 40 (o lugar e o momento da consagração literária do romancista).

Desse modo, são analisadas as polêmicas estéticas e políticas travadas pelo romancista ao longo da década de 20. São mapeadas, ainda, as críticas literárias aos romances do Ciclo da Cana-de-Açúcar tomando-as como um fio condutor que nos permite explorar a hipótese do Regionalismo nordestino ser compreendido como uma operação pela unidade nacional.

Finalmente, a pesquisa dedica-se ao estudo dos romances do *Ciclo da Cana-de-Açúcar* explorando as nuances e os impasses envolvidos no processo de modernização da zona canavieira nordestina.

Palavras-chave: José Lins do Rego; Regionalismo; Literatura e Sociedade; Sociologia – Brasil; Sociologia Rural.

ABSTRACT

This research aims at reconstructing some aspects of José Lins do Rego's intellectual trajectory between the late 1920s and the late 1940s, with a focus on his novels the *Ciclo da Cana-de-Açúcar* and on his chronicles.

The analysis starts with the reconstruction of the intellectual's contexts lived by the author in the 1920s in Recife (giving particular attention to the Regionalism and to the way as this get importance on the José Lins's novels and on his chronicles) and in Rio de Janeiro between the late 1930s and the late 1940s (the place and the moment of the literary consecration of the author).

Following this, the esthetic and politics controversies in which the author was involved throughout the 1920s are analyzed. In the same way, the literary review is also analyzed and taken as a conductor wire that allows exploring the hypothesis of the Regionalism as an operation for the national unit.

Finally, the research dedicates itself at study the *Ciclo da Cana-de-Açúcar's novels* exploring the deadlocks of the process of modernization of the sugar cane's farming in Brazil's northeastern.

Keywords: José Lins do Rego; Literature and Society; Regionalism; Sociology – Brazil; Rural Sociology.

Muito Obrigada....

Ao final de dois anos de pesquisas e de estudos, muito tenho a agradecer a todos aqueles que com seus sorrisos, provocações e discussões me conduziram até aqui.

A dedicação a esse percurso apenas foi possível graças ao auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Fapesp. Agradeço, especialmente, ao seu parecerista anônimo que muito contribuiu com suas críticas e suas sugestões.

Agradeço a Christina, secretária do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH, pela atenção e disponibilidade de sempre.

Um agradecimento muito especial a minha orientadora, professora Elide Rugai Bastos, pelo carinho e pela dedicação com que me acompanha desde os primeiros passos no mundo das Ciências Sociais, ainda na iniciação científica. Obrigada pela disponibilidade, pela gentileza, pelo cuidado e pela preocupação de sempre. Tenho a sorte de contar com uma orientadora no sentido mais pleno que essa palavra pode assumir. Esse trabalho não seria realizado sem seu entusiasmo e sem suas provocações.

Agradeço também aos professores Afrânio Garcia, Rubem Murilo Leão Rego, Marcelo Ridenti, Fernando Lourenço, Wilton Marques e Renato Ortiz que em momentos diferentes e de modos muito variados contribuíram enormemente para o desenvolvimento dessa pesquisa. Muito obrigada aos professores André Botelho e Antônio Arnoni Prado pela gentileza de compor a banca examinadora e pela atenção dedicada a este trabalho.

Agradeço ao professor Arnoni pela oportunidade de freqüentar um curso que transformou, em muito, os rumos da narrativa desenvolvida neste trabalho.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH agradeço pela convivência sempre muito agradável. Agradecimentos especiais a Felipe Gava, Carolina Cristina Alves, Adriano Pereira Santos e Carlos Alberto Dória a quem devo várias sugestões bibliográficas.

Aos colegas do Centro de Estudos Brasileiros, CEB, especialmente aos queridos companheiros de jornada: Priscila Nucci, João Francisco de Oliveira Simões e Simone Meucci. À Simone agradeço pelas inúmeras leituras, conselhos e observações, enfim, pelo diálogo que foi essencial para alterar e descobrir novas rotas de pesquisa e de vivência.

Aos colegas do Centro de Estudos Rurais, Ceres: Marisa Luna, pela alegria; Verena Sevá Nogueira, pela enorme curiosidade diante das Ciências Sociais; Nashieli Loera, pelo comprometimento; Vanda Silva, pelo sorriso e pelo cuidado; José Carlos Alves Pereira, pela generosidade e pelo exemplo; Juliana Guanais, pela coragem diante da vida.

Aos queridos amigos que tornam a vida em Campinas muito mais agradável e acolhedora: Taniele Rui, pelas conversas inquietadoras e pelas palavras de conforto; Ana Maria Magalhães, pelo carinho; Rachel Previato pelo sorriso; Leonardo Ruffing, pela inquietação diante da vida; Rodrigo Rossi Ramos, pelo bom humor e pela ajuda inestimável nesses últimos meses de trabalho.

Agradeço muito aos velhos amigos que desde os tempos da graduação me ajudam a perceber e a descobrir o mundo de novas maneiras: Ana Martha Yano, pelo carinho de sempre; Mário Augusto Medeiros da Silva, por tudo, em todos esses anos. Aos queridos Mário e Aninha minha mais profunda admiração.

Agradeço muito, ainda, a Silvio Sawaya, pelo bom humor e inteligência impar; a Flávio Henrique Ghilardi pelo comprometimento e pela coragem; a Guilherme Mansur Dias, pela acolhida de sempre.

Com alguma sorte, somos capazes de conquistar novas amizades e agradeço muito aos amigos que, nos últimos tempos, têm compartilhado comigo suas trajetórias: Eugênio Braga, pelas provocações e pela seriedade; Milene Suzano de Almeida, pela coragem de sempre recomeçar; Fernando Alves da Silva, pela gentileza e Nicole Somera, pelo belo caminho que vem tentando trilhar.

Muito tenho a agradecer, ainda, a amigos, por ora distantes, mas sempre muito queridos: Paulo Gajanigo; Fernanda Gonçalves; Fernanda Dias; Fabiana de Andrade; Karina Dekagi; Eloísa Keiko Tanaka; Welington Aldo de Souza; Fábiana Nogueira e Luciana Aliaga.

Aos meus pais, Luiz e Maria, pelo apoio de sempre. Ao meu irmão Luiz Guilherme, por tornar tudo mais divertido. Aos meus avós Elena Justo Miggiolaro, Euclides Miggiolaro e Sultana Megid Chaguri pela alegria diante da vida. Ao meu avô Said Chaguri (*in memoriam*) uma pequena homenagem para alguém que deve ter sido muito especial. Por meio desses alegres senhores agradeço a toda a parentela.

Um agradecimento particular a Henrique Chaguri pela ajuda inestimável e impagável durante o último ano.

Por fim, agradeço ao Vitor, por dar sentido a todas as coisas.

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1	
Os Anos 20 no Recife: Regionalismo, Modernismo e José Lins do Rego	
1.1. Gilberto Freyre e José Lins do Rego: Modernismo e Regionalismo	33
1.2. José Lins do Rego, Cronista	46
1.3. Regionalismo como Crítica ao Modernismo	62
Capítulo 2	
O Romancista José Lins do Rego, as Editoras e a Crítica Literária	
2.1. O Romancista Chega ao Rio de Janeiro: Editoras e Reconversão Social	69
2.2. A José Olympio Editora Chega ao Rio de Janeiro	74
2.3. Memória, Biografia e Ficção: A Crítica Literária Contemporânea a José Lins do Rego	87
Capítulo 3	
O Narrador e a Narrativa: Os romances do <i>Ciclo da Cana-de-Açúcar</i>	
3.1. Notas sobre Sociologia e Literatura	103
3.2. Forma Literária e Processo Social no Ciclo da Cana-de-Açúcar	106
3.3. <i>Menino de Engenho</i> : o Santa Rosa a partir olhar do menino	109
3.4. O Menino vai ao Colégio: Carlinhos torna-se <i>Doidinho</i> que se torna Carlos de Melo	116
3.5. Dr. Carlos de Melo retorna ao Santa Rosa: a decadência do <i>Bangüê</i> e a morte de José Paulino	124
3.6. O Santa Rosa torna-se <i>Usina</i>	131
3.7. O engenho está de <i>Fogo Morto</i> : decadência e acesso à terra na Várzea nordestina	150
3.7.1. Mestre Amaro e o Acesso à Terra	153
3.7.2. A Decadência do Santa Fé	162
Algumas Considerações Finais	
Do Santa Rosa a Bom Jesus.	171
Anexo	183
Bibliografia	191

Introdução

Meu ideal, quando escrevo sobre um autor, seria nada escrever que lhe pudesse causar tristeza ou, caso esteja morto, que o fizesse chorar em sua tumba: pensar no autor sobre o qual se escreve. Nele pensar tão intensamente que ele não possa mais ser um objeto, que tampouco seja possível identificar-se com ele. Evitar a dupla ignomínia do erudito e do familiar. Reconduzir a um autor um pouco dessa alegria, dessa força, dessa vida amorosa e política que ele soube dar, inventar [...]

(Gilles Deleuze)

Evitar a dupla ignomínia do erudito e do familiar, escreve Deleuze. Ainda que essa dissertação não tenha na trajetória individual (ou mesmo nas origens sociais) do romancista José Lins do Rego sua personagem central, poderíamos até dizer que se trata de uma coadjuvante, não seria possível nos furtamos de apresentar o romancista ao leitor. Se esse procedimento revela certa familiaridade com o autor, não deixa de demonstrar, também, a grande dificuldade em estabelecer fronteiras entre autor e obra.

Como será notado ao longo da narrativa desta dissertação, em muitos casos ambos se confundem, sendo que grande parte do esforço analítico aqui empreendido está justamente em evitar a *ignomínia do familiar*. Por outro lado, cabe ao leitor avaliar se a narrativa foi capaz de evitar a *ignomínia do erudito*.

Para Foucault, a análise da relação entre autor e obra deve avaliar o modo como a segunda aponta para o autor, uma figura que, ao menos em aparência, lhe é exterior e anterior¹.

Contudo, como dito no início, nosso autor não figura como a personagem central desta análise. Pois bem, este estudo dedica-se a recuperar, a partir da obra de José Lins do Rego, os contextos intelectuais e os processos sociais envolvidos na dinâmica de modernização capitalista na zona açucareira nordestina no período que se inicia no final do século XIX e se estende até meados da década de 40 do século seguinte.

Nesses termos, a obra ganha destaque importante na análise, contudo, devemos lembrar que o significado de um texto não é apenas um exercício de decifração de seu léxico. Antes, é necessário ponderar e investigar os efeitos

¹ Cf. FOUCAULT, M. **O que é um Autor?** Lisboa: Vega, 2006. Para Foucault, o autor seria uma espécie de expressão que, de modo mais ou menos acabado, manifesta-se da mesma maneira e com o mesmo valor, nas obras, nos rascunhos, nas cartas, etc.

Tratemos, então, dessa figura. Romancista e cronista, José Lins do Rego nasceu em 1901. Neto de senhor de engenho, foi criado pelo avô no engenho Corredor, Paraíba. Concluiu os estudos secundários no Recife onde em 1919, ingressou na Faculdade de Direito, iniciando sua atuação como cronista, atividade que marca o início de sua carreira e representa grande parte de sua produção, especialmente durante os anos 20.

No **Diário do Estado**, editado na Paraíba, publicou a seção "Ligeiros Traços"; escreveu também, a partir de 1918, a crônica dominical do **Jornal do Recife**, além de colaborar com as "Notícias da Paraíba" para o **O Jornal**. Em 1922, fundou o semanário **Dom Casmurro**, em parceria com Osório Borba.

Durante o curso de Direito, ampliou seus contatos com o meio literário pernambucano, aproximando-se de figuras como José Américo de Almeida, Osório Borba e Olívio Montenegro. Contudo, segundo o autor, foi o contato com Gilberto Freyre a partir de 1923 (quando o sociólogo retornou de anos de estudos nos Estados Unidos e na Europa) que marcou uma nova fase de influências sobre seu pensamento, especialmente no que se refere aos debates acerca da formação social brasileira. Após se formar, ingressou, em 1925, no Ministério Público como promotor em Manhuaçu, MG, onde não se demorou, transferido-se em 1926 para Maceió, para exercer a função de fiscal de bancos, até 1930, e de fiscal de consumo, a partir de 1931. Em Maceió, tornou-se colaborador do **Jornal de Alagoas** e estreitou laços com nomes como Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Aurélio Buarque de Holanda, Jorge de Lima e Valdemar Cavalcanti.

Ali publicou, em 1932, o seu primeiro livro, *Menino de engenho*, premiado pela Fundação Graça Aranha. Pelo ritmo anual de sua produção, bem como pela recepção da crítica e da afirmação em vendas, José Lins firma-se, já em 1935, como o autor de uma editora, a José Olympio que lançará seus romances na forma de uma coleção intitulada *Ciclo da Cana-de-Açúcar* e composta pelos romances *Menino de engenho* (1932), *Doidinho* (1933); *Bangüê* (1934); *O moleque Ricardo* (1935) e *Usina* (1936). Em 1943, o autor completará a série que deu por encerrada com *Usina*, publicando o que para muitos é sua obra prima, *Fogo Morto*.

Como fiscal de consumo, transfere-se, em 1935, para o Rio de Janeiro. Continua escrevendo para jornais, colaborando com crônicas diárias para o **Jornal de Sports** e com crônicas sobre a vida carioca intituladas "Conversa de Lotação", publicadas pelo **O Globo**. José Lins foi eleito em 1955 para a Academia Brasileira de Letras, falecendo dois anos depois na cidade do Rio de Janeiro.

Para outros dados biográficos do autor, consultar: MARTINS, Eduardo. **José Lins do Rego: o homem e a obra**. João Pessoa, Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1980. FIGUEIREDO JÚNIOR, Nestor Pinto. *Pela mão de Gilberto Freyre ao caminho menino de engenho: cartas*. João Pessoa: Idéia, 2000. Idem. *Onde nasceu José Lins do Rego, afinal?* João Pessoa: Idéia, 2000.

provocados pela obra em seu meio intelectual. Assim, tanto os usos efetivos (ou mesmo os prováveis) do texto, quanto os debates provocados por ele também figuram como elementos centrais para a compressão da obra.

Se essa opção metodológica exige a reconstrução de parte do debate intelectual no qual se insere o objeto textual, não deixa de demandar, por outro lado, a circunscrição da trajetória do autor no processo social mais amplo, diluindo apenas parcialmente a figura do autor.

Partindo desse ponto, o trabalho está estruturado em dois planos de análise, o primeiro visa apreender e analisar em seus embates, disputas e lutas classificatórias a ambiência intelectual do Recife nos anos 20 (especialmente no que se refere ao embate entre 'futuristas' e 'regionalistas'²). Pretende-se, assim, reconstruir a ambiência intelectual vivida pelo romancista no Recife dos anos 20 (e posteriormente, no Rio de Janeiro dos anos 30).

Durante a década de 20, José Lins estará intensamente envolvido nos debates, nas polêmicas e nas ironias que tomaram conta dos jornais do Recife da época. Com o passar dos anos, já na década 30 e agora morando em Maceió, José Lins iniciará sua carreira como romancista. É partir do lançamento, em 1932, de *Menino de Engenho*, que se coloca ao nosso estudo a análise do processo de reconversão das redes sociais de José Lins do Rego, bem como das bases que tornaram possíveis a legitimação e a consagração obtidas pelo autor

² Em 1925, Gilberto Freyre, Morais Coutinho, Edgar Teixeira Leite e Odilon Nestor fundam o "Centro Regionalista", lançam o **Livro do Nordeste** (em comemoração ao centenário do **Diário de Pernambuco**) e realizam em 1926 o Primeiro Congresso Regionalista do Nordeste. José Lins tomará parte dessas discussões especialmente depois da amizade iniciada com Freyre. Já os 'futuristas', como se auto - denominavam aqueles preocupados em difundir a estética e os autores da Semana de Arte Moderna no Nordeste, tiveram no jornalista Joaquim Inojosa senão sua principal figura, certamente a mais polêmica. Poetas como Austro - Costa, Ascenso Ferreira e Raul Machado também figuram entre os 'futuristas' do Nordeste.

já nos anos 30 em torno da Livraria José Olympio no Rio de Janeiro³.

Já o segundo plano de análise, recupera os processos sociais de decadência dos engenhos e de ascensão das usinas na zona canavieira nordestina narrados por José Lins nas obras do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, dando especial ênfase ao lento processo de decadência dos engenhos (e de seus senhores) e o modo como este perpassa a narrativa dos romances.

³ Legitimação e consagração que não se restringem apenas a José Lins, abarcando também outros autores que, posteriormente, irão se transferir para o Rio de Janeiro. São figuras como Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, Valdemar Cavalcanti, entre outros, cujas origens sociais são similares a de José Lins (descendentes de famílias de grandes proprietários rurais). O universo que conforma suas trajetórias é parecido: decadência das famílias, transmissão de heranças e deslocamentos regionais. Sobre este tema, ver: SORÁ, Gustavo. **Brasileiros**. A Casa José Olympio e a Instituição do Livro Nacional. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social). PPGAS: UFRJ, RJ.

1.1.O Porquê da Literatura, o Porquê do Romance:

Os romances de José Lins são tomados como uma tentativa de compreender, a partir do estranhamento existente entre o narrador e a realidade, as mediações – sociais, políticas e artísticas – postas em um momento no qual uma “forma real, isto é, posta pela vida prática, é transformada em forma literária, isto é, em princípio de construção de um mundo imaginário”⁴, sendo possível apreender, desse ponto de partida, o vínculo entre a dinâmica estética (as sugestões do *Regionalismo*) e a dinâmica social (a decadência vivida pelo Nordeste).

O terceiro capítulo apresenta uma discussão acerca da inter-relação entre literatura e sociologia. Por ora, cabe pontuar que as obras do *Ciclo da Cana-de-Açúcar* permitem analisar com riqueza e profundidade sociológica uma estrutura social cuja tradição e valores não são mais capazes de se sustentar, isto é, perderam organicidade. Nesse sentido, uma das chaves para a compreensão das obras de José Lins pode estar na análise do modo como o *tempo* é trabalhado pelo romancista, qual seja, a partir de um trabalho de recuperação do passado que busca explicar o presente, em seus dilemas e disputas, e não simplesmente negá-lo.

Assim, mais do que a mera recuperação de um tempo (e conseqüentemente de um padrão de sociabilidade e de um modo de organização social) condenado ao desaparecimento, teríamos a defesa da articulação entre o passado e o presente, de modo que a despeito da decadência dos engenhos, a tutela e os laços de compadrio possa continuar sendo insistentemente

⁴SCHWARZ, Roberto. Pressupostos, Salvo Engano, de 'Dialética da Malandragem'. In: **Que Horas São?** SP: Cia. das Letras, 1989.p.142

reivindicados, dado serem os pilares de sustentação da estrutura social da região canavieira⁵.

Se a manutenção da estrutura social aparece como um dos fios condutores da narrativa literária de José Lins, não devemos nos esquecer que este processo tem como efeito a perpetuação (ou a intenção de perpetuação) de uma sociedade sem conflitos ruptores⁶.

Todas essas observações não podem perder de vista que a verossimilhança de um romance não depende da possibilidade de comparar o mundo do romance ao mundo real, depende, antes, da organização estética do material ficcional. Dito de outro modo, o aspecto mais importante para o estudo do romance é o que resulta da análise de sua composição (e não de sua comparação com o mundo): "mesmo que a matéria narrada seja cópia fiel da realidade, ela só parecerá tal na medida em que for organizada numa estrutura coerente"⁷.

⁵ Trata-se de um universo no qual o patrão é também, e principalmente, protetor e provedor, cujas ações são realizadas sob a forma de favores sempre concedidos de modo individual e específico e cuja contrapartida básica é a gratidão.

⁶ Devemos lembrar, ainda, que esta tese dos antagonismos em equilíbrio é central na articulação entre patriarcalismo e regionalismo expressa por Gilberto Freyre e abraçada pelos regionalistas do Nordeste. Cf. FREYRE, G. **O Manifesto Regionalista**. Recife: INPJM, 1976 e FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos**. 14 ed. SP: Global, 2003.

⁷ CÂNDIDO, Antônio. A Personagem do Romance. In: CÂNDIDO, A. et al. **A Personagem de Ficção**. SP: Perspectiva, 2004.

1.2. Ambiência Intelectual: o Recife dos anos 20; o Rio de Janeiro dos anos 30.

O estudo do contexto intelectual no qual José Lins escreveu e publicou suas obras é tomado como modo de reconstruir a ambiência em que o autor se inscreve inicialmente no Recife e posteriormente no Rio de Janeiro, em torno do livreiro e editor José Olympio. Para tanto, serão analisados os diálogos e as redes sociais construídas por José Lins ao longo de sua trajetória como cronista e romancista, observando a lenta construção de sua interpretação acerca do universo dos engenhos; do patriarcalismo; do sistema latifundiário e dos vários mundos do trabalho inscritos neste contexto.

Será investigado, também, o sentido atribuído pelo autor à atividade artística e à criação literária, tendo como foco de análise central a articulação de ambas com o Regionalismo e o modo como este perpassa a obra e as preocupações do romancista⁸.

Como modo de operacionalizar essa análise, tomamos como material de pesquisa um aspecto pouco estudado da produção de José Lins: sua longa produção como cronista e ensaísta, atividade que desenvolveu desde os tempos de estudante de Direito nos anos 20 até sua morte em 1957 e que é realizada em Pernambuco, em Alagoas e, posteriormente, no Rio de Janeiro.

A análise desse material fica enriquecida quando consideramos que as idéias não são apenas conformadas pela realidade social, mas também a conformam, sendo, em certo sentido, forças sociais. Portanto, cabe analisa-las

⁸ Nesse sentido, levantamos a hipótese da existência de uma indissociabilidade entre este Regionalismo e a decadência vivida pelo Nordeste no período. Esse argumento é explorado por Moema Selma D'Andrea em seu livro **A Tradição Re(des)coberta**: Gilberto Freyre e a Literatura Regionalista. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

de modo a perceber como adquirem sentido em relação ao seu tempo, definindo assim uma das chaves de compreensão da obra⁹.

Desse ponto de partida, é fundamental estabelecer a relação do autor com o contexto político, social e institucional que o circunda. Tal argumento decorre do fato de se considerar que em cada exposição sobre a realidade social há não somente uma imagem dessa realidade, está presente, também, uma interpretação da mesma, um estilo de pensar a sociedade e seu jogo de forças. Como consequência, temos que "ao descobrir as direções possíveis da realidade social, o pensamento também constitui essas direções. A realidade nunca permanece inocente do seu conceito"¹⁰.

Nesse sentido, o Regionalismo é compreendido e analisado como uma discussão estética, política e social que data dos anos 20, mas que apenas consegue ganhar expressão nacional na década seguinte em razão, especialmente, das consequências políticas da Revolução de 30 a qual buscou dar visibilidade à diversidade existente no país. Isto é, a partir então, elites regionais (que não as de São Paulo, nem as de Minas Gerais) se fazem ver e insistirão, principalmente por meio da literatura, na diversidade regional como modo de realizar uma operação pela unidade nacional (e para a compreensão desta).

Importante notar que alguns dos impasses e das disputas colocados ao longo dos anos 20 serão sintetizados a partir de 30, momento no qual os regionalistas tentam operar uma síntese entre as tensões políticas, econômicas

⁹ Sobre esse tema ver: LOVEJOY, A. "Reflexiones sobre la história de las ideas". **Prismas**: revista de historia intelectual. Bernal, ano II, n. 4, 2000. SKINNER, Q. "Significado y comprensión en la historia de la ideas". **Prismas**: revista de historia intelectual, Bernal, ano II, n. 4, 2000; SKINNER, Q. "Prefácio". In: **As Fundações do Pensamento Político Moderno** SP: Cia. das Letras, 1996.; POCOCK, J.G.A. "Historia intelectual: un estado del arte". **Prismas**, revista de historia intelectual, Bernal, ano III, n. 5, 2001.

¹⁰ IANNI, Octávio. **O Labirinto Latino - Americano**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1993.p.42.

e culturais vividas no período anterior e fortemente influenciadas pelos acontecimentos da Revolução de 1930. Tal síntese se faz necessária diante da aceleração do processo de industrialização e urbanização nacional (fruto da política do governo Vargas a qual também formula uma nova concepção do *rural* e de seu papel na formação nacional) e da progressiva decadência econômica do Nordeste.

As tensões vividas nos anos 30 derivam, em larga escala, da crise do pacto oligárquico vivida desde o final dos anos 20 e intensificada depois de 1929 com a grande crise do café. Este período também assiste ao acirramento do embate entre a centralização ou a descentralização da República (debate no interior do qual os regionalistas se inserem com veemência). Neste contexto, explode o movimento político - militar conhecido com Revolução de 30¹¹ que teve como resultado político - administrativo a centralização do poder.

Nesse sentido, os anos 30 correspondem a um momento no qual há a reordenação de muitos elementos da vida política e econômica do País, bem como a continuidade de alguns outros. Levantamos a hipótese de ser este o contexto que atribui sentido à recuperação do passado patriarcal pela literatura.

¹¹ No Nordeste, a Revolução de 30 teve como foco inicial o estado da Paraíba. O confronto entre os paraibanos e o governo federal vinha desde a época da campanha da Aliança Liberal para a presidência da República, quando João Pessoa, então presidente do estado, concorreu como candidato a vice na chapa encabeçada por Getúlio Vargas. Sobre os impactos da Revolução de 30 no campo das artes e da cultura, ver: CÂNDIDO, A. A Revolução de 30 e a Cultura. In: **A Educação pela Noite e Outros Ensaios**. São Paulo: Ática, 1987.

1.3. Os Capítulos

O primeiro capítulo **“O Recife dos Anos 20: Regionalismo, Modernismo e José Lins do Rego”** foi construído em torno das disputas travadas na cidade do Recife entre “futuristas” e “regionalistas”, nesses termos, reconstrói parte das polêmicas travadas nos jornais e nas revistas nordestinas da época particularmente as que envolveram Joaquim Inojosa, Gilberto Freyre e José Lins do Rego. Este material representa uma fonte rica para a compreensão das estratégias de recusa ou aceitação dos regionalistas nordestinos diante das propostas intelectuais e políticas de outros grupos, especialmente aquelas dos modernistas de São Paulo. A partir desse material é possível, ainda, perceber as ressonâncias e as resistências encontradas pelos regionalistas em relação a seus argumentos e a suas propostas.

Feito isso, o capítulo discute, de modo detido, a produção de José Lins como cronista, buscando uma sistematização capaz de por em relevo algumas das posições do autor acerca do Regionalismo e de seus romances. Por último, sintetiza a discussão sobre o Regionalismo e o Modernismo.

O segundo capítulo **“O Romancista José Lins do Rego, as Editoras e a Crítica Literária”** procura demonstrar como a recuperação do passado patriarcal pela literatura ganha sentido na década de 30, avaliando o lugar da memória no curso desse processo. O capítulo está dividido em duas partes, na primeira são reconstruídos os mecanismos que tornaram possíveis a consagração do romancista José Lins do Rego no Rio de Janeiro, transformando-o num dos maiores sucessos editoriais de sua época. A relação entre o romancista e o editor José Olympio será o eixo básico que conduzirá essa análise. Já a segunda parte é dedicada à análise da crítica literária

contemporânea a José Lins do Rego, principalmente aquela publicada em jornais e em revistas literárias.

O terceiro capítulo "**O Narrador e a Narrativa: os romances do Ciclo da Cana-de-Açúcar**" apresenta, finalmente, os romances do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, analisando cada romance de modo detido procurando investigar tanto a construção do narrador e da narrativa, quanto construir um diálogo entre narrativa e processo social, procurando tratar texto e contexto como duas faces do mesmo processo.

CAPÍTULO 1

Os Anos 20 no Recife: *Regionalismo, Modernismo* e José Lins do Rego.

A década de 20 em Pernambuco é fortemente marcada pelos debates em torno das reformas urbanas na cidade do Recife e da renovação cultural das artes pernambucanas. Acaloradas discussões são travadas entre os “futuristas”, adeptos das propostas da Semana de Arte Moderna de 1922 e os “regionalistas”, que ao longo da década sistematizaram argumentos e propostas cujo objetivo era reconhecer e revisar os valores e os dilemas da região Nordeste.

Abre-se, assim, especialmente durante os anos 20, um foco de disputa que envolve não apenas essas polêmicas, mas abarca também os conflitos locais pelo poder político no estado (os quais, de modo geral, refletiam disputas existentes em toda a zona açucareira nordestina). Nesses termos, o choque entre “futuristas” e “regionalistas” reflete também as disputas entre os grupos oligárquicos que aspiravam ao comando político da região¹.

¹Importante lembrar que essas disputas e debates são travados, também, nacionalmente a partir da crise do pacto oligárquico, bem como na discussão sobre a centralização política e administrativa do país. O sistema oligárquico foi a base política da Primeira República já que a Constituição de 1891 mesmo derrotando os ideais centralizadores, não trouxe a estabilização política esperada, pois persistiram as disputas entre os estados e, dentro deles, a luta entre as facções das oligarquias estaduais. Visando atenuar o impacto desses conflitos no plano federal, foi implementada a política dos governadores que, na prática, caracterizou-se pelo apoio da União à facção mais poderosa em cada estado, ou seja, o governo federal garantia a ampla autonomia aos grupos oligárquicos dominantes de cada estado, e em troca as bancadas estaduais lhe concediam apoio político no Congresso. O resultado desse pacto foi o enfraquecimento das oposições, a imensa probabilidade de fraude eleitoral e a exclusão da maior parte da população de qualquer participação política.

Nesse contexto, a ação dos coronéis, grandes proprietários de terras cujo título derivava de sua participação na Guarda Nacional, visava controlar o eleitorado regional por meio da propaganda dos candidatos oficiais, da fiscalização do voto não secreto e da apuração. Desse modo, a República Velha concretizou a autonomia estadual, concedendo plena expressão aos interesses de cada região. Para Boris Fausto, o coronelismo representou uma variante de uma relação sociopolítica mais geral, qual seja, o clientelismo. Relação que resultava da desigualdade social, “da impossibilidade de os cidadãos efetivarem seus direitos, da precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do Estado”. FAUSTO, B. **História do Brasil**. SP: EDUSP, 2000. p.263. Ver ainda: LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. SP: Alfa - Omega, 1993.

Ao longo da década de 20, o estado de Pernambuco foi governado por dois políticos que também tiveram participação importante no governo federal, José Rufino Bezerra Cavalcanti e Estácio Coimbra. O primeiro foi Ministro da Agricultura entre 1914 e 1918 no governo de Wenceslau Brás, já Estácio Coimbra, a exemplo de seu conterrâneo, ocupou o Ministério da Agricultura durante o governo Epitácio Pessoa (1919-1922) e compôs o governo de Arthur Bernardes (1922-1926) como vice-presidente.

Deve-se notar que o arranjo político conhecido como “política do café-com-leite”, caro a esse período da história republicana brasileira, garantia tanto a alternância na presidência de políticos representantes dos estados de Minas Gerais e de São Paulo, quanto a presença de estados menores como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco em cargos nos Ministérios, além da vice-presidência, como modo de neutralizar possíveis dissidências regionais. Nesse sentido, Estácio Coimbra compôs esse arranjo, conquistou o Ministério e a vice-presidência e, como resultado, tornou-se um dos homens mais importantes do Nordeste na época.

Contudo, enfrentou forte oposição como governador de Pernambuco,

nas páginas dos jornais diários que se travavam os mais duros embates políticos: sobretudo no Diário de Pernambuco (favorável ao governo) e no Diário da Manhã (de propriedade dos irmãos Lima Cavalcanti, conhecidos opositores de Estácio Coimbra, também usineiros, mas contrários à condução oligárquica do estado).

A rigor, Estácio Coimbra, na condição de representante local do governo central, enfrentava a oposição à prática política da velha República, recentemente articulada durante a eleição de Arthur Bernardes. Enfrentava, pois, o descontentamento das elites regionais que se sentiam alijadas e ressentidas com os pactos políticos instaurados².

²MEUCCI, Simone. **Gilberto Freyre e a Sociologia no Brasil:** da Sistematização à Constituição do Campo Científico. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia). PPGS/IFCH - Unicamp, Campinas - SP. Deve-se observar, ainda, que Gilberto Freyre manteve relações próximas com Estácio Coimbra, tanto por laços familiares - Coimbra era casado como uma prima de Freyre, quanto por laços políticos uma vez que o sociólogo foi chefe de gabinete do governo de Coimbra em Pernambuco.

Para um panorama geral das disputas oligárquicas na Paraíba ver: DIMITROV, Eduardo. **O Brasil dos Espertos:** uma análise da construção social de Ariano Suassuna como “criador e criatura”. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). FFLCH: USP, São Paulo.

Nota-se, aqui, a importância atribuída aos jornais que, segundo Souza Barros, centralizavam grande poder, “não se podia admitir o intelectual se ele não aparecesse na imprensa numa atividade qualquer, nela trabalhando diretamente ou levando como colaborador as suas produções”³.

Nesse cenário, os “regionalistas” – que divulgavam suas idéias especialmente por meio do **Diário de Pernambuco**, arregimentados em torno do Centro Regionalista do Nordeste – acusavam o governo federal de interferência indevida em Pernambuco, defendendo política, cultural e artisticamente aquilo que, para eles, definia-se como **Região** e, por meio dela, a superação do frágil esquema das diversas unidades estaduais as quais, diante da decadência da região, não possuiriam isoladamente como se sustentarem diante do agora dinâmico Sul.

Para Neroaldo Pontes de Azevedo

tal perspectiva apontava, também, na direção de saudosismo, na medida que o passado de glória da região, particularmente na perspectiva das classes dominantes, passa a ser evocado como mítico. Nessa linha, abre-se espaço para o conservadorismo, marcado pelo privilégio do rural sobre o urbano, acentuando-se, além do mais, aquela tendência bairrista do *Regionalismo*, de ver o Nordeste como a mais brasileira de todas as regiões do país⁴.

Já os “futuristas” do Nordeste possuíam como principal veículo de divulgação de suas propostas o **Jornal do Comércio** de propriedade dos irmãos Pessoa de Queirós ligados, inclusive por laços de parentesco, ao ex-presidente

³SOUZA BARROS. **A Década de 20 em Pernambuco**. RJ: Editora Paralelo, 1972. p.176.

⁴AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e Regionalismo** (Os anos 20 em Pernambuco). João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.p.174.

Epitácio Pessoa⁵. Para esse grupo,

a palavra de ordem era imitar São Paulo, especialmente naquele primeiro grito de urgência na destruição do passado. Insistia-se no privilégio do urbano sobre o rural, proclamava-se a necessidade do progresso, tudo vazado em metáforas oriundas de realidades marcadas pela pressa, pela rapidez, pela velocidade⁶.

Embora se deva nuançar essas afirmações, pode-se dizer, de modo geral, que esse grupo não colocava questões acerca da situação econômica ou cultural da região, procurava, antes, verificar as condições de aclimatação das idéias modernistas de São Paulo num contexto diferente do qual foram produzidas. De modo geral, nota-se que as idéias estéticas veiculadas pelo grupo são pouco definidas e bastante dispersas. O chamado para a realização de uma arte nova não veiculava maiores dados objetivos ou sugestões práticas, como consequência, tal mensagem

compreendida como futurista, não era acompanhada de sugestões concretas que pudessem alimentar com um conteúdo novo a nova forma de arte preconizada. Essa ausência de propostas diretas deverá ter sido responsável, entre outras coisas, pela acolhida em geral polêmica, quando não zombeteira, que se deu aos primeiros anúncios do *Modernismo* em Pernambuco e, a partir daí no Nordeste em geral⁷.

⁵Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa teve sua candidatura à presidência lançada no pleito de 1919 pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) como alternativa capaz de manter a unidade dos setores políticos situacionistas. Foi presidente entre 1919 e 1922, com um governo bastante conturbado. Grandes greves operárias que já vinham sendo deflagradas desde 1917, foram duramente reprimidas. Além disso, sua passagem pela presidência foi marcada pela animosidade na relação entre governo e militares. A tensão nos meios militares atingiu proporções maiores durante a disputa pela sua sucessão, que opôs a candidatura situacionista do mineiro Artur Bernardes à do fluminense Nilo Peçanha, lançada pela Reação Republicana, chapa de oposição que contou com o apoio de importantes setores militares. A vitória de Bernardes em 1922 acabaria sendo questionada por tais grupos e, na sequência dos fatos, Epitácio ordenou a prisão do marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar. Em reação, foram deflagrados levantes militares no Rio de Janeiro e no Mato Grosso, dando início ao que ficaria conhecido como movimento tenentista. Epitácio Pessoa decretou o estado de sítio e, após controlar os focos rebeldes, passou a presidência a Bernardes. Em 1930, apoiou a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas à presidência na chapa da Aliança Liberal, que tinha como vice o seu sobrinho João Pessoa, também paraibano. Cf. CENTRO de PESQUISA e DOCUMENTAÇÃO de HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, www.cpdoc.fgv.br. Acesso em 24.mai.2206.

⁶AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. op. cit..p.179.

⁷Idem. ibidem.p.179. Neroaldo Pontes de Azevedo ainda chama atenção para o uso do termo “futurista” que é empregado inúmeras vezes e com significados diversos, “ora é sinônimo de *Modernismo*, enquanto movimento, ora significa a estética da nova escola, ora quer significar apenas o que é inusitado, estranho, original, ora designa uma beleza, uma elegância não convencional” Idem. ibidem.p.52.

Podemos sintetizar todas as disputas e embates envolvidos na polêmica entre os “regionalistas” e os “futuristas” no debate travado entre Gilberto Freyre e o jornalista pernambucano Joaquim Inojosa.

Em 1922, Inojosa, então redator-chefe do **Jornal do Comércio**, viaja para o Rio de Janeiro integrando como secretário uma embaixada de acadêmicos de direito do Recife que participaria do Primeiro Congresso Internacional dos Estudantes, atividade comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Por convite oficial do governador de São Paulo, a embaixada também se dirigiu a São Paulo. Na capital do Estado, Inojosa visitou redações de jornais paulistanos, fazendo perguntas ocasionais sobre uma tal Semana de Arte Moderna da qual havia ouvido falar muito vagamente em Pernambuco⁸.

Após alguns contatos e já a par de algumas informações sobre a Semana e seus protagonistas, Inojosa comenta

subo as escadas do Correio Paulistano. Encontro Menotti del Picchia: primeiro contato com um modernista. Instantes depois, embarafusta Oswald de Andrade [...] Conversa longa, como se de longamente nos conhecêssemos. Enquanto Menotti continua na redação, saio com Oswald a passear pelas ruas de São Paulo, até madrugada. Nos dias seguintes: chá das cinco no atelier de Tarsila do Amaral, presentes vários modernistas, inclusiva Anita Malfati, Mário de Andrade, Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida, Oswald de Andrade [...] visita ao escritório de Guilherme de Almeida; reunião na rua Lopes Chaves, residência de Mário de Andrade, **onde me sagrariam ... porta-voz autorizado do movimento modernista lá pelo Nordeste** [...] Recebo luvas para desafio: livros e exemplares de “Klaxon” – a senha da renovação. E parto de regresso a Pernambuco⁹

Representante autorizado do *Modernismo* no Nordeste, o jornalista inicia a divulgação do movimento por meio de artigos em jornais e revistas. Um dos

⁸Inojosa comenta que um amigo lhe perguntara se sabia algo sobre a tal Semana ao que Inojosa responde que nem ao menos sabia que ela havia existido, “disso não se falava, O Brasil sem avião e sem rádio, era um país de compartimentos estanques”. INOJOSA, Joaquim. **O Movimento Modernista em Pernambuco**. Vol I. RJ: Gráfica Guanabara, 1969. p.40.

⁹INOJOSA, J. **O Movimento Modernista em Pernambuco**. Vol. I. RJ: Gráfica Guanabara, 1969. p.44.grifo nosso.

primeiros é “Que é futurismo?”¹⁰ no qual condena as críticas às vanguardas realizadas por Faria Neves Sobrinho em artigo publicado no **Diário de Pernambuco**. Para Inojosa, as críticas seriam fruto da desinformação e da concepção errônea do que seria o futurismo, definido por ele como renovação estética e atualização da arte, reação contra “as tradições, as velharias, o passado” já que um homem pertence ao seu tempo, mesmo que reaja contra ele. Ao final do artigo, argumenta que todos aqueles que estudam sabem que no Brasil, à exceção de São Paulo “vivemos atrasados em cultura artística”.

Segundo Inojosa, a literatura pernambucana girava em torno de poetas, cronistas, ensaístas, romancistas, pintores e musicistas “passadistas”,

não se afastavam os escritores dos chavões dominantes, das características rotineiras das letras e das artes da época. Saíra o Estado de uma inglória luta política; não eram fáceis as comunicações com o Sul; dominava sempre a impressão de que as idéias por lá vitoriosas chegavam ao Norte com atraso de anos... vindas do Rio... “cérebro do Brasil”... porque tudo o mais, mesmo São Paulo, era província, tanto quanto Pernambuco...

De *Modernismo* nada se falava [...] Não havia rádio, nem televisão, nem transporte aéreo. Quase não se liam jornais do Rio, nem suas revistas, cujos exemplares se destinavam apenas aos privilegiados assinantes, que os recebiam em longos atrasos normais. E assim mesmo, só publicações cariocas interessavam, que de São Paulo, Minas Gerais ou Rio Grande do Sul nada chegava ...

A difusão por mim iniciada do que ocorrera em São Paulo com a Semana de Arte Moderna, em começo causara indiferenças...

Que interessava aos intelectuais pernambucanos o que se passara na capital paulista? Por acaso não era o Rio o veículo, o filtro da cultura brasileira? Se a Semana de Arte Moderna se tivesse realizado na capital da República, sua repercussão nos Estados teria sido talvez imediata, como o foi o discurso de Graça Aranha na Academia Brasileira de Letras. **Graças, porém, ao reiterado de minhas insinuações sobre o que, em fevereiro de 1922, se passara em São Paulo e às polêmicas travadas em torno do “modernismo”, “futurismo”, “klaxismo”, o discurso de Graça Aranha não se constituiu no ponto de partida do movimento modernista do Nordeste, mas sim a Semana de Arte Moderna, de 1922**¹¹.

¹⁰Idem. Que é Futurismo(Ao Dr. Faria Neves Sobrinho). **A Tarde**. Recife, 30 out.1922. Citado em: AZEVEDO, Neroaldo Pontes. **Modernismo e Regionalismo** (Os anos 20 em Pernambuco) João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.p.191.

¹¹INOJOSA, J. **O Movimento Modernista em Pernambuco**. Vol. I. RJ: Gráfica Guanabara, 1969. p.48. grifo nosso.

Na versão contada pelo jornalista, portanto, teríamos no Recife um grupo futurista integrado por ele próprio, pelos poetas Austro-Costa, Ascenso Ferreira e Raul Machado, dentre outros e um grupo que “não sendo ‘passadista’ os defendiam e nos hostilizavam, a nós, os ‘futuristas’ do ‘klaxismo’ imperdoável: Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Osório Borba [...]”¹².

É possível notar nos artigos de Inojosa o incondicional e veemente apelo contra o que considera ser o “velho”, aquilo que deve ser esquecido “porque os espíritos novos não são obrigados a seguir os velhos como carneiros”. Para o jornalista, os “sonhadores do sul” são os pensadores capazes de investigar a vida no que ela possui de mais bela porque “desprezam a hora passada, cultivam a hora presente e preparam a hora futura. [...] Melhor será erguer obra nova sobre as ruínas do passado: erro ressuscitar o que morreu porque passou sua época”¹³.

Nesses termos, os jornais e revistas de Pernambuco e da Paraíba começam a travar em suas páginas longas polêmicas entre os grupos, sendo importante notar que estas provocaram uma grande agitação e nenhum intelectual do período passou ileso a ela.

A vida cultural do Recife nos anos 20 pode ser reconstruída a partir de diversos ângulos: 1. a centralidade da atuação de Inojosa na divulgação das propostas da Semana de Arte Moderna de 1922; 2. o retorno do sociólogo Gilberto Freyre ao Recife em 1923 e o impacto que suas idéias teriam tido sobre jornalista, ensaístas e escritores da cidade;

¹²Idem.ibidem.p.33.

¹³Idem. Os Sonhadores do Sul. **A Província**, Recife, 24 nov. 1922. Citado em: AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e Regionalismo** (Os anos 20 em Pernambuco) João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.p.195.

3. um contexto intelectual que em torno de alguns jornais e revistas, além da Faculdade de Direito do Recife¹⁴ buscava tornar inteligível a decadência vivida pela região Nordeste e para qual as idéias e a atuação de Gilberto Freyre irão convergir.

Optando por desenvolver o terceiro ângulo, isto é, a reconstrução da ambiência intelectual vivida no Recife dos anos 20 a partir dos dilemas sociais e econômicos impostos pela decadência já irremediável dos engenhos de cana-de-açúcar, elegemos a trajetória de Gilberto Freyre ao retornar, em 1923, de anos de estudos nos Estados Unidos e na Europa como o elemento que nos dará pistas para apreender as disputas políticas e estéticas colocadas em jogo¹⁵.

Se tal opção carrega em si certa arbitrariedade, não podemos deixar de considerar, assim como Neroaldo Pontes de Azevedo, que a proposta “futurista” expressa na figura de Joaquim Inosoja carrega em si certo descompasso em relação ao contexto socio-econômico do Nordeste no período, isto é, as metáforas em torno da velocidade, da máquina e da rapidez parecem não acompanhar de perto os dilemas envolvidos nos processos de industrialização e de urbanização da região.

Para Antônio Dimas, o jornalista pernambucano foi desastroso ao não perceber que seu trabalho de divulgação do “futurismo” encarnava exatamente o que se combatia naquele momento: a hegemonia cultural do Centro-Sul. Ainda nessa linha de argumentação, Inojosa não teria elaborado nem articulado um

¹⁴Moema Selma D'Andrea aponta que a vida cultural do Recife possuía regras familiarmente localista cujo status era conferido por meio da obrigatória passagem pela Faculdade de Direito, “tradicionalmente conhecida como centro difusor dos vários estudos humanísticos, franqueava a rota batida e segura dos filhos d'algo do Nordeste açucareiro. A tradição que começava na ‘aristocracia de berço’ continuava na ‘aristocracia togada’”. D'ANDREA, Moema. **A Tradição Re(des)coberta**. Campinas – SP: Ed. da Unicamp, 1992. p.24.

¹⁵No período em que esteve fora do Brasil, Freyre manteve-se atuante na vida de Pernambuco por meio da atividade jornalística com a série “Da Outra América” publicada no **Diário de Pernambuco** e formada por artigos, em sua maioria na forma de cartas, escritos nos Estados Unidos entre 1918 e 1922.

projeto, sua função fora apenas a de transmitir uma novidade “assimilada com sustos”, enquanto Inojosa repetia mitos, Gilberto Freyre criava mitos novos¹⁶.

Deve-se lembrar, ainda, que o Recife, palco central dessas disputas, não é uma cidade de construção histórica recente, antes, possui uma história que

atravessava períodos históricos distintos, possuía desenhos urbanos diferenciados, memórias solene de tantas lutas e dificuldades. Os seus atores celebravam e recordavam tantos feitos, no seu imaginário a forte presença do passado, passível de múltiplas interpretações. **Recife era um cenário privilegiado para se analisar as relações dinâmicas entre o moderno e o tradicional**¹⁷

É justamente nesta tensão entre o moderno e o tradicional que pretendemos reconstruir os contextos intelectuais e os processos sociais em curso no Recife dos anos 20. Para tanto, deve-se atentar para o fato do Recife estar imerso em projetos de modernização da cidade por meio de reformas urbanas empreendidas, especialmente, pelo governo de Sérgio Loreto (1922-1926): reformas nos sistema de saúde e de higiene; na Escola Normal; na Avenida Beira-Mar e no porto (com a reforma do Bairro do Recife). Também foi realizado o aterro dos mangues; a ampliação dos serviços de luz elétrica; a abertura de ruas e de avenidas; a substituição dos mocambos por projetos de incentivo à construção de casas populares, além da polêmica urbanização da praia de Boa Viagem.

Essas reformulações pretendiam ordenar a caótica situação em que se encontravam a maior parte dos serviços públicos na cidade, “fortalecendo uma ação considerada pelos autores [da reforma] como civilizadora e marcada pelo

¹⁶Cf. DIMAS, A. Um Manifesto Guloso. In: **Gilberto Freyre em Quatro Tempos**. Bauru - SP: EDUSC, 2003. Deve-se notar ainda que o “futurismo” é, de fato, apresentado com enorme entusiasmo, mas sem muita clareza ou objetividade. Ainda sobre Inojosa, Neroaldo Pontes de Azevedo comenta, “o jovem pernambucano estava de todo contagiado pelo entusiasmo dos paulistas. Seu comportamento é o de um convertido, logo ungido apóstolo [...] O deslumbramento impedia-o de assumir uma posição crítica diante dos fatos que presenciava, diante das idéias que assimilava. **Não importava discutir o conteúdo da mensagem ou, quem sabe, a sua aplicabilidade em outra situação que, em verdade, era de todo diversa daquela que ele via em São Paulo. Importava apenas era difundir a nova mensagem, consubstanciada, para Inojosa, na tarefa de destruir o passadismo**” AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e Regionalismo** (Os anos 20 em Pernambuco) João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.p.36. grifo nosso.

¹⁷REZENDE, Antônio P. M. **(Des)Encantos Modernos: Histórias da Cidade do Recife na Década de 20**. 1992. Tese (Doutorado em História Social). USP, São Paulo. p.14.

saber científico [...] **Falava-se em se eliminar as feições coloniais e tropicais do Recife e as palavras de ordem eram 'urbanizar, civilizar e modernizar'**"¹⁸.

Assim, ainda que as discussões sobre o *Modernismo* e sobre a modernização pudessem circular de modo mais restrito, o processo de modernização dos serviços públicos atingia o cotidiano de toda a população da cidade, de maneiras variadas é certo, de acordo com o espaço social ocupado por cada habitante. Deve-se notar, portanto, que a tensão entre o moderno e o tradicional revela-se, também, na maneira ambígua de compreender e aceitar o progresso como uma conquista.

Podemos citar como exemplo a postura de Freyre em relação a desativação dos antigos mocambos, segundo o autor, esta forma de moradia

se harmoniza com o clima, com as águas, com a natureza, com os coqueiros e as mangueiras, com os verdes e os azuis da região, como nenhuma outra construção [...] Com toda a sua primitividade, o mucambo é um valor regional e, por extensão, um valor brasileiro, e, mais do que isso, um valor dos trópicos [...] Valor pelo que representa de harmonização estética: a da construção humana com a natureza. Valor pelo que representa de adaptação higiênica: a do abrigo humano adaptado à natureza tropical. Valor pelo que representa como solução econômica do problema da casa pobre: a máxima utilização, pelo homem, na natureza regional, representada pela madeira, pela palha, pelo cipó, pelo capim fácil e ao alcance dos pobres [...] O mal dos mucambos no Recife, como noutras cidades brasileiras, não está propriamente nos mucambos mas na sua situação em áreas desprezíveis e hostis à saúde do homem: alagados, pântanos, mangues, lama podre. Bem situado, o mucambo [...] é habitação superior a esses tristes sepulcros nem sempre bem caiados que são, entre nós, tantas casas de pedra e cal, sem oitões livres e iluminados apenas por tristonhas claraboias que apenas

¹⁸ Idem. ibidem. p.15. grifo nosso.

disfarça, a falta de luz e a pobreza de ar, dentro das quais vive a vida breve ou morre aos poucos- quando não às pressas, arrastada pela tísica galopante- a maior parte da gente média da região¹⁹.

Em “Aspectos de um Século de Transição no Nordeste do Brasil” publicado inicialmente no *Livro do Nordeste* (1925) reproduzido em *Região e Tradição* (1941), Freyre traça alguns paralelos entre a paisagem do Nordeste em 1825 e a de cem anos depois, em 1925,

já não se sucedem, entre canaviais, os casarões vastos de outrora, as casas-grandes de uma alvura lyricamente portuguesa de cal e às vezes cor de ocre amarelo ou pintadas de azul, tendo perto o longo telheiro avermelhado do engenho, a casa de purgar, a de farinha e a capela também muito branca de cal, uma ou outra pintada de azul. Elevam-se usinas, as maiores arrivistas da paisagem, que dominam com o escândalo enorme de suas chaminés. Usinas, ostentando letreiros de firmas comerciais das cidades; algumas com uma ar de quartéis em terras conquistadas [...]

Isso é a paisagem rural. As cidades também se modificaram com a construção, sobre modelos europeus do século décimo nono, de gares, mercados, bancos; com a tração elétrica; com a luz de gás e logo a elétrica; como os novos tipos de residência de uma arquitetura quase sempre de confeitaria; com a preocupação com a linha reta à americana, que alterou, em vários bairros do Recife o à-vontade antigo das ruas²⁰.

A vida no Recife possuía, para Freyre, um ritmo mais oriental do que europeu, sendo as reformas urbanas citadas acima as responsáveis por certo afrancesamento dos hábitos na cidade como, por exemplo, o gosto pelo teatro e pelas danças francesas depois da construção do Teatro Santa Isabel por um arquiteto francês.

¹⁹FREYRE, G. Manifesto Regionalista de 1926. In: **O Manifesto Regionalista**. Recife: INPJN, 1976.p.59. No **Livro do Nordeste** (1925), Freyre comenta que o Nordeste de 1925 perdera “aquele seu ar ingênuo [...] para adquirir o das modernas fotografias de usinas e avenidas novas. **Um ar arrivista e às vezes pretensioso**”. José Lins partilhará dessas impressões comentando que “estávamos no Brasil de depois da guerra. O açúcar em Pernambuco em elevação, um governo novo abrindo avenidas, um higienista pondo problemas de saúde em foco, um prefeito medíocre borrando a bela cidade do Capibaribe. **O Recife em plena inflação de mau-gosto**”. REGO, J. L. Notas sobre Gilberto Freyre. In: FREYRE, G. **Região e Tradição**. RJ: José Olympio, 1944. De acordo com Souza Barros, a cidade da década de 20 “não era mais o Recife do açúcar, ele era talvez o Recife do empório comercial [...] da rede ferroviária [...] do novo porto, discutido, mas já terminado [...] Éramos o porto e a praça. Mas éramos também a escola superior e o hospital. A escola, com as Faculdades, a de Direito e a recém-inaugurada de Medicina, e a continuação de duas Escolas de Engenharia e uma de Comércio, o Centro Hospitalar, servindo a todos os Estados vizinhos. Éramos ainda a comunicação, através, inclusive, da melhor imprensa, que distribuía seus jornais pela Great Western, com atraso de apenas um dia, em mais três capitais de Estados [...] SOUZA BARROS. **A Década de 20 em Pernambuco**. RJ: Editora Paralelo, 1972. p.80.

²⁰ FREYRE, Gilberto. Aspectos de um Século de Transição no Nordeste do Brasil. In: **Região e Tradição**. RJ: José Olympio, 1944.pp.107-108.

Reagindo a favor ou contra as reformas urbanas empreendidas no Recife, o fato é que tal reflexão abre a consciência sobre um espaço em crise, sobre uma realidade social na qual a presença cada vez mais perceptível do componente urbano passa a conviver com os traços da sociedade patriarcal nordestina. Temos, enfim, a tradição cultural do Nordeste agrário permeando o espaço urbano. Note-se, também, a centralidade que a cidade do Recife assume nas discussões sobre esses embates (quer como tema, quer como cenário) ponto que será aprofundado a seguir.

Não devemos esquecer, para tanto, que refletir sobre as características históricas e sociais de uma cidade é, também, refletir sobre o amplo conjunto de condições que delineiam o ambiente cultural em que se movem seus habitantes. Do ponto de vista analítico, a cidade é compreendida como um espaço dotado de variados e até contraditórios sentidos sociais, que convivem lado a lado, sendo construídos e consolidados ao longo do tempo.

1.1. Gilberto Freyre e José Lins do Rego: Modernismo e Regionalismo

É neste cenário do Recife dos anos 20 que o então polemista Lins do Rego, com destacada atuação no semanário **Dom Casmurro** que dirigia com Osório Borba, inicia sua amizade com Freyre, então um jovem sociólogo recém-chegado de anos de estudos fora do Brasil.

Sobre o semanário comenta Souza Barros,

naquele ano [1922], o romancista do Ciclo da Cana-de-Açúcar se juntaria a Osório Borba para editar um panfleto literário e político. E **Dom Casmurro** empolgou o Recife, pelo seu tom de desafio. Borba liderava o ataque. Os artigos de José Lins não possuíam a agressividade dos escritos pelo futuro autor de *A Comédia Literária*. Nenhum deles, entretanto, atacava problemas, mas indivíduos²¹.

Segundo Neroaldo Pontes de Azevedo, o semanário **Dom Casmurro** seria uma amostra exemplar do envolvimento político da imprensa e de suas conseqüências, "é a crônica política que constitui o grosso das publicações do impiedoso panfleto, que era temido por suas críticas aos políticos locais, à 'politicagem provinciana' em geral ou à atuação do governo federal"²². Tanta efervescência política trará inúmeros problemas como esse episódio citado por Luiz do Nascimento

a revista panfletária **Dom Casmurro**, de Osório Borba e José Lins do Rego, [...] estava sendo composta e impressa na modesta tipografia de Nelson Firmo, que tomara a peito o trabalho, recusado por várias outras oficinas gráficas, temerosas de represálias policiais. Pois, no assalto de 30 de abril, os vândalos carregaram todas as páginas de **Dom Casmurro** em ponto de impressão²³.

²¹SOUZA BARROS. **A Década de 20 em Pernambuco**. RJ: Editora Paralelo, 1972. p.180.

²²AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e Regionalismo** (Os anos 20 em Pernambuco). João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.p.23.

²³NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco**. Vol. 3. Recife: Imprensa Universitária, 1967, p.217.

No plano cultural, **Dom Casmurro** se dedicará, vivamente, à crítica ao *Modernismo* de São Paulo, veiculando algumas das posições mais hostis em relação ao movimento,

já no número de estréia, a 1ª de novembro de 1922, num artigo sem assinatura, 'O pensamento brasileiro na voz das novas gerações', faz-se o elogio do livro de poemas, **Horizonte**, de Oliveira e Silva, "em que o lirismo parnasiano esplende, brilhante e claro, como a melhor resposta às extravagâncias infantis que a geração dos futuristas de São Paulo tenta agora mesmo erigir em doutrina de reação contra a estética parnasiana'. No n., de 6 de novembro, em artigo também sem assinatura, 'Restrições aos nossos exageros', sobre o teatro nacional, escreve-se que em São Paulo 'há uma porção de energias perdidas nas preocupações preciosas do 'futurismo', ou melhor, um lamentável esnobismo literário". No número 3, de 13 de novembro, num artigo ainda uma vez sem assinatura, 'Enquanto os futuristas de São Paulo fazem ridículos, uma geração no Sul salva a cultura brasileira', volta-se a criticar os futuristas de São Paulo, contrapondo-os à 'nova geração intelectual do Rio'. **Klaxon** é criticada, enquanto **Árvore Nova**, do Rio, merece elogios. O grupo de São Paulo 'inventa originalidades fáceis a custo de escândalo de ignorância'²⁴.

Em entrevista a Moema D'Andrea Freyre diz que "nunca soube o que era esse **Dom Casmurro**. Eu sei que era um jornal panfletário e sei que me ufano ter arrancado José Lins do Rego do jornalismo panfletário em que o encontrei atolado, quando cheguei da Europa", quando inquirido sobre a possível alteração nas posições políticas e estéticas de José Lins, Freyre responde

bem, ele tomou inteiramente outro rumo, ele repeliu, brigou com Osório, Osório brigou com ele. E era um jornal dessa espécie que recebia dinheiro para atacar. Tinha um lado ético, em que eu sinto que o José Lins do Rego tivesse se deixado meter. Eles se atacavam servindo-se de certos políticos contra outros, recebendo quantias que não deviam receber. Não era jornalismo independente. Agora, a renúncia de José Lins do Rego a esse espécie de popularidade que ele estava gozando, através desse panfletarismo, é uma das mais belas coisas na vida desse meu amigo²⁵.

Em vários escritos, José Lins confirmará essas observações de Freyre. Elegemos como um dos mais emblemáticos o prefácio do autor ao livro *Região e Tradição* (1944), nele José Lins afirma que a partir da amizade com o sociólogo

²⁴AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e Regionalismo** (Os anos 20 em Pernambuco). João Pessoa : Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984. pp.39-40.

²⁵FREYRE, G. Entrevista à Rosa Maria Godoy Silveira e Moema Selma D'Andrea em 14.abr.83, transcrita em. D'ANDREA, Moema. **A Tradição Re(des)coberta**. Campinas – SP: Ed. da Unicamp, 1992. p.24.

“começava a existir para mim um outro mundo das idéias, o mundo das artes”. A saudade e o encanto pelo Brasil trazidos por Freyre, também tiveram grande impacto sobre José Lins que conta ter passado a enxergar o Brasil não mais como um “vulgar cotidiano”, percebendo que “havia o Brasil, que havia uma grandeza brasileira, com raízes sólidas, plantadas pelo lusitano que tanto se desprezava”²⁶.

Precisamos considerar José Lins um informante bastante parcial quando comenta sobre o impacto das idéias e das sugestões de Gilberto Freyre não apenas sobre ele, mas especialmente, sobre os círculos intelectuais do Recife. Mesmo como fonte quase viciada, não podemos esquecer, contudo, que as crônicas e artigos de José Lins contribuirão, e muito, para a legitimação de Freyre como o sistematizador e polo aglutinador das idéias regionalistas já em voga no Recife. Citemos um exemplo:

começou Gilberto a agitar nos seus artigos temas inteiramente novos para o Brasil, a falar de gente inteiramente desconhecida para nossos meios literários, revelando um Joyce, um Meredith, o neo-thomismo de Maritain, os Browning, Gide, a escrever de um jeito que era novo sem ser “moderno”, a dar à língua portuguesa uns acentos melódicos, a descobrir soluções poéticas para certo acentos ásperos da nossa língua. A prosa de Gilberto era por esse tempo uma coisa inteiramente original, sem que fosse bizarra ou exótica²⁷.

Com o objetivo de aproximar os homens das manifestações mais íntimas da vida, a sociologia de Freyre se asseguraria

mais na vida que nas teorias, é mais humana que sistemática [...] as descobertas de Gilberto Freyre, as suas análises miúdas, as suas interpretações, as suas síntese, provém do homem, da organização lírica, da sabedoria humanizada que é a sua. Os americanos lhe ensinaram muito, mas muito sabia por si mesmo²⁸.

²⁶REGO, José Lins. Notas sobre Gilberto Freyre In: FREYRE, G. **Região e Tradição**. RJ: José Olympio, 1944.p.11. Nota-se esse quase encantamento de José Lins com a redescoberta do Nordeste quando comenta, no mesmo prefácio, uma viagem que fez com Freyre à Paraíba: “nosso passeio pelos engenhos dos meus parentes. Eu mostrando a minha gente e a minha terra, os partidos de cana, os bangüês, os tios, as tias, **e tudo aquilo lhe parecendo melhor do que eu pensava que fosse**”. Idem. ibidem. p.15. grifo nosso.

²⁷Idem. ibidem.p.15.

²⁸ Idem. op. cit..p.18.

Nesses termos, José Lins também concederá a Freyre o mérito de dar novos contornos ao *Regionalismo* até então existente no Brasil o qual

quando não era uma coisa de superfície, o saudosismo do burity solitário de Affonso Arinos, todo pitoresco, mais sentimental que cultural, era o caipirismo paulista que atingira com Monteiro Lobato o seu melhor padrão. Ou então limitavam o *Regionalismo* às extravagâncias de linguagem e traje. É verdade que Simão Lopes Neto no Rio Grande do Sul compusera uns contos admiráveis, onde havia alguma coisa mais que a cor da terra e o exotismo da gente [...] Mas no plano das idéias e da literatura, *Regionalismo* era uma limitação, quando não se tornava uma manifestação perniciosa²⁹.

Desse modo, será entre bacharéis nordestinos que desenvolviam atividades como cronistas ou críticos em jornais do Recife que Freyre encontrará exelente acolhida para as suas idéias. Trata-se de figuras como José Lins do Rego, Olívio Montenegro, Alfredo Moraes Coutinho, Odilon Nestor, Luís Jardim que, juntamente com outros, apresentavam preocupações comuns quanto ao tumultuado período político que a República atravessava, canalizando seus descontentamentos especialmente para a centralização política entendida como puro artificialismo, uma fórmula fictícia

sem bases históricas, nem geográficas, que em vez de uma coloração harmoniosa de entidades histórico-sociais, resultou nesse irritante fenômeno de hegemonia alternativa, em que dois Estados mais influentes se revezam, de quadriênio em quadriênio, na direção do país.³⁰

Demonstram, ainda, preocupações, embora pouco sistematizadas, quanto à desagregação das formas de vida tradicionais especialmente na zona açucareira, bem como com a progressiva descaracterização das formas típicas de organização social da região, de modo que, à luz da progressiva decadência do Nordeste, as questões relacionadas à região e à tradição colocam-se na pauta do dia.

²⁹Idem. op. cit..p.19. Tadeu Rocha atribui aos artigos publicados por Freyre no **Diário de Pernambuco** o início do movimento regionalista: "o seu estilo revolucionário e os seus assuntos regionalistas e tradicionalistas surpreenderam os velhos e, até mesmo, alguns dos novos intelectuais do Recife". ROCHA, T. **Modernismo e Regionalismo**. Maceió: Imprensa Oficial de Alagoas, 1964.p.12.

³⁰COUTINHO, Alfredo Moraes. Pernambuco e o *Regionalismo* Nordestino. **Ilustração Brasileira**. Rio de Janeiro/ Recife, Ano 5, n.46, jun.1924. Citado em: AZEVEDO, N. P. de. op. cit..p.213.

Retornando ao Brasil em 1923, Gilberto Freyre insere-se vivamente nas discussões sobre a renovação cultural da região Nordeste, travando polêmicas com Inojosa e articulando e sistematizando o *Regionalismo* que ganharia contornos claros a partir de 1924 com a fundação do *Centro Regionalista do Nordeste* e em 1926 com a realização do *Primeiro Congresso Regionalista do Nordeste*. Historiadores do período como Souza Barros (1972) e Tadeu Rocha (1964) atribuem grande importância a esses dois eventos, marcando-os como os elementos que ajudaram a alargar o raio de ação do *Regionalismo*, principalmente, pelos estados de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte³¹. No trabalho de divulgação e publicização das sugestões regionalistas, José Lins também assumirá um papel privilegiado particularmente entre os círculos intelectuais paraibanos e alagoanos.

Importante notar como mesmo reunindo um grupo de intelectuais, o Centro Regionalista nunca chegou de fato a institucionalizar-se, mantendo reuniões extremamente familiares na casa de Odilon Nestor, "em volta da mesa de chá com sequilhos e doces tradicionais da região"³². O *Centro* não teve duração muito prolongada, correspondendo à uma tentativa de, no contexto dos anos 20, dar contornos claros e agregar o que vinham sendo as discussões sobre o *Regionalismo*, em especial no Recife, de modo a compor aquilo que ficaria conhecido como o Movimento do Recife que gravitou, especialmente, em torno do

³¹Tadeu Rocha (1964) comenta que ambos os eventos chamaram a atenção dos intelectuais nordestinos para o trabalho renovador de Freyre que, no **Livro do Nordeste** (1925) já dera mostras de seus métodos de pesquisa.

³² FREYRE, G. Manifesto Regionalista de 1926. In: **O Manifesto Regionalista**. Recife: INPJN, 1976.p.54.

Freyre e de suas sugestões, sendo batizado por ele como *Movimento Regionalista, Tradicionalista e, a seu modo, Modernista do Recife*³³.

As reuniões ocorriam às terças-feiras, na casa do Professor Odilon Nestor, segundo Freyre, se discutia “em voz mais de conversa que de discurso” os problemas do Nordeste, buscando, entre outros objetivos, incentivar o surgimento de outros *Regionalismos* pelo país, conferindo, assim, organicidade ao movimento regionalista. Numa síntese expressa no *Manifesto Regionalista*, Freyre argumenta ser o *Regionalismo*

tão contrário a qualquer espécie de separatismo que, mais unionista que o atual e precário unionismo brasileiro, visa a superação do estadualismo, lamentavelmente desenvolvido aqui pela República – este sim, separatista – para substituí-lo por novo e flexível sistema em que as regiões, mais importantes que os Estados, se completem e se integrem ativa e criadoramente numa verdadeira organização nacional. Pois são modos de ser – os caracterizados no brasileiro por suas formas regionais de expressão – que pedem estudos ou indagações dentro de um critério de inter-relação que, ao mesmo tempo que amplie, no nosso caso, o que é pernambucano, paraibano, norte rio-grandense, piauiense e até maranhense, ou alagoano ou cearense em nordestino, articule o que é nordestino em conjunto com o que é geral e difusamente brasileiro ou vagamente americano³⁴.

Para Freyre, durante o Império (1822-1889) as províncias foram sacrificadas pelo imperialismo da corte que, por sua vez, seria excessivamente afrancesada ou anglicizada. Com a República, ianquizada, as províncias foram substituídas por Estados que

passaram a viver em lutas entre si ou com a União, impotente, nuns pontos, e, noutros, anárquica: sem saber conter os desmandos para-imperiais dos Estados grandes e ricos, nem policiar as turbulências de alguns dos pequenos em população e que deviam ser ainda Territórios e não, prematuramente, Estados³⁵.

³³Pode-se considerar que a denominação atribuída por Freyre destaca o cunho de modernidade que deveria nortear essas manifestações culturais e artísticas: a marca da oralidade linguística, a plasticidade rítmica, a sintaxe corrida e o lirismo telúrico. Nas palavras de Moema D’Andrea, teríamos um “*Modernismo ordeiro*” que opera como uma força centrífuga da tradição. Cf. **A Tradição Re(des)coberta**. Gilberto Freyre e a Literatura Regionalista. Campinas – SP: Ed. da Unicamp, 1992. p.46.

³⁴Idem. ibidem. pp.54-55.

³⁵Idem. ibidem. p.55.

A solução proposta pelos regionalistas nordestinos estaria, segundo Freyre, na articulação inter-regional, **“pois de regiões é que o Brasil, sociologicamente, é feito, desde os seus primeiros dias. Regiões naturais a que se sobrepueram regiões sociais”**, desse modo, as ações dos governos central e estaduais devem ser pensadas inter-regionalmente porque **“somos um conjunto de regiões antes de sermos uma coleção arbitrária de ‘Estados’”**, logo é regionalmente que o Brasil deve ser administrado

sob uma só bandeira e um só governo, pois *Regionalismo* não quer dizer separatismo [...] Regionalmente deve ser estudada, sem sacrifício de sua unidade, a cultura brasileira, do mesmo modo que a natureza; o homem do mesmo modo que a paisagem. Regionalmente devem ser considerados os problemas de economia nacional e os de trabalho³⁶.

Em síntese, formula-se uma proposta que justifique a coesão regional, a qual, por sua vez, possui no aspecto homogeneizador da região seu mais forte argumento funcional. Desse modo, a partir da identidade espacial e sob o predomínio do Nordeste açucareiro é que foi construída a defesa das Regiões.

Quanto ao Primeiro Congresso Regionalista de 1926, Freyre o define como um esforço para deixar clara a ação regionalista que, para ele, ainda era mal compreendida e superficialmente julgada.

Para o sociólogo, o *Movimento do Recife* caracteriza-se como um “esforço de renovação cultural mais de dentro para fora do que de fora para dentro”³⁷, buscando, portanto, aquilo que seria organicamente brasileiro em termos culturais, voltando-se para a tradição e para o povo. É apresentado, por ele, como apolítico, contrário a qualquer tipo de dogmatismo tanto estético, quanto político, não sendo sectário. Todos esses fatores teriam permitido sua imensa repercussão

³⁶Idem. ibidem.p.56. grifo nosso.

³⁷Idem. O Movimento Regionalista, Tradicionalista e, a seu modo, Modernista do Recife. In: **O Manifesto Regionalista**. Recife: INPJJN, 1976.p.13.

na cultura e na vida brasileira, fazendo com que ambas não possam ser analisadas sem que se dedique especial atenção ao *Movimento do Recife*.

Segundo José Lins, convergiram para o Congresso Regionalista “moços e velhos, gente das tendências mais opostas. Chamou [Gilberto Freyre] padres, juizes, senhores de engenho, advogados, médicos, presidentes de clube de carnaval, velhas cozinheiras, doceiras, o governador do Estado, o arcebispo, o juiz federal”³⁸. Assim, o *Congresso* caminhava para a vida,

a terra e a gente não como temas, mas como personagens do drama [...] o *Regionalismo* de Gilberto Freyre [...] no plano político é contrário ao estadualismo que a República plantara; no plano artístico é uma sondagem na alma do povo, nas fontes de folclore, no que há de grande e vigoroso na alma popular.

[...]

A este *Regionalismo* poderíamos chamar de orgânico, de profundamente humano. Ser da sua região, de seu canto de terra, para ser-se mais uma pessoa, uma criatura da vida, mais ligada à realidade. Ser de sua casa para ser intensamente da humanidade [...] Com um *Regionalismo* desses é que poderemos fortalecer mais ainda a unidade brasileira³⁹.

Freyre assume, na maior parte dos casos, uma postura contrária às propostas da Semana de Arte Moderna, sendo recorrente a crítica de serem excessivamente europeizados, ao invés de se dedicarem vivamente ao Brasil e às tradições brasileiras. Considera o *Regionalismo tradicionalista e seu modo modernista do Recife* como completamente “independente do ‘Modernismo’ Rio - São Paulo, do qual tanto se fala, às vezes esquecendo-se esse outro movimento da mesma época, saído do Recife”⁴⁰, afirma que não aderiu à Semana e que seus

³⁸REGO, José Lins do. Notas sobre Gilberto Freyre In: FREYRE, G. **Região e Tradição**. RJ: José Olympio, 1942.p.19.

³⁹Idem. Ibidem. p.20.

⁴⁰Idem. O Movimento Regionalista, Tradicionalista e, a seu modo, Modernista do Recife. In: **O Manifesto Regionalista**.Recife: INPJJN, 1976.p.15.

“*Modernismos* trouxe-os direta e pessoalmente ao Brasil, da Europa e dos Estados Unidos. Descobertos por mim. Assimilados por mim”⁴¹.

Argumenta, ainda, que o grande impacto do *Movimento do Recife* foi sobre

as próprias formas de vivência e de convivência e sobre as formas mais diretas de interpretação dessas formas por ensaístas, por sociólogos, por antropólogos, por historiadores, por folcloristas de um novo e revolucionário tipo: com algo de poético e por vezes até de lírico no seu modo de serem analistas mais ou menos científico⁴².

Tadeu Rocha aponta Maceió como a cidade onde “surgiu a mais importante sucursal do *Regionalismo* Tradicionalista [...] O movimento só foi ali acolhido em começos de 1927 – um ano após o lançamento do Manifesto Regionalista e alguns meses após a chegada do escritor José Lins do Rego à capital de Alagoas”⁴³. Nesse sentido, a cidade teria vivenciado a ebulição regionalista na década de 30, em razão, especialmente, do encontro de “pessoas essenciais” como José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Jorge de Lima, Rachel de Queiroz, Aurélio Buarque de Hollanda, etc., ganhando fôlego, pela primeira vez desde o início das discussões sobre o *Regionalismo*, a produção de romances.

José Lins passou a residir em Maceió para ocupar o cargo de fiscal de banco. Também na capital alagoana, publicou inúmeros artigos e crônicas sobre o *Regionalismo* e a sobre a renovação literária decorrente dele, tornando-se, inclusive, o correspondente alagoano de **A Província**, dirigida por Freyre. Segundo Tadeu Rocha, a influência de José Lins “junto ao povo alagoano foi o tipo do apostolado moderno: apostolado do meio, em que o intelectual chegado de fora

⁴¹FREYRE, Gilberto. Serei um anti-São Paulo (2). **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12 set. 1981. Disponível em: www.fgf.org.br. Acesso em: 15.set.2005. Nerolado Pontes de Azevedo comenta que em 1922 Freyre viaja para a Europa, em Paris torna-se próximo dos pintores pernambucanos Joaquim e Vicente do Rego Monteiro, conhece Brecheret e os movimentos de vanguarda da Europa.

⁴²Idem. O Movimento Regionalista, Tradicionalista e, a seu modo, Modernista do Recife. In: **O Manifesto Regionalista**. Recife: INPJM, 1976.p.29. Cf. AZEVEDO, Neroaldo P. de. **Modernismo e Regionalismo** (Os anos 20 em Pernambuco). João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

⁴³ROCHA, Tadeu. **Modernismo e Regionalismo**. Maceió: Imprensa Oficial de Alagoas, 1964.p.13.

atuou entre intelectuais da terra, passando a estes a incumbência de levar a nova mensagem regionalista⁴⁴. Nesses termos,

se é certo que a Revolução de 1930, com o desaparecimento de 'A Província', o ostracismo político de Odilon Nestor e o exílio de Gilberto Freyre, determinou uma descontinuidade nos trabalhos do movimento regionalista em sua própria sede, não é menos verdadeiro que em Maceió – onde surgiu a mais importante sucursal do *Regionalismo* Tradicionalista – as coisas se passaram de outro modo⁴⁵.

Na realidade, o movimento em Maceió se firmou com aparecimento da revista semanal "Novidade", dirigida por Alberto Passos Guimarães e Valdemar Cavalcanti, fortalecendo o grupo e a publicação de livros de ficção e de ensaios. No prefácio a *Gordos e Magros* (1942), José Lins comenta sua passagem por Maceió: "relembro a fase alagoana de minha vida como tempos fecundos, época de floração de minha carreira. **Saía do aprendizado para fazer qualquer coisa com as minhas próprias mãos**"⁴⁶.

Tecendo um panorama sobre o cenário intelectual de Maceió, Tadeu Rocha comenta:

José Lins do Rego e Graciliano Ramos escreviam romances, Valdemar Cavalcanti fazia crítica literária, Mário Marroquim trabalhava em pesquisas lingüísticas, Carlos Paurílio redigia contos poéticos e Aloísio Branco publicava seus inesquecíveis poemas. Raul Lima, Diégues Júnior, José Auto, Aurélio Buarque de Hollanda, Alberto Passos Guimarães, Paulo Malta, Carlos Duarte e Arnon de Melo, em Maceió, no Recife ou no Rio de Janeiro, cometiam também os seus poemas, escreviam os seus contos ou crônicas e começavam a encaminhar-se pelos mais diversos roteiros da vida prática. Foi nesta fase [...] que Rachel de Queiroz levou ali uma parte daqueles quatro anos decorridos entre a conclusão de *João Miguel* (dezembro de 1931) e a elaboração do *Caminho de Pedras* (outubro de 1936)⁴⁷.

A prosa de ficção produzida no Nordeste especialmente a partir de 30 seria, para Freyre, tributária não das tendências estéticas ou literárias vindas do Sul;

⁴⁴ROCHA, Tadeu. op. cit..p.29.

⁴⁵Idem. op. cit..p.70.

⁴⁶REGO, José Lins. **Gordos e Magros**. RJ: Casa do Estudante do Brasil, 1942.p.47. Tadeu Rocha comenta que José Lins e Jorge de Lima transformaram os "meninos de Alagoas" em seus confidentes, a quem mostravam poemas e capítulos de romances ainda em elaboração.

⁴⁷ROCHA, Tadeu. op. cit..p.81.

antes, seria influenciada pelas propostas regionalistas gestadas no Recife, propostas que, para ele, reuniam a busca e a explicitação de valores tradicionais, bem como a utilização da experiência pessoal de cada artista num movimento que reunia tradicionalismo, *Regionalismo* e *Modernismo* como modo de revolucionar as “normas de artes brasileiras”. Considera, portanto, o romance social do Nordeste um exemplo da manifestação de novas expressões literárias fruto das provocações do *Movimento do Recife* às convenções literárias e artísticas da época.

É a partir da expressão da vida vivida que os regionalistas retomam o passado de prosperidade do Nordeste, bem como apontam, à luz desse mesmo passado, o drama atual de uma região reduzida à sombra de sua história, assistindo àquilo que consideram ser a inversão de seus valores sociais e que transformou netos de senhores de engenho em “pífios funcionários públicos”, descaracterizando os engenhos que, agora, “*profiteuirs* venturosos administram de longe, por trás de firmas comerciais”⁴⁸.

Assim, Gilberto Freyre argumenta que o Brasil é “combinação, fusão e mistura. E o Nordeste, talvez a principal bacia em que se vêm processando essas combinações, essa fusão, essas mistura de sangues e de valores que ainda fervem [...]”⁴⁹, ainda ressalta que vários valores da região tornaram-se nacionais “depois de impostos aos outros brasileiros menos pela superioridade econômica que o açúcar deu ao nordeste durante mais de um século do que pela sedução moral e pela fascinação estética dos mesmos valores”⁵⁰, podendo o Nordeste se considerar uma região que já contribuiu grandemente para dar à cultura ou à civilização brasileira autenticidade e originalidade.

⁴⁸ FREYRE, Gilberto. Manifesto Regionalista. In: **O Manifesto Regionalista**. Recife: INPJN, 1976.p.76.p.277.

⁴⁹Idem. ibidem.p.76.

⁵⁰ Idem. ibidem. p.57.

Pode-se argumentar, como sugere Moema Selma D'Andrea que é por meio do *referendum* cultural do colonizador que Gilberto Freyre reivindicará para o *Regionalismo* nordestino a expressão cultural mais autêntica de brasilidade, isto é, ao insistir na identificação da colonização portuguesa com uma cultura nacional, Freyre elege o passado como o elemento autenticamente brasileiro, convertendo, por essa via, o passado em um presente contínuo.

Freyre argumenta, por exemplo, que o Nordeste foi a região do país onde a Abolição se fez sentir mais profundamente, chegando alguns senhores de engenho a falirem por não conseguirem outra fonte de mão-de-obra para as lavouras. Se, por um lado, não contar com os imigrantes para substituir a força de trabalho escrava representou uma grave crise econômica, por outro, transformou o Nordeste num "refúgio da alma brasileira", ou seja, permitiu que "se fortalecesse, mais do que no Sul, a brasilidade [...] o tempero mais vivo que já se sente ir animando uma cultura distintamente brasileira, saída da região mais endogâmica do Brasil contra as infiltrações européias ou norte-americanas"⁵¹.

Como já indicado em alguns momentos, os regionalistas tentaram formular uma resposta harmônica à hegemonia de Pernambuco sobre os estados vizinhos (em razão especialmente do porto do Recife), qual seja, a homogeneidade da região nordestina como o elemento que a converte em síntese maior da cultura brasileira, assim, "falar em região será, necessariamente, falar de Pernambuco e de sua predominância também cultural, uma vez que os intelectuais dessa região se aglutinavam sob o vetusto teto da Faculdade de Direito"⁵².

⁵¹FREYRE, G. Aspectos de um Século de Transição no Nordeste do Brasil. In: **Região e Tradição**. RJ: José Olympio, 1944.p.193.

⁵²D'ANDREA, Moema. **A Tradição Re(des)coberta**. Gilberto Freyre e a Literatura Regionalista. Campinas – SP: Ed. da Unicamp, 1992. p.54.

Em síntese, o *Regionalismo* inspirado por Freyre procurou não só estudar e observar direta e objetivamente as características regionais, como buscou, também, enriquecer tais observações com experiências pessoais vividas diante desses traços típicos da região. Trata-se de um estudo do todo (o Brasil) por meio das partes (as regiões) de modo a revelar um país que não seria “dividido, mas respeitando-se nas suas diversidade [...] Um Brasil livre de tutelas que tendem a reduzir a feudos certas regiões”⁵³.

⁵³ Idem. op. cit..p.57.

1.2. José Lins do Rego, Cronista.

Nesse clima e em meio a essas disputas, José Lins inicia sua carreira como escritor publicando pequenas crônicas e ensaios que ganharam destaque, no início dos anos 20, com polêmicas em relação ao *Modernismo* de São Paulo. Tais polêmicas são publicadas por meio do semanário **Dom Casmurro** e de jornais como o **Jornal do Recife**⁵⁴ e o **Diário da Paraíba**.

A atividade que inicia o contato de José Lins com o meio literário pernambucano (e com Gilberto Freyre) não será abandonada após o autor se tornar, também, romancista, ao contrário, a produção de romances será acompanhada pela publicação de vários livros de ensaios e crônicas (algumas de viagem) como *Gordos e Magros* (1942); *Poesia e Vida* (1945); *Roteiro de Israel* (1951); *Bota de Sete Léguas* (1952); *Homens, Seres e Coisas* (1952); *A Casa e o Homem* (1954); *Presença do Nordeste na Literatura Brasileira* (1957); *Gregos e Troianos* (1957) e *O Vulcão e a Fonte* (1958 – edição póstuma).

Esta produção, desenvolvida simultaneamente aos romances, demonstra que além de uma vasta obra como romancista, José Lins também produziu muitas crônicas e ensaios, articulando criação literária à reflexão sobre ela. Como lembra José Aderaldo Castello, a obra de ficção de José Lins “não é somente expressão de puro instinto, como se diz ou como ele mesmo disse: ela resulta também de um

⁵⁴José Lins publicou, a partir de 1921, crônicas dominicais neste jornal dedicando-se, principalmente, ao jornalismo político-partidário, embora também comece a ensaiar as crônicas literárias. Ao falar sobre José Lins do Rego, Gilberto Freyre retoma a fase de polemista do romancista paraibano, afirmando que o salvou das limitações inerentes a tal atividade, lembrando que, na época, sugeriu que o autor deixasse de assinar “Lins do Rego” e incorporasse seu nome doméstico “José”, mudança de nome que, para Freyre, mostra que o autor se libertou do “furor panfletário que o vinha desviando de sua verdadeira vocação: a de escritor” voltando-se para seus tempos de menino, para suas experiências básicas de infância e adolescência.

pensamento crítico e veementemente exposto em suas páginas de ensaios, de crônicas, de evocação memorialistas”⁵⁵.

Uma das ligações mais nítidas entre as crônicas e os romances está no modo como a questão do tempo é trabalhada pelo autor, isto é, em ambos os casos há uma íntima relação entre história, memória e ficção. Para o crítico Davi Arrigucci Júnior, todos os significados que podemos atribuir à crônica implicam a noção de tempo justamente porque esta corresponde a uma “forma do tempo e da memória, um meio de representação temporal dos eventos passados, um registro da vida escoada”⁵⁶, assim, mais do que um comentário sobre os acontecimentos do cotidiano, a crônica seria definida como um relato em permanente relação com o tempo, “de onde tira, como memória escrita, sua matéria principal, o que fica do vivido”⁵⁷. Nesse sentido, a crônica pode ser analisada com um modo de inscrição da história no texto, sendo, portanto, um elo valioso na relação entre história e ficção.

Sobre as crônicas de José Lins, podemos argumentar que revelam uma tensão contínua entre tempos diversos (passado e presente) e espaços sociais heterogêneos (Rio de Janeiro e zona canavieira nordestina) que se fundem numa narrativa de composição aparentemente solta, que será analisada sob a hipótese de constituir uma tentativa do autor de equacionar os dois tempos e espaços sociais heterogêneos com os quais lida para compor suas crônicas. Afinal, temos um romancista que se consagra como contador das histórias íntimas do Nordeste e um cronista que escreve diariamente para jornais cariocas com crônicas que

⁵⁵CASTELLO, José Aderaldo. **José Lins do Rego: modernismo e regionalismo**. SP: Edart, 1991.p.22.

⁵⁶ARRIGUCCI Jr., Davi. Fragmentos sobre a Crônica. In: **Enigma e Comentário**. SP: Cia. Das Letras, 1987.p.51

⁵⁷Idem. ibidem.p.51.

versam especialmente sobre suas experiências no Rio de Janeiro, bem como sobre o dia-a-dia da cidade.

De modo geral, é possível diferenciar o protocolo narrativo das crônicas e dos romances (particularmente os do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*), uma vez que, no caso das primeiras, a construção do narrador parece obedecer a critérios e a categorias outras daquelas que se fazem presente nos romances. Assim, o purismo e a emotividade que marcam os narradores dos romances, dão lugar a um narrador preocupado em atribuir sentido a sua produção, refletindo, de maneira detida, sobre a construção desta.

Moema D'Andrea atribui ao cronista José Lins dos anos 20 uma "iniciante organização intelectual [...] demonstra-se no estilo imaturo já bem prolixo – onde se misturam uma sintaxe descuidada e termos preciosos bem ao gosto da literatura finissecular, entremeados por 'metáforas emocionais'"⁵⁸. Estilo muito diferente do de Gilberto Freyre que, no mesmo período, divulga seus artigos com uma prosa mais elaborada e fluida, contudo, deve-se notar a semelhança nos temas tratados (a crise da nova geração intelectual pernambucana, a valorização da história do Nordeste e a centralidade dos valores culturais nordestinos na explicação dos impasses vividos pela Região e pelo País).

A análise dessas crônicas permite contextualizar e problematizar as afirmações de José Lins acerca da espontaneidade, da sensibilidade e da pouca reflexão dos quais seus romances seriam fruto, o que nos leva, nesse sentido, a concordar parcialmente com a afirmação de Moema sobre a "iniciante organização intelectual" de José Lins.

⁵⁸D'ANDREA, Moema. **A Tradição Re(des)coberta**. Gilberto Freyre e a Literatura Regionalista. Campinas – SP: Ed. da Unicamp, 1992.p.42. A autora comenta, ainda, que "Em José Lins de 1922, portanto, antes de seu encontro com Gilberto Freyre, a questão das diferenças regionais já se coloca, mas ainda de maneira débil e imprecisa. A crise identifica-se com o lamento". Idem. ibidem. p.59.

As crônicas possibilitam investigar também as posições do escritor em relação ao *Regionalismo* nordestino de 30, o que pode iluminar a compreensão de alguns aspectos estruturais de seus romances como a questão da decadência e da articulação desta com a história e com a região.

Assim, podemos identificar algumas temáticas recorrentes nas crônicas aqui analisadas. Nelas aparecem as notas e as observações de José Lins sobre romancistas e poetas brasileiros (tanto contemporâneos quanto anteriores a ele)⁵⁹ e também sobre romancistas e autores estrangeiros, especialmente autores espanhóis, ingleses e norte-americanos, em geral, contemporâneos ao autor que se dedica, na maioria dos casos, a comentar as edições recém traduzidas para o português e publicadas no Brasil⁶⁰.

Outro recurso recorrente de José Lins é a utilização dessas crônicas (ou ensaios como querem alguns críticos)⁶¹ para argumentar sobre a composição do romance. Dedica-se, também, ao comentário de alguns acontecimentos importantes no país e no mundo durante os anos 40, bem como a contar ao leitor os desdobramentos de conversas e de encontros, casuais ou não, que teve na cidade do Rio de Janeiro.

Também chama a atenção a quantidade de crônicas dedicadas à relação entre o regional e o universal. José Lins tece argumentos que buscam ligar os dois pólos e nunca colocá-los em oposição, insistindo que o bom romancista é aquele

⁵⁹Como exemplo: "Biografia de Lima Barreto"; "Uma Vida de Gonçalves Dias"; "O Poeta Cassiano Ricardo"; "José de Alencar e os Escravos"; "Bilac"; entre outras.

⁶⁰Como exemplo: "Babbitt"; "O Vulcão e a Fonte"; "A Ponte de São Luis Rey"; "Shelley e os Poetas"; "O Quixote de Unamuno"; "Os Ossos do Mundo"; "Palavras de T. S. Eliott"; dentre outras.

⁶¹Ivan Junqueira, por exemplo, ao organizar o livro *Dias Idos e Vividos* que reúne vários escritos do autor paraibano, argumenta que o cronista José Lins "deve ser entendido apenas enquanto redução operacional ou circunstancial do ensaísta", uma vez que tais escritos comportariam maior fôlego e amplitude exegética do que tradicionalmente é classificado como crônica. JUNQUEIRA, I. **Dias Idos e Vividos**. RJ: Nova Fronteira, 1981. p.307.

que consegue conferir universalidade a sua terra⁶². No livro *Presença do Nordeste na Literatura* (1957) argumenta que um dos principais objetivos do *Regionalismo* nordestino era

transformar o chão do Nordeste: de Pernambuco, num pedaço de mundo. Era expandir-se ao invés de restringir-se. Por esse modo o Nordeste absorvia o movimento moderno no que ele tinha de mais sério. Queríamos ser do Brasil sendo cada vez mais da Paraíba, do Recife, de Alagoas, do Ceará⁶³.

Conforme já explicitado brevemente, José Lins afina-se às discussões e às propostas de Gilberto Freyre em relação aos primeiros tempos do Movimento Regionalista do Recife. Assim, insistirá enfaticamente na independência desse Movimento em relação ao *Modernismo* de São Paulo, classificando a Semana de Arte Moderna como um acontecimento realizado por “meia dúzia de rapazes inteligentes e lidos em francês”⁶⁴, argumentando que “desde 1923, Gilberto Freyre começou a existir, e desde esse tempo o eixo literário – Recife – apareceu independente do Rio e de São Paulo e até um tanto hostil”⁶⁵.

Para José Lins, a Semana de Arte Moderna não teria tido impacto no Recife, ofuscada justamente pela chegada de Freyre da Europa que

nos advertia da fraqueza e do postigo do movimento. Eu mesmo, num jornal político que dirigia com Osório Borba, me pus do lado oposto, [...], verificando na agitação modernista uma velharia, um desfrute, que o gênio de Oswald de Andrade inventara para divertir os seus ócios de milionário⁶⁶.

Nesse sentido, considera o *Modernismo* de São Paulo externo à realidade brasileira; um messianismo que pretende criar uma arte nacional e que falha

⁶²Como exemplo: “O Provinciano Machado de Assis”; “O Cravo de Mozart é Eterno”; “Antônio Alcântara Machado”; “Carta a Escorel”; “Jorge de Lima e o *Modernismo*”; “Augusto dos Anjos e o Engenho Pau d’Arco”; “Do Bom Tradicionalismo” e o livro *Presença do Nordeste na Literatura Brasileira* (1957).

⁶³REGO, José Lins do. **Presença do Nordeste na Literatura Brasileira**. RJ: MEC, 1957.

⁶⁴REGO, José Lins do. “Espécie de História Literária”. In: JUNQUEIRA, I. **Dias Idos e Vividos**. RJ: Nova Fronteira, 1981. p.45. Publicado originalmente em **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

⁶⁵Idem. *ibidem*. p.43.

⁶⁶REGO, José Lins do. *ibidem*. p.97.

exatamente por essa razão, porque pretende “provocar uma arte brasileira por processo de chocadeira mecânica”.

Em síntese, o *Modernismo* corresponderia a uma arte cerebral que pouco se debruçaria sobre o Brasil e quando o faz seria com a intenção de catalogá-lo e não para senti-lo. Como exemplo, cita Mário de Andrade que em *Macunaíma* (1928) teria criado uma língua artificial, mais um “arranjo de filólogo” do que um “instrumento de comunicação oral ou escrito”, afirmando que não fosse o talento de poeta que Mário possui seu livro não passaria de um “fichário de erudição folclórica”⁶⁷.

Nota-se, desse modo, que uma das questões centrais para José Lins está em produzir uma literatura que seja fruto da sensibilidade e que seja legítima porque vivida, isto é, “a literatura não como composição, e, sim, como vida ou manancial de vida”⁶⁸. Para o romancista, essa é também a postura de Freyre, para quem a vida e os homens estariam acima das teorias e dos partidos, “a sociologia de Gilberto Freyre se assegura mais na vida do que nas teorias, é mais humana que sistemática”⁶⁹.

José Lins destaca-se como um daqueles que mais hostilizavam os acontecimentos e as realizações da Semana de Arte Moderna, assume, durante os anos 20, atitude muito mais polêmica do que as de Freyre, por exemplo, exprimindo uma postura hostil e quase irritada em relação às repercussões da Semana. Assim, uma de suas principais preocupações será negar o valor atribuído à Semana de Arte Moderna como atitude duradoura e como expressão centralizadora de um movimento de âmbito nacional, lançando-se com ira contra à

⁶⁷Idem. *ibidem*.p.98. Segundo José Lins, *Macunaíma* seria “um repositório de folclore, o livro mais cerebral que já se escreveu entre nós”. Idem. *ibidem*.p.96.

⁶⁸Idem. **Presença do Nordeste na Literatura**. RJ: MEC, Serviço de Documentação, 1957.p.13.

⁶⁹REGO, José Lins do. Notas sobre Gilberto Freyre. In: FREYRE, G. **Região e Tradição**. RJ: Record, 1944.p.18.

condenação sumária do passado pregada pelos modernistas. Insistirá na posição independente do Recife, com Gilberto Freyre à frente, propondo, por essa via, novos valores e novas possibilidades de renovação estética para as artes no Brasil.

O romancista insiste, ao longo dos anos e em inúmeras crônicas, na íntima e necessária identificação do homem com seu meio como essencial para a produção do romance⁷⁰, haveria na arte “uma necessidade de terra, e de homem, como coisa essencial para que ela não seja um fruto de estufa”⁷¹.

Afirmção que ele considera não só estar na base, mas ser o próprio motivo de existência de suas obras, correspondendo, também, àquilo que Freyre considera ter sido a atitude dos intelectuais do *Movimento do Recife*, ou seja, intelectuais que nunca separaram o regional do humano: “gosto pela experimentação literária, artística, sociológica ou psicológica nunca foi, ou é maior que o gosto pelo assunto vivo – os homens vistos de perto; tanto no tempo como no espaço”⁷².

Uma síntese da posição do autor sobre o *Regionalismo* pode ser encontrada em “O Cravo de Mozart é eterno”, crônica na qual argumenta que

no coração do músico, no seu ser, havia uma força essencial, um germe que queria subsistir, brotar: era a terra, a gente, toda a Alemanha chamando por ele. **Mais uma vez vencia na composição da arte o que com tanto desprezo alguns críticos chamam de regionalismo. No entanto, por mais que eles desdenhem não há grande arte que não seja nutrida assim, que não se alimente da terra, como fruto maior de todos**⁷³.

⁷⁰José Lins argumenta em “A Casa e o Homem” que “homem e casa, homem e mata, homem e bichos não se encontram como inimigos a se defenderem uns dos outros”, logo, homem e paisagem não se hostilizam, sendo necessário buscar a terra para poder ser original e humano. Os mesmos argumentos são encontrados ainda nas crônicas: “Invenção e Orfeu”; “Augusto dos Anjos”; “O Pintor Cícero Dias”; “Manuel Bandeira, um Mestre da Vida”; “O Quinze”.

⁷¹REGO, José Lins. “Portinari”. In: **O Cravo de Mozart é Eterno**. RJ: José Olympio, 2004. p.324. Publicado originalmente em **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro:Casa do Estudante do Brasil, 1942.

⁷²FREYRE, G. **Região e Tradição**. RJ: Record, 1968.p.29.

⁷³REGO, José Lins do. O Cravo de Mozart é Eterno. In: **O Cravo de Mozart é Eterno**. RJ: José Olympio, 2004. p.364.

Em meados dos anos 30, o agora premiado romancista José Lins do Rego, começa, em suas palavras, a analisar o *Modernismo* paulista sem paixões, possibilidade que se abre porque “o tempo esfriou os entusiasmos e as prevenções”⁷⁴. Importante notar que, neste período, José Lins inicia sua carreira como romancista e, nesta condição, começa a ser conhecido nos círculos intelectuais paulistas, como ele próprio demonstra ao comentar o prêmio que recebeu por seu romance de estréia, *Menino de Engenho* (1932):

Paulo Prado que era o mais paulista dos homens, de seu São Paulo, civilização do café, como Nabuco fora pernambucano da civilização do açúcar, sem me conhecer, fez todo o possível para que a Fundação Graça Aranha me desse o prêmio do ano. Era o romance de um cabeça-chata, mas para um paulista da fibra de Paulo Prado, o que havia, como essencial, era o Brasil.⁷⁵

Assim, em crônica dedicada a Antônio Alcântara Machado, realiza um balanço crítico do *Modernismo*, reavaliando algumas de suas posições mais radicais. Reavaliação que ocorre à luz de sua análise sobre a obra do romancista paulista que teria sido o “mais brasileiro, o mais direto na formação de sua obra. Enquanto Mário estudava o folclore, Alcântara, olhando para a vida, queria ver, sentir como homem”⁷⁶, com uma língua livre e com aquilo que é essencial ao romance: a íntima relação do autor com a vida.

Ao contrário de suas posições iniciais que negavam completamente o *Modernismo* e seus artistas, José Lins relativizará suas afirmações enxergando, por exemplo, em Alcântara Machado um autor ligado à vida e à sua terra, um escritor que possui as características consideradas por ele, e pelos regionalistas, como as que deveriam estar presentes nos grandes escritores.

⁷⁴REGO, José Lins do. Antônio Alcântara Machado. In: **Dias Idos e Vividos**. RJ: Nova Fronteira, 1981.p.83.

⁷⁵REGO, José Lins do. “Paulo Prado”. In: **O Cravo de Mozart é Eterno**. RJ: José Olympio, 2004. p.117. Publicado originalmente em **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

⁷⁶Idem. ibidem.p. 84.

Na década de 40, em “História do Nosso *Modernismo*”⁷⁷ refinará sua postura sobre Mário de Andrade, anteriormente considerado um autor que se perdia em meio a tanto formalismo e erudição, argumentando que este buscou o povo e a arte popular em suas substâncias reais, sendo o autor que

há vinte anos imaginara uma revolução para destruir um mundo de formas velhas só queria uma coisa: era ter uma forma que fosse a de seu tempo [...] Muitas vezes imaginei-o no jogo fácil da anedota. Mas Mário de Andrade era mais que um desfrute de mocidade lida demais⁷⁸.

Nota-se, portanto, que a atitude inicial de José Lins de completa e irrestrita negação do *Modernismo* cede lugar à reavaliação que reconhece algumas contribuições do mesmo, particularmente quando seus artistas procuraram olhar para o Brasil com a sensibilidade, buscando as tradições brasileiras e se aproximando do povo. Portanto, o autor passa a considerar que essas tentativas, em sua visão, autênticas e verdadeiras de se fazer literatura não foram privilégios do *Movimento do Recife*, contudo, insiste no argumento de que os modernistas de São Paulo apenas conseguiram, de fato, produzir uma literatura eterna quando se distanciaram dos modismos e do excessivo experimentalismo estético.

Importante destacar que ao escrever sobre o *Modernismo*, José Lins está, na maioria das vezes, refletindo e construindo argumentos sobre o *Regionalismo* nordestino. Desse modo, o autor articula essas discussões a pontos fundamentais para a compreensão do *Regionalismo*, quais sejam, a tradição, a região e a emoção (sensibilidade) como meio privilegiado para o conhecimento do mundo⁷⁹. Em *Presença do Nordeste na Literatura* (1957), chega a afirmar que o

⁷⁷ Idem. História do Nosso *Modernismo*. In: JUNQUERIA, I. (org.) **Dias Idos e Vividos**. RJ: Nova Fronteira, 1981. p.127.

⁷⁸ Idem. *ibidem*.p.127.

⁷⁹ Importante notar que em “Cartas de Fernando Pessoa”, José Lins argumenta que é o uso da sensibilidade e não ela mesma o que vale em arte.

Regionalismo proposto por Freyre não é um capricho de saudosista, mas sim uma teoria da vida e, por consequência, uma filosofia de conduta,

o que queria com seu pegadio à terra natal era dar-lhe universalidade [...] era transformar o chão do Nordeste: de Pernambuco, num pedaço de mundo. Era expandir-se ao invés de restringir-se. Por esse modo o Nordeste absorvia o movimento moderno no que ele tinha de mais sério. Queríamos ser do Brasil sendo cada vez mais da Paraíba, do Recife, de Alagoas, do Ceará⁸⁰.

Assim, José Lins reiterará, freqüentemente, a busca por aquilo que é tradicional, afirmando que tradição é escolha, é “o ponto de vista de quem se liga à vida, de quem é mais dialético do que analista. A tradição verdadeira é a que é sempre da vida, força que passa de geração a geração, com a energia da semente que se propaga”⁸¹.

No Brasil, a tradição teria sido ligado à região por Gilberto Freyre que a humanizou, construindo um sistema de sondagem da realidade que tomaria “da tradição elementos vitais **porque tradição é escolher bem, é distinguir, é poder vencer o tempo, ser mais do que o tempo**”⁸².

Nesse sentido, a partir dos elementos da tradição, José Lins dedica-se, também, à análise da coesão social que seria mais sólida do que a própria diversidade regional, ou seja, “no que diz respeito ao ‘elemento humano’, o Brasil é o mesmo de Norte a Sul: isto observei em São Paulo, Minas, por toda parte. O brasileiro é o mesmo. Não corremos assim o perigo de formação de pátrias menores, de minorias raciais, de nada disso”⁸³.

Em crônica intitulada “Notas sobre o Rio Grande”, o autor comenta sua primeira visita ao Rio Grande do Sul, dizendo que encontrou muitas semelhanças

⁸⁰REGO, José Lins do. Presença do Nordeste na Literatura. In: JUNQUEIRA, I. (org.) **Dias Idos e Vividos**. RJ: Nova Fronteira, 1981. p.123.

⁸¹Idem. “Do Bom Tradicionalismo”. In: JUNQUEIRA, I. (org.) **Dias Idos e Vividos**. RJ: Nova Fronteira, 1981. p.109. Publicado originalmente em **Gordos e Magros**. RJ: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

⁸²Idem. op. cit. p.110.

⁸³REGO, José Lins do. Cabo Frio. In: **O Cravo de Mozart é Eterno**. RJ: José Olympio, 2004. p.250. Publicado originalmente em **Gordos e Magros**. RJ: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

com o Nordeste, “tem-se a impressão de que se vai entrar em contato com um mundo oposto ao nosso e o que se encontra é o brasileiro. Um brasileiro com a sua personalidade característica, com a sua originalidade, mas de uma mesma família, a pinta é a mesma”⁸⁴.

Para o autor, essa fragmentação do brasileiro em tipos regionais distintos seria fruto da exuberância verbal de nossos sociólogos os quais “exageram o que é típico, para desprezar o que é humano”⁸⁵, o Brasil é, portanto,

nação de verdade, há uma força de uma gente que vence fomes, crises do clima, horrores da vida, para criar uma civilização que é, nos trópicos, uma grandeza real [...] Eu não sou dos que falam de subnação. Apesar dos pesares, de todas as nossas fomes, o brasileiro chegará a ser dono de seu destino⁸⁶.

Insistindo na coesão social, particularmente no Nordeste, comenta no artigo “Carta de uma Geração aos Senhores Gilberto Freyre e Jackson de Figueiredo” que

nosso único destino é o destino de homens rurais. Não somos nem militaristas, nem positivistas, nem democratas, nem futuristas. Somos senhores de engenho, fazendeiros e católicos apostólicos romanos. Fugindo daí estamos de braços com a anarquia, porque fugimos da nossa verdadeira vocação⁸⁷.

Deslocando o pólo de suas preocupações da coesão para a desagregação, percebe-se, principalmente em crônicas do final do decênio de 30 e início dos anos 40, que José Lins passa a reconhecer certa força desagregadora na sociedade brasileira que se reflete especialmente ao que define como uma “ânsia de americanizar-se”.

⁸⁴Idem. Notas sobre o Rio Grande. In: **O Cravo de Mozart é Eterno**. RJ: José Olympio, 2004. p.256. No prefácio a *Região e Tradição*, José Lins comenta sobre essa mesma viagem: “o Brasil era o mesmo, era a grande unidade que nem meio século de estadualismo pudera corromper. Região contra estadualismo, personalidade contra uniformidade, respeito às tendências mais íntima do povo contra a tirania de se deformar o que o povo possui de seu, de sua alma”. REGO, José Lins. Notas sobre Gilberto Freyre. In: FREYRE, G. **Região e Tradição**. RJ: Record, 1944.p.20.

⁸⁵Idem. ibidem. p..257. Ainda nesta crônica, José Lins comenta que “antigamente, todo brasileiro era um poeta; hoje, todo brasileiro é um sociólogo”.

⁸⁶REGO, José Lins do. A Fome no Brasil. In: **O Cravo de Mozart é Eterno**. RJ: José Olympio, 2004. p.302. Publicado originalmente em **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

⁸⁷Idem. Carta de uma Geração aos senhores Gilberto Freyre e Jackson Figueiredo. **Era Nova**, ano IV, nº69, set.1924.

Em “O Homem, a Casa e a Cidade”, comenta sobre a desfiguração da cidade do Rio, fruto da “americanização” de sua arquitetura que passa a crescer sem o homem,

o que era particularidade nossa, caráter brasileiro, cor e forma de uma tradição orgânica, se despedaça, para que se ponha por cima de tudo isso vinte andares de cômodos e se fabriquem cabeças-de-porco de luxo. O homem da casa humana passa a ser o prisioneiro do apartamento cercado de restrições⁸⁸.

Importante notar que, entretanto, nem tudo é sinônimo de desagregação social para José Lins neste período, em “Foi uma Vitória da Marinha”, comenta sobre uma cerimônia, na cidade do Rio de Janeiro, que premiou um pintor, e também sargento da Marinha que, durante a cerimônia, foi prestigiado pelo Almirante da Marinha. Trata-se de um pequeno acidente da vida brasileira que “ilustra muito bem um progresso social muito vivo da democratização de nosso espírito, numa sociedade que vai se ajustando sem atritos, sem precisar recorrer a ideologias em convulsão para chegar a fins justos”⁸⁹, para tanto, o autor reconhece nas Forças Armadas um forte elemento de unidade política e de democratização social, “como a magistratura, no Império, os oficiais do Exército **uniram as províncias pelos laços de família**. Tenentes de Pernambuco casados com moças do Rio Grande, capitães gaúchos casados com senhoras da Paraíba, do Ceará”⁹⁰

Ainda ao escrever sobre a tradição, José Lins irá insistir, em várias crônicas, na importância da língua tanto para a construção das tradições, quanto para uma

⁸⁸Idem. O Homem, a Casa e a Cidade. In: **O Cravo de Mozart é Eterno**. RJ: José Olympio, 2004. p.297. No mesmo sentido do argumento desenvolvido aqui, José Lins, em outra crônica intitulada “Velhas Casas”, chama atenção para o fato de que “Gilberto Freyre deu à casa-grande uma significação imensa nas suas descobertas, fez da casa brasileira um dos núcleos vitais de sua obra. **Ele viu a casa como centro [...] Viu o Brasil na sua intimidade, nas suas profundezas mais secretas**” p.303.

⁸⁹REGO, José Lins do. Foi uma Vitória da Marinha. In: **O Cravo de Mozart é Eterno**. RJ: José Olympio, 2004. p.330. Publicado originalmente em **Gordos e Magros**. RJ: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

⁹⁰Idem. ibidem. p.331.

escrita literária que se ligue intimamente à linguagem oral, para o autor, “a língua que se cria no povo quando procura dar uma imagem da vida, de uma dor, de uma alegria, brota como água do reio. É impetuosa às vezes, e às vezes tem a doçura das fontes de pé de serra. É a língua da natureza”⁹¹.

O argumento toma como base a afirmação de que há sempre uma língua que é parte integrante do viver (e não apenas uma imposição da escola e dos dicionários), enquanto tal, os escritores devem se aproximar da língua falada pelo povo em seu dia-a-dia, ou seja, é necessário “escrever uma língua que seja parte integrante do viver, e não somente uma imposição do mestre-escola”⁹², assim, o idioma seria mais um instrumento da sensibilidade do que da lógica⁹³.

Em síntese, “os grandes escritores têm a sua língua, os medíocres, a sua gramática”⁹⁴, é com essa afirmação categórica que José Lins se defende das críticas à sua escrita excessivamente próxima à linguagem oral, bem como de seu desprezo pelas regras gramaticais da língua culta, na crônica “Prefiro Montaigne”, afirma que prefere continuar como é, ou seja, “incorreto, mas claro, sem a riqueza vocabular dos estilistas, mas fácil, e capaz de chegar ao entendimento de todos”⁹⁵.

Nesse sentido, a valorização da linguagem oral torna-se um dos pontos fundamentais para José Lins, em “Coisas de Romances”, o autor conta ao leitor a resposta que deu a um jornalista carioca quando perguntando sobre as influências

⁹¹Idem. Língua do Povo. In: **O Cravo de Mozart é Eterno**. RJ: José Olympio, 2004. Sobre o tema ver ainda: o: “Língua do Povo”, “As Duas Línguas”, “Língua e Literatura”, “Um Dicionário”, “Prefiro Montaigne”, “Lima Barreto”.

⁹²Idem. As Duas Línguas. In: **O Cravo de Mozart é Eterno**. RJ: José Olympio, 2004. Importante notar que este tema é muito desenvolvido, também, por Freyre em seus artigos dos anos 20, constituindo, também, uma das partes centrais de *Casa Grande & Senzala* (1933).

⁹³Para José Lins, a publicação de *O Guarani* (1857) de José de Alencar (1829-1877) marca uma nova época na literatura brasileira justamente porque Alencar criou um modo de ligar-se à terra, ou seja, “a língua de seu romance já não era prisioneira da sintaxe lusíada. Escrevia Alencar com pronomes e seqüências que vinham diretamente do povo [...] A partir da publicação deste livro passamos a **escrever na língua que era de nossas necessidades**”. REGO, José Lins do. O Centenário de O Guarani. In: **O Cravo de Mozart é Eterno**. RJ: José Olympio, 2004. grifo nosso. Publicado originalmente em **O Vulcão e a Fonte**. RJ: O Cruzeiro, 1958.

⁹⁴REGO, José Lins do. Lima Barreto. In: **O Cravo de Mozart é Eterno**. RJ: José Olympio, 2004. p.95. Na realidade, essa frase pertence a Lima Barreto e é emprestada por José Lins para sintetizar suas posições.

⁹⁵Idem. Prefiro Montaigne. In: **O Cravo de Mozart é Eterno**. RJ: José Olympio, 2004. Publicado originalmente em *Poesia e Vida*. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

estrangeiras que tinha em seus romances: “o jornalista procurou falar de minha influências estrangeiras [...] eu lhe falei dos cegos cantadores de feira da Paraíba e de Pernambuco. Os cegos cantadores amados e ouvidos pelo povo, porque tinham o que dizer, tinham o que contar”⁹⁶.

No que diz respeito à linguagem, José Lins argumenta que, já nos anos 40, a literatura brasileira ainda está em “perigosa adolescência”, no Brasil,

ainda estamos em plena selva. Ainda há muito trabalho para bandeirantes, para desbravadores, para gente dura e rude. Por isto [...] eu ainda prefiro escutar os Sarmiento, os Euclides da Cunha, os Hernández, os Castros Alves. Estes sabem os segredos da mata, os perigos dos bichos, as asperezas da terra⁹⁷.

Para José Lins, a literatura deve ser a essência da vida do escritor. Afirmação enfatizada e reiterada constantemente pelo autor que diz acreditar na “literatura como coisa essencial à vida”, devendo o escritor “escrever para sobreviver, para pôr-se em intimidade com a vida, ligar-se com ela”⁹⁸.

Em “O Romance e os Caminhos da Vida” argumenta que não há método para fazer romances (assim como Deus não possuiu método para criar o mundo). O romancista, a exemplo de Deus, trabalharia como agente fecundado pelo instinto criador e, um romance para ser “verdadeiramente um romance, é mais do que uma forma de escrever é, no melhor sentido, um estilo, o estilo do autor, a sua força de criar, o seu poder de levantar personagens”⁹⁹. Nesse sentido, o romance no Brasil vem

dando e arrancando do povo o que o povo tem de profundamente original e de profundamente brasileiro. Não é literatura de classe, mas uma literatura

⁹⁶Idem. Coisas de Romances. In: **O Cravo de Mozart é Eterno**. RJ: José Olympio, 2004. Publicado originalmente em **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

⁹⁷Idem. Carta a Escorel. In: JUNQUEIRA, I. (org.) **Dias Idos e Vividos**. RJ: Nova Fronteira, 1981.p.115. Publicado originalmente em **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

⁹⁸REGO, José Lins. Por que Escreves?. In: JUNQUEIRA, I. (org.) **Dias Idos e Vividos**. RJ: Nova Fronteira, 1981.p.343. Publicado originalmente em **A Casa e o Homem**. RJ: Organizações Simões, 1954.

⁹⁹REGO, José Lins. O Romance e os Caminhos da Vida. **Homens, Seres e Coisas**. RJ: MEC, Serviço de Documentação, 1952.p.40.

humana, identificada com a terra e com a gente como seus elementos básicos¹⁰⁰.

Argumenta, também, que não tem “feito outra coisa na vida que tirar partido das coisas vividas. Inventar, não é o meu forte”¹⁰¹ até porque afirma acreditar que o mundo da realidade é mais genial do seu próprio gênio. Considera escrever do modo como as coisas lhe surgem na memória, inspirando-se nos “cegos cantadores de feira da Paraíba e de Pernambuco [...] quando imagino meus romances, tomo sempre como roteiro e modo de orientação o dizer as coisas como elas me surgem na memória, com o jeito e as maneiras simples dos cegos poetas”¹⁰².

Entretanto, ao contrário do que supõe a crítica, tais afirmações não expressariam a ingenuidade do autor, correspondem, antes, àquilo que ele considera ser uma literatura que não se deixa vencer pelo “secundário, pelas imposições de fora, pelo gosto da época, pelas modas”¹⁰³.

Nesse sentido, argumenta não acreditar no realismo como condição legítima do artista se comunicar com o mundo porque “a arte conduzida para se transformar em instrumento de uma tendência pode ter sucesso de um dia. Sucesso fugaz que não resiste ao desgaste dos interesses secundários”¹⁰⁴, assim, as idéias podem até serem conduzidas pelos instrumentos da ciência e do pensamento, “mas as instituições mais profundas da mente que não são racionais e nem econômicas só são acessíveis ao místico e ao artista”¹⁰⁵.

¹⁰⁰REGO, José Lins. Coisas de Romance. In: **O Cravo de Mozart é Eterno**. RJ: José Olympio, 2004. p.75. Publicado originalmente em **Poesia e Vida**. RJ: Universal, 1945.

¹⁰¹REGO, José Lins. **Homens, Seres e Coisas**. RJ: MEC, Serviço de Documentação, 1952.p.55.

¹⁰²Idem, ibidem.p.55.

¹⁰³Idem. ibidem.p.55.

¹⁰⁴Idem. Di Cavalcanti e o Realismo Social. In: JUNQUEIRA, I. (org.) **Dias Idos e Vividos**. RJ: Nova Fronteira,1981.p.170.

¹⁰⁵Idem. ibidem.p.170.

Em artigo publicado na *Revista Anhembi* em 1957, José Aderaldo Castello delinea seus principais argumentos sobre a obra de José Lins, revelando, também, preocupação em conceituar o *Regionalismo*. Assim, Castello apresenta a obra do romancista paraibano como o resultado de suas memórias de infância, de “impulsos espontâneos e irresistíveis” que, entretanto, articulam-se a uma “atitude crítica e regionalista”, *Regionalismo* que é “tão espontâneo e, ao mesmo tempo, intencionalmente buscado pelo romancista”¹⁰⁶.

Passemos, então, ao aprofundamento da análise sobre o *Regionalismo*, particularmente por meio de sua articulação interna.

¹⁰⁶CASTELLO, José A. “José Lins do Rego”. **Revista Anhembi**. São Paulo, 1957.p.393.

1.3. Regionalismo como Crítica ao Modernismo

No livro *1930: a Crítica e o Modernismo*, João Luiz Lafetá argumenta que ao tratarmos de qualquer movimento de renovação estética devemos verificar 1. em que medida os meios tradicionais de expressão são afetados pela nova linguagem proposta, isto é, cabe perguntar até que ponto cria-se uma linguagem realmente nova e 2. quais as relações que o movimento mantém com outros aspectos da vida cultural, ou seja, de que maneira a renovação dos meios expressivos se insere no contexto mais amplo de sua época. Desse modo, toda nova proposição estética deve ser encarada em duas faces (que são complementares, ainda que possam estar em forte tensão) – o **projeto estético** (diretamente ligado às transformações operadas na linguagem) e o **projeto político** (diretamente ligado à *visão de mundo* de sua época).

Pois bem, ao tratarmos da interação entre essas duas faces podemos investigar o *Regionalismo* a partir do mesmo argumento levantado por Lafetá para tratar do *Modernismo*, qual seja,

na verdade, o projeto estético, que é a crítica da velha linguagem pela confrontação de uma nova linguagem, já contém em si o seu projeto ideológico. O ataque às maneiras de dizer se identifica ao ataque das maneiras de ver (ser, conhecer) de uma época; se é na (e pela) linguagem que os homens externam sua visão de mundo (justificando, explicitando, desvelando, simbolizando ou encobrendo suas relações reais com a natureza e a sociedade) investir contra o falar de um tempo será investir contra o ser desse tempo¹⁰⁷.

Assim, o exame de um movimento artístico, em nosso caso o *Regionalismo*, deve buscar a complementaridade entre o **estético** e o **ideológico**, procurando desvendar os pontos de atrito e de tensão existente entre eles. Para Moema D'Andrea, o *Regionalismo* nordestino emergiu como expressão da crise que

¹⁰⁷LAFETÁ, João Luiz. **1930: A Crítica e o Modernismo**. SP: Duas Cidades; Ed. 34, 2000. p.20.

afetava economicamente a fração açucareira da oligarquia nordestina. Assim, intelectuais do Nordeste buscaram formas de representação cultural que mascarassem esta crise, transferindo para o terreno estrito da cultura a disputa socioeconômica com o Centro-Sul.

Nesses termos, o discurso regionalista se configuraria como um discurso ressentido, cujo principal antagonista seriam as manifestações culturais e literárias do *Modernismo* paulista. Segundo a autora,

vê-se bem que por trás dessa bipolarização de culturas está o confronto das forças dominantes que compunham, naquele momento, o cenário nacional: de um lado a oligarquia rural-açucareira nordestina, com o respaldo de antigüidade e posto, de outro, a oligarquia paulista vitoriosa como expressão urbana do processo de industrialização¹⁰⁸.

Contudo, mais do que uma bipolarização, *Modernismo* e *Regionalismo* podem ser compreendidos como faces diferentes de um mesmo processo de aprofundamento da consciência nacional, ou seja, corresponderiam a fenômenos culturais em situação de complementaridade,

o projeto de renovação cultural do país repartia-se, abrindo espaço a dois segmentos dignos de respeito. No Sul, tentava-se o emparelhamento com a arte européia, insistindo-se na fundamentação basicamente estética e reprimindo-se, com isso, qualquer surto de veleidade regionalista, em princípio. Buscava-se uma arte urbana, talvez porque São Paulo quisesse se firmar como criação deste século XX e de outros futuros, não anteriores [...] Mito por mito, no Nordeste desrecalcava-se esse *Regionalismo*, escancarava-se o pesado passado rural e colonial, assumiam-se as raízes longínquas¹⁰⁹.

Nesses termos, a história aparece como a principal questão a ser enfrentada pelos regionalistas nordestinos e será a base que sustentará suas sugestões estéticas e estilísticas particularmente no que se refere à prosa de ficção. Assim, a história da região será rememorada e recontada a partir da recuperação do passado patriarcal realizada, por sua vez, a partir dos impasses colocados pelo

¹⁰⁸D' ANDREA, Moema. **A Tradição Re(des)coberta**. Gilberto Freyre e a Literatura Regionalista. Campinas – SP: Ed. da Unicamp, 1992. p.13.

¹⁰⁹DIMAS, A. Um Manifesto Guloso. In: **Gilberto Freyre em Quatro Tempos**. Bauru-SP: EDUSC, 2003.p.334.

presente (os anos 20) visto a partir da cidade do Recife, por seus intelectuais em torno da Faculdade de Direito e de jornais e revistas como o **Diário de Pernambuco; Jornal do Comércio; Jornal do Recife; Diário da Manhã; A Província; Maurricéia; Revista do Norte; Era Nova;** etc¹¹⁰.

Trata-se, portanto, de tornar a decadência da região inteligível, apontando, em vários momentos, soluções diversas para a crise. Para Moema D'Andrea, se a adversidade existe ela é transformada numa síntese de contrários, isto é, passado e presente passam a existir como elementos de transformação, ou seja, o *Regionalismo* nordestino "perfaz a história em sentido contrário, proclamando uma tradição incrustada no tempo, elevada a mito e liturgia pela compensação simbólica de valores culturais tornados edificantes sob aval da colonização"¹¹¹.

Temos uma defesa da região que se apresenta, essencialmente, como uma defesa da tradição, ou seja, um tradicionalismo via colonização portuguesa e uma tradição via patriarcalismo.

Assim, sob o signo da modernidade e com propostas estéticas que se propõe renovadoras, o *Regionalismo* recupera a trajetória das elites agrárias nordestinas, agora decadentes, procurando operar uma reconversão simbólica a partir das tradições culturais destas. Nesse sentido, o Nordeste daria autenticidade e originalidade ao Brasil,

e a defesa da região (desta região) é de suma importância política e econômica no momento em que a República Velha esvazia – pela prática política da política estadualista – os poderes dos estados nordestinos, com a conseqüente supremacia dos estados mais ao Sul do País. Não é à toa, portanto, que o líder regionalista se coloque em prol das "regiões naturais" ou do integrativismo inter-regional; uma espécie de frente ampla das oligarquias que pudesse abrir espaço ante ao poder centralizador das

¹¹⁰Segundo Lafetá, a ruptura da linguagem literária no Brasil corresponde ao instante em que o uso da história propiciou um reajustamento da vida nacional. Cf. LAFETÁ, João Luiz. **1930: A Crítica e o Modernismo**. SP: Duas Cidades; Ed. 34, 2000. p.25.

¹¹¹D'ANDREA, Moema. **A Tradição Re(des)coberta**. Gilberto Freyre e a Literatura Regionalista. Campinas – SP: Ed. da Unicamp, 1992. p.46.

oligarquias dos estados econômica e politicamente mais fortes nesse momento¹¹².

Argumento que encontra ressonância na seguinte observação de Freyre:

mesmo com as alterações sofridas na sua ordem social e que o separam tanto do seu passado, o Nordeste continua a parte, sob mais de um aspecto, mais brasileira do Brasil; a mais característica da civilização patriarcal-escravocrata fundada pelos portugueses na América tropical. Não a mais tradicionalista [...] conscientemente tradicionalista. Seus arcaísmos não devem ser confundidos com o tradicionalismo criador; nem seus provincialismos, com o bom *Regionalismo*. Mas não lhe faltam elementos para voltar a ser uma região ativamente criadora dentro da economia brasileira e da cultura nacional e americana¹¹³.

Em *José Lins do Rego: Modernismo e Regionalismo* (1961), José Aderaldo Castello define o *Regionalismo* como uma tendência mais ampla da literatura brasileira da qual o movimento regionalista articulado por Freyre tomou consciência crítica, dando-lhe fundamento sociológico e amplitude artística, “esclarecendo-a, definindo-a ou caracterizando-a, sob uma compreensão moderna da realidade brasileira”¹¹⁴.

Com efeito, pode-se argumentar que o *Regionalismo* possui como **projeto estético** a aproximação com a linguagem oral e a construção de um narrador popular, pretende, pois, não criar uma língua brasileira, mas sim trazer à tona o escrever próximo à tradição oral. Ao formular um projeto estético baseado nesta tradição, os regionalistas dão o passo seguinte, qual seja, propor a recuperação das tradições brasileiras em suas inúmeras manifestações na dança, na música, na culinária, etc., trata-se de conduzir o que até então se considerava folclore para o nível explicativo da formação nacional.

¹¹²Idem. ibidem. p.125.

¹¹³FREYRE, G. Aspectos de um Século de Transição no Nordeste do Brasil. In: **Região e Tradição**. RJ: José Olympio, 1944.p.193-194.

¹¹⁴CASTELLO, José Aderaldo. **José Lins do Rego: Modernismo e Regionalismo**. SP: Edart, 1991.p.180.

Novamente, vemos operar uma recuperação da tradição por meio da região, ou seja, é pela via regional que as tradições e os valores brasileiros devem ser recuperados e que, portanto, a formação do país deve ser compreendida.

Tradição e região seriam, enfim, a síntese do **projeto ideológico** do *Regionalismo* nordestino. A partir desses dois elementos o Brasil deveria ser analisado, percebido e administrado. Nota-se que a recuperação da tradição nordestina possui o duplo intuito de valorizar a região como a parte mais autêntica do Brasil, bem como o de reivindicar para o Nordeste uma tradição e, portanto, uma história outra que aquela da decadência vivida pela região. Ou seja, a modernidade nordestina não estaria em elementos como a urbanização e a industrialização, mas sim na plasticidade de suas tradições e de seus valores.

Nesse sentido, devemos problematizar as definições do *Regionalismo* como um movimento de “bandeira particularmente estática”, sem a “preocupação em extrair a essência do passado, para o qual eles estavam voltados, e dinamizá-lo, no presente e no futuro”¹¹⁵. Para Neroaldo Pontes de Azevedo, o saudosismo do passado e da tradição expresso pelos regionalistas é a marca daqueles segmentos sociais que se beneficiaram enormemente com a economia açucareira,

filhos e netos de senhores de engenho, que constituem a grande maioria dos que têm condições de fazer ouvir a sua voz, empenham-se em cantar loas ao passado da região, defendendo-o a todo custo, e preconizando os valores emanados daquela realidade, o que lhes seria, evidentemente, de alta conveniência¹¹⁶.

Como já ressaltamos, temos uma defesa da tradição pela via oligárquica, defesa que, não devemos ignorar, possui caráter dinâmico, isto é, ao recuperar o

¹¹⁵AZEVEDO, Neroaldo P. de. **Modernismo e Regionalismo** (Os anos 20 em Pernambuco). João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.p.174.

¹¹⁶Idem. op. cit.. p.100.

passado da região, os regionalistas buscam conferir inteligibilidade para o presente, atualizando, portanto, esse mesmo passado. Está claro, como bem observa Pontes de Azevedo, que um dos principais carros-chefes do empreendimento regionalista é a defesa da tradição das oligarquias nordestina, cabe, agora, nos perguntarmos sobre o significado desta defesa nos anos 20.

Os regionalistas, particularmente José Lins, insistirão na recuperação dos tempos da infância, por exemplo, como um dos principais elementos para a composição literária, trata-se de trazer à tona a experiência vivida anteriormente, sendo a rememoração, pela via do sensível e do vivido, uma das grandes renovações estéticas operadas pelo *Regionalismo*.

Renovação estética intimamente ligada ao projeto ideológico de recuperação do passado da região. Note-se que a memória será o filtro que selecionará o que será lembrado, ou seja, por meio do artifício da memória serão unificados todos os dramas da decadência nordestina, dramas que são apresentados como vividos de modo semelhante por senhores, trabalhadores de eito, ex-escravos, sertanejos e cangaceiros, promovendo tal aproximação e equalizando os conflitos, abre-se caminho para a recuperação do passado patriarcal como a autêntica tradição nacional¹¹⁷.

Dito isso, as discussões acerca da independência do *Regionalismo* nordestino das manifestações da Semana de Arte Moderna parecem perder seu sentido explicativo, ou seja, procuramos demonstrar que o primeiro não permanece nem alheio, nem ileso à renovação cultural operada no eixo Rio - São Paulo. Contudo, o *Regionalismo* nordestino também possui uma lógica interna de

¹¹⁷A discussão sobre os usos da memória pelos regionalistas será aprofundada no segundo capítulo.

formação, dada, em larga medida, pelas imposições do chão histórico em que é formulado.

Em meados de 1924, a divulgação das idéias “futuristas” por Inojosa já contava com um significativo número de simpatizantes e alguns adeptos, “aceitava-se, em princípio, a necessidade de uma renovação nas artes, mas não era pequeno o número dos que discordavam dos meios empregados para atingi-la. As discussões ente ‘futuristas’ e ‘passadistas’ chegavam a um certo limite de saturação, passando-se a exigir um passo adiante”¹¹⁸.

Para Neroaldo Pontes de Azevedo, esse passo a frente é dado quando ambos os grupos, aceitando o pressuposto da necessidade de renovar a arte em Pernambuco, concordam que o universal apenas pode ser alcançado pela via do nacional, o que impõe a tarefa de pensar o que é ser brasileiro. Aqui estaria para o autor uma das principais diferenças entre os dois grupos, uma vez que “tal busca do nacional não pode perder-se nas particularidades de uma região. Daí as críticas ao *Regionalismo*. Uma visão crítica do Brasil como um todo é que permite o diálogo com o universal”¹¹⁹.

¹¹⁸AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e Regionalismo** (Os anos 20 em Pernambuco). João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.p.174.

¹¹⁹Idem. ibidem. pp.80-81. Importante destacar, ainda, que muitos autores investigam o caráter regional do próprio *Modernismo*. Ver, especialmente, os seguintes trabalhos: BERRIEL, Carlos Eduardo O. **Tietê, Tejo, Sena**: a obra de Paulo Prado. Campinas -SP: Papirus, 2000; GOMES, Ângela de Castro. **Essa Gente do Rio...: Modernismo e nacionalismo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CAPÍTULO 2

O Romancista José Lins do Rego, as Editoras e a Crítica Literária.

2.1. O Romancista Chega ao Rio de Janeiro: Editoras e Reconversão Social.

No início dos anos 30, José Lins era um cronista de fama reconhecida em Pernambuco, na Paraíba e em Alagoas. Morando em Maceió, para onde se transferira como fiscal de consumo, o autor continuava a colaborar em jornais, iniciando, também, a escrita daquele que seria seu primeiro romance, *Menino de Engenho*. Na capital alagoana, José Lins passou a conviver com Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, Jorge de Lima, Waldemar Cavalcanti, Aurélio Buarque de Holanda, Luis Jardim, entre outros. Jovens intelectuais nordestinos cujas origens sociais são similares à de José Lins (descendentes de famílias de grandes proprietários rurais). Compartilham, também, uma trajetória social marcada por elementos comuns como as decadências das famílias, a transmissão de heranças e os deslocamentos regionais¹.

Por volta de 1931, José Lins já havia escrito os originais de *Menino de Engenho*, lançando-se, então, na tarefa de publicar a obra. Para tanto, procurava

¹Gustavo Sorá denomina tais relações com sendo as de uma *roda intelectual* que “funcionava no domínio do privado de algum membro, em cafés ou outros espaços públicos e esparramava uma sociabilidade sem etiquetas, entre iguais. Nas rodas, os agentes sintetizavam formas de identificação estéticas e políticas como grupo, base de distinção com outras rodas locais, regionais” SORÁ, Gustavo. **Brasileiros. A Casa José Olympio e a Instituição do Livro Nacional**. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social). PPGAS: UFRJ, RJ. p.73.

editores de São Paulo ou do Rio de Janeiro que se interessassem pelo romance, numa tentativa de fazer a obra circular para além de sua região de origem.

Segundo Laurence Hallelwell, José Lins entregou os originais para Hildebrando de Lima, irmão do poeta Jorge de Lima, para que este o fizesse publicar, por conta do autor, com uma tiragem média de mil e quinhentos exemplares. Cogitou-se, inicialmente, a Pongetti Irmãos, contudo, Hildebrando “entregou os originais a uma das novas editoras surgidas graças às novas oportunidades criadas pela revolução de 1930. Andersen Editores era uma firma muito pequena que Hersen e Adolfo Aizen haviam acabado de fundar”². Ainda segundo Hallelwell, os editores que já haviam publicado *Poemas Escolhidos* de Jorge de Lima, receberam muito bem o novo romance, propondo uma edição de dois mil exemplares.

Em 1932 o livro começa a circular e mesmo com as vendas prejudicadas pela deflagração da Revolução Constitucionalista, que fechou o mercado paulista, a obra atraiu a atenção do renomado crítico literário carioca Gastão Cruls que em outubro do mesmo ano, publicou uma resenha favorável ao livro no mensário *Boletim de Ariel*³. João Ribeiro e Augusto Frederico Schmidt também escreveram críticas elogiosas ao romance que se esgotou em três meses. Em artigo publicado no **Jornal do Brasil**, João Ribeiro escreve que

o autor, bem se vê, é um homem novo, escritor desabusado, mas completo, e cheio de talento, conhecedor de sua arte [...] quanto a nós, achamos que esse livro é um dos tipos de brasilidade da nossa literatura. Nele não há a preocupação do regionalismo, é a expressão viva da linguagem do norte, alheia ao vernaculismo de artifício da literatura corrente. É um livro de primeira ordem⁴.

²HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil**. Sua História. SP: T. A. QUEIROZ Editor: Editora da Universidade de São Paulo, 1985. p.353.

³CRULS, Gastão. Menino de Engenho. **Boletim de Ariel**, Rio de Janeiro, n.1, Ano I, mar.1932. O Boletim de Ariel vendeu seis mil exemplares em 1932; dois anos depois, em 1934, vinte e quatro mil exemplares, alcançado a marca de trinta e seis mil exemplares vendidos no ano de 1935. Fonte: **Boletim de Ariel**, n.11, Ano IV, nov.1935.

⁴RIBEIRO, João. Menino de Engenho. **Jornal do Brasil**. 08.set.1932.

Com essa recepção, José Lins não publicou muito na editora Andersen, que durou mais quatro anos. Gastão Cruls convenceu o romancista a entregar à Ariel a publicação de seu livro seguinte, *Doidinho* que saiu em outubro de 1933, com tiragem de aproximadamente dois mil exemplares.

Deve-se destacar que, no início dos anos 30, os empreendimentos editoriais possuíam certa fragilidade o que se explica pelas dimensões espaciais do mercado editorial (até então restrito às capitais, não atingindo âmbito nacional). A comunicação era difícil e ainda que

as publicações da Garnier, Laemmert e Francisco Alves devam ter chegado em boa proporção e com demora, nas principais cidades, não havia condições duradouras para que as escassas livrarias-editoras do país se postulassem como publicadoras indistintas de intelectuais de qualquer cidade. Cada núcleo urbano era um microcosmo social e cultural semifechado que absorvia influências regionais e estrangeiras, com trocas não regulamentadas e irregulares, por não estar generalizada a presença de intermediários especializados na tarefa de distribuição com as outras capitais (filiais, depósito de editoras, distribuidoras) e ao existirem barreiras alfandegárias e legislações mercantis singulares para cada estado⁵.

Assim, será apenas no decorrer dos anos 30 que o Brasil assistirá a um surto editorial marcado pela criação (e consolidação) de várias editoras. Esta década marcará, também, a ascensão de novos autores; de novos leitores; de novas mediações (surgimento de novas editoras e de novos circuitos de distribuição); de novos temas (como a valorização da mestiçagem e do Brasil das grandes plantações) aos quais corresponderão uma nova literatura (o romance social)⁶.

⁵SORÁ, Gustavo. **Brasileiros. A Casa José Olympio e a Instituição do Livro Nacional**. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social). PPGAS: UFRJ, Rio de Janeiro. p.46. Eram essas as maiores livrarias – editoras do período.

⁶Segundo Antônio Cândido, a partir de 30 opera-se no Brasil certa unificação cultural que permite a projeção em escala nacional de fatos antes restritos às regiões, sendo a Revolução de 30 uma espécie de eixo “em torno do qual girou de certo modo a cultura brasileira, catalisando elementos dispersos para dispô-los numa configuração nova”. Cândido, A. A Revolução de 30 e a Cultura. In: **A Educação pela Noite e Outros Ensaios**. SP: Ática, 1987. p.137. Ver também BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. SP: Cultrix, 1973.

A cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, será o espaço privilegiado onde se articularão esses novos fatores, atraindo intelectuais vindos de diversas regiões do Brasil. Será o caso de José Lins, que desde a publicação de *Menino de Engenho* em 1932 já demonstrava o desejo de se transferir para o Rio.

Entre 1933 e 1934, José Lins começou a se firmar como romancista nos círculos intelectuais e literários do Rio e de São Paulo, ganhando, inclusive, o prêmio da Fundação Graça Aranha em 1932 por seu romance de estréia. Em entrevista a Gustavo Sorá, Raquel de Queiroz afirma:

Menino de Engenho destacava-se especialmente importante naquela safra de 31/32 porque não era, como os livros de alguns de nós, obra primeira de menino precoce [...] José Lins, já na casa dos trinta, começava como romancista, mas era nome feito nas rodas intelectuais do Recife e até do Rio, autor de artigos, ensaios e estudos de crítica, já tinha bem afiada a sua ferramenta e já completara a sua formação literária; e com *Menino de Engenho*, o romancista José Lins do Rego praticamente nos mostrava a sua face definitiva⁷.

No final de 1933, tem início a aproximação entre José Olympio e o romancista.

Convencido de que poderia vender Zé Lins, e bem, num mercado mais amplo, José Olympio resolveu tomar a incomum iniciativa de dirigir-se ao autor. Telegrafou-lhe oferecendo-se para publicar uma segunda edição de *Menino de Engenho*, de três mil exemplares, e uma edição de cinco mil exemplares para *Bangüê*, que fora anunciado na contracapa de *Doidinho* como o próximo romance de Lins. Ao regressar da agência de correio, José confessou timidamente a sua esposa que, no último momento, fora levado por um impulso repentino a duplicar aquelas cifras, para 5000 e para 10000. Lins do Rego, atônito, telegrafou a resposta imediatamente, de Pernambuco: 'tomo o próximo navio', e enviou a Gastão Cruls um pedido de desculpas por sua deserção: 'recebi proposta de José Olympio de São Paulo para edições de *Menino* e *Bangüê*. O editor quer se meter numa aventura, pois me propõe uma tiragem de 5000 de um e 10000 de outro. Não é preciso dizer que em igualdade de condições você terá preferência. Não acredito que este negócio lhe seja interessante⁸.

⁷QUEIROZ, Raquel. Entrevista a Gustavo Sorá em 25.fev.97, transcrita em SORÁ, Gustavo. op. cit.. p.188.

⁸HALLEWELL, L. op. cit..p.353. Segundo Lucila Soares, Amando Fontes foi o principal interlocutor entre José Olympio e os novos romancistas do período, sendo o responsável pela recomendação de José Lins do Rego e Jorge Amado ao editor. Em carta, Amando escreve: "fiquei muito satisfeito por você ter fechado o negócio com o José Lins. Ele é um grande romancista, desses que sabem o que estão fazendo, e o fato de você estreiar aqui editando *Bangüê* e reeditando *Menino de Engenho*, será de ótimo efeito para a sua casa [...] Entretanto, pedindo-lhe que não mencione meu nome quando se referir a esse negócio, porque, inimigo do Agrippino, não quero que este pense que estou agindo contra a casa dele por picardia ou vingança". Correspondência Amando Fontes – José Olympio, 1934. Citado em: SOARES, L. **Rua do Ouvidor 110**. RJ: José Olympio: FBN, 2006. Agrippino Grieco era sócio do selo Ariel que, na época, editava os romances de José Lins.

Em junho de 1934, o lançamento das edições feitas por José Olympio deu-se em grande estilo, com uma novidade para a época, uma noite de autógrafos de José Lins do Rego na recém inaugurada sede da editora no Rio de Janeiro. A compensação pela ousadia do editor não veio propriamente da venda das edições (as quais levaram cinco anos para se esgotar), mas sim do fluxo de escritores para a editora “doida o bastante para imprimir dez vezes mais que a tiragem normal de um novo romance brasileiro e, ainda pagar adiantado”⁹.

Para tanto, deve-se notar que as *rodas intelectuais* conforme definidas anteriormente, constituíam um motor das alianças que possibilitavam a circulação extra-regional das obras dos membros da *roda*, sendo, portanto, de fundamental importância que ao menos um dos autores alcançasse renome além das províncias e, como consequência, tivessem capitais a distribuir.

Entre as editoras nascidas no período, a criada pelo paulista José Olympio Filho ganhará grande destaque, particularmente no que se refere à publicação de literatura brasileira, campo no qual o editor irá se especializar e se distinguir dos demais.

⁹Idem. ibidem. p.355. Em reportagem de **O Jornal** sobre a inauguração da Livraria José Olympio, diz o editor sobre a publicação de *Bangüê*: “ – Está vendo a capa? É de Cícero Dias. Interessantíssima, não é? E depois uma pausa, de pé ainda, com o olhar desviado para as grandes estantes onde vários empregados colocavam livros. – Tirei 10.000 exemplares de “Bangüê”. Mas não diga isso pelos jornais. É somente aqui para nós. Do contrário podem querer levar-me para o hospício”. REPORTAGEM. Uma Nova Casa Editora no Rio. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 04.jul.1934.

2.2 A José Olympio Editora Chega ao Rio de Janeiro

O editor José Olympio, natural de Batatais, interior de São Paulo, migrou, ainda jovem, para a capital da província para trabalhar num emprego conseguido por intermédio de seu padrinho, Altino Arantes, homem de grande prestígio social e político que chegou duas vezes à presidência do Estado de São Paulo e primo distante de sua mãe. O trabalho seria de encarregado geral na Casa Garraux, uma das mais sofisticadas casas de comércio da época na cidade de São Paulo e que comercializava além de livros, diversos produtos importados da França como perfumes, tecidos e roupas.

Tratava-se de um emprego cobiçado na época não apenas pelo bom salário, mas, principalmente, pelas possibilidades de ascensão dentro da própria Casa. Com o passar dos anos, José Olympio foi assumindo cargos no setor da livraria, até torna-se o gerente livreiro. Por intermédio dessa nova posição na Garraux, aprofundou não apenas seus conhecimentos sobre o empreendimento editorial, mas, especialmente, estreitou laços com intelectuais e com importantes homens públicos paulistanos.

Em 1931, parece surgir a grande oportunidade para José Olympio abrir sua própria livraria, a aquisição da biblioteca de Alfredo Pujol, famoso bibliográfico que falecerá há pouco e tinha seu espólio negociado pela família. A biblioteca era uma das maiores coleções particulares do país e contava, principalmente, com livros raros e com edições especiais para colecionadores.

Em novembro do mesmo ano, conclui as negociações e inaugura a Livraria José Olympio na rua da Quintanda 19A, em São Paulo. Inicialmente a atividade sustentava-se em três vertentes: a venda os livros da biblioteca de Pujol; a

importação de livros e a edição de obras. A atividade propriamente editorial começará com o lançamento de títulos de psicologia de autores estrangeiros e para iniciar a publicação de autores nacionais suas escolhas não se distanciam dos círculos das elites locais e dos eventos do momento. Desse modo, os episódios da derrota paulista na Revolução Constitucionalista de 1932 começarão a ser explorados a partir de maio de 1933 com *Itararé*, *Itararé* de Honório de Sylos (o segundo título do catálogo); ainda sobre o tema publica *Sala de Capela* de Vivaldo Coracy e *Jornal de um Combatente Desarmado* de Sertório de Castro. Entretanto, o primeiro triunfo editorial e comercial de José Olympio se dará com a publicação, em 1933, de *Os Parias*, livro de crônicas inéditas de Humberto Campos, autor já consagrado no período. Com grande sucesso de público, a obra se tornou um dos maiores *best sellers* brasileiros da década, chegando a vender vinte e dois mil exemplares.

Contudo, o novo arranjo de forças estabelecido em São Paulo após a Revolução Constitucionalista de 1932, pareceu não favorecer os negócios de José Olympio, na realidade, deve-se notar que após a derrota paulista, cada agente envolvido nas teias das relações de poder do estado agüentou as mudanças como pôde. No caso de José Olympio, a venda dos livros da biblioteca de Pujol já se esgotava e a aquisição de livros importados (outra vertente do negócio) se tornara bastante difícil. As alterações na estrutura de legitimação do espaço de poder em

São Paulo desestabilizaram a ação de José Olympio (sustentada por várias frações da aristocracia local), e a mudança para o Rio de Janeiro apareceu como possibilidade para levar adiante o projeto da Editora¹⁰.

Em julho de 1934, é inaugurada a Livraria José Olympio na rua do Ouvidor, 110 na cidade do Rio de Janeiro. Na capital da República, neste período, crescia a importância dos críticos literários com árbitros do discernimento estético¹¹. Assim, progressivamente, estes começaram a montar suas próprias editoras, usando seu prestígio enquanto críticos para atrair jovens escritores do período. Nesse sentido,

os críticos monopolizavam todas as instâncias necessárias de um sistema de legitimação das aspirações através das quais jogavam luz sobre um conjunto de escritores novos que, como José Lins do Rego, assim irromperam no cenário cultural como uma 'revelação' de que a literatura brasileira era possível¹².

Os principais selos do Rio de Janeiro no período eram ligados a críticos literários: o Ariel de propriedade de Gastão Cruls e Agrippino Grieco e o selo de Augusto Frederico Schmidt, a Schmidt Editora. Ambos compunham um sistema de concorrência restrito e se revezavam na revelação de novos romancistas e ensaístas brasileiros, ou seja, os críticos transformaram-se no centro da cultura brasileira na passagem dos anos 20 para os 30, esta classe de agentes se distinguia não apenas por meio da direção de revistas culturais, mas também pela fundação de livrarias – editoras.

¹⁰Como observa Lucila Soares, a crise da bolsa em 1929 e a depressão mundial que se seguiu a ela tiveram consequências desastrosas para o poder aquisitivo dos mil-réis, tornando-se muito difícil manter as atividades baseadas na importação. Esse era o caso do mercado de livros no Brasil que num período médio de cinco anos assistirá à crise e ao fechamento de livrarias importantes como a Garnier e a Garraux. Assim, segundo Lucila, "a expansão da literatura brasileira nesse período não deixa de ter um aspecto de substituição de importações que, de resto, aconteceu em toda a economia nacional. E o jovem empresário paulista que se instalara no Rio [José Olympio], exatamente nesse momento de transição, não poderia ter feito isso em melhor época". SOARES, L. **Rua do Ouvidor 110**. RJ: José Olympio: FBN, 2006. p.37.

¹¹Segundo Sorá, a crise de 29 e a Revolução de 1930 abalaram todas as bases de poder das oligarquias da República Velha, como consequência, o mecenato cultural e os salões não passaram ilesos, crescendo, assim, o papel dos "críticos profissionais" com suas colunas divulgadas na imprensa. O autor afirma ainda que "no sistema de produção, edição, propaganda, circulação, apreensão das idéias escritas, a crítica era o crivo determinante" SORÁ, Gustavo. op. cit. p.81.

¹²Idem. ibidem. p.84.

Assim, diante da escassez de editoras dispostas a correr riscos com novos autores, os críticos alinhavavam seu reconhecimento como árbitros do gosto estético aos seus próprios capitais econômicos para se lançarem no empreendimento editorial.

É, portanto, dentro deste cenário que José Olympio se lança na disputa pelos autores que Schmidt e Ariel revelavam no Rio de Janeiro. Editando em enorme escala para os padrões editoriais brasileiros e alcançando uma distribuição territorial improvável para o período, a José Olympio Editora lançará, e consagrará, novos romancistas como José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos e Raquel de Queiroz.

Para muitos, será justamente essa especialização em literatura brasileira que fará de José Olympio o editor mais prestigiado por autores e pela crítica ao longo dos anos 30 e 40. Deve-se notar, para tanto, a relação extremamente familiar adotada por José Olympio em relação aos seus editados, "com relação ao passado, os escritores e editores [...] levavam a um limite seu trato como uma família, a editora era uma espécie de casa-grande, sistema social total onde os atos desinteressados eram deixados em suspenso para hierarquizar o intercâmbio de dons"¹³.

Em pouco tempo, José Olympio produzirá seu catálogo monopolizando as vanguardas já consagradas pelos selos dos críticos. Schmidt lançou os primeiros livros da maioria dos autores que, no final dos anos 30, passaram a ser centrais na casa José Olympio, enquanto Ariel capitalizou vários dos "segundos livros" de

¹³SORÁ, Gustavo. **Brasilianas. A Casa José Olympio e a Instituição do Livro Nacional**. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social). PPGAS: UFRJ, Rio de Janeiro. p.10. Ver também: PONTES, Heloísa A. Retratos do Brasil: Um Estudo dos Editores, das Editoras e das 'Coleções Brazilianas', nas Décadas de 1930, 40 e 50. **BIB**, n. 26, 1988. pp.56-110; SOARES, L. **Rua do Ouvidor 110**. Uma História da Livraria José Olympio. RJ: José Olympio: FBN, 2006; VILLAÇA, Antonio Carlos. **José Olympio: o descobridor de escritores**. RJ: Thex, 2001.

autores que escapavam a Schmidt e que, posteriormente, também fluíram para a José Olympio.

As vantagens obtidas pelo editor no Rio de Janeiro ligam-se, por exemplo, as afirmações das políticas de expansão do Estado em educação e cultura a partir de 1934. Assim, para além dos laços de amizade entre autores e editor, devemos observar que a construção do Brasil como um tema central para as reflexões do período, bem como a incorporação do regionalismo ao debate da época (num momento marcado pela centralização política) também operam como elementos de ascensão dos autores nordestinos¹⁴.

José Olympio sempre se manteve próximo a figuras importantes do governo federal, particularmente, durante o período em que Vargas esteve no poder. Assim, agiu para incluir seus autores nas listas de publicações recomendadas pelo Ministério da Educação e na seleção de obras a serem publicadas, financiadas ou distribuídas com apoio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Deve-se notar que diante de um mercado editorial ainda em formação, bem como de um público leitor ainda restrito, o apoio governamental é quase imprescindível para o sucesso, a longo prazo, do negócio. Assim, as editoras puderam desfrutar as vantagens de políticas de educação e de cultura nacionais

¹⁴Não se pode desconsiderar, ainda, que a recuperação do passado e a valorização da tradição tão caras ao discurso regionalista encontram grande eco na ideologia política lentamente gestada para sustentar o discurso estado-novista. Para Mônica Velloso, este discurso “constrói um esquema temporal em que sublima a ação presente, atribuindo-lhe certa plenitude de significados. Porém, o que confere especificidade a este discurso é a forma através da qual se apropria do passado e efetua seu redimensionamento. A condição para a plena realização do presente reside não apenas na sua consonância com o passado, mas até numa transposição do passado para o presente”. Nesse sentido, o que realmente está em questão é a continuidade, é a coexistência entre passado e presente. VELLOSO, M. P. Cultura e Poder Político: uma Configuração do Campo Intelectual. In: VELLOSO, M. P. et al. **Estado – Novo: Ideologia e Poder**. RJ: Zahar, 1982. p.83. Sobre o tema ver ainda: GOMES, Ângela de C. **História e Historiadores: A Política Cultural do Estado Novo**. RJ: FGV, 1996; BOMENY, H. **Constelação Capanema**. Intelectuais e Política. RJ: FGV, 2001.

implementadas a partir de 1930 e, especialmente, influentes após o golpe do Estado-Novo em 1937¹⁵.

O bom trânsito de José Olympio no governo Vargas pode ser constatado, por exemplo, no fato do editor ter sido escolhido para publicar, a partir de 1938, os oito volumes de *A Nova Política do Brasil*, reunião dos discursos políticos do presidente, obra que, posteriormente, sustentará a candidatura de Getúlio à Academia Brasileira de Letras.

Com o passar dos anos, e por motivos variados, a livraria José Olympio tornou-se ponto de encontro obrigatório para vários escritores do período, todos editados pela Casa. Alguns deles, como Jorge Amado com os *Romances da Bahia* e José Lins do Rego com o *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, tiveram suas obras reunidas em coleções de autor, num "processo de unificação simbólica, de construção social de uma identidade dos escritores como grupo literário de vanguarda, no Rio de Janeiro da segunda metade da década de 30"¹⁶.

Nesse sentido, as coleções de obras de Jorge Amado e José Lins do Rego acabaram por unificar não apenas as obras dos dois autores, como também toda uma estética associada ao Regionalismo nordestino, isto é, José Olympio acabou por reunir em livros os projetos que vários intelectuais e artistas nordestinos vinham formulando desde a década anterior.

¹⁵Importante lembrar que a década de 30 é marcada por uma série de reformas educacionais que buscaram estabelecer uma política nacional de educação. Sobre esse assunto ver: BOMENY, H. **Os Intelectuais da Educação**. RJ: Zahar, 2001.

¹⁶SORÁ, Gustavo. op. cit. p.166. Deve-se destacar ainda o importante papel desempenhado pelo capista da editora o pintor Santa Rosa que com as capas operou, de fato, a unificação conceitual e estilística dos romances a partir da incorporação de xilogravuras e desenhos em nanquim que acabaram por estilizar figuras míticas das epopéias nordestinas como o retirante, a seca, o cangaceiro, etc. Lucila Soares comenta que as capas, vinhetas e ilustrações das edições da José Olympio eram feitas especialmente por Santa Rosa e por "outras figuras que compunham o primeiro time das artes plásticas brasileiras: Cícero Dias, Oswaldo Goeldi, Axl Leskoscheck e, mais tarde, Poty Lazzarotto. Era um grupo que vivia de encomendas de portes variados – suplementos literários, editoras de livros, retratos de figuras da intelectualidade ou do *grand monde* e vastos murais. Portinari, o mais requisitado para as duas últimas categorias, incentivou vários de seus discípulos a se aproximar de J. O., sem dúvida um dos clientes mais importantes naquele momento". SOARES, L. **Rua do Ouvidor 110**. RJ: José Olympio: FBN, 2006.

O editor acentuava, progressivamente, “seu papel de aparato de sustentação do reconhecimento de Gilberto Freyre, Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Raquel de Queiroz. A consagração das obras desses autores se fundia cada vez mais como uma consagração da editora e vice-versa”¹⁷.

Com sua coleção própria e com grande reconhecimento da crítica da época, José Lins conseguiu transferir seu cargo de fiscal de consumo para o Rio de Janeiro e no final de 1935 muda-se definitivamente para a cidade. Na capital, tornou-se um dos poucos escritores que conseguiam viver exclusivamente da renda obtida por meio da literatura, nesse período, seus laços com José Olympio já estavam definitivamente consolidados.

Tais laços, segundo Sorá, acentuaram as relações de patronato editorial entre editor e editados, sendo que José Lins apenas fez reforçar a função que já vinha realizando desde Maceió como o principal articulador dessas relações.

Por exemplo, foi o romancista quem, ainda da capital alagoana, intermediou a aproximação e a negociação de originais entre Gilberto Freyre e Raquel de Queiroz e José Olympio. “Dali em diante, quem motivou Graciliano Ramos para ‘ir para a Zé Olympio’ foi Queiroz [...] e assim por diante. Cada um por sua vez e por variadas circunstâncias, foi descendo em direção ao Rio de Janeiro, capital política e cultural do *novo Brasil*”¹⁸.

Podemos verificar o funcionamento desta rede, ainda, na ação de Santa Rosa, Jorge Amado e Waldemar Cavalcanti, que representavam

cabeças de praia no Rio de Janeiro para os jovens intelectuais dos círculos do nordeste que baixavam para esta cidade [...] Uma vez que um escritor

¹⁷Idem. ibidem.p.333. O autor comenta também que os principais escritores do período “caíram sob o magnetismo que, a partir das edições dos livros de José Lins do Rego, passou a ter a editora José Olympio”. p.101.

¹⁸SORÁ, Gustavo. **Brasileiros. A Casa José Olympio e a Instituição do Livro Nacional**. RJ:UFRJ, 1998. Tese de Doutorado em Antropologia Social. p.145. Itálico no original.Em entrevista de Raquel de Queiroz a Gustavo Sorá, a escritora comenta “todos queriam vir para cá porque cá estavam os editores, a crítica e outros escritores”. QUEIROZ, R. Entrevista a Gustavo Sorá em 25.fev.97, transcrita em SORÁ, Gustavo. op. cit. p.145.

conseguia uma proposta editorial, ofertava a seguir os serviços ou produtos dos amigos. José Lins do Rego parava na casa deste pintor a cada viagem à capital e através do editor tinha uma oportunidade de equilibrar a relação dádiva – contra dádiva. Esta classe de atos ‘desinteressados’ foi a matriz a partir da qual, em cascata, foram alavancando-se todos os intelectuais afins, provenientes de diversas regiões, mas especialmente do Nordeste e Minas¹⁹.

Nesse sentido, a correspondência trocada entre José Lins e o José Olympio é reveladora da operacionalização prática dessa rede de relações, em carta que deve datar do início de 1934, escreve o romancista para o editor:

“Prefeitura Municipal de Maceió

Caro Sr. José Olympio:

Seguem os originais do ‘Menino de Engenho’. Os de ‘Bangüê’ que estava no Rio mandei que fossem remetidos ao sr. O ‘Bangüê’ deverá ter dedicatória a Yan Almeida Prado e Mário Marroquim. Se lhe interessar desenhos para as capas dos dois livros lhe lembraria o grande desenhista Santa Rosa Júnior, Catete 200, Rio, 1º andar. Sigo no dia 17 para o Rio onde chegarei a 21 deste.

Seu amigo,

José Lins do Rego
Avenida da Paz, 1228”²⁰

Em nova carta, provavelmente datada do início de 1935, as relações entre editor e editado parecem ser mais próximas e, novamente, mas sem grande cerimônia, José Lins oferece os trabalhos de outro amigo:

“Caro José Olympio

Mando-lhe d’aqui o meu abraço. Se acabo o livro que já comecei será seu, não tenha a menor dúvida. Ando agora com muita vontade de fazer qualquer coisa que vá além do “Bangüê”. Si não conseguir é porque nada tenho mais a dizer. Está morando aqui em Maceió a Rachel de Queiroz. Está ela escrevendo um livro (romance) e já tem pronta uma tradução de Edouard XII de Maurois. A tradução é ótima. Você quer editar essa tradução? Tem mais de trezentas páginas. Responda-me.

Por meio de uma pessoa minha que deve chegar ahi no Rio no dia 21 eu lhe mando uma lembrança.

¹⁹Idem. ibidem. p.103.

²⁰Correspondência José Lins do Rego – José Olympio, 1934. Foi mantida a grafia original.

Esta pessoa vai se hospedar no “Esplêndido Hotel”. Você a procure. Agradece-lho a gentileza de não querer nada pelos “Bangüê” que me mandou. Eu queria ver se lhe auxiliava a esgotar o encalhe [...]

Um abraço do

José Lins do Rego”²¹

Nessa época, Raquel de Queiroz já era conhecida por seus romances *O Quinze* e *João Miguel*, contudo, ainda não entrara no mercado nacional mais amplo, possibilidade que poderia ser dada com o ingresso da autora na José Olympio. Abaixo, a carta da jovem romancista para o editor:

“Caro Sr. José Olympio.

Por intermédio do Sr. José Lins do Rego soube que lhe interessava uma tradução que tenho feita de “Edouard VII et son temps” de André Maurois. Essa tradução eu a tinha feito por encomenda da Unitas, hoje falecida. E foi um milagre eu Ter salvo, no espólio da finada, a minha tradução, que ainda não me tinha sido paga. Naturalmente que não cabia a mim, simples tradutora, cuidar dos direitos autorais. E eu creio que o Pintauddi, o gerente da Unitas, sempre descuidado e em falta, pouco ou nada fizera para a aquisição desses direitos. Está pois aqui a tradução, à sua disposição. Espero as suas ordens para remeter pela primeira mala.

Quanto a edição do meu romance, que vai bem encaminhado, creio que nos entenderemos bem. Logo lhe mandarei o título (que ainda não decidi) e o mais que precisar para a propaganda.

Aguardo suas notícias, e sou, com estima e consideração.

Rachel de Queiroz

Rua da Caridade 167

Pajussara

Maceió”²²

Nota-se, por meio das cartas, que José Lins aciona uma rede de autores preferenciais em sua região de origem, apresentando-a ao editor que, em contrapartida, aciona o autor para que este faça as vezes de correspondente de

²¹Correspondência José Lins do Rego – José Olympio, 1935. Foi mantida a grafia original.

²²Correspondência Raquel de Queiroz – José Olympio, 1936. Foi mantida a grafia original.

imprensa, articulando nos jornais e revistas regionais a circulação e divulgação das obras da editora.

Em outra carta de José Lins para José Olympio, datada de 1934, essas articulações ganham contornos mais claros:

"Maceió 29/7/1934

José Olympio

Apresento, com o artigo junto sobre "Bangüê", o meu amigo Raul Lima, redactor – secretário da Gazeta de Alagóas. O jornal de maior difusão nesta capital.

Pela Gazeta poderá ter sua casa editora a melhor propaganda das suas edições, neste Estado, endereçando ofertas e qualquer correspondência diretamente áquelle jornalista que, por sua vez, se encarregará de enviar-lhe todas as notas que o referido jornal publicar.

Abraços do seu amigo

José Lins do Rego

Endereço de Raul Lima:

Rua Nova 224.²³

Sorá argumenta que a publicação é uma relação de negociação entre agentes com interesses específicos, de modo que, um livro não é o mesmo para sempre, mudando dia a dia, conforme o estado de um campo de concorrências, de circulação e de recepção. Portanto, manter o livro visível acarreta uma longa série de ações, saberes, poderes. Novamente, recorramos a uma carta trocada entre José Lins e José Olympio para explicitar as ações, os saberes e os poderes envolvidos nessas relações:

"Meu caro José Olympio,

Recebi a sua carta e muito obrigado pela bondade das referências. Li também os prospectos que mandaram fazer para propaganda. Achei que o nome do Renato Almir não merecia tal distinção. Você poderia ter pedido ao Waldemar que lhe daria gente melhor para me recomendar do público.

²³Correspondência José Lins do Rego – José Olympio, 1934. Foi mantida a grafia original.

Acho tudo isso nada mole. Soube que saiu na “Folha da Manhã” de S. Paulo um artigo sobre “Bangüê”. Você leu? Não li e nem sei de quem foi. Como vai o Fontes? Está botando para diante o livro? Estive com Zé Américo que me afirmou que a “Bagaceira” será seu. Em tudo caso não seria mau que você telegraphasse ao homem lembrando. Vou fazer nos jornais d’aqui umas notícias sobre os livros de sua publicação [...]. É preciso que o homem com mais coragem do Brasil seja bem sucedido. No Recife, por carta de amigo, soube que o “Bangüê” está sendo bem vendido. Que elle se venda em toda parte é o meu desejo pois não quero ficar com o remorso de Ter enganado a um bom sujeito como você. Recomende-me a sua mulher. E com um abraço do seu,

José Lins do Rego”²⁴

A escassez de universidades, institutos, bibliotecas e centros culturais, contribuíram para que as livrarias se constituíssem com um centro de reunião obrigatória para grupos de intelectuais, assim, ambos, escritores e livrarias, se marcavam de modo recíproco, traçando o mapa do espaço intelectual urbano, de modo que grupos intelectuais acabavam por se apropriar de uma livraria em particular, sendo a identidade de ambos quase indissociável.

A Livraria José Olympio ocupava uma das áreas mais nobres da capital durante este período, na rua do Ouvidor se concentravam grande parte das grandes livrarias cariocas da época, reunindo, portanto, intelectuais das mais variadas áreas, como atesta Raquel de Queiroz: “os filósofos mais velhos, tinham a Livraria Francisco Alves; Humberto de Campos, aquela gente anterior, eles tinham outras editoras e outras livrarias. Mas nosso grupo se reunia na José Olympio, nossa geração, digamos”²⁵.

²⁴Deve-se destacar que uma das principais marcas de um bom editor nos anos 30 era estar próximo da crítica, ou por laços de amizade (condição ideal) ou fazendo resenhar seus livros, coletando esse material e enviando-o a seus editados.

²⁵QUEIROZ, Raquel. Entrevista a Gustavo Sorá em 25.fev.97, transcrita em SORÁ, Gustavo. op. cit. p.188.

A romancista comenta ainda que a livraria

caiu na moda porque era freqüentada por todos os jovens escritores que estavam aparecendo: Jorge Amado, José Lins do Rego que praticamente tinha seu escritório lá, Graciliano Ramos, Lúcio Cardoso, Manuel Bandeira [...] Zé Lins, por exemplo, ficava indignado se a gente não ia. A partir das três, quatro da tarde a gente ia chegando [...] O nosso *point* era a José Olympio. Era onde a gente se reunia, onde a gente se via quase diariamente [...] Ali falávamos sobre literatura, mal dos outros em geral ... conversas de amigos [...] O José editava poucos livros e ele começou a crescer precisamente com os livros de nossa geração, principalmente Zé Lins [...] ²⁶.

Também freqüentavam, assiduamente, a Livraria críticos e ensaístas como Brito Broca, Nelson Werneck Sodré, professores da Universidade do Distrito Federal como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Hermes de Lima, poetas como Murilo Mendes e Carlos Drummond de Andrade, etc.

No final dos anos 30, a Livraria José Olympio era considerada a *sede* do pensamento de um novo Brasil, nesse sentido,

os *romancistas do nordeste* não só foram os autores privilegiados nos nichos culturais do catálogo. Eles foram o subgrupo central entre as comunidades de escritores que diariamente 'marcavam ponto' no local. Ao contrário de outros escritores igualmente imigrantes, contavam com menores recursos (redes de sociabilidade anteriores; cargos educativos ou políticos, etc.) na capital. A vida deles no Rio de Janeiro passava pela Livraria ²⁷.

Essa familiaridade com a Casa Editora acabou por cristalizar a expressão *autores da casa*.

Em entrevista à Tribuna da Imprensa em setembro de 1957, José Olympio afirma que mais de quinhentos mil exemplares dos romances de José Lins já haviam sido editados pelo mundo, o editor diz, ainda, que o romancista paraibano "foi o homem que mais freqüentou essa casa. Ele era tão íntimo

²⁶QUEIROZ, Raquel. Entrevista a Gustavo Sorá em 25.fev.97, transcrita em SORÁ, Gustavo. op. cit. p.186.

²⁷SORÁ, Gustavo. **Brasileiros. A Casa José Olympio e a Instituição do Livro Nacional**. RJ:UFRJ, 1998. Tese de Doutorado em Antropologia Social. p.188. grifo no original. Passados vinte anos da inauguração da Editora, em 1952, seu catálogo contava com mil e quatrocentas edições e editava boa parte dos mais importantes escritores brasileiros do período. Sob o selo "Fogos Cruzados", foram editados autores internacionais importantes, como Dostoiévski que teve sua obra completa reunida numa edição de luxo com ilustrações de Portinari e Santa Rosa.

nosso que uma carta sobre a minha mesa – que fosse até uma comunicação bancária, ele abria. E fazia sempre com a segurança de quem lia também o que era dele”²⁸.

A proximidade entre autor e editora é claramente demonstrada na “Nota da Editora” que apresenta a edição póstuma dos discursos de recepção e posse de José Lins na Academia Brasileira de Letras²⁹:

“A publicação desta plaquete estava prevista para julho, exatamente o mês em que José Lins do Rêgo se recolheu ao hospital. Suas aparentes melhoras a todos iludiam, e não sem razão, pois era dotado de um grande e generoso coração obstinadamente disposto à luta. Fomos, assim, esperando por sua convalescença, para submeter-lhe as provas a uma última leitura. Não veio o restabelecimento, mas o fim dos seus dias decorridos três meses, e o opúsculo ora sai, na parte que lhe toca, marcado pelo amargo sabor de obra póstuma.

O desaparecimento de José Lins do Rêgo abala esta Casa no que ela possui de mais precioso em matéria de patrimônio humano e intelectual. Era dos nossos amigos das primeiras horas, uma de nossas mais antigas e melhores raízes afetivas. Sua vinda para o Rio coincidiu com a nossa, e aqui vivemos, durante mais de 20 anos, em têmos da mais completa identidade.

Nossa aproximação com José Lins do Rêgo sempre a atribuímos a um privilégio do destino. Só através dela poderia iniciar-se nossa tarefa de incentivo à moderna literatura brasileira, na qual sempre acreditamos com o maior entusiasmo. Fizemos juntos uma longa caminhada, e ao companheiro que partiu mais cedo, tendo ainda tanto a realizar, consignamos tôdas as homenagens de nossa amizade, admiração e respeito.

Esta é a Casa de José Lins do Rêgo. Nenhum título lhe vai melhor, nem mais a desvanece”.

Rio, outubro de 1957.

²⁸Mais de Meio Milhão a Tiragem de José Lins do Rego. **Tribuna dos Livros** (Suplemento da Tribuna da Imprensa), Rio de Janeiro, 21-22.set.1957. p.3. José Lins teve quase todos os seus romances traduzidos para o inglês, o francês e o espanhol. Muitos foram traduzidos também para o alemão e para o russo. Gilberto Freyre intermediou a publicação em língua inglesa dos romances *Menino de Engenho*, *Doidinho* e *Bangüê* que foram editados pelo inglês Alfred A. Knopf em um único número intitulado *Plantation Boy* (1966). Em carta de 2 de janeiro de 1945, Freyre diz a José Lins: “mostrei, ou creio ter mostrado ao Knopf que não se compreende você não ser traduzido para o inglês imediatamente. Creio que você vai receber breve cartas deles”. Correspondência Gilberto Freyre – José Lins do Rego, 1945. Foi mantida a grafia original.

²⁹REGO, J. L.; ATHAYDE, Austregesilo. **Discurso de Recepção e Posse na Academia Brasileira de Letras**. RJ: José Olympio, 1957. Foi mantida a grafia original.

2.3. Memória, Biografia e Ficção: A Crítica Literária Contemporânea a José Lins do Rego

José Lins é recebido, por ocasião do lançamento de *Menino de Engenho*, como “uma estréia que reputamos das mais promissoras”³⁰. Esse é o comentário de Gastão Cruls para quem José Lins do Rego é um “jovem escritor nordestino que, até então, apenas assinara alguns trabalhos de crítica, assim mesmo de pequena divulgação, pois que insertos nos jornais da província, mas que surge agora com um livro por muitos títulos notável e digno da melhor acolhida”³¹. Ainda em 1932, em crônica publicada no Jornal do Brasil, João Ribeiro comenta que *Menino de Engenho* é “um dos tipos de brasilidade da nossa literatura [...] é a expressão viva da linguagem do Norte, alheia ao vernaculismo de artifício da literatura corrente. É um livro de primeira ordem”³².

A boa recepção do romance é confirmada em 1933 quando José Lins recebe o prêmio da Fundação Graça Aranha. Yan de Almeida Prado em carta datada do mesmo ano comenta a possibilidade do romancista ganhar o prêmio:

Um prêmio sempre serve para a extração de um livro, mormente em se tratando de obra de valor, pois é tão mal compreendida no Brasil. O ambiente no Rio é assim mesmo, todo feito de capelinhas e associações de elogio mútuo. Os autores fora da capital, em geral, não são muito simpatizados. Às vezes sofrem guerra surda, quando têm talento. Por isso eu muito gostaria que você recebesse o prêmio, independentemente das intrigas dessas igrejas³³.

³⁰CRULS, Gastão. *Menino de Engenho*. **Boletim de Ariel**, Rio de Janeiro, n. 1, Ano I, ago.1932.p.14.

³¹Idem.ibidem.p.14.

³²RIBEIRO, João. *Menino de Engenho*. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 8.set.1932. Reproduzido em **Menino de Engenho**. 6ª ed RJ: José Olympio, 1956.

³³Correspondência Yan de Almeida Prado – José Lins do Rego, 1933.

José Américo de Almeida comenta o surgimento de José Lins como escritor “foi um acontecimento. *Menino de Engenho* era uma estréia que já tinha segurança de mestre. Mais poema do que romance, revelava, entretanto, além da figura fiel, do quadro autêntico ornado de poesia das coisas, a qualidade de um animador de ambientes e criador de tipos”³⁴.

A publicação do romance levantou a questão deste ser ou não fruto das agitações modernistas de São Paulo. Alguns críticos afirmarão que quando o romancista surge o “ambiente literário estava preparado para recebê-lo, aceitá-lo e aplaudi-lo, pois, com a publicação de *Macunaíma*, em 1928, fora transposto o ápice da fase polêmica de Modernismo, e não mais se discutia a necessidade de renovar a linguagem literária no Brasil”³⁵, daí a possibilidade do romancista construir uma linguagem muito próxima da oralidade, utilizando palavras e expressões caras ao Nordeste. Muitos críticos irão retratá-lo como um ignorante das normas gramaticais, enquanto outros enxergarão na aproximação do autor com a linguagem oral um dos aspectos mais ricos e vivos de seus romances.

Para Mário de Andrade, José Lins seria o escritor de “linguagem mais saborosa, mais colorida e nacional que nunca tivemos; o mais presente contador, o documentador mais profundo e essencial da civilização e da psique nordestina;

³⁴ALMEIDA, José Américo. O Contador de Histórias. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 12.out.1957. Reproduzido em **Sem Me Rir, Sem Chorar**. João Pessoa: A União, 1984. pp.83-85. Consideração semelhante é feita por Raquel de Querioz para quem o *Menino de Engenho* destacava-se “porque não era, como os livros de alguns de nós, obra primeira de menino precoce, marcada pelas falhas da estréia juvenil. Nós estreávamos como escudeiros atrevidos, mas José Lins do Rego já vinha armado cavaleiro de botas, esporas, espada e penacho. José Lins na casa dos trinta, começava como romancista, mas era nome feito nas rodas intelectuais do Recife, até do Rio, autor de artigos, ensaios, estudos de crítica [...] e, com *Menino de Engenho*, o romancista José Lins do Rego praticamente nos mostrava a sua face definitiva”. QUEIROZ, R. “Menino de Engenho: 40 anos”. *Menino de Engenho*. RJ: José Olympio, 1972. 17ªed. Já Manoel Bandeira comenta ter se surpreendido com o romancista paraibano que “já tinha vinte e cinco anos quando apareceu pela primeira vez no Rio, falando feito cabra de engenho, gaguejando muito, sempre com ar aperreado, e escrevendo esporadicamente umas notas críticas meio bambas, meio erradas. Eu não tinha fé no matuto. Nunca que ninguém tivesse fé, a não ser, talvez, o mestre do Karrapicho, o modesto sociólogo de *Casa Grande & Senzala*”. BANDEIRA, M. Ciclo da Cana-de-Açúcar. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 1936. Para Afonso Arinos de Melo Franco, “José Lins do Rego é o caso raro de um romancista da maior importância que já surgiu conhecendo a sua rota e a maneira de percorrê-la”. FRANCO, A. A. M. O Espelho das Águas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 29.set.1957.

³⁵PROENÇA, Manoel Cavalcanti. O Negro Tinha Caráter como o Diabo. **Moleque Ricardo**. 7ªed. RJ: José Olympio, 1966.

o mais fecundo inventor de casos e de almas”³⁶. Segundo José Américo de Almeida, o romancista

extraiu da cana-de-açúcar toda a doçura cheia de nós da expressão que criou, sem grande relevo, sem imprevistos, mas de um sabor nativo que não chegava a ser plebeu. Pegou-a na boca do povo com toda a sua frescura e modelou-a. Não é, contudo, a gíria: é o homem do linguajar comum, a fala da sala e da cozinha, do engenho e da cidade. Se não tem disciplina, se foge, por vezes, ao controle gramatical, à rigidez da sintaxe, é, prodigiosamente exata. É rica de propriedade e precisão. Trabalhada, não deixa de ser agradável e musical com seu ritmo de vozes soltas, dando a idéia da presença de alguma coisa que está viva, bulindo diante de nós³⁷.

Freqüentemente, será esse escrever muito próximo da oralidade e das expressões regionais e populares que levará os críticos a definirem o *Ciclo da Cana-de-Açúcar* como fruto da força instintiva de seu autor.

Desde as primeiras críticas nos anos 30, os romances de José Lins serão analisados como fruto “mais do instinto do que da reflexão [...] Não há paciência, estudo, reflexão nos elementos; há subtaneidade e força, improvisação e surpresa”³⁸. O autor é apresentado como um “romancista que se derrama com toda volúpia em seus livros e coloca sobre eles grande carga de sentimento e emoção”³⁹.

Álvaro Lins define o romancista como uma síntese do “espírito do Norte, um escritor que vive mais da inspiração do que da técnica e do trabalho, mais do que

³⁶ANDRADE, Mário. Riacho Doce. In: **O Empalhador de Passarinho**. SP: Martins Fontes; Brasília: INL, 1972. A primeira versão do artigo foi publicada na imprensa paulistana, com o mesmo título, em 12.nov.1939.

³⁷ALMEIDA, José A. O Contador de Histórias. **O Cruzeiro**, RJ, 12.out.1957. Reproduzido em **Sem Me Rir, Sem Chorar**. João Pessoa: A União, 1984. pp.83-85. Análise semelhante é realizada por Ledo Ivo, para quem José Lins teria criado uma “língua geopolítica, juncada pelas dicções das negras da cozinha do Engenho Corredor, das cantigas dos cegos cantadores e dos trabalhadores do eito, verdadeira melodia, doce como uma flor de açúcar”. IVO, Ledo. As Duas Línguas. In: COUTINHO, Afrânio (dir) **José Lins do Rego**. Coleção Fortuna Crítica. RJ: Civilização Brasileira; João Pessoa: FUNESC, 1991.

³⁸MONTENEGRO, Olívio. José Lins do Rego. Prefácio a **Bangüê**. 4 ed. RJ: José Olympio, , 1956.p.viii.

³⁹MONTENEGRO, O. Em Torno de Bangüê. **Boletim de Ariel**, Rio de Janeiro, ano III, ago.1934. p.299. Avaliando *Menino de Engenho*, o mesmo autor comenta ser possível perceber que o romance “brotou de um jato e estava mais do que vivo na memória do autor; estava no seu sangue, nos seus nervos”. MONTENEGRO, O. Um Romance Brasileiro. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 6, ano II, mar.1933.

é espontaneamente pessoal do que da arte literária”⁴⁰. Otto Maria Carpeaux realiza análises semelhantes sobre o romancista, argumentando que “todas as virtudes e todos os defeitos do escritor José Lins do Rego residem na sua espontaneidade fabulosa, na sua riqueza vital, na sua força instintiva”⁴¹, considera ainda que o romancista é antes de tudo “uma natureza. Tem algo de uma força elementar, cria; como a natureza cria, prodigamente”⁴².

Para Manuel Bandeira, os romances de José Lins cheiram

a canavial e a melaço da terra do Nordeste, prosa de uma naturalidade, de uma espontaneidade, de uma força que fazem esquecer tudo o que carregam de imperfeição, de desmazelo, de incúria estilística. **Porque o estilo de José Lins do Rego é um estilo de cheia de rio – barrento, libidinoso, arrastando tudo que encontra na cabeça de água;** troços de mocambo, porteiras de engenho, árvores derrubadas, gado afogado, o diabo⁴³.

Ao considerar a produção de José Lins do Rego como primitiva, espontânea e desordenada, a crítica reitera tanto a insuficiência estética de seu objeto, como também reconhece, implicitamente, a insuficiência de seu próprio instrumental analítico, construído, à época, sobre uma valorização estética rigidamente codificada na qual não havia espaço nem para o híbrido, nem para o heterogêneo⁴⁴.

⁴⁰LINS, A. Sucessos e Insucessos do Menino de Engenho. In: **Os Mortos de Sobrecasaca**. RJ: Civilização Brasileira, 1963. p.123. Em entrevista à Diva de Mucio Teixeira, José Lins comenta que o Nordeste sempre existiu em sua vida, “como o chão em que piso, e este chão me é tão necessário e tão presente como se fosse a única realidade que me alimenta. Costumam dizer que sou um telúrico, sim, serei sempre um telúrico porque sempre em mim agirão as forças secretas da terra, a terra como o homem, tem a sua alma, as suas condições espirituais”. REGO, José L. O Romancista é o Rival de Deus. Entrevista a Diva de Mucio Teixeira. COUTINHO, Afrânio (dir) **José Lins do Rego**. Coleção Fortuna Crítica. RJ: Civilização Brasileira; João Pessoa: FUNESC, 1991.

⁴¹CARPEAUX, Otto Maria. O brasileiroíssimo José Lins do Rego. In: REGO, José Lins do. **Fogo morto**. 1ª ed. RJ: José Olympio, 1943. pp. 7-13.

⁴²Idem. ibidem. pp. 7-13. Nesse mesmo sentido, Nelson Werneck Sodré escreve “o narrador de um ambiente, sem partido, deixando a vida escorrer, transfundir-se nos seus livros, dominado por ela. A realidade, através da reminiscência, é o que o faz emotivo. Na composição literária revela a personalidade encoberta por uma cultura falsa, uma cultura adquirida. O que vai aparecer nessa composição, é o sofrimento do povo, as suas dores, as suas festas, as suas credices, a herança do negro escravo, a tragédia da servidão. O filho de senhor de engenho, neto de patriarca e das terras e das águas, sente a regressão que provém do mais fundo de sua sensibilidade apurada, e volta-se para os parias das glebas dos engenhos, os míseros da bagaceira e do eito, e dá-lhes uma vida, um movimento, uma cor”. SODRÉ, Nelson W. José Lins do Rego. In: **Orientações do Pensamento Brasileiro**. RJ: Ed. Vecchi, 1942. p.119.

⁴³BANDEIRA, M. Ciclo da Cana-de-Açúcar. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 1936.

⁴⁴Cf. RUSSOTTO, M. **Arcaísmo e Modernidade em José Lins do Rego**. Uma Leitura de Doidinho. 1987. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada). FFLCH: USP, São Paulo. pp. 1-16.

Para Otto Maria Carpeaux, há uma correspondência plena entre o assunto e o estilo nos romances de José Lins, residindo nisso o valor literário do romancista, e, bem como a possibilidade de contar “a decadência do patriarcalismo no Nordeste do Brasil, com as suas inúmeras tragédias e misérias humanas e uns raros raios de graça e humor”⁴⁵.

Assim, serão comuns dois tipos de argumentos: aqueles que por um lado desqualificam o valor literário da obra de José Lins por considera-la mero memorialismo acrescido de grande saudosismo dos tempos de sua infância, e aqueles que, por outro, consideram o memorialismo como a força dos romances do autor, os quais retratariam dramas e personagens que José Lins conhece intimamente porque são parte de sua própria vivência e de suas experiências. Aurélio Buarque de Holanda, no prefácio a *Pedra Bonita*, define as obras de José Lins como “romances da vida vivida”⁴⁶.

A crítica, frequentemente, incorrerá no erro de identificar plenamente autor e narrador, não concedendo atenção suficiente para um aspecto central do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, qual seja, o processo de formação do herói como narrador. Assim, memória e experiência serão dois eixos centrais a partir dos quais o *Ciclo* será compreendido e analisado pela crítica da época. Gilberto Freyre, por exemplo, insistirá na recuperação da infância pelo romancista como um dos principais aspectos de sua obra, nas palavras do sociólogo pernambucano,

aprendeu José Lins a ver sob uma nova luz aspectos da vida brasileira de Província e da própria natureza humana, por ele talvez considerados até então banais e desprezíveis. Inclusive sua própria e preciosa experiência de menino: menino de engenho. Ávido de recuperar a infância perdida comuniquei ao amigo fraternal esse fervor de recuperação que eu trazia do estrangeiro e que inspirara minha tese de formatura em Ciências Políticas e

⁴⁵CARPEAUX, Otto Maria. op. cit.. pp. 7-13.

⁴⁶HOLLANDA, Aurélio Buarque de. Alguns Aspectos da Obra de José Lins do Rego. Prefácio a **Pedra Bonita**. 5 ed. RJ: José Olympio, 1956.

Sociais na Universidade de Columbia. Onde me senti um tanto colaborador de alguns dos primeiros romances de José Lins: romances ao mesmo tempo tão realistas e tão líricos, tão lucidamente objetivos e tão pungentemente introspectivos em suas aventuras de recuperação do menino pelo homem que eram e são as aventuras que mais me tem empolgado⁴⁷.

Assim, foi quando o “homem uniu-se ao menino” recolhendo do “chão nativo da sua Paraíba aquelas experiências mais íntimas que vinham sendo desprezadas por ele e até consideradas vergonhosas”⁴⁸ que o polemista Lins do Rego tornou-se romancista. Ressalta, contudo, que “esse reajustamento não se fez por mágica, mas através de esforço, de estudo, de leituras em profundidade. O que desmoraliza a tese de um ‘ignorante de talento’”⁴⁹.

Para o sociólogo, a maior questão a ser enfrentada quando se analisa a obra do romancista paraibano é o problema de ser o autor “uma grande memória: a do passado, da vida, a do drama de uma região de seu país”⁵⁰. Assim, a memória de José Lins seria “ativa e não passiva. Ele se lembra do que viveu e não apenas do que viu; do que experimentou e não apenas do que decorou; do que sofreu e não somente o que aprendeu de ouvido ser sofrimento humano”⁵¹.

⁴⁷Freyre, G. José Lins e o Recife. **Diário de Pernambuco**. Recife, 20 jun.1953.Disponível em: www.fgf.org.br - Acesso em: 14. out.2005. José Aderaldo Castelo faz observação semelhante, segundo o crítico foi da infância no engenho do avô que José Lins retirou “todo o fundamento da obra em que mais tarde, cedendo a impulsos espontâneos e irresistíveis e aí mesmo tempo a uma atitude crítica regionalista, fixaria o esplendor e a decadência do engenho de açúcar logo substituído pela usina, num processo de revolução de toda a estrutura social e econômica da paisagem açucareira do Nordeste, latifundiária e patriarcalista”. CASTELLO, José A. “José Lins do Rego”. Revista Anhembi. SP, 1957.p.393. Ano VII, Nº 83, vol.XXVIII.

⁴⁸Idem. José Lins do Rego e Eu: Qual dos Dois Influi sobre o Outro?. In: **Alhos & Bugalhos**. RJ: Nova Fronteira, 1978.p.41.

⁴⁹Idem, ibidem.p.42.. Opinião semelhante é expressa por Álvaro Lins para quem José Lins teve de desdenhar do espírito crítico para escrever romances, ou seja, “nos seus romances a intervenção do espírito crítico parece-me mínima ou talvez inexistente. O seu estado de criação é o do instintivo, o de quem avança no escuro, o da absoluta e desordenada liberdade. A sua criação romanesca encontra-se sob o signo exclusivo de dois elementos, ambos muito ligados aos nervos, sabendo-se que toda obra revela e exhibe essa origem nervosa: a memória e a imaginação”. LINS, A. Sucessos e Insucessos do Menino de Engenho. In: **Os Mortos de Sobrecasaca**. RJ: Civilização Brasileira, 1963.

⁵⁰Idem, ibidem.p.35.

⁵¹Idem, ibidem.p.41. Para Carpeaux, todas as saudades do romancista “são saudades do seu instinto, do seu sangue, da sua herança no sangue, giram em torno da vida orgânica espontânea, inconsciente; e a sua força literária consiste em saber transformar essa saudades em palavras escritas, nas mil e mim e mil palavras escritas dos seus romances”. Carpeaux, Otto Maria. O brasileiroíssimo José Lins do Rego. In: REGO, José Lins do. **Fogo morto**. 1 ed. RJ: José Olympio, 1943. pp. 7-13.

No artigo "A Propósito do Memorialismo de José Lins do Rego", Freyre argumenta que a imaginação não cria inventando, antes, a imaginação combina aquilo que existe por meio da memória, de modo que, a segunda seria a base da primeira. Assim, nada seria criado de modo absoluto, isto é, o criador seja artístico, científico ou literário apenas descobre relações novas "entre pessoas e coisas. Entre pessoas e animais. Entre pessoas e fatos. Entre épocas. Entre sociedades humanas. Entre os sentidos, os órgãos, os chamados instintos do homem e a sua inteligência".

Freyre também argumenta que mesmo quando apenas revive pela memória, José Lins faz com que os acontecimentos quase se movam novamente diante dos olhos do leitor porque é um "escritor por instinto e não apenas por afirmação, que assimilou por empatia o mundo que conseguiu recriar fazendo-se ponto de confluência de várias vidas e de vários passados"⁵².

De modo geral, pode-se considerar que, por meio do artifício da memória, José Lins unifica os dramas vividos na zona açucareira nordestina, dramas que são apresentados como vividos de modo semelhante por senhores, trabalhadores de eito, ex-escravos, sertanejos e cangaceiros, obscurecendo, assim, os dilemas e os problemas específicos enfrentados por cada um desses segmentos no processo de decadência dos engenhos e ascensão das usinas. Promovendo tal

⁵²Idem. A Propósito do Memorialismo de José Lins do Rego. **Diário de Pernambuco**. Recife, 7 nov. 1950. Disponível em: www.fgf.org.br - Acesso em: 14 out.2005. Alvaro Lins possui argumentos semelhantes quando afirma que memória e imaginação não são antagônicas, diz o crítico: "não sei de ninguém que possa ter imaginado sem ter memória [...] Em literatura, pelo menos, nenhuma obra existe sem que tenha se constituído de memória e imaginação [...] No caso do Sr. José Lins do Rego, encontramos sem esforço uma memória muito aguda e uma imaginação muito poética que operam juntas e se desenvolvem em harmonia". LINS, A. Sucessos e Insucessos do Menino de Engenho. In: **Os Mortos de Sobrecasaca**. RJ: Civilização Brasileira, 1963. Mário de Andrade também tece uma análise no mesmo sentido, segundo o romancista, "inventar não significa tirar do nada e nem muito menos se deverá decidir que uma das onze mil virgens tocando urucungo montada num canguru em plenos Andes escoceses é mais inventado que descrever reminiscências de infâncias. Aliás, tudo em nós é de alguma forma reminiscência; e a invenção, a invenção justa e legítima não se prova pelo seu caráter exterior de ineditismo e sim pelo poder de escolha que, de todas as nossas lembranças e experiências sabe discernir nos mais essências, mas mais ricas em caracterização e sugestividade". ANDRADE, M. Riacho Doce. In: **O Empalhador de Passarinho**. SP: Martins Fontes; Brasília: INL, 1972.p.138. O artigo original foi publicado na imprensa paulistana, com o mesmo título, em 12.nov.1939.

aproximação, equalizando os conflitos, o autor dissimula a força exploradora dos engenhos tradicionais.

José Aderaldo Castello argumenta que o entrelaçamento entre memória, ficção e biografia

converge para demonstrar, em termos de depoimento pessoal, a decadência do patriarcado rural da zona açucareira do Nordeste, e para fixar o triunfo, sobre tal derrocada, da industrialização do açúcar sob processos mecânicos avançados, com a usina, devoradora de engenhos – como os engenhos o foram de bangüês – e criadora de novo sistema de latifúndio e servilismo⁵³.

Para Álvaro Lins, a impressão de que a obra de José Lins do Rego é apenas memorialismo decorre da técnica do romancista que sempre reduz todos os romances seus a uma narração de acontecimentos realmente vividos. Outro ponto que concorre para isto seria, segundo o crítico, a construção da narrativa sempre a partir de um fato real que apenas depois é alterado e ultrapassado.

Em artigo publicado na *Revista Anhembi* em 1957, José Aderaldo Castello apresenta a obra do romancista paraibano como o resultado de suas memórias de infância, de “impulsos espontâneos e irresistíveis” que se articulam a uma “atitude crítica e regionalista”. Para o crítico, o Regionalismo de José Lins é “tão espontâneo e, ao mesmo tempo, intencionalmente buscado pelo romancista”⁵⁴.

O estudo de Castello será refinado e complexificado no livro *José Lins do Rego: Modernismo e Regionalismo* publicado em 1961. Nele, o crítico argumenta que antes de ser um memorialista, José Lins foi um narrador popular que sentiu ao invés de descrever e que compreendeu os problemas do Nordeste e de sua gente por meio da vivência legítima⁵⁵.

⁵³CASTELLO, José Aderaldo. **José Lins do Rego: Modernismo e Regionalismo**. SP: Edart, 1991.p.183.

⁵⁴CASTELLO, José Aderaldo. José Lins do Rego. **Revista Anhembi**. SP, n. 83, vol.XXVIII, Ano VII, 1957.p.393.

⁵⁵Cf.CASTELLO, José Aderaldo. **José Lins do Rego: Modernismo e Regionalismo**. SP: Edart, 1991.pp.179-183.

Assim, mesmo que a princípio a intenção do romancista tenha sido a de ser um memorialista (provavelmente das memórias de seu avô), o narrador popular se sobressaiu.

O crítico vincula apenas parcialmente o recurso de José Lins à memória, à ligação emotiva com a terra e com a infância a atitudes que expressem a vinculação do autor ao Regionalismo. Em geral, argumenta que a “Íntima comunhão do homem e do romancista com o mundo da infância e da adolescência e com a paisagem regional em que se situa a própria experiência pessoal” decorre do talento instintivo de um romancista “telúrico e emotivo, livre, portanto, de qualquer atitude crítica”, assim, não seria possível “falar em criação artística, mas, sim, em evocação incessante e repisada da memória, sem qualquer seleção e síntese”⁵⁶.

A memória pode ser considerada ponto fundamental para a análise e para a compreensão dos romances do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, quer como intenção buscada à luz das propostas regionalistas, quer como base sobre a qual a criação do romancista é criada e recriada. Entretanto, não se pode perder de vista que toda memória é seletiva, ou seja, a memória é parte integrante das construções sociais, sendo, nesse sentido, uma chave de acesso aos impasses travados no passado.

Para o sociólogo francês Maurice Halbwachs apenas é recordado aquilo que é socialmente relevante, logo, o jogo entre o que é lembrado e o que é esquecido “situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedade múltiplas dentro das quais estamos engajados”⁵⁷. Desse modo, as lembranças são sempre partilhadas a partir dos grupos de convívio e de referência peculiares a cada indivíduo, que, por sua

⁵⁶CASTELLO, José Aderaldo. **José Lins do Rego: Modernismo e Regionalismo**. SP: Edart, 1991.p.193.

⁵⁷HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.p.14.

vez, seleciona suas lembranças a partir das experiências históricas e sociais da sociedade na qual está inscrito. Logo, o caráter livre e espontâneo da memória é excepcional, em geral, lembrar é diferente de reviver e significa, na realidade, reconstruir; repensar com imagens e idéias de hoje as experiências do passado, “a memória não é sonho, é trabalho [...] A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual”⁵⁸.

Nesse sentido, a recuperação da infância operada pelo romancista especialmente nos romances *Menino de Engenho* e *Doidinho* deve ser analisada cuidadosamente. José Aderaldo Castello inicia sua análise sobre os romances cíclicos de José Lins argumentando que as obras são fruto da experiência acumulada pelo romancista em “seus ‘tristes verdes anos’, na condição peculiar em que se encontrou junto aos avós e tios maternos, com o regime de vida que lhe foi imposto em virtude da asma, que o atormentava freqüentemente, e com as antecipações sexuais, dolorosas”⁵⁹.

O crítico sustentará seus argumentos recorrendo ao prefácio de José Lins ao livro *Meus Verdes Anos* (1956) o qual seria, em sua visão, “o mais franco reconhecimento, pelo próprio autor, da origem indicada de sua obra de ficção”⁶⁰.

Veja-se, diretamente, o prefácio:

Chamei de verdes anos os tempos da minha primeira infância. E em livros de memórias procurei reter tudo o que ainda me resta daquela ‘aurora’ que para o poeta Casimiro fora a das saudades, dos campos floridas, das borboletas azuis. Em meu caso as borboletas estiveram misturadas a tormentos de saúde, a ausência de mãe, a destemperos de sexo. E tantos espantos alarmaram os meus princípios que viriam eles me arrastar às tristezas que não deviam ser as de um menino. A vida idílica se desviava em caminhos espinhentos. O neto de um homem rico tinha inveja dos moleques de bagaceira. A separação violenta de minha segunda mãe marcou-me a sensibilidade de complexo de renegado. A ausência do pai que não era bem visto pelos parentes maternos fez de mim uma criatura sem verdadeiro lastro doméstico.

⁵⁸BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. Lembranças de Velhos. SP: Cia. das Letras, 2001. p.55.

⁵⁹CASTELLO, José Aderaldo. **José Lins do Rego: Modernismo e Regionalismo**. SP: Edart, 1991.p.73

⁶⁰Idem. ibidem.p.73

Sempre fui um menino criado pelo avô, assim como. um rejeitado, apesar de todas as grandezas do avô. A vida no engenho não me libertou de certos medos. A asma fez de mim um menino sem fôlego para as aventuras pelo sol e, pela chuva.

Tinham cuidados demasiados com a criança franzina que não podia levar sereno e tomar banho de rio. O meu temperamento não era de um contemplativo. Tinha vontade de correr os campos como os de minha idade. E se saía dos limites impostos, acontecia o ataque de "puxado" e teria que sofrer as agonias de um afogado. E mais ainda as reclusões forçadas com as negrotas a me aguçarem desejos e concupiscências. As borboletas azuis aí criavam asas de vampiro. Pus nesta narração o menos possível de palavras para que tudo corresse sem os disfarces retóricos. E assim não recorri às imagens poéticas para cobrir uma realidade, às vezes brutal. Fiz livro de memórias, com a matéria retida pela engrenagem que a natureza me deu. Pode ser que me escape a legitimidade de um nome ou de uma data. Mas me ficou a realidade do acontecido como o grão na terra. A sorte está em que a semente não apodreça na cova e que o fato não tenha o pobre brilho do fogo-fátuo. É tudo o que espero dos "verdes anos" que se foram no tempo, mas que ainda se fixam no escritor que tanto se alimenta de suas substâncias⁶¹.

Castello analisa este prefácio como uma espécie de ponto de partida inicial para o "levantamento de dados sobre a experiência do futuro romancista, quando 'menino de engenho'"⁶². Contudo, deve-se lembrar que *Meus Verdes Anos* (1956) foi escrito quando o *Ciclo da Cana-de-Açúcar* já havia sido completado, o que pode indicar, e talvez essa seja a intenção do prefácio, um olhar retrospectivo do romancista, neste momento já consagrado, sobre sua obra.

Desse modo, o prefácio pode ser compreendido e analisado como uma tentativa por parte do romancista de, a partir de sua consciência atual, ordenar e atribuir sentido à sua criação literária.

Outro ponto importante a ser considerado na discussão sobre a memória é a diferenciação entre memória individual e memória coletiva. Para Halbwachs, a primeira corresponde a uma perspectiva sobre a segunda, perspectiva que varia de acordo com o lugar social do indivíduo no grupo, dito de outro modo, "indivíduos recordam-se de acordo com estruturas sociais que o antecedem"⁶³, além disso, utilizam o passado para descrever suas vidas em narrativas coerentes

⁶¹REGO, José Lins. **Meus Verdes Anos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

⁶²CASTELLO, José Aderaldo. **José Lins do Rego: Modernismo e Regionalismo**. SP: Edart, 1991.p.72.

⁶³SANTOS, Myriam S. dos. **Memória Coletiva & Teoria Social**. SP: Annablume, 2003.p.69.

que representam novas construções do passado, o qual, por sua vez, é continuamente reconstruído no presente.

Assim, para rememorar um passado pessoal, é necessário recorrer a pontos de referência fixados pelo grupo (pontos de referência que acabam por selecionar aquilo que deve ser lembrado e aquilo que deve ser esquecido). A memória se apóia na história vivida, isto é, naquela que possibilita a construção de um quadro real no qual o pensamento se apóia para conservar e reencontrar a imagem de seu passado. Tal reencontro se dá com base na memória histórica que corresponde àquilo que não é revivido constantemente pelo grupo em questão, mas conforma sua formação social, logo, a memória da história vivida é perpassada pela experiência histórica coletiva.

Portanto, desse ponto de vista, o memorialismo de José Lins não seria decorrência da atitude isolada de um autor que decide voltar-se para sua infância, representa, antes, uma sugestão mais ampla do Regionalismo. Segundo Ecléa Bosi,

quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros 'universos do discurso', 'universos de significados' que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar sua imagem para a história⁶⁴.

Como lembra Alfredo Bosi, não deve ser esquecido que as memórias de José Lins não são as memórias de um menino qualquer, são, antes memórias de "um menino de engenho, feito à imagem e semelhança de um mundo que,

⁶⁴BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. Lembranças de Velhos. SP: Cia. das Letras, 2001. p.55.

prestes a desagregar-se, conjura todas as forças de resistência emotiva e fecha-se na autofruição de um tempo sem amanhã”⁶⁵.

Para Freyre, o retrato feito por José Lins da decadência do patriarcado rural nordestino contém muito mais do que parece conter, ou seja, os fatos e as pessoas recriadas pelo romancista se definem e se revelam acontecendo e agindo diante dos olhos do leitor (e não falando ou discursando); gente que seria viva sem deixar de ser historicamente exata, nem sociologicamente válida.

Entretanto, não reconhece nessas características aquilo que a crítica considera ser o ingênuo memorialismo de um escritor dono de uma personalidade telúrica pungente. Antes, argumenta que a arte de José Lins é condicionada (quanto à substância de que se nutre) por sua experiência regional⁶⁶.

De fato, a crítica parece perder de vista que a busca pela linguagem regional e oral é expressão da procura pelo que seria tradicional na formação rural do Nordeste, sendo, ao mesmo tempo, um modo de se ligar à terra, ao que nela existe de humano e de universal.

Difícilmente, as análises são realizadas à luz das próprias considerações do autor sobre o que, para ele, significam tanto a criação literária quanto às propostas políticas e artísticas estruturadas especialmente em torno de Gilberto Freyre e muito debatidas pelo romancista.

Desse modo, a crítica assume, intencionalmente ou não, todos os pressupostos do *Regionalismo* como verdadeiros, sem problematizá-los, bem

⁶⁵BOSI, Alfredo. José Lins do Rego. In: **História Concisa da Literatura Brasileira**. SP: Cultrix, 1975.p.448. Ao falar sobre a memória, Myriam Sepúlveda dos Santos comenta que “nós somos tudo aquilo que lembramos; nós somos a memória que temos. A memória não é só pensamento, imaginação e construção social; ela é também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências, a partir de resíduos deixados anteriormente”. SANTOS, M. S. dos. **Memória Coletiva & Teoria Social**. SP: Annablume, 2003.p.25.

⁶⁶FREYRE, Gilberto. José Lins do Rego e Eu: Qual dos Dois Influi sobre o Outro?. In: **Alhos & Bugalhos**. RJ: Nova Fronteira, 1978.p.41.

como sem atentar para o modo pelo qual tais pressupostos perpassam, tanto estética quanto politicamente, a obra e as preocupações de José Lins.

Josué Montello fornece a expressão exata do que grande parte da crítica considera ser o romancista paraibano: um homem tomado pelo sentimento de solidariedade humana, que antes de ser adepto de qualquer ideologia política, possui uma “simpatia natural em favor das vítimas das injustiças sociais”⁶⁷.

Logo, a crítica centra-se apenas na figura do escritor, o que parece ser traço comum à crítica literária brasileira dos anos 30, 40 e 50 - e que também pode ser compreendido como consequência do reduzido número de autores e de críticos, criando um ambiente onde todos estavam, de algum modo, ligados entre si, seja por laços de parentesco; de compadrio ou apenas por pertencerem à mesma região do País.

Em síntese, o capítulo José Lins do Rego parece ter sido encerrado, definitivamente, para a crítica no final dos anos 70⁶⁸. Durante todo esse período, os críticos se dividiam entre apologistas e detratores, sendo raras as análises minuciosas e que procuraram problematizar o *Ciclo da Cana-de-Açúcar*⁶⁹.

⁶⁷MONTELLO, Josué. Prefácio à Ficção Completa de José Lins do Rego. Vol.I. RJ: Nova Aguilar, 1976.

⁶⁸Como pode ser observado na bibliografia final da dissertação, grande parte dos artigos e resenhas sobre a obra de José Lins datam do período entre a década de 1930 e o início dos anos 80. Mesmo nas reedições mais recentes dos romances, encontramos a publicação de estudos antigos (em geral das décadas de 40 e 50). Contudo, alguns trabalhos acadêmicos sobre o romancista foram realizados da década de 80 e 90.

⁶⁹ Exceção feita a alguns trabalhos bastante minuciosos e atentos às sutilezas da obra do romancista paraibano como: RUSSOTTO, M. **Arcaísmo e Modernidade em José Lins do Rego**. Uma Leitura de Doidinho. 1987. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada). FFLCH: USP, São Paulo; CASTELLO, José Aderaldo. **José Lins do Rego: Modernismo e Regionalismo**. SP: Edart, 1991. Sobre a relação entre o regionalismo e a obra do autor: AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e Regionalismo** (Os anos 20 em Pernambuco). João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 1984. D'ANDREA, Moema. **A Tradição Re(des)coberta**. Campinas – SP: Ed. da Unicamp, 1992; FONSECA, J. C. G. da. **Entre a Voz e o Discurso: a Dialética da Bondade em Fogo Morto** de José Lins do Rego. 2001. Tese (Doutorado em Teoria Literária). FFLCH – USP, São Paulo.

Identificam-se, em linhas gerais, dois períodos centrais nos quais a obra de José Lins é bastante discutida em suplementos literários de jornais e em revistas: os anos 20 e 30, época do enfrentamento entre modernistas e regionalistas e, posteriormente, de 1957 até o final da década de 70, quando, após a morte do autor (em dezembro de 1957) renasce, durante certo tempo, o interesse da crítica e a necessidade de avaliação de sua obra.

CAPÍTULO 3

O Narrador e a Narrativa: Os romances do Ciclo da Cana-de-Açúcar

3.1. Notas sobre Sociologia e Literatura.

Um pequeno intervalo na análise da obra de José Lins do Rego se faz necessário neste momento para dar lugar a uma breve discussão teórica acerca das articulações entre a literatura e a sociologia para a análise e compreensão da realidade social. Para tanto, a literatura é tomada como uma

transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos. Nela se combinam um elemento de vinculação à realidade natural ou social, e um elemento de manutenção técnica, indispensável a sua configuração¹.

Trata-se de criar um mundo novo na ficção, o qual confere inteligibilidade à realidade originária. Assim, a verossimilhança em literatura não está diretamente referida à sua comparação com o mundo real (ficção igual a vida), antes, ela depende da organização estética do material, sendo em referência à ela que uma obra é verossímil ou não. Devemos, portanto, analisar a composição do romance e não compara-lo com o mundo.

Dito isso, não é de interesse estudar em que medida a arte é expressão da sociedade, mas, antes, analisar como os elementos sociais (externos) atuam na organização interna da obra, construindo uma estrutura peculiar. Tais elementos importam “não como causa, nem como significado, mas como elemento que

¹CÂNDIDO, A. Estímulos da Criação Literária. In: **Literatura e Sociedade**. SP: T.A Q. Editor, 2002.p. 53.

desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno”².

Assim, o social desloca-se para o nível explicativo (e não meramente ilustrativo), nesse sentido, a forma literária opera a formalização estética de um ritmo geral da sociedade em determinado contexto, sendo necessário, perceber aquilo que na série fictícia constitui um princípio de generalização que organiza tanto os dados da realidade quanto os da ficção.

Definida como sendo simultaneamente 1. esqueleto de sustentação do romance e 2. redução estrutural de um dado social externo à literatura e pertencente à história, a forma literária pode ser todo e qualquer nexos que subordine outros no texto, trata-se, portanto, do princípio mediador que organiza os dados da ficção e do real, sendo parte integrante dos dois planos e, logo, o vínculo entre ambos. Para Lukács, “a forma é o verdadeiramente social na literatura; a forma é o único conceito que podemos obter da literatura e com cuja ajuda podemos proceder à relações entre a sua vida externa e interna”³.

Como princípio mediador que organiza a série real e a fictícia, a forma corresponde a uma síntese do movimento histórico, referindo-se, diretamente, à prática histórica. A tarefa do crítico é, justamente, construir o processo social em teoria, construção que, por sua vez, deve viabilizar e tornar inteligível a coerência e a força organizadora da forma, deve “descobrir (i.e., pressentir e depois explicar) entre os inúmeros aspectos formais do romance aquele que, sendo a transposição de um aspecto significativo do processo histórico, tinge de atualidade histórica os demais”⁴.

²Idem. Crítica e Sociologia. In: **Literatura e Sociedade**. SP: T.A Queiroz Editor, 2002.p. 4.

³LUKÁCS, G. Sobre a Teoria da História da Literatura apud MACEDO, J. M. M. “Doutrina das Formas e Poética o Gênero” In: LUKÁCS, G. **Teoria do Romance**. SP: Duas Cidades; Editora 34, 2003. p.175.

⁴SCHWARZ, R. Pressupostos, Salvo Engano, de ‘Dialética da Malandragem’. In: **Que Horas São?** SP: Cia. das Letras, 1989.p.178.

Roberto Schwarz lembra que a noção de forma não se aplica apenas à esfera literária dado que “também o real é visto sob signo dela, que, sem forçar a nota, no caso está em acepção marxista: a forma social é objetiva, isto é, posta pelo processo de reprodução social e independente das consciências individuais”⁵.

Formalização estética de circunstâncias sociais; redução estrutural do dado externo ou função da realidade histórica na constituição da estrutura de uma obra. Três ângulos que permitem designar o modo e a circunstância em que a esfera do romance e a da realidade se articulam, em síntese, “conteúdos de romances não são conteúdos reais, e vê-los esteticamente é vê-los no contexto da forma, a qual por sua vez retoma (elabora ou decalca) uma forma social, que se compreende em termos do movimento da sociedade global”⁶.

⁵Idem. ibidem. p.142. Assim como Schwarz, Lukács também ressalta que as construções estéticas dependem (embora não estejam subordinadas) da objetividade e historicidade das formas sociais. Cf. **A Teoria do Romance**. SP: Duas Cidades; Editora 34, 2003. p.175.

⁶Idem. ibidem. p.142. Importante notar como o momento dinâmico da forma deve ser buscado na lógica e no movimento da prática social.

3.2. Forma Literária e Processo Social no Ciclo da Cana-de-Açúcar.

Diante da discussão geral até aqui apresentada, retomemos a obra de José Lins, agora analisando o *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, para aprofundar a discussão sobre as relações entre forma literária e processo social.

A decadência inscrita na experiência social das classes dominantes (as oligarquias de senhores de engenho) na zona canavieira nordestina pode ser tomada como o traço essencial que organiza as práticas; as relações e as normas sociais no período que se inicia no final do século XIX e se estende até meados dos anos 30. Trata-se de um princípio organizativo sugerido na composição do todo e das partes, no modo como o romancista organiza a matéria a fim de torná-la inteligível.

Nesse sentido, os romances do *Ciclo da Cana-de-Açúcar* podem ser lidos como sínteses entre duas historicidades: 1. o tempo referido na narrativa – o texto e 2. o presente do autor – o contexto, de modo que a articulação entre passado e presente seria parte constitutiva da própria estrutura narrativa. Assim, os engenhos Santa Rosa e Santa Fé; as usinas Bom Jesus e São Félix podem ser tomados como os eixos de uma narrativa literária que observa o passado com os olhos do presente, buscando conferir inteligibilidade a este.

Desse modo, a *forma* pode também ser definida como uma regra de composição narrativa, sendo a narração um dos elementos fundamentais da explicação sociológica porque também nela **texto** e **contexto** se articulam, isto é, há o entrelaçamento do tempo referido na narrativa – segunda metade do século XIX e início do século XX com o tempo presente do romancista – anos 30 e 40 do século XX.

Abre-se, assim, uma possibilidade para apreender aquilo que Lukács denomina como o "*drama social de uma época*", isto é, as práticas, as relações e as normas colocadas em questão num contexto (os anos 30 na zona canavieira nordestina) que

têm na decadência um de seus elementos constitutivos⁷. Seria possível apreender, então, o vínculo entre a dinâmica estética - as sugestões do Regionalismo nordestino - e a dinâmica social - a decadência dos engenhos de cana-de-açúcar e a ascensão das usinas.

Se os engenhos e as usinas são as unidades espaciais básicas com as quais devemos lidar, as unidades de tempo também colocam questões fundamentais para a análise.

Levantamos, assim, a hipótese de que uma das peças centrais para a compreensão das obras de José Lins está no modo como o *tempo* é trabalhado pelo romancista, isto é, a partir de um trabalho de recuperação do passado que busca explicar o presente, em seus dilemas e disputas, e não simplesmente negá-lo.

Assim, mais do que a mera recuperação de um tempo condenado ao desaparecimento, teríamos a defesa da articulação entre o passado e o presente, sendo possível investigar, a partir daqui, o sentido da recuperação do passado patriarcal pela literatura nos anos 30⁸.

Tal argumentação deve considerar que o engenho não é apenas uma propriedade rural na qual é realizado o cultivo de cana-de-açúcar, representa, antes, um empreendimento que pressupõe determinadas relações sociais entre trabalhadores e proprietários, cujas especificidades sobrevivem, em parte, à sua própria crise, ou seja, a decadência do engenho enquanto fábrica de açúcar não representou o desaparecimento das relações sociais que lhe davam suporte.

⁷ LUKÁCS, G. Balzac: Los Campesinos. In: **Sociologia de la Literatura**. Barcelona: Ediciones Península, 1989.

⁸ Para Jameson, o romance moderno busca forjar uma espécie de unidade entre sentido e vida, contudo, trata-se de uma unidade projetada no passado e que é objeto apenas de recordação, "o processo da memória lança, portanto, o resistente mundo exterior para dentro da subjetividade, lá, no passado, reconstituindo uma espécie de unidade com ele". JAMESON, F. Em Defesa de Georg Lukács. In: **Marxismo e Forma**. SP: HUCITEC, 1985.p.140. Discussão semelhante é realizada por AUERBACH, E. A Meia Marrom. In: **Mimesis**. SP: Ed. Perspectiva, 1994.

Na realidade, a crise dos engenhos re-arranjou a distribuição do **uso** (mas não da **posse**) da terra na zona canavieira nordestina, já que muitos dos engenhos ficaram de fogo morto (limitaram-se ao cultivo da cana) ou foram aforados, liberando parte das terras para que os trabalhadores pudessem *botar roçado*. Contudo, a forma de acesso à terra se deu de modos variados, de acordo com a subordinação social e política dos trabalhadores em relação ao grande proprietário.

A partir dessas observações, torna-se possível considerar que para além de cenários casuais para a descrição das cenas, os engenhos e as usinas constituiriam contrastes importantes para a percepção dos fenômenos e das relações sociais em tela. Em síntese, os engenhos e as usinas apareceriam como pontos nodais no transcorrer daquilo que denominamos *drama social* compondo “cenários, campos de batalha nos quais se manifestam as contraditórias relações mútuas que vinculam destinos humanos uns aos outros”⁹.

Passemos, então, a análise dos romances do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*.

⁹LUKÁCS, G. Narrar ou Descrever?. In: **Ensaaios sobre Literatura**. RJ: Civilização Brasileira, 1965. Importante destacar que neste mesmo artigo, Lukács considera que “a verdade dos processos sociais é também a verdade dos destinos individuais”p.52.

3.3. Menino de Engenho: o Santa Rosa a partir olhar do menino.

Menino de Engenho, publicado em 1932, é o romance de estréia de José Lins do Rego e como visto no capítulo anterior, recebido com grande entusiasmo pela crítica da época. O romance conta as experiências de infância de Carlinhos, menino de engenho da Várzea nordestina, neto do mais poderoso senhor rural da região, o coronel José Paulino.

Em meio às suas aventuras, alegrias e tristezas de menino, Carlinhos revela ao leitor o universo dos engenhos nordestinos durante um período de grande prosperidade, explicitando também o patriarcalismo e as relações sociais assimétricas e hierarquizadas no interior desse universo.

Com a morte de sua mãe e o enlouquecimento do pai, Carlinhos, aos quatro anos, é levado para o engenho do avô, o Santa Rosa. Na imaginação do menino o engenho era “qualquer coisa de um conto de fadas, de um reino fabuloso”¹⁰. Chegando à propriedade, Carlinhos descreve tudo aquilo que lhe é novo como a mesa do café farta e à qual não se senta apenas a família, mas também

outros homens, de aspecto humilde, ficavam na outra extremidade, comendo calados. Depois seriam os meus bons amigos. Eram os oficiais carpinas e pedreiros, que também se serviam com o senhor de engenho nessa **boa e humana camaradagem do repasto**¹¹.

Durante a meninice de Carlinhos, o Santa Rosa vivia tempos de prosperidade, os homens do eito trabalhavam na limpa do partido da várzea, “uns oitenta homens comandados pelo feitor José Felismino, de cacete na mão, reparando o serviço deles [...] Trabalhavam conversando, bulindo uns com os outros [...]”¹². A moagem, por sua vez, era acompanhada de grandes festas,

¹⁰ REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. 84 ed. RJ: José Olympio, 2002.p.38.

¹¹ Idem. ibidem. p.41. grifo nosso.

¹² Idem. ibidem. p.113.

o engenho estava moendo. Do meu quarto ouvia o barulho da moenda quebrando cana, a gritaria dos cambiteiros, a cantiga dos carros que vinham dos partidos. A fumaça cheirosa do mel entrava-me de janela adentro. O engenho todo na alegria rural da moagem¹³.

É também a partir do olhar do menino que se constrói para o leitor a figura do coronel José Paulino, que entre trabalhadores, escravos e moradores “tinha para mais de quatro mil almas debaixo de sua proteção. Senhor feudal ele foi, mas os seus parias não traziam a servidão como um ultraje”¹⁴. Seus engenhos, sete ao todo¹⁵, eram governados, segundo o menino, com o coração e não com as armas, o velho José Paulino “era temido mais pela sua bondade. Não havia coragem que levantasse a voz para aquela mansa autoridade de chefe”¹⁶.

Mesmo temido por sua bondade, a autoridade de José Paulino era constantemente lembrada por meio de suas visitas de corregedor às terras de seus engenhos, Carlinhos acompanhava o avô que “gostava de percorrer a **sua propriedade**, de andá-la canto por canto, entrar pelas **suas matas**, olhar as **suas nascentes**, saber das precisões de **seu povo**, dar os **seus gritos** de chefe, ouvir queixas e implantar a ordem”¹⁷. Segundo o menino, todos os dias depois do jantar sentava-se

numa cadeira perto do grande banco de madeira do alpendre. O gado não havia chegado do pastoreador. Lia os telegramas do *Diário de Pernambuco* ou dava as suas audiências públicas aos moradores. Era gente que vinha pedir ou enredar. Chegavam sempre de chapéu na mão com um ‘Deus guarde a Vossa Senhoria’. Queriam terras para botar roçados, lugar para fazer casas, remédio para os meninos, carta para deixar gente no hospital. Alguns vinham fazer queixas dos vizinhos¹⁸.

¹³Idem. ibidem. p.108.

¹⁴Idem. ibidem. p.104.

¹⁵O Santa Rosa era o maior e mais importante engenho de José Paulino (sendo também a residência do coronel), Carlinhos comenta que “as terras do Santa Rosa andavam léguas e léguas de norte a sul. O velho José Paulino tinha este gosto: o de perder a vista nos seus domínios. **Gostava de descansar os olhos em horizontes que fossem seus.** Tudo o que tinha era para comprar terras e mais terras. Herdara o Santa Rosa pequeno, e fizera dele um reino, rompendo os seus limites pela compra de propriedades anexas. Acompanhava o Paraíba com as várzeas extensas e entrava de caatinga adentro. Ia encontrar as divisas de Pernambuco nos tabuleiros da Pedra de Fogo. Tinha mais de três léguas, de estrema a estrema”. REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. 84 ed. RJ: Editora José Olympio, 2002.pp.103-104. grifo nosso.

¹⁶Idem. ibidem. p.101.

¹⁷Idem. ibidem. p.100. grifo nosso.

¹⁸Idem. ibidem. p.88.

O coronel também protegia aqueles que não estavam sob seus domínios territoriais em momentos críticos como os de cheias do rio Paraíba, as quais desabrigavam pessoas e destruíam plantações e roçados na várzea, providenciando junto ao governo alimentos para os desabrigados.

Contudo, as cheias mais fortes também atingiam a casa-grande. Nessas passagens, a narrativa destaca a dissolução das hierarquias sociais através da força da natureza, único elemento capaz de nivelar todos os homens, “nós, os da casa-grande, estávamos ali reunidos no mesmo medo, com aquela pobre gente do eito. E com eles bebemos o mesmo café com açúcar bruto e comemos a mesma batata-doce do velho Amâncio”¹⁹. O menino Carlinhos, abrigado na simples casa do morador Amâncio, nota que os outros, os trabalhadores do eito e suas famílias,

pareciam felizes de qualquer forma, muito submissos e muito contentes com o seu destino. A cheia tinha-lhes comido os roçados de mandioca, levado o quase nada que tinham. Mas não levantavam os braços para imprecicar, não se revoltavam. Eram uns cordeiros.

– O que vale é a saúde e a proteção de Deus – diziam sempre.

Mas, coitados, com que saúde e com que Deus estavam eles contando!²⁰.

Ao falar sobre seus amigos de infância, Carlinhos revela ao leitor as relações entre os meninos de engenho e os moleques de bagaceira. O menino confessa sempre ter sido tratado com todos os agrados e as condescendências que o neto do prefeito da terra deveria receber, quando começou a freqüentar a escola primária, a mesma dos meninos pobres. Havia para ele

um regime de exceção. Não brigavam comigo. Existia um copo separado para eu beber água, e um tamborete de palhinha para ‘o neto do coronel Zé Paulino’ [...] Eu me sentia bem com todo esse regime de miséria. Os meninos não tinham raiva de mim. Muitos deles eram moradores do engenho²¹.

¹⁹Idem. ibidem. p.59.

²⁰Idem. ibidem. p.59. Importante destacar aqui a idéia de fatalidade que acompanha a submissão.

²¹Idem. ibidem. p.63.

Carlinhos comenta que eles, os da casa-grande, sempre andavam atrás dos moleques enquanto brincavam, afinal, eles sabiam nadar melhor, andar a cavalo com maior desenvoltura e não pediam nunca ordem para sair,

o interessante era que nós, os da casa-grande, andávamos atrás dos moleques. Eles nos dirigiam, mandavam mesmo em todas as nossas brincadeiras, porque sabiam nadar como peixes, andavam a cavalo de todo jeito [...] tudo eles sabiam fazer melhor do que a gente; soltar papagaio, brincar de pião, jogar castanha. Só não sabiam ler. Mas isto, para nós, não parecia grande coisa [...] E eles às vezes abusavam desse poderio, da fascinação que exerciam. Pediam-nos para furtar coisas da casa-grande para eles: laranjas, sapotis, pedaços de queijo. Trocavam conosco seus bодоques e os seus piões pelos gêneros que roubávamos na dispensa²².

Observando essas diferenças de tratamento, o menino comenta que

achava muito natural que vivessem [a gente do eito] dormindo em chiqueiros, comendo um nada, trabalhando como burros de carga. A minha compreensão da vida me fazia ver nisto uma obra de Deus. **Eles nasceram assim porque Deus quisera, e porque Deus quisera nós éramos brancos e mandávamos neles. Mandávamos também nos bois, nos burros, nos matos**²³.

Ao longo da narrativa do romance, torna-se nítida para o leitor a sociabilidade construída no interior dos latifúndios monocultores de cana-de-açúcar. No livro *Nordeste* (1937), Gilberto Freyre argumenta que a monocultura não pode ser afastada de qualquer esforço de interpretação social do Nordeste agrário, justamente por representar o aspecto principal do desenvolvimento da região, embora não isolada do latifúndio e da escravidão. No interior desse sistema, localizado espacialmente na Zona da Mata, originou-se “a civilização moderna mais cheia de qualidades, de permanências e ao mesmo tempo de plasticidade que já se fundou nos trópicos”²⁴, nessa mesma região, foram aprofundadas as raízes agrárias que possibilitaram ao Brasil de colônia de plantação tornar-se um “império de plantadores de cana, com os senhores de

²²Idem. *ibidem*. p.85.

²³ Idem. *ibidem*.p.116. grifo nosso.

²⁴ FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. RJ: José Olympio, 1937.p.24.

engenho elevados a barões, viscondes, marqueses, senadores, ministros, conselheiros”²⁵, títulos nobiliárquicos que renovaram e dilataram o prestígio dos senhores de engenho durante o Império e que foram muito importantes para, posteriormente, o novo triunfo destes como usineiros.

Para Carlinhos, a relação entre o coronel José Paulino e seus escravos era humana e cordial tanto que a senzala do Santa Rosa não desaparecera com a Abolição, ela continuava pegada à casa-grande, isto é, os negros não abandonaram o engenho, “o meu avô continuava a dar-lhes o que comer e vestir. E eles trabalhavam de graça, com a mesma alegria da escravidão”²⁶. O menino, em suas observações, comenta ser raro existir um senhor de engenho de “coração duro” para os escravos, seu avô lhe diz que na região da Várzea apenas os escravos de Ursulino do Itapuá haviam festejado a Abolição e, depois, abandonado o engenho,

quando veio o Treze de Maio, fizeram um coco no terreiro até alta noite. Ninguém dormiu no engenho, com zabumba batendo. Levantei-me [José Paulino] de madrugada, pra ver o gado sair para o pastoreador, e me encontrei com a negrada, de enxada no ombro: iam para o eito. E aqui ficaram comigo. Não me saiu do engenho um negro só. Para esta gente pobre a abolição não serviu de nada. Vivem hoje comendo farinha seca e trabalhando a dia. O que ganham não dá nem para o bacalhau. Os meus negros enchiam a barriga com angu de milho e ceará, e não andavam nus como hoje, com os troços aparecendo. Só vim ganhar dinheiro em açúcar com a abolição. Tudo o que fazia dantes era para comprar e vestir negro²⁷.

No mesmo sentido, Freyre argumenta no livro *Nordeste* (1937) que em nenhuma outra região do Brasil a Abolição significou tão nitidamente a degradação das condições de vida e de trabalho no campo, justamente por expropriar o trabalhador dessa assistência “social, moral, religiosa e até médica, que bem ou mal era praticada pela maioria dos senhores escravocratas”²⁸.

²⁵ Idem. *ibidem*.p.31.

²⁶ Idem. *ibidem*.p.83.

²⁷ Idem. *ibidem*. p.118.

²⁸ FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. RJ: José Olympio, 1937.p.192.

Em síntese, mais do que as “memórias dos meninos criados nas casas-grandes”, é por meio da descrição do processo de socialização de Carlinhos que a narrativa revela ao leitor o universo dos engenhos nordestinos em seu período mais próspero, o que confere nitidez aos traços mais marcantes da formação agrária da região, quais sejam, a monocultura, acompanhada pelo latifúndio e pelo trabalho escravo, revelando as relações pessoais assimétricas e hierarquizadas fundadas num certo personalismo que, como será visto adiante, ganhará destaque em *Fogo Morto* (1943).

Nesse sentido, pode-se considerar que *Menino de Engenho* se aproxima daquilo que Lukács define como descrição. Deve-se lembrar que, segundo o autor, novos estilos e modos de representar a realidade surgem como uma necessidade histórico-social, ou seja,

a alternativa participar ou observar corresponde, então, a duas posições socialmente necessárias, assumidas pelos escritores em dois sucessivos períodos do capitalismo. A alternativa narrar ou descrever corresponde a dois métodos fundamentais de representação desses dois períodos históricos²⁹.

Assim, a narração distingue e ordena, enquanto a descrição nivela todas as coisas justamente porque as torna, todas, presentes. Contudo, trata-se de uma presença equivocada que, na realidade, transforma todos os acontecimentos em acontecimentos do passado, descrevendo-se situações estáticas.

Menino de Engenho procura localizar e fixar as imagens imprecisas da infância e, assim como ocorre nessa fase da vida, não consegue separar nitidamente sujeito e objeto, como consequência, “a realidade literária não é o menino nem o engenho, mas menino e engenho, unidos, indiscerníveis”³⁰.

²⁹LUKÁCS, G. Narrar ou Descrever? In: **Ensaio sobre Literatura**. RJ: Civilização Brasileira, 1965.

³⁰CÂNDIDO, Antônio. A Compreensão da Realidade. In: **O Observador Literário**. SP: Conselho Estadual de Cultura, 1959.p.53. Pode-se considerar que existe uma integração entre natureza e narrativa de modo que a primeira torna-se algo além de mero cenário.

A decadência inserida na experiência social das classes dominantes (as oligarquias dos senhores de engenho) na zona açucareira nordestina pode ser tomada como o traço essencial que organiza as práticas, as relações e as normas sociais desse período, correspondendo a um princípio organizativo que se manifesta no todo e nas partes do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*.

De modo geral, pode-se considerar que os romances seguintes do *Ciclo da Cana-de-Açúcar* possuem uma narrativa mais complexa, isto é, a partir de *Doidinho* (1933) (mas especialmente em *Bangüê*), o elemento da narração entra em cena, acompanhado por outro elemento social central, qual seja, a decadência. Nesses termos, podemos considerar que primeiros romances de José Lins possuem o objetivo de sondar a própria infância, tecendo um quadro coerente de memória, contudo, à medida que avança de um romance para outro, o memorialista compreendeu e analisou a realidade, ou seja, o romancista deslocou sua escrita da impressão à observação, demonstrando ter adquirido “um claro discernimento da realidade como objeto autônomo, devido à alteração progressiva das relações entre a personalidade que se forma e o mundo onde se forma”³¹.

Gradativamente, o autor do *Ciclo da Cana-de-Açúcar* se projeta sobre o mundo, passando da realidade apreendida para a compressão da realidade.

³¹Idem. ibidem. p.52. Neroaldo Pontes de Azevedo argumenta ainda que a narrativa em primeira pessoa de **Menino de Engenho** proporciona uma “contaminação entre o adulto narrador e a criança protagonista. A criança, por sua vez, contamina o narrador, que se mostra nostálgico do tempo que passou, buscando na arte a recuperação do tempo perdido. Mas a recuperação do mundo vivido na infância é feita pela ótica de alguém que pertencia à classe dominante e que fruía dos valores da situação [...] É o narrador adulto contaminado o mundo da criança”. AZEVEDO, N. P. José Lins do Rego: Trajetória de uma Obra. In: COUTINHO, Afrânio. COUTINHO, Afrânio (dir) **José Lins do Rego**. Coleção Fortuna Crítica. RJ: Civilização Brasileira; João Pessoa: FUNESC, 1991. Para Margherita Russotto, “em José Lins do Rego, a infância infeliz é outra das línguas – a da origem – que permeiam o relato, uma instância que não se abandona e a partir da qual são assumidas outras figurações e máscaras”. RUSSOTTO, M. **Arcaísmo e Modernidade em José Lins do Rego**. Uma Leitura de Doidinho. 1987. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada). FFLCH: USP, São Paulo. p.43. grifo no original.

3.4. O Menino vai ao Colégio: Carlinhos torna-se *Doidinho* que se torna Carlos de Melo.

A crítica contemporânea a José Lins recebeu seu segundo romance, *Doidinho* (1933), como um desdobramento do primeiro, *Menino de Engenho* publicado um ano antes, em 1932. Para Agrippino Grieco os dois romances são “reminiscências da vida infantil do herói, e o autor, evitando cautelosamente pôr o pé no rastro de Raul Pompéia, faz-nos ver sob aspectos inteiramente pessoais o período de formação de caráter de seu garoto irrequieto”³².

Mesma opinião é a do crítico José Aderaldo Castello que em artigo do final dos anos 50, observa a vinculação de *Doidinho* (1933) a uma tradição mais ampla da literatura brasileira, a da observação da vida da criança ou do adolescente interno num colégio. Para Castello, o romance é “substancialmente triste, o que já se observa em *Menino de Engenho*, o personagem que ressurge em *Doidinho* é de fato o reflexo da evocação mais íntima do memorialista, sob o peso da nostalgia do ambiente rural”³³.

O segundo romance de José Lins pode ser analisado como o momento no qual se estrutura tanto o herói quanto o narrador, isto é, em *Doidinho* temos, de um lado, a dramatização de uma etapa de aprendizagem de vida do herói Carlos de Melo – o surgimento e a formação de sua consciência moral e social – e, de outro, o refinamento estético e literário do narrador. Portanto, pode-se tomar como hipótese inicial de análise a existência de certo paralelismo entre a formação

³²GRIECO, A. **Gente Nova do Brasil**. 2 ed. RJ: José Olympio, 1948. p.15. O crítico afirma ainda que reconhece em *Menino de Engenho* e em *Doidinho* “a melhor monografia do viver nordestino sentido e expressado sob o ângulo de visão de uma sensibilidade trepidante de doze anos”. Idem. ibidem. p.16. Raul Pompéia (1863 - 1895) publicou **O Ateneu** em 1888. O romance é considerado um dos grandes exemplos de romance de formação da literatura brasileira.

³³CASTELLO, José A. *Doidinho*. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14. fev.59.

do herói e a estruturação da voz narrativa que se inicia neste romance e possui desdobramentos centrais nos volumes posteriores do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*³⁴.

Aprofundando essa hipótese, Margherita Russotto considera que tal paralelismo dá lugar a um tema (a configuração de uma vida e, logo, de um ponto de vista) atomizado e conflituoso (a exemplo do que ocorre com o herói e com a voz narrativa) a partir do qual é emitido o relato. Nas palavras da autora,

é um tema na medida em que, ao relatar a vida de Carlos de Melo, sobretudo em *Doidinho* e *Bangüê*, são tematizadas as diversas opções de realização (uma das quais é precisamente a de ser escritor), discutindo suas possibilidades e implicações; e é uma categoria fundamental do discurso na medida em que o herói, sendo ao mesmo tempo o narrador de sua própria história, é que define e dá espessura ao ponto de vista ou visão a partir do qual vai sendo configurado esse universo ficcional, pondo em discussão, ao mesmo tempo, os instrumentos adequados a essa configuração³⁵.

Passemos diretamente ao romance.

Carlinhos, agora com doze anos, segue para o colégio interno em Itabaiana, marcando, assim, seu primeiro afastamento do Santa Rosa para o qual havia sido levado aos quatro anos de idade. A partida do engenho é marcada por certa agonia, nas palavras de Carlinhos, “saí chorando. Era a primeira vez que me separava de minha gente, e uma coisa me dizia que a minha vida entrava em outra direção”³⁶.

Na visão do menino, a ida para o colégio marca o fim da infância e o início de uma fase de individualização. O menino não é mais o ‘Carlinhos do engenho’ ou o ‘Carlinhos do Zé Paulino’, é, agora, ‘Carlos de Melo’,

³⁴Para Margherita Russotto há uma grande unidade entre esse dois elementos nos romances de cunho memorialista já que “a luta por atingir uma imagem definida do protagonista é também luta pela definição do ponto de vista”, ou seja, tal luta baseia-se mais nas escolhas do autor do que na verossimilhança em relação a um eventual modelo real. RUSSOTTO, M. **Arcaísmo e Modernidade em José Lins do Rego**. Uma Leitura de *Doidinho*. 1987. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada). FFLCH: USP, São Paulo. p.II.

³⁵Idem. ibidem. p. IV. Margherita considera ainda que esse duplo processo pode ser identificado também no interior das oscilações do herói e do narrador. O primeiro em pleno trânsito entre uma idade de ouro perdida e uma idade de medo que se aproxima. O segundo deslocando-se de um narrador espontâneo para um narrador crítico, nesse sentido, podemos considerar que este romance dramatiza a passagem do narrador oral que tinha o poder de comunicar a experiência para o romancista que constata dolorosamente a lenta decadência dos senhores rurais.

³⁶REGO, José Lins. **Doidinho**. 38 ed. RJ: José Olympio, 2000. p.20.

em casa era Carlinhos, ou então Carlos, para os mais estranhos. Agora, Carlos de Melo. Parecia que era outra pessoa que eu criara de repente. Ficara um homem. Assinava o meu nome, mas aquele Carlos de Melo não tinha realidade³⁷.

A aflição do menino se confirma assim que chega ao colégio e é recebido por seu Maciel, o austero diretor do I.N.S.C., que o adverte para o fato do colégio não ser como uma bagaceira de engenho. Assim, a liberdade licenciosa do engenho desaparece, entrando em cena a disciplina do internato e o rigor de seu Maciel no trato com os alunos. Pela primeira vez em sua vida escolar Carlos será advertido pelos professores os quais, anteriormente, “não me davam [com a palmatória] porque era neto do coronel Zé Paulino. Agora não havia mais disso. Era apenas um Carlos de Melo como os outros, menino atrasado, no segundo livro de leitura”³⁸.

Gradativamente, o mundo cresce aos olhos de Doidinho que o vê maior que o Santa Rosa e do que o colégio de seu Maciel. Tal descoberta desperta mais uma constatação do menino a de que o coronel José Paulino não era tão importante quanto supunha nos tempos do engenho, na realidade

era bem pequeno o seu poder, comparado com o dos governadores e dos presidentes. Uma ocasião chegou não sei quem com um jornal da Paraíba atacando o meu avô [...] Era mais um limite que eu descobria para o poder do senhor de engenho do Santa Rosa. Nunca ouvira uma voz se levantar contra ele. Tinha-o como intangível em suas resoluções e em suas ordens. E aquele jornal com descomposturas! Só podia ser mentira. Apesar dessa convicção, a crítica dos outros reduzia um bocado o meu sonho. Não deixava de me doer essa decepção que vida me dava³⁹

³⁷REGO, José Lins. **Doidinho**. 38 ed. RJ: José Olympio, 2000. p.23.

³⁸Idem. ibidem. p.27. Deve-se notar que se para seu Maciel Carlinhos se tornara Carlos de Melo, para os colegas de internato o menino torna-se o Doidinho, apelido que, segundo Carlos, decorria de seu nervosismo e impaciência para permanecer nos lugares, além de um grande recolhimento e de acessos inexplicáveis de choro.

³⁹Idem. ibidem. p.94. Curioso notar o deslocamento de percepção de Carlos que ao rememorar uma situação passada envolvendo essa mesma questão faz a seguinte observação: “um dia o presidente do Brasil passara num trem enfeitado pelo engenho. Corremos todos para a beira da linha, dando vivas ao Dr. Afonso Pena. Naquele tempo o Brasil para mim não existia. O meu mundo, meu país tinha seus limites nos limites do Santa Rosa. O que me importava o presidente da República? Quem mandava em todos nós era o velho José Paulino”. REGO, José Lins. **Doidinho**. 38 ed. RJ: José Olympio, 2000. p.94.

Durante alguns feriados prolongados, Carlos passava ao convívio da casa de seu Maciel, ficando impressionado com as negras da cozinha do diretor as quais

em tudo mostravam o seu ódio aos brancos. Como era diferente das negras do Santa Rosa – da vovó Galdina, da tia Generosa, para quem os seus brancos eram as melhores coisas do mundo! No Recife era assim: os negros botavam feitiço nos senhores, a bexiga matava as famílias ricas⁴⁰.

Nota-se que a descoberta do mundo por Carlos é acompanhada por um modo auto-referencial e subjetivo de interpretar esse mesmo mundo, marcando um momento tanto de introspecção quanto de transição e irresolução do herói. Há a experiência bruta ainda não moldada pela explicação racional, trata-se de um romance marcado pela irresolução: nem a naturalidade que regia a infância, nem a dureza da vida adulta.

O leitor depara-se com a ambigüidade de acompanhar a aprendizagem do herói e a construção da consciência estética do narrador. Nesta oscilação, o romance representa um esforço em apreender e perceber o mundo, definindo, ao mesmo tempo, os instrumentos mais adequados para essa apreensão, os quais serão necessários para a construção do narrador. Por sua vez, o narrador de *Doidinho* possui sua voz constantemente invadida pelo discurso dos outros, é, portanto, um narrador amarrado ao tempo da personagem, compartilhando com ela a mesma perplexidade, reproduzindo, em certa medida, os mesmos conflitos e a mesma visão de mundo⁴¹.

Para Margherita Russoto, estas ambigüidades e irresoluções possibilitam desdobramentos em duas direções: 1. *no espaço*: porque lança a primeira ponte

⁴⁰REGO, José Lins. **Doidinho**. 38 ed. RJ: José Olympio, 2000. p.102.

⁴¹Para Margherita Russoto esse procedimento influência diretamente a conduta do herói que se comporta "como o narrador de sua própria experiência – isto é, querendo manipular uma matéria aparentemente mais próxima e confiável, como são a experiência e as lembranças da infância – o narrador descobre a que ponto suas próprias lembranças não lhe pertencem; a que ponto o passado e o universo, a que faz referência, lhe são alheios, porque entre o presente de sua escrita e o passado em que se localiza seu objeto, interpõe-se não apenas uma distância temporal, mas a barreira de uma cultura diferente a que na verdade pertence e da qual contempla seu próprio passado como através de um vidro". RUSSOTTO, M. op. cit.. p.124.

para fora do universo do Santa Rosa. O menino segue, agora, em direção ao espaço fechado e hierarquizado do colégio, no que pode ser considerado uma transição da natureza para a cultura, da liberdade para as restrições; 2. *no tempo*: ocorre a sobreposição das dimensões cronológicas, a infância persiste ao mesmo tempo que a maturidade antecipa-se impacientemente⁴².

Outra descoberta realizada no colégio foi a de que “as usinas já estavam ali para humilhar os bangüês do meu avô”, o colega Vergara lhe contara que havia visitado a usina Cumbe e

- o açúcar de lá sai branco. Usina, sim, que é bonito pra se ver. Você nunca viu usina.

Ouvira falar das usinas pelos moradores que voltavam da de Goiana. Quando ele me dizia que as moendas puxavam a cana numa esteira, eu me espantava. Via no engenho os negros tombando cana, feixe por feixe. Na usina a esteira puxava para a moenda, sem ninguém empurrar. Era só sacudir a cana em cima. Se caísse até gente, a moenda engolia. Me encantava a notícia dessa engrenagem das usinas. Pensava nos trens, nas maquinazinhas de brinquedo puxando vagões de cana por dentro dos partidos.

- Açúcar de usina é limpo – contava Vergara. – Os trabalhadores não botam os pés nele, como nos engenhos⁴³.

Importante observar como, no decorrer do romance, são raros os diálogos, o que pode ser entendido como uma dificuldade de circunscrever as consciências individuais, “a preferência usual é o diálogo indireto livre, forma híbrida por excelência, porque combina, sem distinguir, a voz do narrador em terceira pessoa e a do personagem em primeira, expressando em conjunto seus pensamentos”⁴⁴.

⁴²Cf: RUSSOTTO, M. op. cit.. pp.61-63. A autora considera este processo uma metáfora privilegiada: a ‘incompetência’ do narrador reconhecendo sua ‘cegueira’ a respeito do verdadeiro significado dos acontecimentos nos quais está envolvido, optando, desse modo, por legitimar sua narração a partir do testemunho dado por outros: “Seu Maciel via, via como o diabo. Felipe via. Viam todos os meninos. E eu, pobre ingênuo, sem ver que eles me viam”. REGO, José Lins. op. cit. p.119.

⁴³REGO, José Lins. **Doidinho**. 38 ed. RJ: José Olympio, 2000. p.109.

⁴⁴RUSSOTTO, M. **Arcaísmo e Modernidade em José Lins do Rego**. Uma Leitura de Doidinho. 1987. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada). FFLCH: USP, São Paulo. p.29. A autora considera haver uma impossibilidade das personagens de José Lins atingirem a plenitude dentro dos limites da individualidade. Essas personagens não conseguem se inserir em projetos de vida, são “personagens de ‘meios-termos’, oscilantes num trânsito perene, desfazem-se fatalmente na inconsistência e no fracasso. Situados num constante deslocamento (vão a, ou vêm de) à procura de um ‘lugar’ que jamais encontram, eles não conseguem percorrer um périplo coerente da aventura, embora não abandonem a busca, e estão condenados a começar de novo e a se repetir indefinidamente”. RUSSOTTO, M. op. cit.. p.32.

De modo geral, os heróis de José Lins não cumprem as etapas de um processo orgânico de formação seja ele afetivo, econômico ou ficcional ainda que almejem uma definição. O fato é que “nem o intelectual, nem o operário, nem o político, nem o homem ou a mulher conseguem substantivar-se como sujeitos”⁴⁵. Em certo sentido, são reféns de uma situação histórica e social que fecha qualquer retorno ao passado, não propondo, em contrapartida, um projeto futuro. No entanto, deve-se notar que os conflitos e as incertezas desses heróis não decorrem de sua oposição ao mundo, antes, são frutos de um desejo de participação seguido, imediatamente, por um retraimento,

os heróis de José Lins do Rego comportam-se como sujeitos marginalizados, que não dispõem de instrumentos adequados para reconstruírem um lugar digno na nova estruturação do mundo que se aproxima. Seu verdadeiro drama consiste na natureza impotente de seu próprio testemunho perante esta impossibilidade de reconstrução⁴⁶.

Progressivamente, a consciência da decadência material e social dos senhores de engenho começa a impedir a articulação de um projeto orgânico de futuro nas personagens de José Lins do Rego que passam a agir impulsionadas por pensamentos dispersos ou para satisfazer as expectativas de outros.

Carlos, por exemplo, percebe a importância que o avô atribui aos estudos, reconhecendo o desgosto do coronel em não ver o filho Juca juiz de Direito ou sendo procurado para defender no júri.

⁴⁵RUSSOTTO, M. op. cit.. p.33.

⁴⁶Idem. ibidem. p.34. Com síntese, podemos considerar que temos duas realidades em transição: 1. do engenho à usina (no terreno econômico e social); 2. do regional ao nacional (no plano político e também social), ambas, por sua vez, colocam o impasse entre estruturas herdadas do passado e os conflitos postos pelo tempo presente.

Assim, ele, o neto, deveria tornar-se bacharel para engrandecer o avô que “tão sem vaidade para as outras coisas, amava o luxo da bacharelise”⁴⁷.

Contudo, Carlos titubeava quanto à sua capacidade para os estudos:

Coruja, quase da minha idade, estava na classe de francês. Sabia gramática, escrevia descrições sem um erro. Quando era que eu poderia assim corresponder ao ideal do meu avô? Só se desse somente para estudar. Fazia planos: de agora por diante estudaria como Stardi. Ele também era burro, mas esforçava-se em cima dos livros e vencida os mais inteligentes da classe. Tinha a convicção de que era burro. Intrigava-me com os problemas das frações ordinárias. Decorava, porém, tudo que o velho quisesse. A gramática, com as suas regras, as suas definições: ‘sintaxe é o tratado em que se estudam as relações das palavras entre si no discurso’. Discurso para mim era aquilo que se fazia na tribuna, um homem falando no meio do povo falando⁴⁸.

Assim, nota-se que mesmo com um narrador em primeira pessoa, o universo de *Doidinho* configura-se por meio de diversas visões que se complementam ou geram tensões.

Menino de Engenho (1932), *Doidinho* (1933) e *Bangüê* (1934) podem ser entendidos como um pequeno ciclo dentro do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, dito de outra forma, os três livros reunidos manifestam, de modo transposto e deformado, o esquema do romance de formação no contexto do Nordeste canavieiro. Transposto porque, de fato, a biografia do herói Carlos de Melo abarca as etapas históricas e os motivos que caracterizam um romance de formação, mas, ao mesmo tempo, deformado porque as singularidades das obras de José Lins

⁴⁷REGO, José Lins. **Doidinho**. 38 ed. RJ: José Olympio, 2000. p.134. José Paulino custeou o curso de direito do irmão mais novo que se tornou desembargador, “embora o Dr. Lourenço gostasse mais de ter a sua casa de purgar cheia que a sua estante abarrotada de livros. [...] O velho Zé Paulino tinha um irmão que lhe enchera as medidas”. Idem. ibidem. p.134.

⁴⁸Idem. ibidem. p.135. Deve-se notar que a exemplo do que ocorre com os diálogos, os monólogos interiores também são indiretos, revelando a habilidade de José Lins para uma composição híbrida construída nas interseções entre o devaneio introspectivo e as rápidas ações desconexas executadas pela personagem. Desse aspecto híbrido da composição decorre, também, certa polarização entre a desagregação do indivíduo e a densidade da coletividade tão cara aos romances de José Lins (exceção feita a *Fogo Morto*). Ao desespero e incerteza do primeiro opõe-se a afirmação e a resistência da segunda expressa na figura dos “outros” como os trabalhadores, cangaceiros, camponeses, moleques, negras, etc..

dificultam a construção rigorosa e homogênea do esquema de acordo com o paradigma clássico⁴⁹.

Para Margherita Russotto o tema da formação de Carlos de Melo opera sobre um fundo duplo: a contraposição entre dois espaços opostos (engenho e colégio) que, progressivamente, se tornarão irreconciliáveis. A consciência do herói permanecerá dilacerada entre esses dois espaços porque lhe falta um princípio moral ou estético como será melhor percebido com a análise de *Bangüê* (1934)⁵⁰.

⁴⁹Segundo Margherita Russotto as etapas e os motivos que caracterizam a formação do herói de acordo com o esquema clássico são: "a infância (origens) como marca indelével; os anos de reclusão e estudo que costumam acontecer longe do lar (iniciação) [...] a definição profissional e a maturidade (plenitude)" RUSSOTTO, M. **Arcaísmo e Modernidade em José Lins do Rego**. Uma Leitura de Doidinho. 1987. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada). FFLCH: USP, São Paulo. p.59. Lukács ao analisar *Os Anos de Aprendizagem de Wilhelm Meister* de Goethe argumenta que no mundo moderno os anos de aprendizagem significam a educação do indivíduo junto à realidade presente. Ao fim desses anos, o sujeito torna-se capaz de conformar essa educação a seus desejos e opiniões. É, portanto, por meio desse processo que o sujeito insere-se no encadeamento do mundo. Significam, também, a vivência de um longo processo de socialização que consiste no aprendizado dos papéis que lhe foram prescritos, bem como do ponto de vista a ser forjado no interior desse processo. Cf. *Os Anos de Aprendizagem de Wilhelm Meister*. In: GOETHE, J. W. von. **Os Anos de Aprendizagem de Wilhelm Meister**. SP: Ensaio, 1994.

⁵⁰Cf. RUSSOTTO, M. op. cit.. pp.66-67.

3.5. Dr. Carlos de Melo retorna ao Santa Rosa: a decadência do *Bangüê* e a morte de José Paulino.

Após dez anos afastado do Santa Rosa, Carlos de Melo retorna ao engenho bacharel de Direito formado pela Faculdade de Direito do Recife. Em seu autorretrato, Carlos diz “vinte e quatro anos, homem, senhor do meu destino, formado em Direito, sem saber fazer nada”⁵¹. O romance marca, portanto, o fim da vida do menino, tem-se a confirmação e o desenlace da vida de Carlos de Melo.

A crítica contemporânea perceberá neste romance um refinamento maior na construção das personagens e da voz narrativa. Valdemar Cavalcanti argumentará que não só o bangüê ganhará “nervos e carne e ossos” neste romance, como também o romancista atribuirá um “sentido mais denso de humanidade” para o *Ciclo* iniciado dois anos antes com *Menino de Engenho* (1932). Para o crítico, este livro relata “aspectos mais dolorosos e crus, uma realidade mais dramática”⁵².

Se o tempo se encarregara de tornar Carlos um homem, também se ocupara de envelhecer o coronel José Paulino que “já andava mais curvo, o seu grito de mando não ia tão longe”⁵³.

Em *Bangüê*, terceiro romance de José Lins, publicado em 1934, o leitor começa a perceber o Santa Rosa a partir do olhar do adulto Carlos de Melo, assim, o engenho começa a perder sua dimensão fantástica tão cara ao menino Carlinhos. A grandeza imaginada de sua gente e de sua terra cede lugar à

⁵¹REGO, José Lins. **Bangüê**. 14 ed. RJ: Nova Fronteira, 1984. p.27. Segundo Margherita Russotto, em *Bangüê* a definição do herói sofre uma “exarcebação impaciente. É um momento de nervosa expectativas sobre seu futuro que se revela desde as primeiras páginas; um acerto de contas e uma resposta à pergunta: que fará Carlos de Melo? Para que serve?”. RUSSOTTO, M. **Arcaísmo e Modernidade em José Lins do Rego**. Uma Leitura de Doidinho. 1987. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada). FFLCH: USP, São Paulo. p.177.

⁵²CAVALCANTI, Valdemar. *Bangüê*. **Boletim de Ariel**, Rio de Janeiro, n. 10, Ano III, jul. 1934. p.266. Ver ainda: GOMES, Eugênio. **Bangüê**. Estado da Bahia, Salvador, 4.jul.1934 e GRIECO, Agrippino. **Gente Nova do Brasil**. 2 ed. RJ: José Olympio, 1948. pp.18-20.

⁵³REGO, José Lins. **Bangüê**. 14 ed. RJ: Nova Fronteira, 1984. p.28.

percepção de que lhe restava “a realidade de uma vida na iminência de um novo rumo”⁵⁴, sendo este o universo dentro do qual o herói irá se mover.

O jovem advogado não se interessará pela profissão, não demonstrando, também, grande interesse em substituir o avô no comando do Santa Rosa. Assim, passará seus dias lendo no quarto ou na rede do alpendre da casa-grande sempre à espera dos jornais que chegavam de Recife com alguns dias de atraso.

Carlos relata o silêncio e a distância que passou a marcar a convivência entre os habitantes da casa-grande: ele, José Paulino e Sinhazinha, a velha tia que aterrorizava o menino Carlinhos em sua infância. Talvez um dos momentos mais representativos da distância e do silêncio que marcavam tanto o envelhecimento de José Paulino, quanto a lenta decadência do Santa Rosa (sem que um fato exclua o outro) é o trecho transcrito a seguir que marca a perplexidade de Carlos diante desse duplo processo:

Mas por que estariam úmidos naquele dia os olhos do meu avô?

[...]

[Eu] Não acreditava mais em Deus. Tomava tudo no mundo como uma obra do acaso, de surpresa [...]

Pensar naquilo era duro. Procurava sair destas preocupações, senão mais aborrecidos se tornariam os meus dias. Fugia de casa desde que um pensamento deste me conduzia para a morte, para este espetáculo de que seria protagonista na certa. Deus era uma consolação que não me embalava. A sua realidade não era deste mundo. E eu trazia um corpo que era todo preso à terra, como um pé de mato. Subir dali como um balão, ascender dos meus alicerces de barro, era tarefa difícil para quem pensava demais, para uma carne como aquela minha, que era só carne.

Lera livros que falavam de homens iluminados pelo amor, arrastados pelo amor a grandezas que nunca atingiriam sozinhos. Ou de outros a quem o amor conduzia à morte como a um porto seguro. Homens que morriam e matavam por mulheres. [...]

O amor que eu conhecia nunca me deu força para coisa nenhuma, nunca me elevou nem me rebaixou, aluindo-me das minhas bases. Que segura era aquela minha? No íntimo me via pequeno demais, menor que todo mundo.

[...]

Ouvia o meu avô tossindo. Por que estariam úmidos os seus

⁵⁴REGO, José Lins. **Bangüê**. 14 ed. RJ: Nova Fronteira, 1984. p.30. Novo rumo que possui níveis maiores de complexidade, o que se reflete na estruturação da voz narrativa.

olhos? Pensava nele.

Não tiraria mais dois anos de vida, tão próximo da morte e ali a dois passos de mim. Ele contava os seus dias. Saberia na certa que em breve o seu leito não seria mais aquela cama dura de couro. Que dor profunda não o machucaria! Tossia cada vez mais e a bronquite crônica perturbava as suas noites de sono solto. Comendo pouco, não ia mais aos banhos de madrugada.

Como a roda volante do engenho, empacava.

Mas, por que chorava naquele dia em que me chamou para o café? Teria sido veneta de doente? Ou ainda existiam naquela sua sensibilidade, comida pelo tempo, restos de afeição por um neto que lhe não fizera as vontades?

Queria que fosse bacharel. Fui bacharel. Não era da espécie que ele admirava, daqueles que soubessem fazer uso da carta, que botassem as coisas para a frente. Era um neto mole, sem saber falar no júri, sem coragem para a vida. Aquilo que mais lhe repugnava vivia comigo deitado na rede: a preguiça.

Já que não dera o desempenho da carta, por que não me montava a cavalo pelos partidos, vendo o serviço, brigando com o feitor, descompondo os trabalhadores?

[...]

A casa-grande do Santa Rosa não ouvia nada. Perdera a fala, os ouvidos, com aquele silêncio de mosteiro abandonado. Quando cheguei na mesa para o café o meu avô já estava. Nós dois somente, naquela mesa imensa que vira cheia, de ponta a ponta, nos grandes dias do Santa Rosa, nas semanas santas de feijão-de-coco, nos São Pedros com os parentes e a alegria do patriarca contaminando todo o mundo. Hoje era aquilo. Ele e eu, e aquele silêncio e aquela tristeza de casa infeliz.

Naquela vez o meu avô tinha alguma coisa para me dizer:

- Recebi uma carta de Juca mandando este telegrama.

E deu-me a carta e o telegrama. Tio Juca arranjava as coisas ao seu jeito mandando para o velho Zé Paulino os resultados do seu trabalho: uma promotoria para mim, no Paraná. Olhei o velho e o velho não me disse nada.

- O senhor responda que eu aceito.

Vi então que o meu avô chorava. Os seus olhos azuis marejados. E num ímpeto, como se já tivesse feito aquilo muitas vezes, tomei-lhe as mãos e chorei sobre elas como menino.

- Vá, se quiser. Vá, se quiser. Estou para morrer. Queria ao menos que ficasse um aqui até o fim.

E levantou-se da mesa com o cacete batendo no chão. Chegou na janela, gritando para um sujeito que passava na estrada⁵⁵.

⁵⁵REGO, José Lins. **Bangüê**. 14 ed. RJ: Nova Fronteira, 1984. pp.74-78. grifo nosso.

Esse herói, a despeito de seu esforço para se situar no mundo e de produzir ou re-produzir as expectativas de seus antepassados (bem como a dificuldade de reprodução social), não consegue se constituir como uma personagem orgânica, persistindo a mesma ambigüidade e irresolução que marca o narrador - personagem de *Doidinho*. Novamente, temos um romance no qual o narrador não se realiza⁵⁶.

O único projeto mais claro construído pelo herói é a intenção, pouco orgânica e prática, de se tornar escritor. Contudo, esse projeto passará por várias etapas (como demonstra a incerteza sobre o tema a ser explorado: escrever a história da aristocracia açucareira ou a dos pobres dos engenhos conforme sugerido por Maria Alice), não se sustentando em nenhuma delas quer por anti-intelectualismo, quer por culpa ou por incompetência⁵⁷.

'Meu caro Carlos:

Há mais de um ano que não tenho notícias suas. Recolheu-se você a um silêncio de monge. Ninguém sabe nada do grande boêmio das pensões alegres. As nossas amigas não se cansam de perguntar pelo companheiro fugitivo. [...] A vida, por aqui, naquilo mesmo. Tenho lido muito. Nada de mulheres. [...] Li muito. Apareceu um livro de um sujeito do sul sobre as populações meridionais. Se você quiser, eu lhe mando. Você, Carlos, é que podia escrever sobre os nossos homens do norte. Aqueles seus ensaios sobre os senhores de engenho bem que revelaram capacidade para isto. Corre por aqui também uma versão: a de que você está preparando um livro sobre o seu avô,

⁵⁶Para Margherita Russotto essa incompletude é um traço comum a todos as personagens dos romances de José Lins, assim, nenhuma delas seria capaz de adquirir, por si só, a independência e liberdade necessárias para constituir-se em heróis completos. "Para isto teria sido necessário marcar distâncias, estabelecer uma barreira clara entre o narrador e a matéria narrada; mas isto não estava previsto no projeto estético-ideológico do autor [...] todos os seus personagens acabam sendo 'alter ego' do narrador, espelhos e facetas profundas de sua própria experiência [...] Todo o seu universo ficcional é amarrado com firmeza a essa experiência que é - paradoxalmente - a experiência da própria dissolução e da perda de valores comunitários. Ele estava 'enlamado' demais pelo mundo que pretendia descrever; por isso 'viscosidade' continua sendo a imagem mais apropriada para definir a distância entre o narrador e a matéria narrada". RUSSOTTO, M. **Arcaísmo e Modernidade em José Lins do Rego**. Uma Leitura de *Doidinho*. 1987. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada). FFLCH: USP, São Paulo. p.160.

⁵⁷Maria Alice, a prima que viera recuperar-se de uma doença no Santa Rosa e que despertara em Carlos o amor e certa vontade para tocar o engenho, insistirá para que ele escreva artigos denunciando a pobreza em que vivem os trabalhadores de oito do engenho. Em seus devaneios diz Carlos: "seria uma campanha admirável, levantada por um neto de senhor de engenho. Seria bonito: levantar-me a favor dos meus servos [...] Começara o artigo, enchendo umas duas tiras de sentimentalismo sobre a vida rural dos engenhos e me senti ridículo". Já a carta do antigo colega do Recife, Mário Santos, despertará em Carlos dúvidas ainda maiores. **Bangüê**. 14 ed. RJ: Nova Fronteira, 1984. p.115.

nada menos do que toda a história da cana-de-açúcar na Paraíba. Estou doido para lê-lo. Será verdade? O assunto é o mais sugestivo. Aliás você terá todas as facilidades. Pelo que se falava na Academia, o seu avô é o grande tipo do senhor de engenho. A vida aí, no Santa Rosa, ainda deve ser a grande vida senhorial dos velhos tempos: homens dignos, mulheres recolhidas e santas e a vassalagem cheirando a escravidão. Muito me tenho lembrado das nossas conversas do Continental, com você a falar de literatura, largando as suas boutades. [...] Mas eu estou lhe escrevendo para falar do seu livro. Qual será o seu plano? Você pegará o velho seu avô isolado ou é a crônica da sua família que vai traçar? Melhor seria uma crônica de sua gente, dos velhos troncos até os nossos dias. Sinto não ter em mãos este material de que você dispõe com tanta abundância. Se quiser alguma coisa aqui da biblioteca, me escreva, pois posso pedir ao Diretor, com quem me dou. [...] Posso lhe mandar também umas notas que tirei para fazer meu estudo sobre Nabuco. Mas, certamente, você não precisará de nada disto. Basta este contato direto com a sua gente, esta sua vida feliz, misturada com os seus. Você, Carlos, é um homem de sorte. Pode olhar para trás e ver avós brancos, os homens que fizeram a grandeza da sua família a cavar a terra, a mandar em negros. Quero ver o seu livro. Escreva e mande as suas notícias. Seja mais camarada, lembre-se dos velhos amigos. Qualquer dia destes saio daqui e vou passar uns dias com você. Quero ver de perto os remanescentes da velha nobreza rural, o seu avô mourejando e o neto de pena na mão para nos contar a sua vida heróica. Você é um homem que não pode se queixar. Vivia com esta idéia na cabeça, na Faculdade, e quando termina o curso, enquanto outros se danam atrás das promotorias, encontra um seio de Abraão para descansar. Vida boa. Escreva-me, Seu Carlos. Do seu

Mário Santos⁵⁸

Deve-se notar que essa irresolução e a conseqüente paralisia, decorrem da impossibilidade de Carlos de Melo em responder as perguntas centrais de um projeto como esse: para quem escrever (para Mário Santos ou para os pobres dos engenhos)? Qual a linguagem a ser utilizada (a escrita do primeiro ou o canto dos segundos)?

Para Margherita Russotto, Carlos é um “projeto’ de herói nunca atingido, em atitude de hipótese constante – faria isto, faria aquilo”⁵⁹. Nesse sentido, não é capaz de formular uma visão articulada e coerente do mundo, isto é, ainda que

⁵⁸REGO, José Lins. **Bangüê**. 14 ed. RJ: Nova Fronteira, 1984. pp.54-56. Itálico e grifos no original.

⁵⁹RUSSOTTO, M. **Arcaísmo e Modernidade em José Lins do Rego**. Uma Leitura de Doidinho. 1987. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada). FFLCH: USP, São Paulo. p.200.

possa nos dar interpretações da realidade social e algumas impressões sobre o mundo e sobre si mesmo, não consegue nos dar a fundamentação racional de suas ações.

Portanto, a narrativa surge da intimidade exacerbada e solitária e não propriamente de uma análise linear e consecutiva da situação. Por isto, a exposição deste 'fora de lugar', que mostra um processo de degradação e fragmentação do herói, é representada principalmente mediante a auto-flagelação e a queixa⁶⁰.

Carlos não possui o vigor, a firmeza e a violência que caracterizavam o avô, assim, acredita não possuir "força para resistir" ora porque se desculpava demais ora porque não castigava os trabalhadores o suficiente. Esta debilidade começa a roer sua própria condição de senhor à medida que os moradores e trabalhadores do engenho começam a lhe roubar milho, madeira, etc.⁶¹.

A morte de José Paulino define o destino de Carlos, o qual, herdeiro do Santa Rosa, será obrigado, definitivamente, a imitar os gestos do avô. Em três anos o engenho estará próximo da ruína. Ao leitor não é permitido saber detalhes desse processo, conhecemos apenas a despedida, novamente uma fuga – porém, a última-, de Carlos de Melo do Santo Rosa:

Era um homem rico. O bolso cheio de contos de réis. Dei o engenho ao Tio Juca por trezentos contos. Ao menos o Santa Rosa se salvara de me ser arrancado das mãos, por uma sentença de juiz. No dia em que assinei a escritura, vi o retrato do meu avô, com aquele olhar brando e a cara serena de quem tinha um coração de primeira.

Saí para olhar o engenho, mas a lembrança de Nicolau estava viva. Morrera por mim, matara por mim três pessoas. De noite estaria nos meus sonhos [...]

As negras, na cozinha, discutiam o destino delas. França iria para o Itapuá, Avelina para o Maravalha.

O Santa Rosa se findara. É verdade que com um enterro de luxo, com um caixão de defunto de trezentos contos de réis. Amanhã, uma chaminé de usina dominaria as cajazeiras. Os paus-d'arco não dariam mais flores porque precisavam da terra para cana. E os cabras de oito acordariam com o apito grosso da usina. E a terra iria saber o que era trabalhar para usina. E os

⁶⁰RUSSOTTO, M. **Arcaísmo e Modernidade em José Lins do Rego**. Uma Leitura de Doidinho. 1987. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada). FFLCH: USP, São Paulo. p.200.

⁶¹Note-se a ambigüidade do pensamento de Carlos de Melo no que se refere a esse tema: num primeiro momento diz "aquela gente de Pinheiro eram uns cínicos", no parágrafo seguinte: "Sei lá se eram. Podiam ser até uns miseráveis, uns infelizes". REGO, José Lins. **Bangüê**. 14 ed. RJ: Nova Fronteira, 1984. p. 140.

moleques o que era a fome. Eu saíria de bolso cheio, mas eles ficavam. Estava fingindo pena pelo destino dos meus cabras. Acordei numa manhã com os pássaros da gameleira cantando como naquele dia em que pela primeira vez me levavam para o colégio. Agora ia sair para sempre do Santa Rosa. Ali sofrera muito nos últimos tempos. Me degradara mesmo, fizera filhos em mulheres infelizes, dera em Pinheiro por causa de uma miséria, dormira com medo de cabras, de nada, de sombras. De dentro da rede, naquela manhã de minha partida, sentia que não podia fazer mais nada. Fracassara completamente. Deixava o Santa Rosa para os outros. João Rouco, João de Joana, Manuel Severino, todos ficavam para o eito da usina. A esteira da usina, os trens, os arados, as fornalhas precisavam de gente. Gente que não dormisse, que não fizesse roçado, que não plantasse algodão. Da janela do vagão via o Santa Fé novo em folha, com a casa-grande espelhando ao sol. Depois o Santa Rosa ficando de longe. O trem já apitava na curva do Caboclo. O bueiro, as cajazeiras, os mulungus da estrada ficavam. Tudo ficava para trás. Lembrei-me do retrato do velho Zé Paulino, de olhos bons e com a cara mais feliz do mundo. O neto comprara uma passagem de trezentos contos para o mundo. O cemitério de São Miguel de Itaipu se mostrava do alto com as suas cruzes velhas. Mandaria levantar um túmulo bonito para Nicolau. O trem corria. Tudo ficava para trás. Um túmulo bonito para Nicolau⁶².

⁶²REGO, José Lins. **Bangüê**. 14 ed. RJ: Nova Fronteira, 1984. p. 320.

3.6. O Santa Rosa torna-se *Usina*

Quinta, e inicialmente, a última obra do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, o romance *Usina* escrito em 1936 narra a saga do engenho Santa Rosa já no início do século XX. Coronel José Paulino está morto, Carlos de Melo, o herdeiro do Santa Rosa, vendeu o engenho ao tio, Juca, que enfrentará os desafios da modernização da produção açucareira e das novas relações pessoais, de trabalho e de comércio que surgem com as usinas.

No curto prefácio ao livro, o autor afirma que

Com *Usina* termina a série de romances que chamei um tanto enfaticamente de 'Ciclo da Cana-de-Açúcar'.

A história desses livros é bem simples – comecei querendo apenas escrever umas memórias que fossem as de todos os meninos criados nas casas-grandes dos engenhos nordestinos. Seria apenas um pedaço de vida que eu queria contar.

[...]

Veio, após o *Menino de Engenho*, *Doidinho*, em seguida *Bangüê*. Carlos de Melo havia crescido, sofrido e fracassado. Mas, o mundo do Santa Rosa não era só Carlos de Melo.

[...]

Depois de *Moleque* Ricardo veio *Usina*, a história do Santa Rosa arrancado de suas bases, espatifado com máquinas de fábrica, com ferramentas enormes, com moendas gigantes [...] Carlos de Melo, Ricardo e Santa Rosa se acabam, têm o mesmo destino, estão tão intimamente ligados que a vida de um tem muito do outro [...] Carlinhos foge, Ricardo morre pelos seus e o Santa Rosa perde até o nome; se escraviza⁶³.

Nota-se, aqui, uma comunhão entre o homem e a terra, bem como a igualdade de todos diante da voracidade da máquina, aquilo que escapa tanto ao moleque de bagaceira Ricardo, quanto ao menino de engenho Carlinhos, tão diferentes entre si, mas vítimas da mesma tragédia que atinge, também, o Santa Rosa, todos, portanto, escravizados pela modernização.

⁶³ REGO, José Lins do. **Usina**. 15 ed. RJ: José Olympio, 2002. p.20.

Usina é recebido com pouco entusiasmo pela crítica que o toma como um romance “que não consegue esconder a frieza de relatório”⁶⁴. O mérito atribuído ao romance é o de denúncia das condições de vida dos trabalhadores rurais a partir da consolidação das usinas na zona canavieira nordestina. Para Jayme Barros, o *Ciclo da Cana-de-Açúcar* foi encerrado com “a mais impressionante demonstração da miséria dos populares do interior do Brasil”⁶⁵.

Neste romance, Dr. Juca toma a frente dos negócios e, com certo respaldo e alguma desconfiança da família, compra o Santa Rosa do sobrinho Carlinhos e o transforma na usina Bom Jesus. Assim, apresenta-se para o leitor, uma narrativa na qual se expressam valores em crise e normas sociais inadequadas.

Neste item, a análise da narrativa literária de José Lins acerca da ascensão das usinas será articulada aos estudos de sociologia e antropologia rural os quais, assim como o romancista, elegeram como centro de suas preocupações os processos sociais envolvidos nas transformações da agroindústria canavieira na zona açucareira nordestina no início do século XX.

Este período assiste à crise de mercado do açúcar, particularmente crítica nos anos 10, e impulsionadora da diminuição do potencial de consumo dos senhores, bem como de sua importância relativa na produção açucareira, o que afetou diretamente o comércio, mas não liquidou as possibilidades materiais para a construção e manutenção das redes de dependência personalizadas expressas especialmente no *sistema de morada*. Nota-se, desse modo, que a decadência dos senhores enquanto produtores e comerciantes de açúcar não implicou, necessariamente, o declínio destes como proprietários de terras.

⁶⁴PÓLVORA, Hélio. Permanência de Usina. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11.abr.1973.

⁶⁵BARROS, Jayme. Usina. **Estado da Bahia**, Salvador, 1976. O autor afirmar ainda ser preciso “encontrar um meio de impedir que as indústrias rurais poderosas tornem impossível a vida dos pequenos agricultores e os trabalhadores do campo”.

Seguindo a trilha deixada por Afrânio Garcia no livro *O Sul: Caminho do Roçado*, a categoria social *morador* é tomada, aqui, como o ponto central a partir do qual a análise se desenvolve justamente por encerrar em si algumas das contradições acima mencionadas. O antropólogo argumenta que as transformações vividas no início do século XX nas zonas açucareiras nordestinas estão ligadas às mudanças tanto nos padrões de residência dos trabalhadores, quanto nas relações de trabalho com os grandes proprietários⁶⁶.

Considerada emblemática destas mudanças, a *morada* compreendia uma casa e, dependendo do acordo firmado com o proprietário, um terreno para a criação de animais domésticos (porcos, galinhas, cabras, etc.) e para cultivo de produtos de base como feijão, milho, mandioca. Esse cultivo, o roçado, é realizado mediante a intensificação da exploração do trabalho familiar⁶⁷.

Foi a partir da crise da mão-de-obra escrava que os moradores passaram a ser incorporados no processo produtivo da cana-de-açúcar. Deve-se notar que ser morador significa ligar-se ao senhor de modo muito específico já que a morada supõe, ao mesmo tempo, residência e trabalho. A ênfase na residência possui grande valor simbólico uma vez que quem pede morada demonstra, desde o início, não possuir escolha melhor, isto é, revela não possuir os meios de organizar sua existência social, solicitando ao senhor que os forneça. Por sua vez, os senhores utilizam seu patrimônio fundiário para construírem uma clientela submetida a laços de dependência capazes de lhes assegurar um poder social tanto maior quanto mais elevado for o conjunto de indivíduos a ele ligados.

⁶⁶Cf. GARCIA Jr., Afrânio. **O Sul: Caminho do Roçado**. SP: Marco Zero, Brasília: Ed. UnB e MCT- CNPq, 1989.

⁶⁷Essa situação é radicalmente alterada a partir da instalação das usinas como demonstra o lamento do narrador de *Usina*: "mas quem podia ter roçado, plantar a sua fava o seu feijão? A usina tomara todos os dias da semana para os seus eitos. Antigamente davam-lhe três dias, que eram deles. O engenho se contentava com o resto. Podiam então ficar em casa de papo para o ar e os mais espertos cuidavam do seu roçado". REGO, José Lins. **Usina**. 15 ed. RJ: José Olympio, 2002.p.193.

Assim, por meio da concessão de moradas, os senhores fazem com que sua decadência econômica não seja sinônimo de perda de poder político e social nem diante dos trabalhadores, nem dos usineiros. É, portanto, a partir desse *sistema* que os senhores operacionalizam uma dupla dominação: a econômica (porque evidenciam que ainda são capazes de manter grandes extensões de terra - em oposição aos decadentes senhores que abandonaram suas propriedades) e simbólica (este é o mecanismo que permite a eles não apenas se colocarem como senhores, mas serem reconhecidos enquanto tais).

Em síntese, graças a seu patrimônio fundiário, os senhores acumulam uma "força social específica, tanto material, pelo número de 'braços' à disposição, quanto simbólica, pelo número dos que os reconheciam como senhores"⁶⁸.

A concessão do senhor e a dívida do morador tornam-se, portanto, elementos intrinsecamente associados e partes integrantes do mesmo sistema de dominação, o qual supõe, ainda, que o morador internalizasse o fato do

trabalho realizado no roçado individual de seu usufruto só ser possível como consequência do trabalho coletivo e prévio que era feito para o senhor de engenho. Era a identificação com o trabalho coletivo ou, em última instância, com o engenho, que tornava possível a efetivação do trabalho de usufruto individual⁶⁹.

Assim, o *sistema de morada* foi tanto a base de sustentação do poder econômico e político do senhor, quanto o eixo de sua resistência, a qual ganhou dimensão política nos conflitos entre estes e os usineiros.

Ligando de modo indissociável produção agrícola e unidade de produção industrial, as usinas promoveram um intenso processo de concentração de terras na zona açucareira nordestina, reduzindo grande parte dos engenhos à simples

⁶⁸GARCIA Jr., Afrânio. **O Sul: Caminho do Roçado**. SP: Marco Zero, Brasília: Ed. UnB e MCT- CNPq, 1989.p.39. Na denominação dos próprios trabalhadores, os homens que vivem na condição de moradores são *sujeitos*, em oposição à condição de *libertos* que caracteriza homens submetidos a outros regimes de trabalho).

⁶⁹HEREDIA, Beatriz. **Formas de Dominação e Espaço Social**: a Modernização da Agroindústria Canavieira em Alagoas. SP: Marco Zero, Brasília: MCT-CNPq, 1989. p.121.

plantação de cana. Houve, assim, uma perda significativa do lucro industrial por parte dos senhores, bem como sua subordinação aos usineiros.

Contudo, as primeiras usinas enfrentaram algumas dificuldades em razão da mão-de-obra e da terra estarem imobilizadas pelos senhores de engenho. Com poucas alternativas, as usinas adotaram as relações previamente existentes nos engenhos como o único modo de obterem a mão-de-obra necessária para seu funcionamento. Diante desse novo cenário, é possível notar a perplexidade dos antigos moradores do Santa Rosa, compartilhada, em larga medida, pelo narrador de *Usina*,

O povo do Santa Rosa acreditava nos santos, todos faziam novena, todos levavam fogos do ar para a Nossa Senhora da Conceição, todos amavam os santos. E que foi aquilo que se viu. A Bom Jesus comendo tudo o que eles [os moradores] tinham, tomando a várzea, cortando as laranjeiras, destruindo as roçadas, fazendo o povo subir para as caatingas [...] Saísse de várzea a fora e só se via canavial. Aonde estava o sítio das meninas de seu Lucindo, a casa de barro escuro, o pé de juá, o jenipapeiro, as roseiras velhas que davam umas rosas que nasciamurchas? A usina comera, a usina raspava, enchera de cana [...] Deus permitira que a usina comesse tudo⁷⁰.

Se não podem prescindir das relações do *sistema de morada*, as usinas as reformulam por meio do surgimento de novos mediadores cuja função era despersonalizar as relações entre trabalhador e proprietário. Constrói-se, assim, uma longa hierarquia que se inicia com o cabo e com os administradores (os *empregados do engenho*); passa pelo fiscal; pelo chefe da parte agrícola; pelo engenheiro e pelo gerente até chegar ao patrão. De modo geral, os trabalhadores

⁷⁰REGO, José Lins. **Usina**. 15 ed. RJ: José Olympio, 2002.p.156. A trajetória do antigo trabalhador do Santa Rosa Feliciano pode ser tomada como exemplar dessa situação. O velho senhor era conhecido pelos santos que tinha em casa, a qual havia se tornado um oratório para o povo do Santo Rosa e dos engenhos vizinhos, "veio porém a usina e não respeitou o oratório de Feliciano, que teve que deixar a casa de telhas da beira da estrada e conduzir seus santos para o alto, acolher santo Antônio e são Sebastião debaixo de folhas de catolé. O povo viu a coisa como um sacrilégio. Feliciano esperneou, foi ao Dr. Juca, deu para falar do usineiro, rogar praga. A casa dele destruída [...] No dia em que os santos de Feliciano se mudaram para a caatinga, vieram mulheres com toalhas de labirinto branca para cobrir as imagens, que não podiam levar sol. Fizeram uma procissão. Até ladainhas cantaram, de ladeira acima". Idem. ibidem. p. 186. O fim do oratório de Feliciano e a posterior morte do devoto causaram grande comoção entre os moradores da Bom Jesus, o gerente do campo da usina se queixava ao Dr. Juca "da impertinência daqueles devotos. Os eitos se enfraqueciam. Era preciso acabar com aquela aglomeração de gente inútil, com aquele rebuliço que perturbava a vida agrícola. Aonde se vira os serviços de uma usina, da importância da Bom Jesus, ameaçados com uma tolice, porque um negro velho morrera queimado e um oratório se sumira?". Idem. ibidem. p.242.

mantêm relações personalizadas com os dois primeiros agentes da hierarquia, conforme esta cresce, maior se torna também a impessoalidade, chegando mesmo a serem invisíveis para os trabalhadores.

Desse modo, ao contrário do que ocorria anteriormente, passam a ser comuns as situações nas quais os trabalhadores mesmo residindo há anos na mesma usina nunca tenham visto os patrões, chegando mesmo a ignorar seus nomes, assim, os usineiros “constituem uma referência abstrata para os trabalhadores, que tendem a crer que os principais problemas que vivem se devem aos empregados”⁷¹.

Na narrativa sobre o enorme êxito da usina Bom Jesus em seus primeiros anos, o narrador de *Usina (1938)* ilustra de modo preciso a afirmação anterior: “numa coisa **todos** concordavam: era no desprezo ao povo do engenho. Aquilo não era gente”⁷².

A expressão “povo do engenho” nomeia, neste contexto, os *moradores*, aqueles que realizam o trabalho agrícola, sem escolher para qual patrão trabalham e, por essa razão, recebendo menos que os *trabalhadores alugados*. São trabalhadores associados à ordem do engenho e classificados, por **todos**, como pobres, como o povo. Deve-se dizer que **todos** são aqueles que “sabiam seu **ofício** e tinham subido um palmo acima dos outros. Mas este palmo marcava uma distância, uma separação de muitos metros”⁷³.

A oposição ente *trabalho* e *ofício* revela, também, a associação do primeiro com a lida na agricultura e, conseqüentemente, à sujeição a regimes de trabalho

⁷¹SIGAUD, L. Direito e Coerção Moral no Mundo dos Engenhos. **Estudos Históricos**: Justiça e Cidadania, vol.9, n.18, 1996. p. 366. Anteriormente, “nunca que um senhor de engenho plantasse um pé de cana que não soubesse onde estava plantado. Agora o usineiro não sabia. O gerente do campo dava ordens [...]”. REGO, José Lins. **Usina**. 15 ed. RJ: José Olympio, 2002.p.233.

⁷²REGO, José Lins. **Usina**. 15 ed. RJ: José Olympio, 2002.p.214.

⁷³Idem. ibidem.p.195. grifo nosso.

e a condições de vida não perpassadas pela liberdade reivindicadas por aqueles que possuem um *ofício*. Ocorre assim uma associação entre a *condição de morador* e a de *escravo*; associação que simbolicamente se expressa na perda de domínio sobre o tempo, isto é, os *moradores* não possuem mais o seu tempo como na época dos engenhos onde “eram donos de dois dias na semana, senhores de dois dias para fazer o que bem lhes viesse a venta”⁷⁴.

A condição de morador implica num risco permanente de expulsão da terra uma vez que aquilo que se concede é uma autorização para a realização de certas práticas que podem ser controladas pelo patrão ou por seus prepostos. Como aponta Lygia Sigaud, “um morador é sempre morador do engenho tal, de seu Fulano, desta ou daquela usina. Seu vínculo é com o estabelecimento onde reside e com o proprietário deste estabelecimento”⁷⁵.

Ao contrário do que se deu nos romances anteriores, o narrador de *Usina* não centra seu foco nos dilemas da casa-grande. Há, nesse romance o contraponto constante entre a condição de vida do usineiro e a dos trabalhadores. Para Dr. Juca,

a verdade era que tirara a família daquela miséria de moer cana em bangüê, dando aos seus uma oportunidade de subirem de vida. O que eram hoje os parentes de Itambé, morrendo para enriquecer os comerciantes de Goiana? Pandorim criara barriga às custas de todos eles. Pobre João do Rego, do Câmara, que, quando mandava cem sacos para Pandorim, estava devendo duzentos! E os bangüezeiros da várzea, tirando o velho José Paulino e o dr. Quincas do Engenho Novo, qual fora o que estivera em condições de viver independente?⁷⁶

⁷⁴Idem. ibidem.p.279.

⁷⁵SIGAUD, Lygia. **A Nação dos Homens**: Uma Análise Regional de Ideologia. 1971. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Rio de Janeiro, PPGAS/UFRJ.

⁷⁶REGO, José Lins.**Usina**. 15 ed. RJ: José Olympio p.222. Deve-se notar que o fluxo de consciência das personagens de *Usina* passa pelo filtro do olhar do narrador, sendo raros os diálogos diretos no romance. É desse modo que o leitor percebe as comparações de Juca entre a usina e o engenho: “O povo pobre reclamava a vida. Tivera que botar para fora muita gente viciada com os tempos do velho José Paulino. Queriam ficar na propriedade, desfrutar as terras e fugir das obrigações. O seu tio Lourenço acolhera no Gameleira uma porção deles. Em bangüê podia ser, mas usina não podia agüentar morador com regalias [...] Usina pedia as terras livres para cana. Do contrário teria que estragar o seu trabalho se fosse amolecer o coração. Havia muita diferença dum coração de senhor de engenho para um coração de usineiro”. REGO, José Lins.**Usina**. 15 ed. RJ: José Olympio. p. 233.

Invertendo o espelho, revela o narrador:

O poder ofensivo da usina se alargava, ia cada vez mais longe. Ao povo fazia só destruir os sítios, que se criaram pelas margens do Vertente. Os pobres viviam deles, das laranjas, dos abacaxis, da bananas que vendiam nas feiras. A terra era fraca só dava para mandioca e fruteiras. E a usina queria plantar cana.

Correram ao dr. Juca para pedir. Eles viviam ali há tantos anos que nem sabiam quais tinham sido os primeiros donos daqueles sítios. Foram de seus avós [...] Aquilo era tão longe que até ninguém se lembrava que fossem terras do Vertente. Por ali cana não dava tão boa quanto pelos outros lados do engenho. E era um fim de mundo [...] Eles viviam das fruteiras e dos paus de roça. Tirando-lhes isso era morrer de fome [...]

Mas o usineiro não queria saber de nada. E mandou que eles se entendessem com o gerente de campo, que resolveria tudo⁷⁷.

É, portanto, a partir daqui que se deve compreender o modo como essas diversas identidades são acionadas e construídas pelos inúmeros sujeitos (os moradores, os trabalhadores que desempenham outros ofícios e os membros da hierarquia administrativa da usina). Trata-se, sobretudo, de uma disputa classificatória que revela os diferentes modos de subordinação aos grandes proprietários, diferenças que conformam o reconhecimento social de todas as outras categorias por parte dos trabalhadores. Assim, o sistema de referência adotado por estes revela não apenas o espaço que ocupam no sistema de

produção, mas também sua posição na estrutura do discurso ideológico acerca da dominação.

Como exemplo, pode-se citar os novos profissionais que as usinas exigem como os químicos e os engenheiros que substituem (ou se tornam superiores) dos mestres de açúcar. O conhecimento técnico reivindicado pelos primeiros está em

⁷⁷REGO, José Lins. **Usina**. 15 ed. RJ: José Olympio. p.232. Se lamentavam sua sorte, os moradores também não resistiam, agigantando-se para eles a figura do gerente de campo que "viera de Tiúma, com renome de grande coisa. Andava a cavalo pelas terras da usina, mexera em tudo de lado a lado, metera-se pelas gargantas, subira pelos altos e depois chegou para o dr. Juca, dizendo que as terras da usina poderiam produzir o duplo do que estavam produzindo [...] O dr. Juca se entregou ao entusiasmo do auxiliar. E ele estava fazendo o que queria com as terras e com o povo da Bom Jesus. Raro era o dia que não batia na casa-grande um morador para reclamar. E a resposta era sempre uma: para que procurassem o gerente do campo". REGO, José Lins. **Usina**. 15 ed. RJ: José Olympio. p.233.

constante disputa com o saber fruto da experiência dos antigos mestres que freqüentemente consideram os técnicos figuras arrogantes e desnecessárias como evidencia a fala de uma personagem do romance *Usina* (1938), mestre de açúcar, que agora migra de usina em usina buscando trabalho:

Veja o senhor. Levei a vida toda dando ponto em açúcar, conheço o meu ofício. Lá isso eu conheço. Pode ser que outro tenha mais idéia da coisa, mas nunca queimei um quilo de açúcar, nunca dei prejuízo [...] pois veja o senhor: o galego chegou, começou a contar lorota, a mexer em frasco, e tudo o que os mestres faziam sem barulho, sem visagem nenhuma, ele fazia tomando nota em livro. E dando gritos, falando numa língua misturada⁷⁸.

A usina também exige alguns ofícios novos em relação ao engenho, tais como o de maquinista, turbineiro e mecânico, além de elevar de condição ofícios como o de marceneiro e de ferreiro⁷⁹.

Esses trabalhadores moravam, em geral, ao redor da usina, separados dos outros, apenas indo até ela para darem seus dias (ou noites) de trabalho. Além de receberem melhores salários, eram pagos em dinheiro e não através dos vales da usina, que aceitos apenas no barracão da propriedade, serviam para materializar as relações de dominação no interior destas sendo, ao mesmo tempo, tanto um mecanismo extra de acumulação econômica para o proprietário (dado seus preços serem mais elevados), quanto um mecanismo essencial para a imobilização da mão-de-obra na propriedade por meio do endividamento.

Contudo, é a partir da figura do operário de usina que a dinâmica de alteridades pode ser melhor compreendida. Os operários das fábricas, aqueles

⁷⁸REGO, José Lins. **Usina**. 15 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.p.83. Ainda sobre a contratação desses profissionais Dr. Juca conclui que uma usina como a Bom Jesus não podia ser gerenciada por um "curioso", então, "contrataram um químico por um preço exagerado. Falaram do ordenado do homem pelos engenhos. Ganhava mais do que o governador. Quatro contos de réis por mês, casa para morar, criados e um contrato assinado. E o químico chegou, pedindo laboratórios, auxiliares. E o cristal da Bom Jesus continuava uma lástima. Então o técnico se queixou da cana. Um químico não podia fazer milagre. A matéria-prima lhe parecia a pior e daquilo só podia tirar o possível. Mas a cana da São Félix não diferia da cana da Bom Jesus". REGO, José Lins do. **Usina**. 15 ed. RJ: José Olympio, 2002. p.246.

⁷⁹A oposição entre os químicos e engenheiros e os mestres de açúcar revela um embate maior entre o conhecimento tradicional e popular face ao conhecimento abstrato. Para o Regionalismo nordestino é a partir do primeiro que apenas só as coisas devem ser conhecidas, mas a partir dele que a sociedade deve ser dirigida.

que trabalhavam nas máquinas e no cozinhamento, em geral trabalhadores vindos de outras usinas (portanto aqueles que vinham *de fora*) moravam em casas de telhas e de chão de tijolos (em oposição às casas de barro dos moradores). Habitavam a **rua da usina** que tinha vida como uma rua de cidade e onde os operários levavam uma “vida de grande, em relação aos outros do campo”⁸⁰.

A identidade dos operários é construída especialmente em oposição à *condição de morador*. Assim, é por meio da miséria, e especialmente, do regime de submissão ao qual os segundos estão submetidos que os operários afirmam (e vêm afirmadas) sua grandeza, sua liberdade e o fato de serem sujeitos do próprio destino. Os operários são aqueles que mesmo vivendo na usina são livres, podem sair quando desejarem mesmo porque são pagos em dinheiro, trata-se, enfim, daqueles que eram “pretos e cabras como eles [moradores], e, no entanto tão separados, tão distantes”⁸¹.

Neste contexto, não se trata apenas da maior ou da menor possibilidade de acesso aos mesmos bens materiais, mas da percepção de que há diferentes modos de vida em jogo, os quais se manifestam nos confrontos impostos pelo dia-a-dia, na percepção de que diferentes práticas sociais se materializam em diferentes posições sociais.

Nos jogos de poder e de força construídos no interior do processo de modernização industrial da produção de açúcar, os senhores de engenho não podem ser ignorados como os mediadores por excelência dessa modernização

⁸⁰REGO, José Lins do. **Usina**. 15 ed. RJ: José Olympio, 2002. p.214. Assim, “quem era operário parecia príncipe junto de quem era trabalhador de campo. Operário vinha de fora, era gente de mais importância, a quem davam casa de telhas para morar e pagavam uma fortuna. Os trabalhadores nem podiam acreditar que um sujeito daquele ganhasse seis mil-réis por dia”. REGO, José Lins do. **Usina**. 15 ed. RJ: José Olympio, 2002. p.192.

⁸¹Idem. ibidem.p.215.

uma vez que continuam a ser reconhecidos como patrões (patrão que é também o protetor e o provedor). Para Afrânio Garcia, algumas mediações tornam-se essenciais para a compreensão destas transformações, quais sejam, **a concorrência entre *plantations*** (particularmente no mercado de derivados da cana-de-açúcar, com o surgimento das usinas e a decadência dos engenhos); a **possibilidade de deslocamentos maciços para o Centro-Sul** e o **surgimento das primeiras associações camponesas**.

A dominação instituída pelo *sistema de morada* constitui, na prática, um dos princípios de estruturação do conjunto da vida social e em especial das práticas culturais.

Assim, as sucessivas crises de produção e de comercialização dos derivados da cana-de-açúcar não impediram a reprodução da estrutura social dos engenhos. Há, portanto, certa plasticidade desse empreendimento, o que pode ser explicado pelo fato do engenho não ser apenas propriedade monocultura de cana, existem também as lavouras comerciais e as de subsistência (regidas pelo princípio da alternatividade), ambas com usos sociais complementares, o que parece estar na origem da capacidade adaptativa do engenho (qual seja, expandir a oferta de mercadoria ou fazer frente à contração de demanda)⁸².

Deve-se lembrar, ainda, que o engenho tradicional é um local onde o contato entre senhores e trabalhadores é prolongado, repetindo-se ao longo de gerações sucessivas, de modo que o senhor não é apenas o proprietário, bem como o morador não é apenas a mão de obra explorada. Desenvolve-se, ali, um conjunto de relações mais amenas, mais humanas, as quais como alerta Caio Prado “se de um lado estas novas relações abrandam e atenuam o poder absoluto

⁸²Cf. GARCIA Jr., Afrânio. **O Sul: Caminho do Roçado**. SP: Marco Zero, Brasília: Ed. UnB e MCT- CNPq, 1989.

e o rigor da autoridade do proprietário, doutro elas a reforçam, porque a tornam mais consentida e aceita por todos”⁸³. Assim, se os favores concedidos pelo proprietário possibilitavam a dispensa da coerção direta, não eliminaram totalmente a violência física (e mais precisamente a possibilidade de seu uso) das relações de dependência.

Nesse sentido, a bondade pode ser tomada como forma de compensação diante da ausência de outros capitais. Segundo Lygia Sigaud, os proprietários com pouco capital engajam-se em conceder atenção e diversos presentes aos trabalhadores, os quais, por sua vez, começam a solicitar determinados serviços e favores aos patrões (particularmente, aqueles que se referem à mediação em caso de conflitos interpessoais ou de precisão na família).

Não sendo capazes de retribuir aos patrões prestações equivalentes, os trabalhadores sentem-se em dívida e a reconhecem quando classificam o patrão como um homem bom. Para reequilibrar as relações sociais “os trabalhadores se empenham em demonstrar sua gratidão: são leais aos patrões”⁸⁴. Estabelecem-se, portanto, relações permeadas por um sistema de dons e contra-dons, no qual o beneficiário se coloca na posição de devedor permanente, “por conseguinte, não tinha – o beneficiário- outra alternativa senão aceitar como seu, o interesse do seu ‘protetor’”⁸⁵.

O **favor**, portanto, aparece como um dos centros da vida social brasileira do período, traço que sustenta e agudiza o que pode ser apresentado como uma das contradições básicas da sociedade brasileira: a relação da pessoa

⁸³ PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. SP: Ed. Brasiliense, 1945.p.287.

⁸⁴SIGAUD, L. Direito e Coerção Moral no Mundo dos Engenhos. **Estudos Históricos: Justiça e Cidadania**, vol.9, n.18, 1996. p. 377.

⁸⁵GARCIA Jr., Afrânio. op. cit.. p.41.

(particularizada por elos pessoais) com o indivíduo (o cidadão, que atua no espaço público destituído do nome de família, de cor e de gênero)⁸⁶.

Se as relações de trabalho nas usinas continuam permeadas por traços patriarcais, por outro lado, evidenciam a impossibilidade da reprodução dos mesmos mecanismos de assistencialismo existentes nos engenhos. São recorrentes, por exemplo, as falas que num primeiro momento se levantam contra o usineiro, sendo mais significativas as reclamações dos antigos trabalhadores do Santa Rosa que ao longo de todo o romance se perguntam como pode Dr. Juca ser filho do velho José Paulino e que, no momento seguinte, concluem que “usina era assim mesmo”.

Dr. Juca também não consegue evitar a comparação com o pai, tornando-se comuns os fluxos de consciência do usineiro que, por um lado, buscam justificar suas escolhas e, por outro, procuram convencer acerca de sua superioridade em relação ao pai. Um trecho bastante significativo desse duplo aspecto é o seguinte:

Usina não era bangüê que se dominava com grito. Todo o respeito era pouco para sustentar o prestígio, fazer-se respeitar. Sabia que o povo se queixava dele, trazendo sempre o seu pai na frente para comparar. O velho José Paulino fora de seu tempo. Queria que ele viesse dirigir uma usina, com aquele seu sistema de vida, com aqueles gritos, aquele barulho todo, para no fim não fazer nada. Tinha que ser duro com o povo. Bem duro, mesmo, senão tomavam o cabresto nos dentes e fariam como aquela gente das Figueiras fizera com o seu sobrinho Carlinhos, revoltando-se⁸⁷.

⁸⁶Ainda como demonstra Sigaud, num contexto de dívida em relação aos patrões como o do engenho Aurora, os trabalhadores não reclamam direitos, ou seja, a coerção moral funciona como uma espécie de antídoto contra a tentação de recorrer à Justiça do Trabalho para que ela exerça a coerção jurídica contra o patrão, afinal, “o patrão devedor em relação às obrigações jurídicas pode contar com o fato de que é reconhecido como credor em relação às obrigações morais”. SIGAUD, L. Direito e Coerção Moral no Mundo dos Engenhos. **Estudos Históricos:** Justiça e Cidadania, vol.9, n.18, 1996. p. 377.

⁸⁷REGO, José Lins. **Usina**. 15 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.p.225-226. A comparação com José Paulino também é bastante evocada pelos moradores da usina. Nas raras vezes em que andava pela propriedade Dr. Juca não atendia as mulheres que lhe vinham pedir ajuda já o “coronel Zé Paulino, quando passava por ali, ouvia as histórias delas. Mas o dr. Juca não viera para aquelas bandas saber de nada. Viera passear [...] Fossem falar com o gerente do campo. Ele resolveria tudo.Idem. ibidem. p.259.

Para Gilberto Freyre, o usineiro é um “deformado pelo império do açúcar”⁸⁸, ausente do campo na maior parte do tempo, a usina é comandada de longe. Assim, os trabalhadores “na doença ou na dor não têm uma senhadora a quem pedir remédio, um senhor a quem pedir 20\$000 de extraordinário, mas só o barracão, duro e absorvente, retratados magnificamente por José Lins do Rego em *Bangüê* e em *Usina*”⁸⁹.

Logo, os trabalhadores estariam submetidos a uma miséria muito maior, a miséria da usina que os priva da assistência do senhor. Neste cenário, o passado é retomado, por antigos senhores e, particularmente, pelos moradores, como um tempo no qual a vida se fazia menos brutal. Para José de Souza Martins, a dimensão simbólica dessa rememoração é particularmente importante, dado o que

o lamento refere-se à passagem de um tempo a outro e à ênfase da sua marca mais nítida: a perda da liberdade, isto é, do ajustamento ao ciclo da natureza para o ajustamento compulsório ao ciclo das obrigações formais do relógio de ponto, etc., na indústria⁹⁰.

O que desaparece é a fartura do tempo anterior, entrando em cena a privação (diretamente referida à perda da terra).

Crítica que em alguns casos assume a posição de ampla e irrestrita condenação às usinas, Freyre chega mesmo a afirmar que “a usina não teve força para acrescentar nada de positivo a essa civilização: só tem feito diminuí-la”⁹¹.

⁸⁸FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. RJ: José Olympio, 1937. p.80.

⁸⁹Idem. ibidem.p.192. Em **Usina** atesta-se: “mas a fome pegara o povo da Bom Jesus. O barracão com seu Ernesto só vendia a dinheiro. Nunca por aquelas bandas houvera fome assim, fome de verdade, sem a batata-doce, sem o feijão verde, sem a farinha. O povo do Santa Rosa, quando a necessidade apertava, tinha sempre por onde se defender. Agora, porém, os retirantes tinham comido os roçados, passado pelas plantações como lagartas. E só agora era que as vazantes do Paraíba haviam sido plantadas. Não existia nada para os pobres da Bom Jesus, que estavam nivelados aos retirantes pela miséria. Seu Ernesto no barracão não atendia. Só daria ração ao povo de viesse ordem da Paraíba”. REGO, José Lins. *Usina*. 15 ed. RJ: José Olympio, 2002.pp.356-357.

⁹⁰MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**. SP: Editora Pioneira, 1975. p.145.

⁹¹FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. RJ: José Olympio, 1937. p.194. O sociólogo, entretanto, admite o processo como inevitável, sem o qual a indústria nordestina do açúcar não conseguiria concorrer com as de outras regiões.

A recuperação do passado atua como peça chave para a compreensão do presente e de seus impasses. A partir da rememoração de uma determinada tradição (a dos senhores de engenho) constrói-se o argumento de que esta seria a mais autêntica tradição brasileira. Para Karl Mannheim, essa é uma construção cara ao *modus operandi* do pensamento conservador, e antes de significar a defesa intransigente do *status quo*, representa uma concepção de mundo na qual a ordem, a hierarquia e a tradição possuem papéis fundamentais.

Desse modo, o Estado é vislumbrado não apenas como o propulsor da mudança, mas sim como o agente por excelência da passagem de uma sociedade rural-oligárquica para uma sociedade urbano-industrial, que deveria ser também hierarquizada e não-igualitária, articulada por um Estado forte, cuja política fosse orientada para a administração do país em função de suas regiões (e não dos estados) como modo de abarcar “estas duas demandas: modernização em curto prazo e controle do ritmo das demandas sociais no processo de transformação da sociedade brasileira”⁹².

O conflito entre duas ordens distintas é expresso, por exemplo, no caso do Dr. Juca que deseja expandir o maquinário da usina, mas precisa para tanto hipotecar as terras como garantia do empréstimo a ser tomado junto a bancos norte-americanos, entretanto, “difícil seria levar sua gente a compreender a insignificância da operação. Aquilo era apenas uma formalidade dos vendedores, uma garantia maior, uma convenção”⁹³. Convenção que, contudo, não é compartilhada por todos. Para parte da família, os que viviam nos engenhos,

⁹²GOMES, A C. Introdução In: **Estado - Novo: Ideologia e Poder**. RJ: Jorge Zahar Editor, 1996.p.28. Ver também: MANNHEIM, Karl. O Pensamento Conservador. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. SP: HUCITEC, 1981.

⁹³REGO, José Lins. **Usina**. 15 ed. RJ: José Olympio, 2002.p.168.

hipotecar as terras é o mesmo que descrédito, simbolizando, também, a perda da honra e do orgulho daqueles que não tomam a terra como capital abstrato.

O dilema vivido por Dr. Juca também ilustra a progressiva dependência da lavoura ao crédito urbano e, em alguns casos, estrangeiro. O senhor de terras cede lugar ao empresário cuja a conta corrente de crédito e débito está amarrada à cidade que, agora, se situa no centro do novo projeto de desenvolvimento nacional. Tal orientação, centralizadora e comercial, vinculou a propriedade rural às sedes urbanas de crédito, tornando os senhores de terra progressivamente dependentes de uma classe especuladora urbana interessada nos lucros e nos juros, o que impulsionará as crises das usinas (como a da Bom Jesus).

Diante desse cenário, a prosperidade das usinas depende, necessária e quase exclusivamente, de boas safras e da estabilidade dos preços, ou seja, a produção sempre deve ser superior ao débito corrente⁹⁴.

Esta condição não será mantida por muito tempo na Bom Jesus que no terceiro ano de safras ruins tinha suas dívidas aumentando cada vez mais, não sendo capaz de esboçar nenhum tipo de reação.

⁹⁴Sobre o assunto consultar: ANDRADE, Manoel Correia. **A Terra e o Homem no Nordeste**. SP: Ed. Brasiliense, 1964. AZEVEDO, Fernando. **Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil**. SP: Ed. Melhoramentos, 1976. EISEMBERG, Peter. **Modernização sem Mudança**. A Indústria Açucareira de Pernambuco, 1840-1910. RJ: Paz e Terra, Campinas: Ed. Unicamp, 1977. GARCIA JÚNIOR, Afrânio R. **Libertos e Sujeitos: Sobre a Transição para Trabalhadores Livres do Nordeste**. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 7, vol. 3, junho de 1988. Idem. **Terra de Trabalho**. RJ: Paz e Terra, 1983. Idem. **O Sul: Caminho do Roçado**. Estratégias de Reprodução Camponesa e Transformação Social. SP: Marco Zero, Brasília: Editora da UnB: MCT-CNPq, 1989. HEREDIA, Beatriz. **A Morada da Vida**. Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil. RJ: Paz e Terra, 1979. Idem. **Formas de Dominação e Espaço Social**. A Modernização da Agroindústria Canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero, Brasília: MCT-CNPq, 1989. LEVINE, Robert. **A Velha Usina**. Pernambuco na Federação Brasileira (1889-1937). RJ: Ed. Paz e Terra, 1980. LOPES, José Sérgio Leite. **O Vapor do Diabo**. O Trabalho dos Operários do Açúcar. RJ: Paz e Terra, 1978.

A grande crise do açúcar pegou a Bom de Jesus de jeito. Dois anos de moagem boa, de cristal de primeira. E o saco de açúcar por vinte mil réis. Os compromissos enormes, os cálculos feitos na alta. As despesas com safras gigantes e a Bom Jesus sem recursos próprio, sem banco nem crédito para se agüentar⁹⁵.

Um triste fim parece se anunciar para a usina de Juca. Mesmo com suas máquinas modernas e moendas mais fortes, o empreendimento não suportou a queda contínua no preço do açúcar⁹⁶. Grandeza que, contudo, não foi capaz de evitar a derrocada da Bom Jesus e, agora, a presença de José Paulino torna-se uma constata nas lembranças de Juca que

sabia ao certo que nada viria mais para ele [...] O velho seu pai governara o Santa Rosa por mais de oitenta anos. Lembrava-se bem dele, acordando de madrugada para o banho frio. Os galhos daquele tronco apodreciam. Não havia na família inteira um moço com força de ir muito além⁹⁷.

A crise era, em certo sentido, benéfica para os trabalhadores do eito que, com a diminuição da quantidade de cana plantada, viam algumas terras liberadas para os roçados, fator importante já que a expansão de terras das usinas tornou a monocultura um drama particularmente violento na região, o que, de um lado gerou a expulsão de inúmeros moradores foreiros e por outro, tornou a produção

⁹⁵REGO, José Lins. **Usina**. 15 ed. RJ: José Olympio, 2002.p.286. Os parentes considerarão a vida luxuosa levada por Juca e sua família como o principal responsável pelo endividamento da Bom Jesus, assim, o usineiro não apenas será muito comparado a seu pai, mas também a outros usineiros, especialmente com o austero dr. Luís, proprietário da São Félix, a usina vizinha da Bom Jesus, a mesma que ameaçava 'engolir' o Santa Rosa quando administrado por Carlos de Melo. Deve-se lembrar ainda que o endividamento das usinas junto a instituições financeiras nacionais e estrangeiras tornava a capacidade de reação ainda menor, uma vez que boa parte do virtual lucro já estava comprometido com o pagamento de juros, hipotecas e dívidas, não podendo ser reinvestido na produção.

⁹⁶Talvez a chaminé da usina possa ser considerada o elemento com maior força simbólica na representação do poder da usina e do usineiro. Havia um cuidado especial não apenas na manutenção da chaminé (sempre com pintura nova), como também existia certa disputa entre usinas vizinhas para construir (e possuir) a maior chaminé. A da Bom Jesus era a maior da região, "como um mastro gigante, **dominando os horizontes dos quatros cantos da terra**". REGO, José Lins. **Usina**. 15 ed. RJ: José Olympio, 2002.p.235. grifo nosso.

⁹⁷A percepção de que os descendentes de José Paulino não possuem nem a força, nem a grandeza do patriarca é compartilhada por d. Nenen, tia de Juca, para quem ver a casa que fora de José Paulino habitada por desconhecidos (a família do engenheiro estrangeiro que Juca havia contratado) era "um fim de mundo [...] Quem diria que o casarão do Santa Rosa terminasse dividido em duas casas? Tudo isso porque aquele Carlinhos não tivera coragem de agüentar o repuxo. Sangue do seu povo estava degenerado. Onde um homem, como José Paulino? Manuel César, Lola de Oiteiro, Quincas do Engenho Novo? Os antigos não deixavam rastros, tinham-se ido para sempre". REGO, José Lins. **Usina**. 15 ed. RJ: José Olympio, 2002.p.263. grifo nosso.

de alimentos cada vez menor uma vez que esta era, em geral, realizada pelos moradores⁹⁸.

Entretanto, como lembra a narrativa de *Usina*, uma queda de usina não era simples como uma queda de bangüê, o impacto e a miséria causada pela decadência de uma usina eram infinitamente maiores já que não havia nenhum traço da assistência da casa-grande para com os mais pobres.

A Bom Jesus reduziu sua safra para apenas vinte mil sacos, em média. Produzindo pouco mais do que um bangüê, não conseguia mais se sustentar, “o Santa Rosa ficara grande, inchara, subira e era aquilo que se via, sem força para moer um pé de cana, sem força para mandar num cabra como seu Ernesto”⁹⁹.

A ruína da Bom Jesus representa, ao longo do romance, um problema estrutural que se refere justamente à dependência de crédito e de empréstimos tomados a preços de mercado junto a credores internacionais ou não, o que mais amplamente, refere-se à entrada de um capitalismo despersonalizado, ou seja, baseado nas leis de mercado e não mais regulado por nomes ou sobrenomes de família. Assim,

A UNIÃO, jornal do governo, dera a notícia da compra da Bom Jesus, dizendo que um industrial de vistas largas evitara que uma grande parte da várzea do Paraíba reduzida com o fracasso da outra usina. Elogiava-se aí a ação do dr. Luís, homem de capacidade, que estava sempre disposto ao trabalho, um exemplo de nordestino, que vencia pelo trabalho e pela honradez¹⁰⁰.

Dr. Juca muda-se, com a família, para um engenho na catinga, herança de sua esposa, D. Dondon. Doente e com muitas dores, Juca sente-se derrotado e

⁹⁸“A Bom Jesus murchava aos poucos, ia perdendo aquela crueldade do começo. A miséria humanizava a organização”. REGO, José Lins. **Usina**. 15 ed. RJ: José Olympio, 2002.p.306. Ou seja, “para o povo pobre da Bom Jesus há dois anos que a vida vinha melhorando. Se eles pudessem descer para a várzea seria outra coisa. A usina não estava plantando tanto, havia terras devolutas pelas várzeas. Quanto mais a Bom Jesus caía, mais o povo tinha esperança de melhorar de condição”. REGO, José Lins. **Usina**. 15 ed. RJ: José Olympio, 2002.p.314.

⁹⁹REGO, José Lins. **Usina**. 15 ed. RJ: José Olympio, 2002.p.359.

¹⁰⁰Idem. ibidem .p.375.

humilhado diante dos parentes e, especialmente, diante de dr. Luís. Sentia-se como seu Lula, do Santa Fé, na verdade,

Bem pior ainda que o velho amigo de seu pai. Pobre do Lula, diziam dele. Deveriam estar dizendo por aí a fora: pobre do dr. Juca. Tudo se perdera. Chegara uma ventania, carregando tudo o que era seu. Os filhos no colégio às custas do sogro Clarisse se casando com as economias da mãe. E aquela carta de Vergara, prevenindo que não mandaria mais manteiga para a casa-grande. Uma casa-grande que nem podia comprar umas latas de manteiga. Lembrava-se de seu pai [...] Seu Lula morrera como um senhor. Dentro do Santa Fé mandara ele até o último suspiro. O melão cobria o bueiro do engenho, as bestas das almajarras morreram de velhas, mas tudo era de seu Lula. Nunca de uma venda no Pilar voltara um portador de seu Lula, porque o pouco que o velho comia era pago na frente. Vergara mandara aquela carta. Um usineiro mais baixo na miséria que o seu Lula, do Santa Fé¹⁰¹.

¹⁰¹REGO, José Lins. **Usina**. 15 ed. RJ: José Olympio, 2002.p.345.

6. O engenho está de *Fogo Morto*: decadência e acesso à terra na Várzea nordestina

Fogo Morto (1943), último livro do *Ciclo da Cana-de-Açúcar* é dividido em três partes: “O Mestre José Amaro”; “O Engenho de Seu Lula” e “O Capitão Vitorino”. A crítica recebe o romance com bastante entusiasmo, atribuindo a *Fogo Morto* um refinamento e mesmo uma evolução literária do romancista paraibano.

Álvaro Lins, por exemplo, afirmará que este romance revela um aspecto novo da obra de José Lins, qual seja, uma independência mais acentuada das personagens¹⁰². Isto é, as personagens tornam-se tipos representativos do contexto no qual se inscrevem, e, ao mesmo tempo, conseguem transcende-lo, ganhando uma dimensão existencial que acaba por humanizar a paisagem dos engenhos nordestinos durante seu período de decadência¹⁰³.

Desse modo, o romancista do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, progressivamente, foi adquirindo um discernimento da realidade como objeto autônomo

¹⁰²Cf. LINS, A. Sucessos e Insucessos do Menino de Engenho. In: **Os Mortos de Sobrecasaca**. RJ: Civilização Brasileira, 1963. O crítico argumenta ainda que “a grandeza de um romancista – circunstância que ultrapassa o talento simplesmente literário – está nos seus dons de exprimir uma nova situação de ordem geral: uma família, uma região, um povo. O sr. José Lins do Rego é um romancista representativo do estado de espírito de um povo; a sua tristeza é o sentimento coletivo de um povo triste. Acrescente-se que em nenhum momento sua tristeza foi mais pungente que em *Fogo Morto* [...] **Podemos dizer de *Fogo Morto* que é por excelência o romance da tristeza brasileira**”. LINS, A. op. cit. p.132. grifo nosso. Análise semelhante é realizada por Franklin M. Thompson para quem *Fogo Morto* “**é um livro triste e trágico para os que olham abaixo da superfície** [...] Ele possui essa tristeza que tudo invade, oprime e nos aperta a garganta; essa melancolia sufocante que se oculta sob a alegria superficial dos brasileiros”. THOMPSON, F. M. José Lins do Rego. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 21/22. set. 1957. grifo nosso.

¹⁰³João Carlos Guedes da Fonseca argumenta que todas as personagens do romance tornam-se, de algum modo, cúmplices e agentes da própria decadência e “essa disposição faz supor a violência como natural, isenta de explicação e motivo. Por isso, as personagens de **Fogo Morto** são elas mesmas, enquanto identidade definida pelas circunstâncias locais da vida, e ao mesmo tempo são o mundo introjetado nelas como força opressora”. FONSECA, J. C. G. da. **Entre a Voz e o Discurso**: a Dialética da Bondade em *Fogo Morto* de José Lins do Rego. 2001. Tese (Doutorado em Teoria Literária). FFLCH – USP, São Paulo. p.13.

a maturidade grandiosa de *Fogo Morto* foi devida a uma libertação progressiva da fixação autobiográfica, em benefício da observação, que pressupõe, por parte do sujeito, uma atitude conscientemente destacada do objeto¹⁰⁴.

Antônio Cândido considera que *Fogo Morto* pode ser lido como um “romance de planos”, isto é, existem planos de construção que se revelam tanto na disposição das personagens quanto nas relações estabelecidas entre elas. A primeira parte, “O Mestre José Amaro”, coloca os problemas atuais com os quais se debatem as personagens “apresentadas segundo a sua convergência para um ponto fixo – a casa do Mestre José Amaro”¹⁰⁵. Na segunda parte, “O Engenho de Seu Lula”, há uma fuga para o passado, estabelecendo a profundidade temporal. O retorno ao presente ocorre na terceira parte, “O Capitão Vitorino”, que também retoma os temas da primeira parte num ritmo intenso de drama.

Como observa Franklin Thompson, a estrada do Santa Fé onde mora mestre Amaro pode ser tomada como o eixo a partir do qual a narrativa é construída,

há uma estrada – tronco que atravessa *Fogo Morto* como um fio condutor, ligando as três partes do livro num todo harmonioso. Ao longo dessa estrada passam todos os personagens dessa história¹⁰⁶.

¹⁰⁴CÂNDIDO, A. A Compreensão da Realidade. **O Observador Literário**. SP: Conselho Estadual de Educação, 1959.p.53. Cândido considera ainda que nos primeiros romances de José Lins há um escritor preocupado em sondar a própria infância, tecendo os fios da memória num quadro coerente, “mas à medida que avançou de um livro para outro, o memorialista algo perdido na poesia evocativa deu lugar ao romancista, adstrito às leis da ficção, compreendendo e analisando cada vez mais a realidade que antes englobava numa apreensão indiscriminada, exuberante, mas primária”. Idem. ibidem.p.154. Ver também: COUTINHO, Eduardo F. A Relação Arte/ Realidade em *Fogo Morto*. COUTINHO, Afrânio (dir) **José Lins do Rego**. Coleção Fortuna Crítica. RJ: Civilização Brasileira; João Pessoa: FUNESC, 1991.

¹⁰⁵CÂNDIDO, A. A Compreensão da Realidade. **O Observador Literário**. SP: Conselho Estadual de Educação, 1959.p.52.

¹⁰⁶THOMPSON, F. M. José Lins do Rego. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 21/22. set. 1957.

A complexidade do romance seria dada justamente pela qualidade humana das personagens criadas, “*Fogo Morto* é por excelência o romance dos grandes personagens”, os problemas se fundem nas pessoas, ganhando sentido enquanto elementos do drama vivido por elas¹⁰⁷.

3.7.1. Mestre Amaro e o Acesso à Terra

Como observado anteriormente, a primeira parte de *Fogo Morto* (1943) narra a vida de José Amaro, mestre seleiro, morador do engenho Santa Fé, ameaçado de ser expulso pelo senhor da casa onde mora que é, também, fonte de seu sustento (a casa é também sua oficina de selas). Sua trajetória explicita os conflitos que permeiam o acesso à terra na zona açucareira nordestina, particularmente, aqueles expressos no *sistema de morada*.

Mestre Zé Amaro, como é nomeado ao longo do romance, vive nas terras do Santa Fé desde menino, para onde se mudou com o pai nos tempos do primeiro senhor do engenho, capitão Tomás:

vivo nesta casa como se fosse dono [...] Aqui moro para mais de trinta anos. Vim para aqui com o meu pai que chegou corrido de Goiana. Coisa de um crime que ele nunca me contou [...] Foi coisa de morte, estive no júri. Era mestre de verdade. Só queria que o senhor visse como aquele homem trabalhava na sola. Uma peça dele foi dada pelo barão de Goiana ao imperador. Foi pra trás. Veio cair nesta desgraça. É a vida, seu Laurentino. O mestre José Amaro não é homem para se queixar. Estou somente contando. Agüento no duro¹⁰⁸.

O mestre, mesmo vivendo na condição de morador, não pagava o foro, nem dava dias de serviço ao coronel Lula. Trabalhador manual pobre que se

¹⁰⁷ CÂNDIDO, A. A Compreensão da Realidade. **O Observador Literário**. SP: Conselho Estadual de Educação, 1959. Segundo o crítico, “o sr. José Lins do Rego tem a vocação das situações anormais e dos personagens em desorganização. Os seres são sempre indivíduos colocados numa linha perigosa, em equilíbrio instável entre o que foram e o que não serão mais, angustiados por essa condição de desequilíbrio que cria tensões dramáticas, ambientes densamente carregados de tragédia, atmosferas opressivas, em que o irremediável anda solto. Os seus heróis são de decadência e de transição, tipos desorganizados pelo choque entre um passado e um presente divorciado do futuro”. Idem. op. cit. p.61.

¹⁰⁸ REGO, José Lins. **Fogo Morto**. SP: Kilck Editora, 1997.p.14.

orgulha de ser **branco e livre**, um mestre de ofício que trabalha para quem deseja, que não é cabra de bagaceira de nenhum senhor. Nesse sentido, o mestre em inúmeros diálogos ao longo do romance afirma sua liberdade e autonomia, talvez o mais emblemático deles seja aquele que abre o romance, numa conversa de beira de estrada com o pintor Laurentino:

- Vai trabalhar para o velho José Paulino? É bom homem, mas eu lhe digo: estas mãos que o senhor vê nunca cortaram sola para ele. Tem a sua riqueza, e fique com ela. **Não sou criado de ninguém. Gritou comigo, não vai.**

- Grita, mas é bom homem, mestre Zé.

- Eu sei. **A bondade dele não me enche a barriga.** Trabalho para homem que me respeite. Não sou um traste qualquer. Conheço esses senhores de engenho da Ribeira como a palma da minha mão [...]¹⁰⁹

O **grito** simboliza a não aceitação do mestre das relações de tutela e de favor caras ao universo dos engenhos. “Não sou criado de ninguém, gritou comigo não vai”, trata-se da recusa à submissão ao grito, o que, simbolicamente, o faz – ao menos em seu discurso – um homem livre, afinal o grito é usado para tratar os escravos: “comigo ninguém grita. **Sou tão branco quanto você**, seu coronel. Sou homem para tudo”¹¹⁰.

Ao longo do romance, um ponto importante de distinção entre ser livre ou não está no voto. São comuns os diálogos que identificam o mestre como um homem livre porque tem seu voto livre, isto é, não se submete aos coronéis os quais no contexto da Primeira República (1889-1930) buscavam eleitores que

¹⁰⁹Idem. **Fogo Morto**. SP: Kilck Editora, 1997.p.12. grifo nosso.

¹¹⁰Idem. ibidem.p.195. grifo nosso.

exercessem o chamado voto de cabresto¹¹¹.

Os coronéis eram recrutados entre os fazendeiros da região, cuja nomeação deveria “recair sobre pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza, à medida que se acentua o teor de classe da sociedade”¹¹², o coronel é líder político e líder econômico, sem que um fato exclua o outro. Contudo seu poder político não representa a simples extensão de seu patrimônio pessoal, ou seja, não se trata do mero prolongamento do poder privado na ordem pública, na realidade, o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque seu poder é socialmente reconhecido enquanto tal.

Capitão Vitorino Carneiro da Cunha torna-se uma personagem bastante emblemática neste cenário. Primo de José Paulino, o Capitão luta para ver “Quincas Napoleão [prefeito do Pilar] na cadeia e José Paulino pagando imposto”¹¹³. É aquele que acredita na política enquanto prática eleitoral, exercício

¹¹¹O sistema oligárquico foi a base política da Primeira República já que a Constituição de 1891 mesmo derrotando os ideais centralizadores, não trouxe a estabilização política esperada, pois persistiram as disputas entre os estados e, dentro deles, a luta entre as facções das oligarquias estaduais. Visando atenuar o impacto desses conflitos no plano federal, foi implementada a política dos governadores que, na prática, caracterizou-se pelo apoio da União à facção mais poderosa em cada estado, ou seja, o governo federal garantia a ampla autonomia aos grupos oligárquicos dominantes de cada estado, e em troca as bancadas estaduais lhe concediam apoio político no Congresso. O resultado desse pacto foi o enfraquecimento das oposições, a imensa probabilidade de fraude eleitoral e a exclusão da maior parte da população de qualquer participação política. Nesse contexto, a ação dos coronéis, grandes proprietários de terras cujo título derivava de sua participação na Guarda Nacional, visava controlar o eleitorado regional através da propaganda dos candidatos oficiais, da fiscalização do voto não secreto e da apuração. Desse modo, a República Velha concretizou a autonomia estadual, concedendo plena expressão aos interesses de cada região. Para Boris Fausto, o coronelismo representou uma variante de uma relação sociopolítica mais geral, qual seja, o clientelismo. Relação que resultava da desigualdade social, “da impossibilidade de os cidadãos efetivarem seus direitos, da precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do Estado”. FAUSTO, B. **História do Brasil**. SP: EDUSP, 2000. p.263.

¹¹² FAORO, R. **Os Donos do Poder**. Porto Alegre: Editora Globo, 1978.p.622

¹¹³ REGO, José Lins. **Fogo Morto**. SP: Kilck Editora, 1997.p.102.

do direito ao voto livre, capaz de tirar os ricos do poder e de promover a justiça, “ele e todo o seu eleitorado iriam às urnas para salvar a Paraíba dos oligarcas”¹¹⁴.

As disputas de poder colocadas pelo jogo eleitoral também se fazem presentes em todas as outras mediações de direitos na zona açucareira, como evidencia a intensificação dos conflitos em torno da expulsão do mestre Zé Amaro, impasse que apenas se resolve com a intervenção do cangaceiro Antônio Silvino e seu bando em favor do mestre.

O mestre começa a ser o centro de boatos espalhados por Floripes, afilhado do coronel Lula e morador agregado da casa-grande do Santa Fé. Segundo o rapaz, José Amaro se transformaria em lobisomem durante as noites, vagando pelo Santa Fé e pelos engenhos vizinhos. O boato logo se espalha, ficando cada vez mais difícil desmentir Floripes porque, de fato, o mestre tinha o hábito de caminhar pelas noites escuras quando algo o atormentava.

Floripes começa a sugerir ao padrinho que expulse José Amaro de suas terras, uma vez que o mestre poderia ter ligações com forças mágicas o que era bastante temido pelo coronel muito ligado à fé católica. Assim, a notícia de que o coronel desejaria retomar a terra ocupada pelo mestre também se espalha e torna-se cada vez mais difícil a situação do mestre e de sua família.

A visita de Seu Manuel, morador do Engenho Velho, à dona Sinhá, esposa de José Amaro, ilustra a situação, instável, da família:

-[...] E o mestre, dona Sinhá, como vai? Soube na bodega do Salu que o coronel Lula ia pedir a casa do mestre. Foi o negro Floripes que apareceu com essa história.

¹¹⁴ Idem. ibidem. p.202. Para Álvaro Lins, “pelo seu quixotismo [do Capitão Vitorino Carneiro da Cunha] exprime-se a revolta, o inconformismo, a esperança de um povo; e também o protesto do escritor, a certeza de sua identificação com sua gente”. LINS, A. Sucessos e Insucessos do Menino de Engenho. In: **Os Mortos de Sobrecasaca**. RJ: Civilização Brasileira, 1963. p.133. O crítico considera ainda que Vitorino “representa um ideal de justiça naquela pequena sociedade dominada pela injustiça; e o seu cômico decorre do caráter absoluto que ele imprimiu do seu sentimento de justiça. Vitorino está colocado contra o senhor de engenho arrogante e a favor do senhor de engenho desgraçado, contra os cangaceiros e contra os soldados de polícia, contra todos os excessos”. LINS, A. op. cit. p.135.

-Não sei de nada não, seu Manuel. Zeca não teve conhecimento desse negócio. Só pode ser invenção de Floripes. Aqui nós estamos há quanto tempo, e nunca apareceu notícia de queixa de Zeca como o senhor de engenho.

-É capaz de ser novidade deste negro. Ele também anda falando do mestre, botando para cima dele este negócio de lobisomem.

[...]

Quando o velho homem desapareceu a velha Sinhá compreendeu a passagem do cabriolé. Lembrou-se do recado que viera da casa-grande para o seu marido. O coronel Lula mandara chamar Zeca para conversar. Não havia dúvidas, era o negócio de Floripes. **Aquela era a sua casa, aquelas as suas flores, tudo aquilo ela tinha como coisa de sua existência. Veio-lhe um amor desesperado por tudo.** Mirou demoradamente a cerca que fizera com as baionetas, o chiqueiro dos porcos, as roseiras que plantara. Tudo viera de suas mãos¹¹⁵.

O mestre é intimado a comparecer à casa-grande do Santa Fé para uma audiência com o senhor de engenho. Num primeiro momento, José Amaro manda dizer ao senhor que não comparecerá, depois repensa:

- Muito boa tarde, coronel Lula.

O velho baixou os olhos vidrados para cima dele, procurando reconhecê-lo.

- Hein, é o senhor José Amaro, hein?

- Sim, sinhô, coronel, sou eu mesmo.

Sem saber o que fazer ficou o mestre, um instante, parado, com o velho a olhar para ele fixamente. Depois, a voz do homem explodiu como uma fúria:

- Hein? Não disse que não vinha aqui, hein, seu José Amaro?

- Não disse tal, coronel.

- Ó Floripes, ó Floripes - gritou o velho.

[...]

O mestre sentiu o sangue ferver-lhe nas veias. Estava estarrecido, com uma vontade desesperada de falar.

- Ó Floripes!

- O coronel esta mal-informado. Eu não disse a ninguém que não vinha aqui.

Apareceu Floripes, e quando viu o mestre recuou. Os olhos amarelos do seleiro gravaram-se nele, como duas verrumas.

- Não foi, Floripes, o sr. José Amaro não lhe disse, hein, que não vinha ao meu chamado?

O negro não falou.

- Não lhe disse, hein?

- Disse, meu padrinho!

- É mentira desse negro safado. Floripes correu para dentro de casa gritando:

- Ele me mata, meu padrinho.

O velho Lula olhou para o mestre José Amaro. A cara gorda, enorme, do seleiro estava ali a dois passos dele.

¹¹⁵REGO, José Lins. **Fogo Morto**. SP: Kilck Editora, 1997.p.91.

- Quem é que manda neste engenho, hein, mestre José Amaro? De quem é esta terra, hein, mestre José Amaro?

- O senhor sabe melhor do que eu, coronel,
[...]

- Hein, mestre José Amaro, eu mandei chamá-lo para saber de coisas que o senhor anda dizendo, hein?

Coronel, eu não sei de nada. Vivo na minha casa, do meu trabalho. Quem manda nesta terra, hein, mestre José Amaro?

- Quem manda é o senhor do engenho.

- Mando eu, hein, mestre José Amaro?

[...]

- Coronel, eu não sou homem de leva-e-traz. Moro neste seu engenho desde o tempo do capitão Tomás e nunca dei desgosto.

- Ó Fioripes.

- Meu padrinho, ele me mata.

- Hein, mestre José Amaro, quem manda neste engenho?

- Coronel, eu já disse.

Uma raiva de tudo foi se apoderando do seleiro. Já não podia agüentar mais aquelas perguntas bobas.

- Coronel, afinal o que é que o senhor manda?

- Hein, Amélia, veja o que ele está dizendo.

D. Olívia botou a cabeça na porta, olhou para todos e sumiu-se. - Hein, Amélia, eu não posso falar no meu engenho. Pois eu mando, mestre José Amaro. Pois eu mando.

- Coronel, o senhor não deve ir atrás das intrigas daquele negro. Eu sou homem de respeito.

- Hein, mestre José Amaro, o seu pai matou em Goiana, não é verdade, hein, mestre José Amaro? Eu não quero assassino no meu engenho. Não é, Amélia? Pode procurar outro engenho, mestre José Amaro. Hein, mestre José Amaro, ouviu? Procure outro engenho.

Aquilo foi como uma bofetada na cara. O mestre deu dois passos para trás, estava com os olhos esbugalhados, com um nó na garganta.

[...]

- Não sou cachorro, coronel Lula. Não sou cachorro.

E fez menção de subir os batentes. O velho gritou lá de cima: - Hein, não ponha os pés nesta casa.

[...]

- Já lhe disse, mestre José Amaro, procure outro engenho. Quem manda, aqui, hein, mestre José Amaro?

O mestre baixou a cabeça.

E foi se retirando¹¹⁶.

Assim, na primeira e terceira partes do romance, uma das questões centrais está na discussão sobre quem possui ou não direitos numa região dominada por senhores de engenho os quais, freqüentemente, transformam também as vilas em “bagaceiras de engenho”.

¹¹⁶ REGO, José Lins. **Fogo Morto**. SP: Kilck Editora, 1997.p.109

Para Fernando Azevedo, o fato de grande parcela da população viver da terra criou, desde cedo, uma estreita correlação entre a condição de proprietário de terra e o gozo dos direitos de cidadão, de modo que “os proprietários conservaram sempre um direito de fato, e a divisão de classe continuou a ser fundada na fortuna e, especialmente, na propriedade da terra”¹¹⁷, o que revela a força do personalismo, de certo *culto à personalidade* que indica o fato do mando e da obediência andarem juntos como resultado de um quadro de relações eminentemente pessoais que exigem formas externas de ordenação e de disciplina.

O governo é identificado como o principal perseguidor dos *pobres* e o culpado por essa ausência de direitos, entretanto, não há uma clara definição do que seria o governo, em geral as referências são à prefeitura, o que pode ser explicado pelo já citado arranjo de forças que durante a Primeira República fortaleceu o poder local no sistema maior de dominação expresso na também já citada política dos governadores.

Em *Fogo Morto*, esse traço pode ser melhor apreendido a partir da análise da personagem do tenente Maurício, o militar encarregado de capturar o bando de Antônio Silvino¹¹⁸.

Assim, a despeito das referências ao sistema jurídico (embora, em consonância com ele), podemos considerar também que a condição de pobre é bem marcada socialmente, sendo a distinção entre rico e pobre presente em

¹¹⁷ AZEVEDO, F. **Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil**. SP: Melhoramentos, 1976. p.50.

¹¹⁸ No pensamento do mestre José Amaro, o tenente “por onda passava. Era como um pé-de-vento, assombrando os homens [...] Era assim aquele governo, era assim com tudo o que tocava aos pequenos. Aquele Lula de Holanda, sem que nem mais, mandava que ele fosse de uma casa que o pai levantara. Anos e anos perdidos. E Manuel de Úrsula vinha lhe falar em direito. Pobre não tinha direito. Quem sabia dar direito aos pobres era o capitão [Antônio Silvino], era Jesuíno Brilhante, era o cangaço que vingava, que arrasava um safado como Quincas Napoleão”. REGO, José Lins. **Fogo Morto**. SP: Kilck Editora, 1997.p.184. Antônio Silvino, figura verídica do cangaço, atuou com seu bando no sertão da Paraíba e de Pernambuco entre 1896 e 1914. Tinha fama de se importar muito com a justiça social (LEVIGNE,1980).

vários momentos do convívio diário como, por exemplo, no fato do rico não dirigir a palavra ao pobre (ou fazê-lo apenas no período de eleições); não comer da mesma comida, etc. Não se trata apenas da maior ou da menor possibilidade de acesso aos mesmos bens materiais, mas da percepção de que há diferentes modos de vida em jogo, os quais se manifestam nos confrontos impostos pelo dia-a-dia, na percepção de que diferentes práticas se materializam em diferentes posições e práticas sociais inscritas na hierarquia criada entre a casa-grande e a senzala, fundadas, portanto, pelo patriarcalismo escravocrata.

Patriarcalismo e hierarquização social que podem ser notadas na ausência de debates sobre o latifúndio enquanto a expulsão do Mestre é narrada. Embora seja vista como injusta, o direito do coronel em expulsar o morador de seu engenho é considerado legítimo, afinal ele é o dono da terra e a ele pertence o arbítrio como reconhece mestre José Amaro em diálogo com o cego Torquato:

- [...] Mas me falaram de briga do senhor com o senhor do engenho.
- Me botou para fora.
- Mas por quê, mestre?
- **Ora por quê, seu Torquato; porque é dono, e manda do jeito que quer**¹¹⁹.

No interior dessa mesma lógica, a expulsão do mestre é narrada como consequência das fofocas e mentiras contadas por Floripes. Durante a narrativa, os constrangimentos criados pelo ex-escravo do coronel Lula estão no centro das preocupações daqueles que se solidarizam com a situação de José Amaro.

Na luta para que o mestre permaneça na terra juntam-se a ele José Passarinho, o cego Torquato e o capitão Vitorino, contudo, como na várzea a lei era a do mais forte, o recurso à proteção de Antônio Silvino aparece como a

¹¹⁹REGO, José Lins. **Fogo Morto**. SP: Kilck Editora, 1997.p.195. grifo nosso. Torquato continua o diálogo lamentando: "é o diabo mestre. Leva um homem a vida inteira numa propriedade, cria raiz na terra, e chega uma ordem para botar para fora, como se corta um pé de pau. Isto não é direito. É por isso que eu digo todo dia: homem para endireitar esse mundo só mesmo um capitão Antônio Silvino".

grande esperança de “fazer medo aos grandes”, o herói que perdera muito da grandiosidade aos olhos do menino Carlinhos em *Menino de Engenho* (1932)¹²⁰, reaparece em *Fogo Morto* (1943) como a única figura capaz de se impor diante dos senhores.

Antônio Silvino é visto pelos *pobres* dos engenhos e do Pilar como um homem poderoso a quem Deus ilumina para protegê-los, trata-se de um “homem que pode mais que o senhor de engenho”¹²¹:

o capitão aparecera na varanda do sobrado, com o peito cheio de medalhas. Parecia um príncipe. O povo gostava do homem. Soltava os presos, dava de comer aos infelizes¹²².

Antônio Silvino chega ao Santa Fé para cobrar de seu Lula que continue não incomodando José Amaro.

- Hein, Amélia, quem é que está aí?
- Não é o tenente Maurício não, coronel, pode ficar sem susto, Mande acender as luzes da casa, coronel.

Seu Lula abriu a porta da frente, e d. Amélia acendeu o candeeiro da sala de visitas. Entrou na sala o capitão Antônio Silvino, de peito coberto de medalhas, de anéis nos dedos, de rifle pequeno na mão, e o punhal atravessado na cintura. Os cabras ficaram na porta.

- Meninos, vigiem isto por aí.

O capitão olhou para a sala bonita, para os quadros da parede, para o piano estendido como morto.

- O coronel tem uma casa de primeira.

O velho acordara para sentir o perigo. O negro Floripes chorava.

- Manda este negro parar com isto, senão vai se calar de uma vez.

- Capitão, eu peço ao senhor para não matar o negro - falou d. Amélia.

- Minha senhora, eu não ando acabando com o mundo não. Não sou o tenente Maurício.

- Eu sei, capitão.

¹²⁰ Carlinhos narra a euforia causada pela visita, de cortesia, do cangaceiro Antônio Silvino ao engenho de seu avô. A brincadeira preferida dos meninos era se fingirem de bando de cangaceiros. Quando Antônio Silvino chegou “ficávamos nós, meninos, numa admiração de olhos compridos para o nosso herói, para o seu punhal enorme, os seus dedos cheios de anéis de ouro e a medalha com pedras brilhantes que trazia no peito”, contudo o menino confessa que após a visita, o cangaceiro perdera um pouco do prestígio, sua fala bamba, a postura nada arrogante e impetuosa desmanchara nele a figura do herói. REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. 84 ed.RJ: José Olympio, 2002. p.59.

¹²¹ REGO, José Lins. **Fogo Morto**. SP: Kilck Editora, 1997.p.235.

¹²² Idem. ibidem.p.184.

- Como foi, Amélia, hein, o que quer ele?
- Tenho nome, coronel, tenho nome. Estou aqui para fazer boa paz.

[...]

Alguns dos cangaceiros estavam aboletados nas cadeiras da sala. E o capitão falou:

- Coronel, como eu disse, estou em boa paz. Não ando matando e esfolando como os mata-cachorros. Agora quero também que me ajude. Eu mandei uma carta ao senhor para lhe pedir proteção para um morador seu. Vejo que o senhor deixou o homem onde estava! Nele não se bole. Homem que merece a minha proteção eu protejo mesmo. Protejo na ponta do punhal, na boca do rifle. Isto, felizmente, o coronel sabe.

[...]

- Coronel, eu sei que o senhor tem muito dinheiro.
- Como?
- Não é preciso esconder leite, coronel. O dinheiro é seu. Mas para que esconder?

- Capitão, aqui nesta casa não há riqueza.
- Minha senhora, eu sei que tem. Soube até que muita moeda de ouro. Eu vim buscar um pedaço para mim. É verdade, tenho aí estes meninos que preciso contentar.

- Capitão, não há ouro nenhum.

- O velho sabe onde tem a botija.

[...]

Seu Lula, abatido, olhava para o capitão como se quisesse dizer alguma coisa e não atinasse:

- Capitão, nada tenho.

- Eu sei que tem. Ouro há nesta casa. Eu até quero sair daqui amigo de todos.

- Capitão, eu lhe peço pela Virgem Nossa Senhora. Não temos ouro enterrado.

[...]

- Meninos o povo desta casa está mesmo escondendo leite. Aqui a coisa tem que sair a força. . Godói, pega ao velho.

[...]

Levaram seu Lula que começou a tremer, os olhos vidrados. O cangaceiro soltou-o, e o corpo do coronel estendeu-se no chão batendo com uma fúria desesperada.

[...]

Estenderam no meio da sala o piano de cauda que o capitão Tomás trouxera do Recife. Parecia um grande animal morto, com os pés para o ar. Um cangaceiro de rifle quebrou a madeira seca, como se arrebesse um esqueleto.

Tiraram os quadros das paredes.

O Santa Fé recebe a visita de todos os outros senhores de engenho da várzea quando a notícia do ataque se espalha. Esse momento marca o início da decadência completa do engenho de seu Lula, processo que será analisado a seguir.

3.7.2. A Decadência do Santa Fé

A história do engenho Santa Fé é contada desde sua fundação pelo capitão Tomás Cabral de Melo. Engenho vizinho ao Santa Rosa de José Paulino, viveu com seu fundador os tempos de maior prosperidade. O capitão é descrito como um homem forte na política, figura importante no Partido Liberal, e que se sentia realizado, afinal

o que mais podia desejar um homem de suas posses? Família criada, engenho moente e corrente, gado de primeira ordem, partidos de cana, roçado de algodão, respeitado pelos adversários. Criara um engenho. Disto se orgulhava [...] Tudo saíra de suas mãos, era obra exclusiva dele¹²³.

Sua única frustração era não conseguir casar a filha mais velha, Amélia, “que tocava piano como uma moça da praça, que lia livros bonitos, que lhe custara tanto dinheiro nos estudos, mas não se casava”¹²⁴. Para o capitão, sua filha não fora educada para se casar com os homens da região, mas sim com um homem de bons modos.

E assim a família do capitão recebe a visita do parente de Pernambuco Luís César de Holanda Chacon, filho de Antônio Chacon, morto durante a Revolução Praieira de 1848, o que conferia ao jovem bastante prestígio. O rapaz era cerimonioso, de boa aparência e trato fino, d. Amélia engraçou-se pelo primo e meses depois casou-se com ele. O casal passou a viver também na casa-grande

¹²³ REGO, José Lins. **Fogo Morto**. SP: Kilck Editora, 1997.p.125.

¹²⁴ Idem. ibidem.p.126.

do Santa Fé, da qual o genro deveria se tornar o próximo senhor. Entretanto, capitão Tomás não entendia muito o gênio do genro,

o rapaz, pensou, não criava gosto pelo trabalho. Sentia-se velho e tinha medo de deixar o Santa Fé sem um pulso como o seu para governá-lo. Era um engenho pequeno, que pedia um homem de seu calibre, homem que soubesse mandar, de tino, de força. O genro não lhe inspirava confiança¹²⁵. Lula parecia querer “viver de sala, naquela lordeza, falando de política”¹²⁶,

sua única decisão havia sido a de trazer seu cabriolé do Recife, os escravos e o partido de cana que recebera do sogro estavam entregues ao mato.

Mesmo preocupado com o futuro de seu engenho, capitão Tomás entregava-se à vaidade de “mostrar aos senhores de engenho da Ribeira que não era o camumbembe que eles pensavam. Tinha filha que tocava piano e genro que possuía cabriolé”¹²⁷.

Orgulho e honra de senhor de engenho, questões sérias, como demonstra o narrador de *Fogo Morto* ao narrar a fuga de um escravo do Santa Fé. Capitão Tomás e seu Lula partem para o sertão em busca do escravo fugido, entretanto, o sertão é uma terra livre, cujo “**povo** não ia muito com a **gente** da Várzea”, um povo que possui “marcos na terra”, o que dificultou muito a busca ao escravo já que lá o **grito** dos senhores não adiantava, como lembra um dos sertanejos a seu Lula:

eu sei que os senhores são homens de trato, de engenho, de muita lordeza. Tudo isso eu sei. Mas grito aqui não adianta não, rapaz. Eu se fosse o capitão, ia me aboletar ali debaixo daquele pé de juá, e esperar a madrugada. Se quiser uns pratos de coalhada eu tenho para dar, só não tenho negro fugido, nem cavalo roubado¹²⁸.

Seu Lula sentiu-se humilhado, ainda mais quando se lembrava da valente luta e morte de seu pai durante a Praieira. A partir de então, capitão Tomás

¹²⁵REGO, José Lins. **Fogo Morto**. SP Kilck Editora, 1997..p.131.

¹²⁶ Idem. ibidem.p.133.

¹²⁷ Idem. ibidem.p.132.

¹²⁸ Idem. ibidem.p.137.

também se considerava um homem sem honra, questionava “como poderia dormir um senhor de engenho que não tinha coragem de arrancar um negro de sua senzala das mãos de um ladrão de cavalo?”¹²⁹.

Capitão Tomás fica gravemente doente e d. Mariquinha, sua esposa, passa a comandar o Santa Fé que não era aquele “da saúde do Capitão Tomás mas ia andando com a energia de mulher de expediente de homem”¹³⁰. Com a morte do marido, d. Mariquinha continuava administrando o engenho. Seu Lula limitava-se a castigar os escravos da senzala com uma crueldade nunca vista no Santa Fé, o que desesperava a sogra que não queria ver seu engenho com a mesma fama de crueldade e violência que possuíam outros engenhos da região.

É interessante notar na narrativa a distinção entre os senhores justos (porque defendem sua propriedade - os escravos - dentro daquilo que lhes é de direito, isto é, o uso da violência em casos específicos como a perseguição em fuga ou para o impedimento desta), tais senhores são queridos pelos escravos, como se ambos formassem uma só família. Contudo, há também os senhores cuja violência é arbitrária porque desnecessária, empreendida apenas para satisfazer algum sadismo dos senhores ou de suas famílias. Logo, a escravidão enquanto regime de trabalho e de existência ao qual estão submetidos os negros não é tratada, em si mesma, como um contra-senso. É vista, antes, como elemento harmonioso que dá vida e forma aos engenhos, sendo, na realidade, parte integrante de seu universo e um importante elemento de sociabilidade.

Tal retrato encontra paralelos na análise de Gilberto Freyre que mesmo reconhecendo “a capacidade imensa desse sistema - a escravidão - para rebaixar

¹²⁹ REGO, José Lins. **Fogo Morto**. SP Kilck Editora, 1997..p.138.

¹³⁰ Idem. ibidem.p.140.

senhores e escravos"¹³¹, não considera, a exemplo da narrativa de *Fogo Morto*, a escravidão como um sistema de exploração. Para o sociólogo, a relação entre

¹³¹ FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. RJ: Record, 2002. p.371.

senhores e escravos desencadeada no interior do sistema de casa-grande e senzala possuía grande docilidade.

Privilegiando o patriarcalismo como foco de análise, o autor encobre o caráter mercantil e violento das relações de produção sob o cativo, o que possibilita a argumentação de que os antagonismos sociais nunca teriam sido absolutos na sociedade brasileira, logo, os conflitos não se configurariam enquanto tais porque no Brasil os antagonismos estariam em equilíbrio, sendo a permanência dos elementos culturais (e a assimilação) o que atenua as tensões sociais. Na realidade, a cultura é considerada o único elemento de diferenciação social na sociedade brasileira porque é a esfera explicativa (e autônoma) da formação nacional.

Após a Abolição, os engenhos Santa Fé e Santa Rosa, mesmo vizinhos, vivem situações muito diversas. No engenho de José Paulino os negros permaneceram na senzala, “eram amigos do senhor de engenho”¹³², enquanto os do Santa Fé foram trabalhar em outros engenhos, fugindo da violência do agora capitão Lula, “em todos os engenhos haviam ficado escravos que não quiseram abandonar os senhores, que amavam os senhores como se fossem criaturas da casa-grande”¹³³.

Argumento semelhante é utilizado por Roberto DaMatta, em sua “Apresentação” à 14ª edição de *Sobrados e Mucambos*, nela o antropólogo considera o patriarcalismo escravocrata uma hierarquização social na qual as diferenças, ao invés de correrem em paralelo, fariam parte de uma “geometria social de inclusão”, isto é,

os senhores de engenho englobavam mas eram também englobados por seus escravos, com os quais mantinham laços de interdependência. Nesse

¹³²REGO, José Lins. **Fogo Morto**. SP Kilck Editora, 1997.p.150.

¹³³Idem. ibidem.p.154.

sistema, o senhor dependia tanto do escravo (que era seu braço, suas mãos e pernas e, posteriormente, suas máquinas e animais de carga) quanto o escravo dependia do senhor¹³⁴.

Portanto, um sistema fundado pelo patriarcalismo e dinamizado pela desigualdade, que, contudo, não impossibilitaria a existência da modernidade, antes, criaria uma modernidade brasileira, síntese entre a casa-grande e a senzala, e não apenas diferenciação ou antítese entre ambas.

Desse modo, a exemplo dos argumentos anteriores, a hierarquia articularia as diferenças e seria a base para a conciliação dos conflitos e dos antagonismos em equilíbrio. Entretanto, há de se lembrar que os limites de tais articulações e conciliações estão dados pela hierarquia cujo topo é ocupado pelos senhores os quais mesmo dependentes do trabalho dos escravos possuem maior poder de coerção sobre estes, até porque os escravos não escolhem se desejam ou não trabalhar.

Toda hierarquia pressupõe um jogo desigual de forças que visa sustentar e viabilizar formas específicas de dominação, no caso, a dominação patriarcal que é exercida apenas por quem tem nome, sobrenome, cor e gênero específicos, buscando colocar cada coisa ou cada pessoa em seu devido lugar.

Trata-se de relações permeadas por um sistema de dons e contra-dons, no qual o beneficiário se coloca na posição de devedor permanente. Atrelando patrimônio e poder, o favor é, para Roberto Schwarz, nossa mediação quase universal, sendo capaz de unir duas extremidades distintas na hierarquia social brasileira durante o período da escravidão (e no imediatamente seguinte a ele). Portanto, une os que possuem (terras, bens, poder, influência) e, portanto podem

¹³⁴ DAMATTA, R. O Brasil como Morada. In: FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos**. SP: Global, 2003. p.19.

conceder favores àqueles que não podem prescindir dos favores dos “grandes” para morar, trabalhar, estudar, etc.. Importante notar que o favor

assegura às duas partes, em especial a mais fraca, que nenhuma delas é escrava. Mesmo o mais miserável dos favorecidos via reconhecido nele, no favor, a sua livre pessoa, o que transformava prestação e contraprestação, por modestas que fossem, numa cerimônia de superioridade social, valiosa em si mesma¹³⁵.

Nesse sentido, o **favor** aparece como um dos centros da vida social brasileira, traço que sustenta e agudiza o que pode ser apresentado como uma das contradições básicas dessa sociedade, qual seja, a relação da pessoa (particularizada por elos pessoais) com o indivíduo (o cidadão, que atua no espaço público destituído do nome de família, de cor e de gênero), intensificando a confusão entre o público e o privado.

Em *Raízes do Brasil* (1936), Sérgio Buarque de Holanda argumenta que a autoridade patriarcal é dilatada pela presença dos escravos; dos agregados; dos trabalhadores foreiros e dos moradores, tornando-se uma autoridade virtualmente ilimitada. Assim, o princípio de autoridade não está em disputa, a família patriarcal fornece a idéia mais natural do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão, “as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós”¹³⁶. Assim, a família patriarcal converte-se no grande modelo segundo o qual são pautadas, na vida política, as relações entre governantes e governados. Personalismo e privatismo que numa sociedade hierarquizada escolhem e determinam quem fala, quem age, quem manda.

¹³⁵ SCHWARZ, R. As Idéias Fora do Lugar. In: **Ao Vencedor as Batatas**. SP: Duas Cidades: Ed. 34, 2000.p.20.

¹³⁶ HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. SP: Cia. das Letras, 2000. p.146.

Um dos pontos centrais na trajetória do Capitão Lula é exatamente o fato deste não exercer as funções esperadas de um senhor de engenho em relação àqueles que estão fora de seus domínios territoriais, mas que ainda assim possuem alguma relação de dependência em relação ao senhor. Ou seja, o capitão Lula não influía na vida do Pilar, não era homem forte nos assuntos da Igreja, do Partido, não interferia na política local, não ampliava o privatismo de sua dominação da casa-grande para a Praça, para o espaço público, apenas vivia recluso em seu engenho, o que, de modo algum, ampliava ou criava laços de dependência de terceiros para com ele de forma a sustentar sua dominação que antes de tudo, ocorre em moldes patriarcais.

Desse modo, o Santa Fé vai se tornando o “engenho sinistro da várzea”, com os negros morrendo de tanto apanhar e os senhores reclusos. Ano após ano, as safras do Santa Fé minguavam, o coronel Lula envelhecia e as várzeas do engenho eram cada vez mais tomadas pelo mato, contudo seu Lula

não devia, não tomava dinheiro emprestado. Todas as aparências de senhor de engenho eram mantidas com dignidade (...) A casa-grande só tinha uma negra para cozinhar. E enquanto na várzea não haviam mais engenhos de bestas, o Santa Fé continuava com as suas almajarras. **Não botava máquina a vapor**¹³⁷.

Assim, a casa-grande do Santa Fé se esconde das vistas dos outros, fossem eles ricos ou pobres. Mesmo com a pequena produção, o Santa Fé ainda continuava vivo, não havia parado de moer cana por uma safra sequear, assim como os outros engenhos da região.

D. Amélia, sem que o marido soubesse, era quem continuava fazendo o engenho produzir fosse pedindo ajuda ao Santa Rosa, usando seu dinheiro guardado para consertar as peças do engenho ou através da venda de ovos com

¹³⁷ REGO, José Lins. **Fogo Morto**. SP Kilck Editora, 1997..p.166. grifo nosso.

os quais garantiam a feira do mês para a casa-grande. Todas as ações de d. Amélia eram mantidas em segredo, afinal, o que diriam quando soubessem que era o trabalho de uma mulher o que sustentava o Santa Fé?

Aquilo era muito bonito quando não havia necessidade dentro de casa, quando a senhora do engenho trabalhava como brinquedo como aquela d. Emília do Oiteiro, que ganhou um dinheirão vendendo cocada para os cassacos da estrada de ferro. Todos achavam muito bonito o seu esforço, era muito louvada pela sua vontade. Mas, se soubessem que a senhora do Santa Fé vendia ovos para sustentar a casa-grande, fariam mangação¹³⁸.

A situação do Santa Fé torna-se cada vez mais insustentável, coronel Lula “era um caso virgem na Várzea. **Um senhor de engenho não ter força para mandar em sua terra**”¹³⁹.

Lula é constantemente lembrado como um homem da cidade, sem jeito para a vida no engenho a qual exigia uma força e uma coragem que seus hábitos refinados não comportavam. Ou seja, coronel Lula não era capaz de exercer o principal papel social reservado a um senhor de engenho: o do patriarca que transforma em “bagaceira de engenho” a vila, a Igreja, a política. E assim, sem um senhor de pulso capaz de dar a ordem e construir a hierarquia sob a qual a sociabilidade e a dominação se realizam, o Santa Fé “não bota mais, está de fogo morto”¹⁴⁰. Em *Menino de Engenho* (1932), Carlinhos diz que já conheceu o Santa Fé de fogo morto e que

nada é mais triste do que um engenho de fogo morto. Uma desolação de fim de vida, de ruína, que dá à paisagem rural uma melancolia de cemitério abandonado. Na bagaceira, crescendo, o mata-pasto de cobrir gente, o melão entrando pelas fornalhas, os moradores fugindo para outros engenhos, tudo deixado para um canto, e até os bois de carro vendidos para dar de comer aos seus donos. Ao lado da prosperidade e da riqueza do meu avô, eu vira ruir, até no prestígio de sua autoridade, aquele simpático velhinho que era o coronel Lula de Holanda, com o seu Santa Fé caindo aos pedaços¹⁴¹.

¹³⁸ REGO, José Lins. **Fogo Morto**. SP: Kilck Editora, 1997.p.173.

¹³⁹ Idem. ibidem.p.212. grifo nosso.

¹⁴⁰ Idem. ibidem.p.258.

¹⁴¹ Idem. **Menino de Engenho**. 84 ed.RJ: José Olympio, 2002.p.104.

Decadência que é um drama coletivo vivido por inúmeros senhores sucumbidos diante do desenvolvimento das usinas e reduzidos a simples plantadores de cana.

a repetição das frustrações une o seleiro ao coronel e ao Paporabo. Daí o caráter orgânico do romance. Às margens do Paraíba todos se encontram em diálogo surdo, prostados em seus problemas pessoais sem possibilidade de compreender os reais motivos de suas desgraças. Os caminhos são únicos na singularidade de cada experiência, o que os torna, em uma primeira aproximação, fragmentos desconexos e auto-suficientes. Lá estão Amaro, Sinhá e Marta; Lula, Amélia e Neném; Vitorino, Adriana e Luís e tanto¹⁴².

Ao longo do romance, o leitor nota que o romancista desloca, pela primeira vez no *Ciclo*, os diálogos para o interior da composição narrativa, o que pode ser atribuído à complexificação das personagens agora bastante individualizadas. O romance permite ao leitor observar a decadência dos engenhos nordestinos a partir de dentro, isto é, a partir dos olhos e das interpretações das personagens.

Um traço comum que liga *Fogo Morto* aos romances anteriores é que mesmo individualizadas, as personagens continuam não sendo capazes nem de articular suas trajetórias de modo orgânico, nem de interpretar a mundo à sua volta em todas as suas sutilezas e nuances. Esse papel é reservado ao narrador onisciente do romance, um dos poucos a atentar para os detalhes que conferem dramaticidade ao processo de decadência.

¹⁴²FONSECA, J. C. G. da. **Entre a Voz e o Discurso**: a Dialética da Bondade em *Fogo Morto* de José Lins do Rego. 2001. Tese (Doutorado em Teoria Literária). FFLCH – USP, São Paulo. p.13. Segundo Antônio Cândido, em *Fogo Morto* “o senhor de engenho e o mestre de ofício agonizam – o coronel apagando seu fogo, o mestre se suicidando”. CÂNDIDO, A. **O Observador Literário**. SP: Conselho Estadual de Cultura, 1959.p.65.

Algumas Considerações Finais Do Santa Rosa a Bom Jesus.

Chegamos ao final retomando aquilo que motivou o início: a recuperação, por meio dos romances do *Ciclo da Cana-de-Açúcar* e das publicações como cronista de José Lins do Rego, dos traços capazes de explicitar os contextos intelectuais e os processos sociais envolvidos na dinâmica de modernização da zona canavieira nordestina.

Se elegemos os romances como os objetos privilegiados para a compreensão, a partir do estranhamento existente entre o narrador e a realidade, das mediações sociais, políticas e artísticas colocadas de um lado pela dinâmica estética (as sugestões do Regionalismo nordestino) e, por outro, pela dinâmica social (a decadência vivida pelo Nordeste), também não devemos esquecer que os fatos narrados não resultam, diretamente, dos fatos concretos:

o sentimento de realidade na ficção pressupõe o dado real, mas não depende dele. Depende de princípios mediadores, geralmente ocultos, que estruturam a obra e graças aos quais se tornam coerentes as duas séries, a real e a fictícia¹.

Desse modo, as práticas sociais articuladas pelos mais diversos agentes são apreendidas à luz daquilo que o romancista julga ser o processo social em curso. Analisamos, assim, uma narrativa que busca pensar o Brasil a partir de uma das suas regiões, tendo na recuperação do passado e na defesa da tradição patriarcal seus eixos centrais.

¹ CÂNDIDO, Antônio. Dialética da Malandragem. In: **O Discurso e a Cidade**. SP: Duas Cidades, 1993.p.35.

No jogo entre aquilo que é lembrado e aquilo que é esquecido, José Lins opera uma recuperação do passado que busca explicar o presente, em seus dilemas e disputas, e não simplesmente negá-lo.

Desse modo, ao contrário do que se tornou lugar comum na crítica, a recuperação do passado por parte do romancista revela mais do que apenas uma memória prodigiosa, antes, permite perceber algumas escolhas, entre elas, a defesa da região Nordeste, e particularmente, de Pernambuco como o lugar da expressão mais autêntica dos costumes e das tradições brasileiras.

Como discutimos no primeiro capítulo, região e tradição operam como par indissociável na tentativa de reconstruir o processo social de decadência da oligarquia açucareira, tornando-o inteligível. A diversidade regional é acentuada como modo de melhor compreender a unidade nacional, esteticamente, esse par opera na busca pela legitimação de uma linguagem de raízes populares².

Assim, mais do que a mera recuperação de um tempo (e conseqüentemente de um padrão de sociabilidade e de um modo de organização social) condenado ao desaparecimento, teríamos a articulação entre o passado e o presente, de modo que a despeito da decadência dos engenhos, alguns dos pilares de sustentação da estrutura social da região canavieira continuem sendo insistentemente reivindicados.

²Devemos lembrar que, neste contexto, “a invenção das tradições preenche o vácuo político resultante do desgaste de vínculos sociais e hierárquicos que estiveram presentes numa ordem social anterior e que não foram substituídos e que tem por base o patricarcalismo. De certo modo, a tradição vem a ser o rito e o acessório que encobrem a substância das relações sociais”. BASTOS, Elide R. **As Criaturas de Prometeu**. Gilberto Freyre e a Formação da Sociedade Brasileira. SP: Global, 2006. p.47.

Vale lembrar, ainda, que se trata de uma tradição em que os antagonismos aparecem em equilíbrio, “garantindo” uma ordem social sem riscos de ruptura. A garantia dessa sociedade em que os conflitos se resolvem pelo reequilíbrio é o patriarcalismo. Nesse sentido, a morte do patriarca (conforme o narrado em *Bangüê*) e a passagem do engenho para uma direção mais moderna (o fio condutor da narrativa de *Usina*) rompem esse equilíbrio. No caso do último romance, falta ao “novo patrão” (o usineiro) a percepção dos mecanismos que movem a sociedade o que é um efeito do abandono das tradições e da adoção de práticas modernas (impessoais).

Dessa forma, podem ser apreendidas as nuances e as disputas (materiais e simbólicas) postas num momento no qual a modernização industrial e a estrutura de poder construída nos engenhos tentam se articular para reproduzir tanto a dominação patriarcal, quanto o poder político, econômico e social capazes de assegurar a permanência de antigos atores em cenários que, ao menos virtualmente, se pretendem novos.

Como discutimos no terceiro capítulo, a concessão do senhor e a dívida do morador são elementos intrinsecamente associados e partes integrantes do mesmo sistema de dominação. Se o principal ponto de suporte dessa relação está expressa no sistema de morada, a adoção desta prática pelas usinas revela que o engenho, enquanto sistema social, permaneceu dominante mesmo após o surgimento destas, ou seja, a decadência do engenho enquanto fábrica de açúcar não representou o desaparecimento das relações sociais que lhe davam suporte.

A dominação social e política articuladora do poder dos senhores de engenho pôde ser reinventada, adequando-se de modos diversos conforme o caso ao novo padrão de acumulação do capital inaugurado com as usinas. Contudo, tal dominação também sofreu modificações substanciais em razão, especialmente, das mudanças tanto dos padrões de residência dos trabalhadores, quanto da relação de trabalho com os grandes proprietários, transformações que não ocorrem de modo automático e previsível, mas a partir da

luta constante entre agentes que ocupam posições diferentes no espaço social, com diferentes interesses e dispondo de meios socialmente desiguais. Luta esta que é tanto material, visando à distribuição de recursos e dos capitais socialmente utilizáveis, quanto simbólica, quando visa mudar as percepções sociais do que é possível dizer, e, particularmente, de dizer o que é necessário fazer. A transformação não é dada, nem conhecida a priori³.

³GARCIA Jr., Afrânio Raul. **O Sul: Caminho do Roçado**. SP: Marco Zero, Brasília: Editora da UnB: MCT-CNPq, 1989. p.59.

Deve-se atentar para o fato da narração desses processos sociais estar reunida em um ciclo, numa tentativa de atribuir organicidade às narrativas que quando lidas isoladamente perdem parte de seu poder de explicação e de interpretação dos dramas, das disputas e dos impasses colocados pelo processo de modernização em seus múltiplos desdobramentos na região canavieira do Nordeste⁴.

Gilda de Mello e Souza constrói um argumento particularmente interessante acerca dessa questão; para ela, no Nordeste o processo de decadência dos setores tradicionais da sociedade açucareira operou com relativa morosidade, permitindo que se formasse “à margem do naufrágio uma classe de remanescentes disponíveis que, tendo perdido os privilégios vieram a público tentando recriar na arte o mundo perdido”⁵.

Este seria justamente o contrário da decadência de setores tradicionais ligados ao café no Sul do país, onde a economia foi dinamizada com a ascensão de outros grupos (especialmente, de imigrantes). No Sul “presenciava-se, sem fôlego, uma substituição simétrica de estilos de vida e não o lento desaparecimento de um mundo cuja agonia se pudesse acompanhar com lucidez”⁶.

O Ciclo da Cana-de-Açúcar é composto por romances que podem ser lidos como narrativas sobre as formas de autoridade no interior do universo dos

⁴A organização dos romances em ciclo pode ser uma das chaves de entrada para a discussão sobre a noção de região e o projeto estético e político decorrente dela. Pode –se, ainda, investigar a relação entre essa forma de encadeamento da narrativa e o contexto social no qual a narrativa está inscrita.

É interessante notar que também a obra principal de Gilberto Freyre, “Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil”, formada por *Casa – Grande & Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936) e *Ordem e Progresso* (1959), constitui-se como um ciclo: colônia, império, república. No entanto, os tempos também se embaralham. O curioso é que o livro *Nordeste* (1937) faz parte do debate, sem pertencer temporalmente ao ciclo, na realidade, pertence à temática: regionalismo/trópico e representa justamente a superposição espacial ao tempo.

É curioso, ainda, que essa visão de superposição dos tempos corresponda à uma certa visão sobre a decadência: muitos dos elementos do passado são repostos e reinterpretados no presente. Portanto, não existem, nesse caso, rupturas intransponíveis.

⁵SOUZA, Gilda de Mello. Teatro ao Sul. In: **Exercícios de Leitura** (O Baile das Quatro Artes). SP: Duas Cidades, 1980.p.120.

⁶Idem. ibidem. p.110.

engenhos, revelando vários olhares sobre aquele universo: ora o grande senhor; ora as mulheres; ora os mestres de ofícios; ora os escravos; ora os meninos (e seu par oposto, os moleques).

Olhares que vão se modificando em paralelo às transformações sociais narradas e que permitem compreender os processos mais amplos de transição dos engenhos para as usinas (ou a transformação dos primeiros em engenhos de fogo morto); da progressiva conversão das casas-grandes em sobrados (e dos meninos de engenho em bacharéis) e das múltiplas faces assumidas pelo trabalho livre após a Abolição. Nota-se, ainda, que a narração dessas transformações é acompanhada, de perto, pela progressiva complexificação do herói - narrador Carlos de Melo.

Explorando o argumento de que houve, no Nordeste, tempo e lucidez para acompanhar o processo de decadência, podemos considerar que nos romances do *Ciclo da Cana-de-Açúcar* essa lucidez opera em dois sentidos: por um lado, Carlos de Melo refina suas observações tanto sobre o mundo dos engenhos quanto sobre si mesmo (enquanto herdeiro desse mundo), como discutimos no capítulo três. A lenta percepção da morte do avô (e da decadência do Santo Rosa)⁷ insere no *Ciclo* o elemento da narração, isto é, dinamiza os acontecimentos e a relação entre as personagens, tornando a percepção do mundo por parte de Carlos mais densa, capaz de, em alguns momentos, incluir em suas percepções as observações de terceiros.

⁷A associação entre morte e decadência é cara também a Gilberto Freyre e pode ser observada, especialmente, na Introdução à segunda edição de *Sobrados e Mucambos* publicada em 1961, em uma das passagens diz o autor: "também a decadência moral e material dessas mesmas casas e sobrados e dos túmulos das famílias, às vezes monumentais, constitui índice valioso de desintegração do patriarcado nas diversas áreas onde sua presença foi um dia imperial". FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos**. 14 ed. SP: Global, 2003. p.91. Ao longo do texto, "a preocupação com a morte assume, às vezes, o lugar da reflexão sobre a decadência. Morte como metáfora da decadência. Morte do indivíduo como metáfora da decadência social". BASTOS, Elide R. **As Criaturas de Prometeu**. Gilberto Freyre e a Formação da Sociedade Brasileira. SP: Global, 2006. p.40.

Por outro lado, o autor José Lins do Rego também percorre caminho semelhante ao de Carlos de Melo, isto é, à medida que passa de um romance para o outro, a reflexão sobre a decadência se impõe ao romancista sob o risco de abdicar de qualquer verossimilhança (quer com o mundo social, quer com a estrutura narrativa que vinha construindo desde *Menino de Engenho*). Nesses termos, é especialmente a partir de *Bangüê* (1934) que o autor mais do que observar, passa, também, a interpretar o mundo que o circunda.

Como vimos, a decadência se constitui num dos principais elementos estruturadores dos romances do *Ciclo* e do período histórico em questão. Assim, faz-se necessária uma análise mais cuidadosa sobre este tema.

O autor espanhol Ortega y Gasset será uma referência importante para os regionalistas nordestinos, particularmente para Gilberto Freyre, nos debates sobre a decadência e o tradicionalismo⁸. O tema da decadência será tratado pelos regionalistas a partir de dois eixos centrais: de um lado, como consequência do abandono das tradições; de outro, como quebra da tradicional relação entre o público e o privado⁹.

Ortega y Gasset discute a distinção entre o narrar e o descrever. Em linhas gerais, o autor argumenta que o livro de imaginação narra e o de história descreve, logo a narração seria a forma em que, para nós, existe o passado, "*y sólo cabe*

⁸Sobre esse tema ver: BASTOS, Elide Rugai. **Gilberto Freyre e o Pensamento Hispânico**. Entre Dom Quixote e Alonso El Bueno. Bauru – SP: EDUSC, 2003; MARTINS, Ana Lúcia L. N. 2003. **Espanha e Brasil: O ocidente possível no pensamento de Jose Ortega y Gasset e Almir de Andrade**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Unicamp, Campinas – AP. Consultar, ainda, as seguintes crônicas de José Lins: Que é Hispanidade?. A Casa e o Homem. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954; O Quixote de Unamuno. A Casa e o Homem. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

⁹Cf. BASTOS, Elide R. **Gilberto Freyre e o Pensamento Hispânico**. Entre Dom Quixote e Alonso El Bueno. Bauru – SP: EDUSC, 2003. Para a autora, será justamente a afirmação da não ocidentalidade da cultura brasileira um dos principais fundamentos da interpretação do Brasil realizada por Gilberto Freyre. Esta afirmação servirá, por exemplo, de âncora para as teses sobre o hibridismo do colonizador português e sobre a miscigenação racial.

*narrar lo que pasó, es decir, lo que ya no es*¹⁰, nesse sentido, descreve-se o atual porque apenas é descrito aquilo que se vê, logo, a descrição torna todas as coisas presentes. Contudo, para Lukács, trata-se de conferir aos homens e às coisas uma “presença temporal” equivocada porque o que se descreve são situações estáticas e imóveis, desse modo, a descrição transforma todos os acontecimentos em acontecimentos do passado.

Assim, a descrição faz emergir uma falsa contemporaneidade, manifestada na desintegração da composição em momentos desligados e autônomos (temos a vida se manifestando nos pormenores - nas palavras fora da frase e na frase fora da página).

Importante destacar que o contraste entre participar e observar não é apenas casual, mas sim decorrente da posição assumida pelo escritor diante da vida, diante dos grandes problemas da sociedade. Não se trata, portanto, do simples emprego de um método para representar determinado conteúdo (ou parte dele), em síntese, “a alternativa participar ou observar corresponde, então, a duas posições socialmente necessárias, assumidas pelos escritores em dois sucessivos períodos do capitalismo. A alternativa narrar ou descrever corresponde aos dois momentos fundamentais da representação própria desses dois períodos”¹¹.

Em síntese, podemos considerar que a discussão sobre o narrar e o descrever realizada por Ortega y Gasset explicita, também, uma concepção de história baseada na idéia de que o tempo histórico é tríplice, isto é, formado pela superposição entre espaço e tempo. Assim, se espaço e tempo se misturam, narrador e narrativa

¹⁰ ORTEGA y GASSET, J. **Meditaciones del Quijote**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001. p.204.

¹¹ LUKÁCS, G. Narrar ou Descrever. In: **Ensaio sobre Literatura**. RJ: Civilização Brasileira, 1965.p.53.

também se confundem e acabam por tomar a experiência vivida (pelo autor) como ponto de partida para a explicação do presente (a narrativa).

Em certo sentido, este procedimento é notado, também, nos romances do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, nos quais as fronteiras entre tempo e espaço e entre narrador e narrativa são, freqüentemente, diluídas. Nesses termos, ao mobilizar elementos tradicionais e regionais para a construção de uma interpretação sobre a decadência da oligarquia canavieira, temos reforçada a possibilidade de fugir à crise, uma vez que tais tradições estão fora do mundo ocidental (ou não exclusivamente nele). Como conseqüência, temos que o diagnóstico da crise deve ser realizado mobilizando elementos diferentes daqueles que vinham sendo utilizados no período.

Ortega y Gasset argumenta que os povos mediterrâneos se diferenciam daqueles tipicamente europeus (e, portanto, ocidentais) porque possuem como instrumentos para a percepção da realidade a retina, o paladar e as pontas dos dedos, em uma palavra, a impressão, contrapondo-se, portanto, ao homem que medita e percebe a realidade por meio de conceitos.

Tais traços fazem com que os povos mediterrâneos tenham um estilo de vida diferente dos tipicamente ocidentais. Como conseqüência, o efeito da decadência seria refratado por tais traços, isto é, “ao apontar para os povos mediterrâneos raízes diversas daquelas européias – germânica ou latina- mostra [o autor] não estar presente na formação dos mesmos o *racionalismo burguês*”¹².

¹²BASTOS, Elide Rugai. **Gilberto Freyre e o Pensamento Hispânico**. Bauru - SP: EDUSC, 2003. p.73. grifo no original.

Sobre o mesmo tema, Osvald Spengler argumenta que os pensadores ocidentais devem compreender a natureza histórico-relativa das suas conclusões que expressam apenas um modo singular de ser, logo, ao tratar outras culturas simplesmente como seus iguais, movem-se num sistema de identidade que não tem o menor contato com a “alma” do outro, “nunca lhes vem a idéia de que palavras como república, liberdade, propriedade possam designar para nós e para os ‘antigos’ coisas entre as quais não existem o menor parentesco”. SPENGLER, O. **A Decadência do Ocidente**. RJ: Jorge Zahar, 1973. p.86.

Trata-se, enfim, de assumir a especificidade da formação nacional sob regime da economia patriarcal, compreendendo a nação pelo filtro da região cuja unidade, por sua vez, é forjada por meio da universalização das tradições patriarcais.

A N E X O

NOMES QUE LHE DÃO A CERTEZA DE
QUE IRÁ LER UM LIVRO EMPOLGANTE



Rachel de Queiroz



Graciliano Ramos



José de Alencar



Livraria José Olympio Editora

COMUNICAM AOS PREZADOS SÓCIOS DO

MARCA DOS
ONS LIVROS

CLUBE DO LIVRO
SELECIONADO



COM CHEQUES
E OTIMOS BRINDES

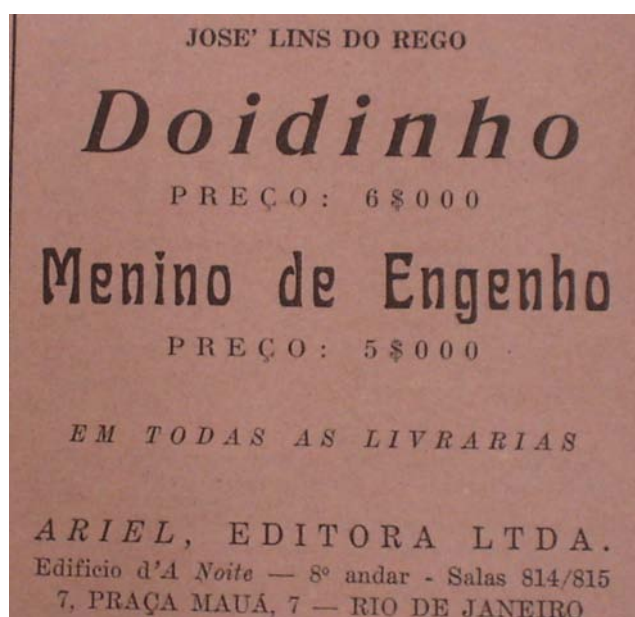
Catálogo Publicitário da José Olympio anunciando os romances de José Lins no programa promocional do Clube do Livro Seleccionado.



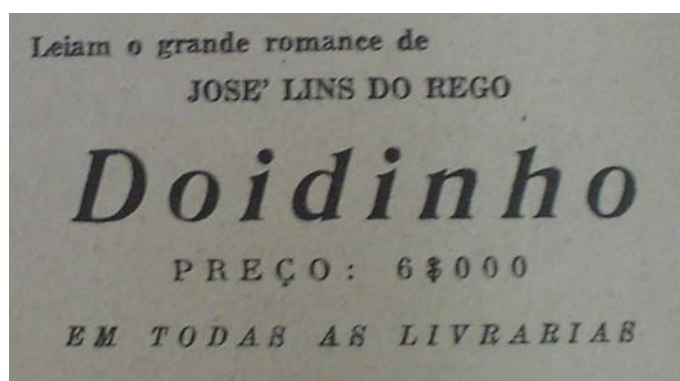
José Lins na entrada da Livraria José Olympio no Rio de Janeiro.
Fonte: **Rua do Ouvidor, 110** de Lucila Soares.



José Lins na Livraria José Olympio. Da esquerda para a direita: Graciliano Ramos, Antônio Amorim, Noel Nutels, José Lins do Rego e Ademar Vidal.
Fonte: Rua do Ouvidor, 110 de Lucila Soares.



Cartaz publicitário das primeiras edições de **Doidinho** e de **Menino de Engenho** publicadas pela Ariel em 1933.
Fonte: **Boletim de Ariel**, fevereiro de 1934.



Publicidade da primeira edição de **Doidinho** publicada pela Ariel.
Fonte: **Boletim de Ariel**, abril de 1934.

Dê uma prova de bom gosto e de cultura empregando seus momentos livres na leitura de um BOM LIVRO.

doidinho



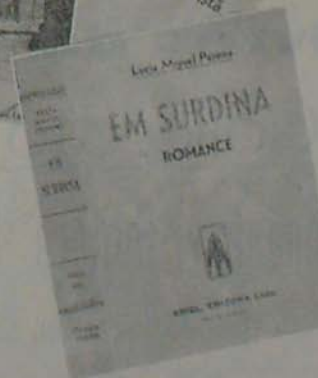
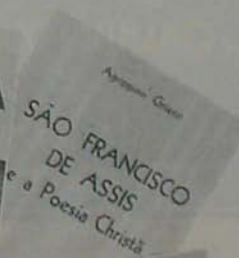
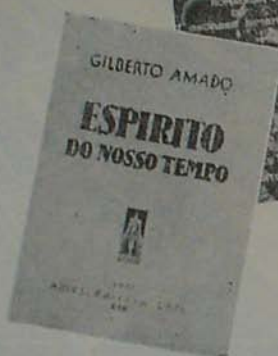
romance
JOSÉ LINZ DO REGO
ARIEL EDITORA LTD.

Não perca tempo folheando dezenas de volumes nas livrarias: Oriente logo sua escolha para as edições ARIEL.

Milhares de leitores adquirem os livros lançados por nossa casa confiando, unicamente, na sua criteriosa seleção.

Torne-se também V. S. um dos nossos leitores e ficará plenamente satisfeito.

Autores escolhidos, assumptos actuaes e primorosa confecção graphica são os principaes característicos que recommendam as edições ARIEL.



Se V. S. hesita na escolha de um BOM LIVRO, consulte a lista de nossas edições e encontrará o genero que lhe agrada.

AS EDIÇÕES ARIEL SÃO AS MELHORES

Catálogo da Ariel editora. No alto, a capa da primeira edição de **Doidinho**.
Fonte: Boletim de Ariel, outubro de 1934.

LIVRARIA JOSE OLYMPIO EDITORA

RUA DO OUVIDOR, 116 — TEL. 23-2369

RIO DE JANEIRO

NOVIDADES DE OUTUBRO

Jorge Amado — Jubiabá (romance)	10\$000
Azevedo Amaral — A Aventura Política do Brasil (da Coleção Problemas Políticos Contemporâneos)	6\$000
Miguel Reale — O A. B. C. do Integralismo	5\$000
Vicente Licínio Cardoso — Filosofia da Arte 2ª ed	20\$000
Rodrigo Octavio — Minhas Memórias dos Outros — Nova série	10\$000
Maurice de Fleury — Introdução à Medicina do Espírito	20\$000
Afonso Schmidt — Curirango (contos)	8\$000
Humberto de Campos — Destinos... 3ª edição	6\$000

PROXIMAS EDIÇÕES (NO PRELO)

Humberto de Campos — Reminiscências	
" " — Um Sonho de Pobre	
" " — Poesias Completas — 3ª edição	
" " — Anthologia da Academia Brasileira de Letras	
" " — O Conceito e a Imagem na Poesia Brasileira	
Isadora Duncan — Minha Vida (Tradução de Gastão Cruls)	
Ennio Selgado — Cartas aos Camisas Verdes	
Tristão de Athalide — No Limiar da Idade-Nova (da Coleção Problemas Políticos Contemporâneos)	
José Geraldo Vieira — Território Humano (romance)	
Eloy Pontes — A Vida Inquieta de Raul Pompéia	
Belmonte — Idéias de João Ninguém	
Albano Sales — O Chanceler da Paz	
Bernardino de Souza — Heroína Bahiana	

PUBLICAREMOS BREVEMENTE

Anísio Teixeira — Educação para Democracia	
José Lins do Rego — Usina (romance)	
Xavier Marques — Terras Mortas (contos)	
Garcia Redondo — Caricelas 4ª edição	
Almir de Andrade — Da Interpretação na Psicologia	
Rodrigo Octavio — Minhas Memórias dos Outros (Última Série)	
Agrippino Grieco — Gente Nova do Brasil	
Graciliano Ramos — Angústia (romance)	
Amendo Fontes — Rua do Sirtir (romance)	

Anúncio publicitário da Editora José Olympio indicando o breve lançamento de **Usina**.

Fonte: **Boletim de Ariel**, novembro de 1935.



Folhas de homenagem a José Lins na semana de sua morte.
Tribuna de Livros (Suplemento da **Tribuna da Imprensa**), 21-22.set.1957.

As the world's largest manufacturer of paper, we provide more information on our products, services and solutions at www.3m.com.

[illegible]

e a sua família. O primeiro
 casamento, com uma jovem
 de nome francês, ocorreu em
 1924, em decorrência de uma
 viagem ao exterior. Porém,
 após alguns anos, o casamento
 acabou em divórcio por razões
 desconhecidas. Também de in-
 famada, após isso, ele se casou
 com a filha de uma conhecida
 de outros artistas, conhecida
 como a filha de uma mulher
 de nome francês, a brasileira
 de nome francês, a brasileira

1960-1961
 1962-1963
 1964-1965
 1966-1967
 1968-1969
 1970-1971
 1972-1973
 1974-1975
 1976-1977
 1978-1979
 1980-1981
 1982-1983
 1984-1985
 1986-1987
 1988-1989
 1990-1991
 1992-1993
 1994-1995
 1996-1997
 1998-1999
 2000-2001
 2002-2003
 2004-2005
 2006-2007
 2008-2009
 2010-2011
 2012-2013
 2014-2015
 2016-2017
 2018-2019
 2020-2021
 2022-2023
 2024-2025
 2026-2027
 2028-2029
 2030-2031
 2032-2033
 2034-2035
 2036-2037
 2038-2039
 2040-2041
 2042-2043
 2044-2045
 2046-2047
 2048-2049
 2050-2051
 2052-2053
 2054-2055
 2056-2057
 2058-2059
 2060-2061
 2062-2063
 2064-2065
 2066-2067
 2068-2069
 2070-2071
 2072-2073
 2074-2075
 2076-2077
 2078-2079
 2080-2081
 2082-2083
 2084-2085
 2086-2087
 2088-2089
 2090-2091
 2092-2093
 2094-2095
 2096-2097
 2098-2099
 2100-2101
 2102-2103
 2104-2105
 2106-2107
 2108-2109
 2110-2111
 2112-2113
 2114-2115
 2116-2117
 2118-2119
 2120-2121
 2122-2123
 2124-2125
 2126-2127
 2128-2129
 2130-2131
 2132-2133
 2134-2135
 2136-2137
 2138-2139
 2140-2141
 2142-2143
 2144-2145
 2146-2147
 2148-2149
 2150-2151
 2152-2153
 2154-2155
 2156-2157
 2158-2159
 2160-2161
 2162-2163
 2164-2165
 2166-2167
 2168-2169
 2170-2171
 2172-2173
 2174-2175
 2176-2177
 2178-2179
 2180-2181
 2182-2183
 2184-2185
 2186-2187
 2188-2189
 2190-2191
 2192-2193
 2194-2195
 2196-2197
 2198-2199
 2200-2201
 2202-2203
 2204-2205
 2206-2207
 2208-2209
 2210-2211
 2212-2213
 2214-2215
 2216-2217
 2218-2219
 2220-2221
 2222-2223
 2224-2225
 2226-2227
 2228-2229
 2230-2231
 2232-2233
 2234-2235
 2236-2237
 2238-2239
 2240-2241
 2242-2243
 2244-2245
 2246-2247
 2248-2249
 2250-2251
 2252-2253
 2254-2255
 2256-2257
 2258-2259
 2260-2261
 2262-2263
 2264-2265
 2266-2267
 2268-2269
 2270-2271
 2272-2273
 2274-2275
 2276-2277
 2278-2279
 2280-2281
 2282-2283
 2284-2285
 2286-2287
 2288-2289
 2290-2291
 2292-2293
 2294-2295
 2296-2297
 2298-2299
 2300-2301
 2302-2303
 2304-2305
 2306-2307
 2308-2309
 2310-2311
 2312-2313
 2314-2315
 2316-2317
 2318-2319
 2320-2321
 2322-2323
 2324-2325
 2326-2327
 2328-2329
 2330-2331
 2332-2333
 2334-2335
 2336-2337
 2338-2339
 2340-2341
 2342-2343
 2344-2345
 2346-2347
 2348-2349
 2350-2351
 2352-2353
 2354-2355
 2356-2357
 2358-2359
 2360-2361
 2362-2363
 2364-2365
 2366-2367
 2368-2369
 2370-2371
 2372-2373
 2374-2375
 2376-2377
 2378-2379
 2380-2381
 2382-2383
 2384-2385
 2386-2387
 2388-2389
 2390-2391
 2392-2393
 2394-2395
 2396-2397
 2398-2399
 2400-2401
 2402-2403
 2404-2405
 2406-2407
 2408-2409
 2410-2411
 2412-2413
 2414-2415
 2416-2417
 2418-2419
 2420-2421
 2422-2423
 2424-2425
 2426-2427
 2428-2429
 2430-2431
 2432-2433
 2434-2435
 2436-2437
 2438-2439
 2440-2441
 2442-2443
 2444-2445
 2446-2447
 2448-2449
 2450-2451
 2452-2453
 2454-2455
 2456-2457
 2458-2459
 2460-2461
 2462-2463
 2464-2465
 2466-2467
 2468-2469
 2470-2471
 2472-2473
 2474-2475
 2476-2477
 2478-2479
 2480-2481
 2482-2483
 2484-2485
 2486-2487
 2488-2489
 2490-2491
 2492-2493
 2494-2495
 2496-2497
 2498-2499
 2500-2501
 2502-2503
 2504-2505
 2506-2507
 2508-2509
 2510-2511
 2512-2513
 2514-2515
 2516-2517
 2518-2519
 2520-2521
 2522-2523
 2524-2525
 2526-2527
 2528-2529
 2530-2531
 2532-2533
 2534-2535
 2536-2537
 2538-2539
 2540-2541
 2542-2543
 254

Artigo de Sérgio Milliet publicado na Tribuna de Livros (Suplemento da **Tribuna da Imprensa**), 21-22.set.1957.

PERDE O BRASIL UM DOS SEUS MAIORES ESCRITORES



Retrato de José Lins do Rego, pintado por Manoel de Almeida, em 1938.

A MORTE DE JOSÉ LINS DO REGO

Um dos maiores escritores brasileiros morreu em 14 de setembro de 1957, vítima de um ataque cardíaco. José Lins do Rego, conhecido também como "Zé Lins", nasceu em 1912 em São Paulo. Ele foi um dos principais nomes da literatura brasileira contemporânea, autor de obras como "Vida e Morte de Zé Lins", "O Último Mensagem" e "Uma Força da Natureza". Sua morte ocorreu em um momento de grande sucesso profissional e pessoal. Ele estava trabalhando em uma nova obra quando se sentiu mal e foi levado ao hospital, onde morreu poucas horas depois.



Funeral de José Lins do Rego, realizado no Cemitério de São Paulo.

Desapareceu Uma Das Maiores Figuras da Literatura Brasileira Contemporânea — Criatura Profundamente Humana e Romancista de "Banguê" Muito Amos a Vida — Golpe de Vista Sobre a Sua Obra — A Última Mensagem — "Uma Força da Natureza"

Comentários sobre a morte de José Lins do Rego, incluindo uma análise de sua obra e uma homenagem aos seus familiares.

Um dos maiores escritores brasileiros morreu em 14 de setembro de 1957, vítima de um ataque cardíaco. José Lins do Rego, conhecido também como "Zé Lins", nasceu em 1912 em São Paulo. Ele foi um dos principais nomes da literatura brasileira contemporânea, autor de obras como "Vida e Morte de Zé Lins", "O Último Mensagem" e "Uma Força da Natureza". Sua morte ocorreu em um momento de grande sucesso profissional e pessoal. Ele estava trabalhando em uma nova obra quando se sentiu mal e foi levado ao hospital, onde morreu poucas horas depois.

JORNAL de LETRAS

RIO DE JANEIRO, SETEMBRO, 1957. NÚMERO 52. ANO IX.

A VIDA E A MORTE DE ZÉ LINS DISPENSAM LENDAS E FANTASIAS

As Testemunhas Dos Seus Últimos Momentos de Vida — Rápida Traça de um Contador Histórico — João Condi.

Entrevista concedida ao jornalista "O Globo" por João Condi, testemunha direta e fidedigna em relação ao fim da grande romancista.

M. José Lins do Rego, o homem que se tornou um dos maiores escritores brasileiros, morreu em 14 de setembro de 1957, vítima de um ataque cardíaco. Ele estava trabalhando em uma nova obra quando se sentiu mal e foi levado ao hospital, onde morreu poucas horas depois. Sua morte ocorreu em um momento de grande sucesso profissional e pessoal. Ele estava trabalhando em uma nova obra quando se sentiu mal e foi levado ao hospital, onde morreu poucas horas depois.

Seu filho, também escritor, está em São Paulo, onde se encontra com os familiares. Ele está trabalhando em uma nova obra quando se sentiu mal e foi levado ao hospital, onde morreu poucas horas depois. Sua morte ocorreu em um momento de grande sucesso profissional e pessoal. Ele estava trabalhando em uma nova obra quando se sentiu mal e foi levado ao hospital, onde morreu poucas horas depois.



A família de José Lins do Rego, incluindo seus filhos e esposa.



João Condi, jornalista do "O Globo", entrevistando José Lins do Rego.

Seu filho, também escritor, está em São Paulo, onde se encontra com os familiares. Ele está trabalhando em uma nova obra quando se sentiu mal e foi levado ao hospital, onde morreu poucas horas depois. Sua morte ocorreu em um momento de grande sucesso profissional e pessoal. Ele estava trabalhando em uma nova obra quando se sentiu mal e foi levado ao hospital, onde morreu poucas horas depois.

Seu filho, também escritor, está em São Paulo, onde se encontra com os familiares. Ele está trabalhando em uma nova obra quando se sentiu mal e foi levado ao hospital, onde morreu poucas horas depois. Sua morte ocorreu em um momento de grande sucesso profissional e pessoal. Ele estava trabalhando em uma nova obra quando se sentiu mal e foi levado ao hospital, onde morreu poucas horas depois.

"DIGO-TE" ADEUS

Augusto Frederico SCHMIDT

Quando se fala em José Lins do Rego, a primeira coisa que vem à mente é a obra "Vida e Morte de Zé Lins". Esta obra, que trata da vida e da morte do próprio autor, é uma das mais importantes da literatura brasileira contemporânea. Ela é uma obra de grande valor literário e histórico, que reflete a vida e a obra de um dos maiores escritores brasileiros.

Quando se fala em José Lins do Rego, a primeira coisa que vem à mente é a obra "Vida e Morte de Zé Lins". Esta obra, que trata da vida e da morte do próprio autor, é uma das mais importantes da literatura brasileira contemporânea. Ela é uma obra de grande valor literário e histórico, que reflete a vida e a obra de um dos maiores escritores brasileiros.

Quando se fala em José Lins do Rego, a primeira coisa que vem à mente é a obra "Vida e Morte de Zé Lins". Esta obra, que trata da vida e da morte do próprio autor, é uma das mais importantes da literatura brasileira contemporânea. Ela é uma obra de grande valor literário e histórico, que reflete a vida e a obra de um dos maiores escritores brasileiros.

PREÇO DO EXEMPLAR 5 CRUZEIROS

Bibliografia

1. Obras Consultadas:

ALBULQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. Recife: Massagana; São Paulo: Cortez, 1999.

ANDRADE, Manoel Correia. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1964.

ANDRADE, Mário. O Movimento Modernista. Conferência lida no salão de conferências da biblioteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil em 30.abr.42 In: **Aspectos da Literatura Brasileira**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1974.

_____. Riacho Doce. In: **O Empalhador de Passarinho**. São Paulo: Martins Fontes; Brasília: INL, 1972.

AUERBACH, Erich. A Meia Marrom. In: **Mimesis**. a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.

ARRIGUCCI JÚNIOR, Davi. Fragmentos sobre a Crônica. In: **Enigma e Comentário**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

AZEVEDO, Fernando. **Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1976.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. José Lins do Rego: Trajetória de uma obra. In: COUTINHO, Afrânio (dir.) **José Lins do Rego**. Coleção Fortuna Crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; João Pessoa - PB: FUNESC, 1991.

_____. **Modernismo e Regionalismo** (Os anos 20 em Pernambuco). João Pessoa - PB: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

BASTOS, Elide Rugai. **Gilberto Freyre e o Pensamento Hispânico**. Entre Dom Quixote e Alonso El Bueno. Bauru – SP: EDUSC ANPOCS, 2003.

_____. **As Criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira**. São Paulo: Global, 2006.

BERRIEL, Carlos Eduardo O. **Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado**. Campinas - São Paulo: Papirus, 2000.

BOMENY, Helena. **Constelação Capanema**. Intelectuais e política. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BOMENY, Helena. **Os Intelectuais da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1973.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. Lembranças de velhos. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

BOTELHO, André. **Aprendizagem do Brasil**. A nação em busca de seus portadores sociais. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2002.

BUENO, Luís. **Uma História do Romance de 30**. São Paulo: Edusp; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

CÂNDIDO, Antônio. A Compreensão da Realidade. **O Observador Literário**. São Paulo: Conselho Estadual de Educação, 1959.

_____. A Revolução de 30 e a Cultura. In: **A Educação pela Noite e Outros Ensaios**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: T.A Q. Editor, 2002.

_____. À Guisa da Introdução. A Vida ao Rés-do-Chão In: **A Crônica: o Gênero, sua Fixação e suas Transformações no Brasil**. Campinas - SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação da Casa Rui Barbosa, 1992.

CARPEAUX, Otto Maria. O brasileiroíssimo José Lins do Rego. In: REGO, José Lins do. **Fogo morto**. 1ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

CASTELLO, José Aderaldo. José Lins do Rego. **Revista Anhembi**. São Paulo, vol.XXVIII, n. 83, p.390-394, set. 1957.

_____. **José Lins do Rego: modernismo e regionalismo**. São Paulo: Edart, 1991.p.183.

COUTINHO, Afrânio (dir) **José Lins do Rego**. Coleção Fortuna Crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; João Pessoa: FUNESC, 1991.

DA MATTA, Roberto. O Brasil como Morada. In: FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2003.

DIMAS, Antônio. Um Manifesto Guloso In: KOSMINSK, E.; LÉPINE, C.; PEIXOTO, F. **Gilberto Freyre em Quatro Tempos**. Bauru - SP: EDUSC, 2003.

EISEMBERG, Peter. **Modernização sem Mudança**. A Indústria Açucareira de Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas - SP: Editora Unicamp, 1977.

FIGUEIREDO JÚNIOR, Nestor Pinto. Pela mão de Gilberto Freyre ao caminho menino de engenho: cartas. João Pessoa: Idéia, 2000.

_____. Onde nasceu José Lins do Rego, afinal? João Pessoa: Idéia, 2000.

_____. Gilberto Freyre no texto epistolar & outros textos. João Pessoa: Idéia, 2000.

FONSECA, José Carlos Guedes da. **Entre a Voz e o Discurso**: a dialética da bondade em Fogo Morto de José Lins do Rego. 2001. Tese (Doutorado em Teoria Literária). FFLCH – USP, São Paulo.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

FREYRE, Gilberto. O Movimento Regionalista, Tradicionalista e, a seu modo, Modernista do Recife. In: **O Manifesto Regionalista**. Recife: INPJN, 1976.p.13.

_____. Manifesto Regionalista de 1926. In: **O Manifesto Regionalista**. Recife: INPJN, 1976.

_____. A Literatura Moderna do Brasil. In: **Interpretação do Brasil**. Aspectos da Formação Social Brasileira como Processo de Amalgamento de Raças e Culturas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

_____. **Região e Tradição**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

_____. Odilon Nestor, regionalista e humanista. In: **Perfil de Euclides e Outros Perfis**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

_____. **Casa Grande & Senzala**. Formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. **Sobrados e Mucambos**. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2004.

_____. **Alhos e Bugalhos**. Ensaios sobre Temas Contraditórios: de Joyce à Cachaça, de José Lins do Rego ao Cartão Postal. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio R. **O Sul: Caminho do Roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, Brasília: Editora da UnB: MCT-CNPq, 1989.

_____. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. **Essa Gente do Rio...**: Modernismo e nacionalismo. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GRIECO, Agrippino. **Gente Nova do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

REGO, José Lins. Doidinho. 38 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil**. Sua história. São Paulo: T. A. QUEIROZ Editor: Editora da Universidade de São Paulo, 1985.

HEREDIA, Beatriz. **A Morada da Vida**. Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HEREDIA, Beatriz. **Formas de Dominação e Espaço Social**. A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero, Brasília: MCT-CNPq, 1989.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

HOLLANDA, Aurélio Buarque. Alguns Aspectos da Obra de José Lins do Rego. Prefácio à **Pedra Bonita**. 5 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

IVO, Ledo. As Duas Línguas. In: COUTINHO, Afrânio (dir.) **José Lins do Rego**. Coleção Fortuna Crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; João Pessoa - PB: FUNESC, 1991.

JAMESON, F. Em Defesa de Georg Lukács. In: **Marxismo e Forma**. São Paulo: HUCITEC, 1985.

LAFETÁ, João Luiz. **1930: A Crítica e o Modernismo**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

LIMA, Sônia Maria von Dijck et. al. **Meu Caro Lins**: Cartas de Olívio Montenegro. João Pessoa - PB: FUNESC, 1994.

LIMA, Sônia Maria von Dijck; FIGUEREIDO, Nestor Pinto. **Cartas de Gilberto Freyre**: correspondência passiva de José Lins do Rego. João Pessoa – PB: FUNESC, 1997.

LUKÁCS, Gyorgy. **A Teoria do Romance**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003.

_____. Balzac: 'Los Campesinos'. In: **Sociología de la Literatura**. Barcelona: Ediciones Península, 1961.

_____. Narrar ou Descrever?. In: **Ensaaios Sobre Literatura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

_____. **Nueva Historia de la Literatura Alemana**. Buenos Aires: La Pleyade, 1971.

_____. O Romance como Epopéia Burguesa. **Ensaaios AD HOMINEM 1, tomo II**. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

_____. Os Anos de Aprendizagem de Wilhelm Meister. In: GOETHE, J. W. von. **Os Anos de Aprendizagem de Wilhelm Meister**. São Paulo: Ensaio, 1994.

LEVINE, Robert. **A Velha Usina**. Pernambuco na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LINS, Álvaro. Sucessos e Insucessos do Menino de Engenho. In: **Os Mortos de Sobrecasaca**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

LOPES, José Sérgio Leite. **O Vapor do Diabo**. O trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MACHADO, Antônio Alcântara. Um Cronista do Nordeste. In: REGO, José Lins do. **Doidinho**. 6 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

MANNHEIM, Karl. O Pensamento Brasileiro. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

MARQUES JÚNIOR, Milton. **O Ser e o Fazer na Obra Ficcional de Lins do Rego** (dicionário dos personagens). João Pessoa – PB: FUNESC, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Editora Pioneira, 1975.

MARTINS, Wilson. A Língua Simbólica de José Lins do Rego. In: REGO, José Lins do. **Usina**. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

MEUCCI, Simone. **Gilberto Freyre e a Sociologia no Brasil**: da sistematização a constituição do campo científico. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia). IFCH: Unicamp, Campinas – SP.

MONTELLO, Josué. Prefácio à Ficção Completa de José Lins do Rego. Vol I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976.

MONTENEGRO, Olívio. José Lins do Rego. In: REGO, José Lins do. **Bangüê**. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

MONTENEGRO, Olívio. Em Torno de Bangüê. **Boletim de Ariel**, Rio de Janeiro, ano III, ago. 1934.

MONTENEGRO, Olívio. Um Romance Brasileiro. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 6, ano II, mar.1933.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco**. Vol.3. Recife: Imprensa Universitária, 1967.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1945.

PROENÇA, Manoel Cavalcanti. O Negro Tinha Caráter como o Diabo. **Moleque Ricardo**. 7ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

REZENDE, Antônio P. M. **(Des)Encantos Modernos**: Histórias da Cidade do Recife na Década de 20. 1992. Tese (Doutorado em História Social). FFLCH: USP, São Paulo.

RUSSOTTO, Margherita M. **Arcaísmo e Modernidade em José Lins do Rego**. Uma leitura de Doidinho. 1987. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada). FFLCH: USP, São Paulo.

SANTOS, Myriam S. dos. **Memória Coletiva & Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SCHWARZ, Roberto. As Idéias Fora do Lugar. In: **Ao Vencedor as Batatas**. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2000.

SIGAUD, Lygia. Direito e Coerção Moral no Mundo dos Engenhos. **Estudos Históricos**: Justiça e Cidadania, vol.9, n.18, 1996.

_____. **A Nação dos Homens**: Uma Análise Regional de Ideologia. 1971. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Rio de Janeiro, PPGAS/UFRJ.

SOARES, Lucila. **Rua do Ouvidor 110**. Uma história da livraria José Olympio. Rio de Janeiro: José Olympio: FBN, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. José Lins do Rego. In: **Orientações do Pensamento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Vecchi, 1942.

SORÁ, Gustavo. **Brasilianas**. A casa José Olympio e a instituição do livro nacional. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social). PPGAS: UFRJ, Rio de Janeiro.

SOUZA BARROS. **A Década de 20 em Pernambuco**. Rio de Janeiro: Editora Paralelo, 1972.

VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Estado – Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VILLAÇA, Antonio Carlos. **José Olympio: o descobridor de escritores**. Rio de Janeiro: Thex, 2001.

2 Artigos em Periódicos

ALMEIDA, José Américo. O Contador de Histórias. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 12.out.1957. Reproduzido em **Sem Me Rir, Sem Chorar**. João Pessoa - PB: A União, 1984. p.83-85.

ANDRADE, Almir. Três Romances. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n.8, mai.1938.

BANDEIRA, Manuel. Ciclo da Cana-de-Açúcar. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 1936.

BARROS, Jayme. Usina. **Estado da Bahia**, Salvador, 1976.

BORBA, Osório. Assú e Pedra Bonita. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n.12, set.1938.

CARPEAUX, Otto M.; THOMPSON, Franklin. "José Lins do Rego". **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 21/22 set.1957.

CASTELLO, José Aderaldo. Doidinho. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14. fev.59.

CASTELLO, José Aderaldo. "José Lins do Rego". **Revista Anhembi**. São Paulo, vol.28, n.83, out.1957.

CAVALCANTI, Valdemar. Bangüê. **Boletim de Ariel**, Rio de Janeiro, n. 10, Ano III, jul. 1934.

CAVALCANTI, Waldemar. Menino de Engenho. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n.9, jun.,1932.

CRULS, Gastão. Menino de Engenho. **Boletim de Ariel**, Rio de Janeiro, n.1, Ano I, mar.1932.

FRANCO, Afonso Arinos de Mello. O Espelho das Águas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 22. mar.1942.

FREYRE, Gilberto. Apologia pro generatione sua. **Diário da Paraíba**. 05 abr. 1924. Disponível em www.fgf.org.br - Acesso em: 10 out. 2005.

FREYRE, Gilberto. A Propósito do Memorialismo de José Lins do Rego. **Diário de Pernambuco**. Recife, 7. Nov. 1950. Disponível em: www.fgf.org.br – Acesso em 14. out. 2005.

_____. José Lins do Rego e o Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, 20.jun.1953.

_____.A Propósito do Memorialismo de José Lins do Rego. **Diário de Pernambuco**. Recife, 7 nov. 1950. Disponível em: www.fgf.org.br - Acesso em: 14 out.2005.

_____.José Lins e o Recife. **Diário de Pernambuco**. Recife, 20 jun.1953.Disponível em: www.fgf.org.br - Acesso em: 14. out.2005.

_____. Em defesa da Saudade. **Jornal do Commercio**. Recife, 3 out. 1965. Coluna: Pessoas, Coisas e Animais. Disponível em: www.fgf.org.br - Acesso em: 14 out.2005.

_____. José Lins do Rego. **Diário de Pernambuco**. Recife, 15 set. 1957. Disponível em: www.fgf.org.br - Acesso em: 14 out.2005.

_____.Do bom e do mau regionalismo. **Revista do Norte**. Recife, n.2, p.5, 1924. Disponível em: www.fgf.org.br - Acesso em: 30 out.2005.

_____.Toques tropicalizantes na expressão literária de brasileiros, inclusive do Recife. **Jornal do Commercio**. Recife, 10 dez. 1978. Disponível em: www.fgf.org.br - Acesso em: 30 out.2005.

_____.Vinte e cinco anos depois. **Ciência & Trópico**. Recife, v.9, n.2,p.209-210, 1981. Disponível em: www.fgf.org.br - Acesso em: 30 out.2005.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. Libertos e Sujeitos: Sobre a Transição para Trabalhadores Livres do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 3, n. 7, jun. 1988.

GERSEN, Bernardo. José Lins do Rego e a Cultura Brasileira. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 22/29 set., 06/13/20/27 out.1957.

GOMES, Eugênio. Bangüê. **Estado da Bahia**, Salvador, 4.jul.1934

INOJOSA, Joaquim. Regionalismo e Modernismo. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, Suplemento Literário, 30.mai.1954.

_____.Doidinho. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, Suplemento Literário, 14.fev.1959.

JUREMA, Aderbal. Regionalismo e Ecologia Cultural. **Diário de Notícias (Suplemento Literário)**, Rio de Janeiro, 06.jun.1954.

LIMA, Alceu de Amoroso. Zé Lins. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 29.set.1957.

MAIS DE Meio Milhão a Tiragem de José Lins do Rego. **Tribuna da Imprensa** Rio de Janeiro, Tribuna dos Livros, 21-22.set.1957.

MILLIET, Sergio. "O Brasil Desconhecido que José Lins do Rego Revelou". **Tribuna da Imprensa**, 21/22. set.1957.

PÓLVORA, Hélio. Permanência de Usina. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11.abr.1973.

PONTES, Heloísa A. Retratos do Brasil: Um Estudo dos Editores, das Editoras e das 'Coleções Brasileiras', nas Décadas de 1930, 40 e 50. **BIB**, n. 26, 1988. pp.56-110.

RIBEIRO, João. "Menino de Engenho". **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 21/22 set.1957.

RIBEIRO, João. Menino de Engenho. **Jornal do Brasil**. 08.set.1932

THOMPSON, F. M. José Lins do Rego. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 21/22. set. 1957.

UMA NOVA Casa Editora no Rio. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 04.jul.1934.

3. Obras de José Lins do Rego

REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. 84 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

REGO, José Lins. **Doidinho**. 38 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

REGO, José Lins. **Bangüê**. 14 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

REGO, José Lins do. **Usina**. 15 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

REGO, José Lins. **Fogo Morto**. São Paulo: Kilck Editora, 1997.

REGO, José Lins. **Meus Verdes Anos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

REGO, José Lins do; ATHAYDE, Austregesilo. **Discurso de Recepção e Posse na Academia Brasileira de Letras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

REGO, José Lins do. O Romancista é o Rival de Deus. Entrevista a Diva de Mucio Teixeira. In: COUTINHO, Afrânio (dir) **José Lins do Rego**. Coleção Fortuna Crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; João Pessoa: FUNESC, 1991.

REGO, José Lins do. Notas sobre Gilberto Freyre. In: FREYRE, G. **Região e Tradição**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

REGO, José Lins do. **Homens, Seres e Coisas**. Rio de Janeiro: MEC, Serviço de Documentação, 1952.

REGO, José Lins do. **O Cravo de Mozart é Eterno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

REGO, José Lins do. **Presença do Nordeste na Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: MEC, Serviço de Documentação, 1957.

REGO, José Lins do. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. **Gregos e Troianos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

4. Crônicas de José Lins do Rego

REGO, José Lins do. A Crítica do Essencial. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. A Crítica do Essencial. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. A Fome no Brasil. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. A Fome no Brasil. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. A História de Casanova. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. A História de Casanova. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. A Lição de Thoreu. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. A Lição de Thoreu. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. A Luz de Goethe. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. A Luz de Goethe. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. A Luz de Goethe. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. A Minha Formação de Nabuco. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. A Minha Formação de Nabuco. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. A Nossa Herança Clássica. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. A Nova Poesia Grega e a Luz. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. A obra do século XX. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. A Palavra 'Povo'. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. A Ponte de São Luis Rey. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. A Roma que foi de César. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. A Seca do Nordeste. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. A Voz de Paris. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. Anjos e Demônios na América. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Antero de Quental. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. Antônio de Alcântara Machado. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Arte e Política. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Arte e Vida. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. As duas Línguas. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. As Nossas Instituições Políticas. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Augusto dos Anjos e o engenho do Pau d'Arco. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Augusto dos Anjos. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Ausência de Mocidade. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Bilac. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Biografia de Lima Barreto. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Boa Crítica. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. Babbit. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. Balzac e o Dinheiro. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. Bertrand Russel. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. Cabo Frio. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Carta a Escorel. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. Cartas da Humanidade. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. Cartas de Fernando Pessoa. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Cedrinho. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Chesterton e os Poetas. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. Cícero Dias em 1929. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. Clássicos Espontâneos. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Coisas de Romance. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Conselhos de Azorin. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Conto Inglês. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. Conversa com os Sakharoff. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954

REGO, José Lins do. Di Cavalcanti e o Realismo Social. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. Do Bom Tradicionalismo. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Duas Faces da Itália: Pompéia e Florença. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. Eça de Queirós, homens da história. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. Eça de Queiroz. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. Eduardo Prado. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Epitácio Pessoa. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Espanha, sempre Espanha. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. Espécie de História Literária. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Eu não Vi o Sertanejo de Euclides. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. Farias Brito. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. Fialho de Almeida e a sua Época. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Foi uma Vitória da Marinha. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Fôlego e Classe. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Forças da América. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. Georges Bernanos. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. Gilberto Freyre. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Gide e a Vida. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. Gordos e Magros. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Goya. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. Há Muita Confusão. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Heine Salvará a Alemanha. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954

REGO, José Lins do. História do Nosso Modernismo. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. Invenção de Orfeu. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. Jorge de Lima e o Modernismo. **Homens, Seres e Coisas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1952.

REGO, José Lins do. José Bonifácio Vivo. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. José de Alencar e os Escravos. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. Júlia, a boa mãe. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Laboratórios e Ciências. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Leitura para rapazes. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. Léon Daudet. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. Lima Barreto. **Gregos e Troianos**. Rio de Janeiro: Bloch, 1957.

REGO, José Lins do. Língua do Povo. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. Língua e Literatura. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. Livros que Falam como Homens. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. MacLeish e as Relações Culturais. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. Manuel Bandeira, um mestre da vida. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Máquina de Deus. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. Moby Dick, a baleia branca. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Música Carioca. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. Na Manhã de Sexta-Feira. **Homens, Seres e Coisas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1952.

REGO, José Lins do. Natal de um Menino de Engenho. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. Niemeyer. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Nietzsche e a França. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

Nietzsche e os Robôs. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. No Brasil também se Morre de Fome. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. Notas sobre o Rio Grande. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. O Brasil de Alfonso Reys. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. O Brasileiro de Saint-Hilaire. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. O Busto de Graça Aranha. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. O caráter do Brasileiro. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. O Centenário de O Guarani. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. O Cravo de Mozart é Eterno. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. O crítico e os amigos. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. O delfim Joaquim Nabuco. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. O Dever dos Homens de Letras. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. O doutor implacável. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. O Drama de Feijó. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. O Escritor e o Editor. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. O Frevo. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. O Gênio Popular de Gil Vicente. **Homens, Seres e Coisas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1952.

REGO, José Lins do. O Grande Lobato. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. O Homem bom e o Homem Mau. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. O Homem e a Mulher. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. O Homem livre é o homem justo. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. O Homem Livre na América. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. O Homem, a Casa e a Cidade. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. O Humanismo Francês. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. O Inglês e a Vida. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. O Medo aos Românticos. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. O Mestre Carpeaux. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. O Mestre Graciliano. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. O meu Amigo José Olympio. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. O Obscuro. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. O Pintor Cícero Dias. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. O Poeta Cassiano Ricardo. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. O Poeta de uma Época. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. O Poeta e o Clássico. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. O Poeta Ledo. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. O poeta Maunel. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. O poeta Odorico Tavares. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. O Poeta Solitário é a Dor do seu Povo. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. O Poeta. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. O Praieiro Floriano Peixoto. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. O Preto Laurindo Rabelo. **Gregos e Troianos**. Rio de Janeiro: Bloch, 1957.

REGO, José Lins do. O Provinciano Machado de Assis. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. O Que é Criticar?. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. O Quinze. **Gordos e Magros**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. O Quixote de Unamuno. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. O Rio Paraíba. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. O Romance e os Caminhos da Vida. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. O Romântico Mauá. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. O S. Paulo de Waldo Frank. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. O Velho Pedrosa. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. O Velho Urbino. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. **O Vulcão e a Fonte. O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. O Zola do Cinema. **Bota de Sete Léguas**. Rio de Janeiro: A Noite, 1951.

REGO, José Lins do. Onde estão os nossos sonhos. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. Os alemães. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. Os Direitos do Homem. **O Vulcão e a Fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

REGO, José Lins do. Os filósofos e a democracia. **Bota de Sete Léguas**. Rio de Janeiro: A Noite, 1951.

REGO, José Lins do. Os Franciscanos no Brasil. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954

REGO, José Lins do. Os homens continuam perseguidos e as esperanças ainda são esperanças. **Poesia e Vida**. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

REGO, José Lins do. Os Ingleses. **Conferências no Prata**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1946.

REGO, José Lins do. Os Jangadeiros. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Os Ossos do Mundo. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Os ossos do Mundo. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Os perigos da História. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Os Sakharoff. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Palavras de T. S. Eliot. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Paulo Prado. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Picasso. **Homens, Seres e Coisas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1952.

REGO, José Lins do. Poesia e Verdade. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Poesia e Vida. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954

REGO, José Lins do. Poetas e Artes Poéticas. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Política e Linguagem. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Por que Escreves?. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Portinari. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Posição do Escritor. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Prefiro Montaigne. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Proust e o Dinheiro. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Que é Hispanidade?. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Queremos acabar com todas as cortinas. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Raul Pompéia. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Regionalismo Americano. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Renovação a Teoria. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Rusk e os Caminhos da Ciência. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Safo de Lesbos. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Sangue pelo Espírito. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Shelley e os Escravos. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Sobre a Crítica. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Sobre a Liberdade. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Sobre o Humanismo. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Sobre o humor. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Sobre o Romance. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Sobre o Teatro. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Sobre o Velho e o Novo. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Sobre Poesia. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Sören Kierkegaard. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Traduzir. **Homens, Seres e Coisas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1952.

REGO, José Lins do. Tristeza do Natal. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Um apelo à Comunhão dos Homens. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Um Dicionário. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Um domador da morte. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Um ensaio sobre o histrião. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Um Novo Humanismo. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Uma Conversa sobre Castro Alves. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Uma história de Natal. **Homens, Seres e Coisas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1952.

REGO, José Lins do. Uma mensagem de Berananos. **Homens, Seres e Coisas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1952.

REGO, José Lins do. Uma mulher de São Paulo. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Uma peça do Vesúvio. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Uma Vida de Gonçalves Dias. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Valéry e os Poetas. **Homens, Seres e Coisas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1952.

REGO, José Lins do. Van Gogh. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Vassouras. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Velhas Casas. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Veneza. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Vi Nápoles e não morri. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Viagens no Brasil. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Violência e Ternura em Grieco. **A Casa e o Homem**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

REGO, José Lins do. Volta ao Romantismo. **Homens, Seres e Coisas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1952.

REGO, José Lins do. Walt Disney. **Homens, Seres e Coisas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1952.